

# EDUCAÇÃO DO CAMPO



## *Agroecologia* campesinato

Três ângulos, três lados,  
mas não um triângulo

---

*Wilson Schmidt*

Há neste livro uma sincera e incondicional tentativa de contribuição ao debate, neste momento em que a Educação do Campo completa vinte anos e a Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, uma década. Acredito que devemos formar educadores do campo críticos, mas que isso não pode implicar em simplificações e na perda da compreensão e da consideração da complexidade. Ou seja, além de propriamente críticos, os Licenciados em Educação do Campo devem ser capazes de uma leitura ampla, da consequente reflexão e de fazerem suas próprias escolhas.

Até agora, nos debates da Educação do Campo – mais especificamente, em Licenciaturas em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática, ela própria, a agroecologia e o campesinato são três ângulos e três lados, mas não formam um triângulo. O que quero expressar com essa figura é que elas não têm sido trabalhadas de forma efetivamente articulada, integrada.

Parafraseando John Steinbeck, prefiro dizer que a análise que proponho neste livro não é a análise, mas **uma das** possíveis análises sobre o tema.

Livro que eu “cometi” porque precisei, antes do oportuno revezamento com docentes mais jovens e minha aposentadoria, atender ao compromisso cobrado por colegas de, como diria Dalton Trevisan, “rabiscar de letras esse papel branco”.

*Wilson Schmidt*

# EDUCAÇÃO DO CAMPO



*Agroecologia*  
campesinato

Três ângulos, três lados,  
mas não um triângulo

© Wilson Schmidt, 2018

*Edição*

Wilson Schmidt

*Revisão*

Vera Lúcia Bazzo

*Normalização*

Júlia Krüger

*Publicação*

Núcleo de Estudos em Agroecologia da  
Educação do Campo da UFSC – NEA EduCampo – CED/UFSC

*Projeto Gráfico e Diagramação*

Ricardo Straioto

*Impressão*

Gráfica Soller – Editora e Impressos Gráficos

Crédito foto da Capa: Detalhe da *Planche 1, Agriculture et Labourage* (Agricultura e trabalho do solo), do Livro "*Recueil de Planches sur Les Sciences, Les Arts Libéraux, et Les Arts Mécaniques, avec leur explication: Agriculture*". Conhecido como a Enciclopédia (*Encyclopédie*), a Enciclopédia de Diderot, ou a Enciclopédia de Diderot e D'Alembert, foi publicado, na França, no último quarto do século XVIII

CATALOGAÇÃO NA FONTE PELA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

---

S335e

Schmidt, Wilson

Educação do campo: agroecologia [e] campesinato: três  
ângulos, três lados, mas não um triângulo. / Wilson Schmidt. –  
Florianópolis : NEA EduCampo/UFSC, 2018. 251 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-45535-51-5 (impresso)

ISBN 978-85-45535-50-8 (e-book)

1. Educação rural. 2. Agroecologia. 3. Camponeses. 4. MST.  
5. Comunidades agrícolas. I. Título.

CDU: 37(1-22)

---

Elaborada pela bibliotecária Dirce Maris Nunes da Silva – CRB 14/333

EDUCAÇÃO DO  
 CAMPO  
*Agroecologia*  
campesinato

Três ângulos, três lados,  
mas não um triângulo

---

*Wilson Schmidt*



*Uma dedicatória intergeracional,  
coerente com a noção de sustentabilidade...*

*Ao Rodrigo, meu neto, hoje com quatro anos e meio.*

*Creio que o diálogo, a seguir diz tudo:*

*Rodrigo: – Vovó, onde está o vovô?*

*Vanice: – Foi até a universidade...*

*Rodrigo: – ...Mas, ele não deveria estar aqui,  
escrevendo o livro dele?!!*

*Rodrigo, talvez um dia você me perdoe por eu ter  
– abrindo mão do privilégio de ficar (e aprender)  
contigo – perseverado em passar tanto tempo, com  
tantos livros e textos, frente a um notebook. Saiba  
que estará, para sempre, guardada em minha memó-  
ria a questão que você me pôs, um dia, com os teus  
pouco mais de três anos e meio: “Vovô, por que você  
não pergunta ‘pro Dúdou’ [Google], e vamos brincar?”*

*À Flora, “mi hijita”, que além de me dar “sombra e beleza”, me deu a delícia de conviver com seu “fruto”. E que, especificamente nesta etapa, me estimulou pelo exemplo de sua seriedade e competência cotidianas no trabalho, assim como pela dedicação aos estudos de pós-graduação. O que permitiu nossa troca de livros e textos, sempre acompanhada pelos comentários interessantes que fazia sobre o conteúdo deles.*

*À Vanice, que além de ser a melhor companheira que alguém possa sonhar ter, manteve um olhar crítico sobre cada linha aqui produzida e sobre cada “saída de linha” – ou hesitação – em relação ao “caminho” e ao cronograma traçados para cada seção ou capítulo. Como sempre, soube fazer isso de forma carinhosa e estimulante.*

*À “Dona Vanda”, minha mãe, que, prestes a completar 87 anos, me confessou que preferia que eu estivesse escrevendo sobre a “novela” que foi a vida dela.*



*À memória de “Seu Idálio”, meu pai,  
que não teve a oportunidade de “cursar uma faculdade” e  
tudo fez para, como ele dizia, “dar estudo aos filhos”.*

*Ele teria gostado de pôr as mãos neste livro.*

*À memória do “Vô João”, que nas minhas longas férias  
escolares, quando eu ainda cursava o “Primário”, no  
“paiol” de sua unidade familiar de produção agrícola, à  
luz de um lampião de querosene e com um aroma ambiente  
que era uma mistura desse combustível queimado, de  
alimentos saídos da sua roça ali estocados e dos rolos de  
fumo de corda pendurados no alto, encantava a criança  
que eu era, descrevendo a agricultura como uma arte a  
ser praticada ao ritmo das estações e sob a influência dos  
astros. Por isso, acabei estudando agronomia. Em mais  
de cinco anos de curso, entretanto, não vi, em sala de aula,  
sequer uma menção àqueles componentes artesanais (ou  
“mágicos”...) da “avô-gricultura”. Por isso, passei a buscá-  
la “fora dos muros”. Mais tarde, encontrei a agroecologia...*

## *Agradecimentos*

Ao Professor Dr. Antônio Munarim, que, na Educação do Campo, foi meu guia e, ao mesmo tempo, *compagnon de route*. No presente livro, foi um leitor atento e crítico de cada seção produzida do manuscrito original. Sem seus retornos prontos, plenos de observações pertinentes, e estimuladores, eu não teria tido segurança para dar os necessários passos seguintes.

À Professora Dra. Vera Lúcia Bazzo. A sua leitura de educadora que desconhece o jargão agrônômico e agrário, mas que domina plenamente a expressão escrita, foi fundamental para que, em um primeiro momento, eu desse maior clareza a certas passagens. Ao final, realizou uma completa revisão textual, que muito contribuiu para melhorar este escrito.

Naturalmente, estes dois parceiros de “reciprocidade difusa” muito contribuíram para possíveis acertos existentes neste livro, mas não têm qualquer responsabilidade sobre os prováveis erros, que são somente meus.

Aos e Às Professore(a)s Doutore(a)s (por ordem alfabética): Lourdes Helena da Silva, Maria Isabel da Cunha, Miguel Altieri, Renato Sergio Jamil Maluf e Rubens Onofre Nodari, por terem, generosamente, aceitado a incumbência de ser os primeiros leitores “externos” desse material. Suas críticas e contribuições, que serão, todas, tomadas em (boa) conta, vão ser incorporadas em uma publicação mais ampla a ser editada, em breve, no formato *ebook*.



Ao Professor Alfio Brandenburg, pelo acolhimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná e aos seminários do Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná entre agosto de 2017 e julho de 2018. Mais do que isso, sou reconhecedor pela confiança que ele depositou em meu trabalho e pela autonomia que ele proporcionou às minhas escolhas de leitura e às minhas reflexões. É importante ressaltar, por isso, que apesar dos produtivos debates mantidos no estágio, as escolhas teóricas que fiz e os posicionamentos que tomo neste livro são de minha exclusiva responsabilidade, e não expressam, necessariamente, as opiniões do Prof. Dr. Alfio Brandenburg, do PPGSocio-UFPR, ou do CERu.

Ao Professor Paulo Emílio Lovato, há mais de trinta anos, parceiro de aventuras e desventuras nas “Ciências Agrárias”. Por sua postura sempre impulsionadora sobre minhas pretensões relacionadas a essa obra.

Ao conjunto dos colegas do Departamento de Educação do Campo (EDC). Cada um acabou por assumir maior carga de trabalho, para que eu pudesse realizar o “afastamento para formação”, que permitiu o tempo e as condições favoráveis à redação desse livro e seus complementos.

À Arquivista Júlia Krüger, que, com sua competência profissional, além de me alertar sobre algumas atualizações das normas de citação, realizou a normalização ABNT do documento.

8	Agradecimentos
13	Prefácio
19	Apresentação
27	Prólogo
39	Introdução
53	Capítulo 01 A DESQUALIFICAÇÃO DO CAMPONÊS
58	1.1. França
60	1.2. Rússia
79	1.3. Estados Unidos
82	1.4. Brasil
85	1.4.1. Os Jeca-tatus
91	1.5. Prevalece e permanece uma perspectiva autoritária
92	1.5.1. Educação do Campo e “populismos”...
101	1.6. Agroecologia e participação
108	Capítulo 02 AGROECOLOGIAS
109	2.1. Buttel e suas cinco variedades de agroecologia
116	2.1.1. Os argumentos
122	2.2. Wezel e colegas: o termo agroecologia e seus “três usos”
123	2.2.1. Os argumentos
129	2.2.2. Agroecologias e Educação do Campo

# Sumário



<b>2.3. A agroecologia do MST e a Educação do Campo</b>	<b>131</b>
2.3.1. A primeira fase (1984-1999): a agricultura industrial como forma superior da produção agrícola sob o capitalismo	139
2.3.2. A segunda fase (2000-atualmente): a opção pela agroecologia (“politizada”)	148
<b>2.4. A agroecologia vista como uma “mutação decisiva” do MST</b>	<b>154</b>
2.4.1. A fase cooperativista	155
2.4.2. A fase agroecológica	156
<b>2.5. As relações com os debates na Educação do Campo e em Licenciaturas em Educação do Campo</b>	<b>159</b>
2.5.1. Quando as vertentes também se movem	165
2.5.2. A agroecologia como ciência e Licenciaturas em Educação do Campo	178
2.5.3. O debate sobre a escala na/da agroecologia e Licenciaturas em Educação do Campo	184
2.5.4. Agroecologia e Mercado, nos debates em Licenciaturas em Educação do Campo	195
2.5.5. Institucionalização da agroecologia e da Educação do Campo	207
<b>Considerações Finais</b>	<b>221</b>
<b>Referências</b>	<b>233</b>



# Préfacio

*Prof. Dr. Alfio Brandeburg*

Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
da Universidade Federal do Paraná

Centro de Estudos Rurais e  
Ambientais do Paraná



Considerando que vivemos em um contexto de crise ambiental, a agroecologia constitui um dos temas mais relevantes da atualidade. Ela emerge como alternativa, no âmbito da sociedade organizada, ao modelo hegemônico de fazer agricultura. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a sua prática se amplia, surgem organizações sociais, políticas públicas, pesquisas, escolas de formação e elaboram-se estudos sobre o seu significado e suas consequências sociais.

O Professor Wilson Schmidt, do Departamento de Educação do Campo da UFSC, estuda a agroecologia olhando para a educação, e nos presenteia com este livro. O faz com a maestria de sua vivência na área. Este trabalho não resume apenas teorias e concepções sobre agroecologia e sua aplicação na área de educação. Traz uma reflexão crítica sobre o papel do educador a partir de quem atua como educador.

Dirigindo-se aos educadores da Educação do Campo, o autor trata o conhecimento relacionado com a agroecologia como um saber artesanal camponês que se contrapõe ao conhecimento agroindustrial. Nesse sentido, de forma pertinente, demonstra como esse conhecimento é desqualificado, prin-

principalmente na aurora da modernidade industrial em países que se situam em contexto de modernidade avançada na contemporaneidade. No Brasil, essa desqualificação aparece nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural. A extensão rural, instituição que na década de 1970 tinha maior capilaridade junto aos agricultores, desqualificava o camponês, tratando seu conhecimento tradicional como obstáculo ao desenvolvimento. Para isso, apoiou-se em teorias de difusão de inovações que foram gestadas em universidades americanas. Paulo Freire, educador de renome internacional, foi o primeiro a refletir criticamente sobre os métodos da extensão rural. “Extensão ou comunicação?”, a pergunta que se mantém atual, é título de um livro, cuja leitura é obrigatória para todo educador ou animador social.

Deve-se observar que é no momento em que a modernidade se globaliza, amparada pelo desenvolvimento tecnológico, que ela se volta contra si mesma, para usar a expressão de Ulrich Beck. Ou, a modernidade torna-se crítica, reflexiva, ou de risco. Quando os pressupostos de superação da tradição pareciam ser atingidos, é que a modernidade é questionada no sentido social, cultural e político, apelando-se para um reencantamento do mundo. É por isso que a agroecologia, evocando dimensões de uma subjetividade ignorada pelos pesquisadores, encontra eco no contexto das sociedades modernas, principalmente naquelas sociedades colonizadas por um padrão de modernidade tido como universal ou único. Os saberes ancestrais de populações autóctones foram colonizados, não extintos. Assim é possível que esses sejam reapropriados pelos sujeitos que buscam alternativas de sobrevivência e reprodução social, como os camponeses e as populações tradicionais. Essa possibilidade, no entanto, não depende somente daqueles que protagonizam práticas ecológicas, mas de uma rede de atores que, através de ações



diversas, confluem na direção de um projeto que seja definido a partir dos seus sujeitos. A educação, dependendo de como ela é realizada, constitui um dos instrumentos que pode potencializar dinâmicas ecológicas. Por isso ela deve ser problematizada.

Neste livro essa problematização surge a todo momento. Seja nos processos tidos como participativos, seja nos diretivos, nas licenciaturas, nas escalas de plantio agroecológico, no seu potencial transformador, e no sentido da construção do que se entende como agroecologia. Por esta razão, de forma apropriada, a noção de agroecologia aparece no plural. Não existe apenas uma agroecologia, ou uma ecologia, mas diversas. Talvez se possa afirmar que as ecologias são construídas e formuladas segundo os diferentes contextos socioculturais e segundo os projetos de vida de seus protagonistas. Cabe ao educador, ao pesquisador ou ao estudioso, compreender, analisar e devolver criticamente aos atores que a praticam ou a constroem. Cientificamente, as agroecologias têm, também, diversas definições, todavia não cabe ao educador promover uma ou outra agroecologia; cabe a ele, levando em conta as diversas concepções, problematizá-las num processo dialógico em que a prática dos agentes sociais conversa com a visão científica. Assim, a prática científica torna-se complementar à práxis da vivência.

Deve-se observar que a agroecologia tem suas raízes na racionalidade da condição camponesa. No Brasil, ela surge como agricultura alternativa, promovida por camponeses e animadores sociais, já no período da modernização intensiva da agricultura, como uma estratégia de sobrevivência dos agricultores que não se veem contemplados pelo modelo modernizante. Transforma-se num movimento que, atualmente, é reconhecido pela sociedade como ecológico. Em conexão com consumidores, a agroecologia teve impacto no

modo de fazer agricultura e nos diversos movimentos sociais. Há, nesse sentido, um processo de ecologização das práticas e de verdejamento dos movimentos, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Este foi o movimento privilegiado nesse livro para uma análise de trajetória e para refletir sobre os processos educativos. A leitura que se pode fazer do resultado desse procedimento do autor é que o MST representa a forma organizada de um ator social que constitui a continuidade de uma condição camponesa. O camponês, quer seja assentado ou agricultor familiar, colono ou lavrador... é guardião de saberes ecológicos ou, como definem os estudiosos, de um ecosaber. O MST constitui a expressão mais popular do movimento social organizado que atinge de forma mais abrangente o território nacional e avança para o processo de ecologização tanto do seu discurso como na disseminação de suas práticas no âmbito dos assentamentos rurais. Mas, certamente, a agroecologia não avança apenas nos movimentos sociais, nas práticas produtivas. Após a institucionalização, ela adquire relevância nas instituições de pesquisa, ensino, extensão rural, gestão de políticas públicas e para a própria constituição de cidadania, quando se pensa no indivíduo-sujeito que define seu próprio estilo de vida. Nesse sentido, poder-se-ia fazer a pergunta: a sociedade contemporânea está se ecologizando?

Se por um lado estamos na iminência de uma sociedade de riscos socialmente construídos, por outro, encontramos evidências de que os cidadãos formulam projetos e estilos de vida mais saudáveis e autoreguladores. A ecologia talvez seja constitutiva da era antropocênica. Mas se a ecologia é um dos apelos que se apresenta como alternativa que repercute nos estilos de viver, é também verdade que a forma

de viver, antes vista como marginal ou coisa de “bicho grilo”, hoje é cada vez mais cobiçada pelos empreendedores mercantis. A agroecologia corre o risco de ser capturada pela lógica de mercado? É a pergunta que o autor desse livro deixa no ar. Na condição em que os imperativos do mercado, governados por uma racionalidade instrumental, submetem a ecologia à sua lógica, qual ecologia está sendo gestada? Há em curso não apenas um movimento ecológico que se constrói orientado por uma racionalidade ambiental, usando a expressão de Henrique Leff, mas também um movimento de captura de processos naturais pela racionalidade instrumental ou econômica. Diante da pressão do mercado, como resistir a uma capitulação, ou ao “canto da sereia do lucro”? A demanda de produtos orgânicos pela sociedade já conduz à produção em grande escala, cuja lógica é regida por uma racionalidade e um conhecimento que em nada diferem daquela de uma empresa convencional. É possível afirmar que está em movimento uma nova colonização ou uma reapropriação de experiências.

É por tudo isso que os processos educativos, de caráter problematizador, como o são os tratados nesse livro, adquirem fundamental importância. Consumidores, produtores e educadores terão que ter não uma posição positiva frente à ecologia, mas uma posição política frente às várias ecologias.

Curitiba, julho de 2018



# Apresentação

## Um livro mais que oportuno para Licenciaturas em Educação do Campo

*Prof. Dr. Antônio Munarim*

Educação do Campo - UFSC



O Professor Wilson (Feijão) Schmidt escreve um livro mais que oportuno sobre a relação que se estabelece entre Agroecologia e Educação do Campo, mais propriamente entre Agroecologia e as Licenciaturas em Educação do Campo que são oferecidas em instituições públicas de ensino superior e devem se voltar aos camponeses. É mais que oportuno, é necessário, por isso foi encomendado diante de uma situação que está a exigir certa catarse. E, se a motivação inicial foi local – os dez anos de existência do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFSC e seus dilemas e perspectivas – logo se fez de abrangência nacional e de interesse geral sobre a temática.

O termo *Agroecologia*, entre os diversos tipos de iniciados no assunto no Brasil, de alguma forma, surge como substituto imediato da expressão “Agricultura Alternativa”, que nomeava os debates nos anos 80 do Século passado, e que substituía, por sua vez, outras expressões. Pena que, pelo menos em alguns idiomas, como o nosso, os estudos sobre esse significado da *Agricultura* – prática humana tão antiga quanto a própria humanidade – com a aglutinação

“Agro-Ecologia” esteja extraindo o termo mais antropológico possível, que é a palavra *cultura*. Pois, é na palavra *cultura* que estaria a indicação mais efetiva da presença dos sujeitos produtores da própria existência humana ao se defrontarem diretamente com a natureza, produzindo o conhecimento, produzindo a *cultura*. Ou, dizendo de outro modo e para usar um termo deste livro, produzindo os originários “saberes camponeses” na medida mesmo que se produzem os próprios sujeitos camponeses.

Ademais, para acentuar a motivação da busca de esclarecimento, a discussão sobre a Agroecologia apresenta grande diversidade de perspectivas. Afinal, de que Agroecologia se está falando? De uma eventual “Agroecologia de grande escala”, concebida em laboratórios e escritórios ou mesmo em universidades, sob os rigores das ciências, mas facilmente acusável de visar novas formas de hegemonizar o mercado no capitalismo, e secundarizar a preservação da vida? Ou de uma “Agroecologia de escala artesanal”, praticada por *camponeses*, com e a partir de seus saberes, que primariam pelo equilíbrio das condições da vida no planeta, mas acusável, pelos partidários da primeira, como incapaz de resolver o problema da fome no mesmo planeta?

Enfim, só quero dizer que a Agroecologia constitui uma questão bastante complexa, em cujas práticas e debates teóricos se têm produzido muitos acertos e também muitos equívocos, especialmente quando discutida na relação com os sujeitos camponeses que a realizam e os processos educativos intencionais acerca do tema, como os cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

Nos últimos anos, no universo da produção agrícola e da Educação do Campo no Brasil, a recorrência da temática da

Agroecologia tem se ampliado a partir da convergência de alguns fatores. Dentre esses fatores, que, não casualmente, se relacionam, destaca-se, de um lado, a determinação do Movimento Sem Terra (MST) de levantar essa bandeira e orientar seus militantes a produzirem e principalmente a lutarem politicamente – lutas por políticas públicas – pautados por princípios da Agroecologia. De outro lado, a ampliação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo que, a partir do ProNaCampo/MEC (2013), se instalam em mais de trinta outras Instituições Federais de Ensino Superior. Naquele momento (2013), pouco menos de uma dezena de Universidades Federais já ofereciam o curso desde sua origem, sendo que apenas algumas delas – é o caso da UFSC – já o faziam tendo a Agroecologia como um eixo norteador.

Assim, de certa maneira, trata-se agora de um processo de massificação da formação inicial de educadores para escolas do campo, que se instala a partir da luta do Movimento Nacional de Educação do Campo. E, por consequência, por parte dos militantes da Educação do Campo, vem a adoção da estratégia de ampliar e intensificar os processos de discussão, por vezes de pregação, acerca da Agroecologia, focando justamente esses cursos de licenciatura. Afinal, entendem os protagonistas do Movimento Nacional de Educação do Campo, do qual faz parte com destaque o MST, que é necessária uma vigilância aguda, mais que isso, é necessária uma presença militante para garantir, na constituição e prática desses cursos oficiais, a orientação agroecológica que preconizam.

Ora, conforme entendo, é princípio sociológico estabelecido que todo e qualquer movimento social de natureza

de massa encerre estratégias de mobilização com alguma carga de doutrinação, visando, como primeiro passo, constituir um corpo de militantes mais amplo possível. E visando, no horizonte, o estabelecimento de hegemonia. Aliás, isso é condição de sobrevivência de qualquer movimento social.

De outro lado, entendo também que um movimento social como o da Educação do Campo, que incide diretamente sobre a formação da consciência das pessoas, não pode se reduzir a um movimento de massa, e tampouco contentar-se em permanecer em lutas de hegemonia, sob pena de sacrificar valores mais nobres. Com Gramsci, na interpretação de Carlos Nelson Coutinho e também na interpretação de Demerval Saviani, poderíamos respectivamente dizer: sob pena de sacrificar a “Democracia como Valor Universal” e a possibilidade do alcance da “Consciência Filosófica”. É necessário, pois, ainda que possam de início causar certos desconfortos, que se instalem processos de reflexão aguda, capazes de provocar sincera autocrítica no seio do Movimento de Educação do Campo, e se viabilizem correções de rumo em pensamentos e práticas.

Por isso, reafirmo que este livro, do Prof. Wilson (Feijão) Schmidt, cumpre um chamado enfático a essa necessária reflexão. E estabelece pistas sobre o tema à luz da história e a partir da análise de contextos diversos – Rússia, França, EUA, Brasil – que, não obstante, se intercomunicam, de modo a constituir um arcabouço essencialmente dialético de análise do real.

É verdade, conforme o próprio Prof. Wilson diz no prólogo e eu reafirmei acima, que ele foi instado a produzir



essa reflexão escrita. Eu mesmo me acuso de estar entre os principais que o desafiaram. Talvez, até fosse mais apropriado falar em convocação. E por que o fizemos? Falando por mim, e para além da motivação local e mais imediata, foi por razão estratégica de mobilização de recurso em favor do Movimento Nacional de Educação do Campo. Dizendo de outro modo, na medida em que eu componho a linha de frente desse Movimento Nacional, desde meu espaço de atuação profissional na Universidade Federal de Santa Catarina, e percebo a necessidade de enfrentamento teórico (e mesmo político) de determinada questão, devo lançar mão dos recursos intelectuais mais promissores de que se possa dispor nessa instituição pública de educação e pesquisa.

E por que o Prof. Wilson (Feijão) Schmidt? As mesmas razões que me motivaram a chamá-lo, há dez anos, para compor o grupo – um trio inicial – de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e, na sequência, de implantação do “Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Matemática”, foram as razões, agora, que me motivaram a instá-lo a escrever este texto. Com a diferença, hoje, de somar essa experiência de dez anos. Ou seja, com formação inicial em Agronomia e depois seguindo pelo “Desenvolvimento Rural”, antes de tudo, o Prof. Wilson sempre foi um educador pesquisador ou, se quisermos, um educador reflexivo. Rejeitando estereótipos e modelos, como por exemplo, o do “agrônomo *extensionista*”, desde sua graduação – conheço-o desde então – dedica-se a temáticas correlatas ao que se conhece hoje como Agroecologia. O rigor científico que sempre o pautou em seus estudos nunca o fez, e certamente que também por isso,

abandonar a postura de profundo respeito aos saberes e aos próprios sujeitos que vivem diretamente do trabalho com a terra, devotando dedicação especial aos que hoje são classificados como agricultores familiares ou como camponeses.

De outro lado, justamente pela presença do Prof. Wilson desde a primeira hora, a UFSC pontua dentre as primeiras e poucas universidades que iniciaram o Curso de Licenciatura em Educação do Campo já tendo como eixo central a Agroecologia. Isso quer dizer que, para escrever este livro, além de sua trajetória profissional particular, o Prof. Wilson pôde contar com a já vasta experiência institucional como objeto e campo de análise.

Resulta, pois, um escrito analítico denso e de alto valor instrumental aos estudiosos da questão da Agroecologia em geral, mas, como disse acima, particularmente aos educadores e estudantes das Licenciaturas em Educação do Campo, eis que se trata de autoria com profundo conhecimento do objeto estudado incluindo a visão da própria experiência.

Alerte-se que, ainda que seja um texto de leitura agradável por que muito bem escrito, não prima por qualquer compromisso, emocional ou político, de agradar a todos os leitores, a menos que estejam todos predispostos a serem, inclusive, contrariados em crenças e ou em princípios arraigados. Importa é que se trata de um trabalho, sob qualquer julgamento, compromissado com o respeito à ética e ao desvelamento da realidade com rigor científico, que visa contribuir com a Educação do Campo enquanto esta queira se fazer processo na humanização dos sujeitos que vivem e trabalham no campo.

Por fim, é oportuno anotar aos que quiserem ir mais longe na leitura da análise elaborada pelo Prof. Wilson (Feijão) Schmidt, o fato de que neste livro não consta todo o trabalho por ele realizado nessa empreitada de escrita, que, ao longo de um estágio de um ano, passou a buscar atender também a um dos requisitos de um concurso que visa à promoção para cargo de titular livre do Magistério Superior na Educação do Campo na UFSC. Por razões de edição gráfica e de foco nas relações que se estabelecem entre a Agroecologia e a Educação do Campo, particularmente as Licenciaturas em Educação do Campo, não constam aqui outros três capítulos que aprofundam a análise da questão da Agroecologia. Esses poderão ser encontrados em uma publicação no formato *ebook* a ser lançada brevemente e que estará disponível para *download* no blog do NEA EduCampo ([neaeducampo.blogspot.com](http://neaeducampo.blogspot.com)).

Boa leitura!

Florianópolis, julho de 2018



# Prólogo



Inicialmente, parece-me importante apresentar ao leitor minha relação com a agroecologia, com a Educação do Campo e com a Agricultura Familiar – ou campesinato, que estão no foco desta reflexão. Ela está diretamente associada a minha trajetória como docente na Universidade Federal de Santa Catarina e, até, em tempo anterior a ela. Porque, como me interessei pela, então, chamada Agricultura Alternativa antes da metade dos anos 1980, ao ingressar na carreira docente, em meados de 1985, eu já tinha uma aproximação precedente com atividades de formação, com trabalhos iniciais de campo e com profissionais da equipe do Projeto Tecnologias Alternativas (então PTA-FASE, hoje AS-PTA; sobre a organização e sua história consulte-se <http://aspta.org.br>).

Dado o escopo deste livro, cabe recordar também que, na segunda metade da década de 1980, depois do amplo processo de ocupação de terras pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocorrido em Santa Catarina, houve, como resposta dos poderes públicos, a implantação de assentamentos. Naquele quadro, junto com outros jovens agrônomos que trabalhavam em diversas organizações públicas governamentais e não governamentais, procuramos discutir a mobilização das então chamadas tecnologias alternativas pelos assentados. Encontramos grande resistência por parte das lideranças do MST, as quais nos diziam que queríamos “fazer a roda da história andar para trás”, que tal caminho era “um grande e romântico equívoco”.

Dando um salto no tempo, após meu doutoramento, uma década depois, quando adotei uma abordagem histórica sobre a mudança técnica na agricultura brasileira, procurei trabalhar mais diretamente a agricultura orgânica e sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura. Esses esforços resultaram em publicações, boa parte conjuntas com Pascal Byé, e na realização de um estágio pós-doutoral no Centro de Pesquisas sobre o Brasil Colonial e Contemporâneo (*Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain*), na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (*École des Hautes Études en Sciences Sociales*), em Paris, quando mapeei, conheci e analisei experiências na França relacionadas à qualidade dos alimentos, especialmente em agricultura orgânica, mas também em outros selos de qualidade (Apelação de Origem Controlada, Indicação Geográfica Protegida, Label Rouge etc.).

Em 2006, resolvi fazer uma cesura na vida acadêmica e dedicar-me a atividades de direção e de orientação programática de uma organização voltada à formação de jovens rurais que, adotando a pedagogia da alternância, buscava fomentar, entre eles, o debate (e a ação) sobre modelos de desenvolvimento rural, o que incluía geração e gênero, assim como agroecologia.

Em função daquela experiência, ao retornar à docência universitária, em 2008, fui convidado a participar do corpo docente de uma pós-graduação lato sensu (Especialização) em Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo e, logo em seguida, por demanda dos colegas Professor Dr. Antônio Munarim e Professora Dra. Beatriz Hanff, a participar do “núcleo duro” responsável por conceber, implantar e consolidar uma proposta de graduação: a Licenciatura em Educação do Campo (EduCampo) da UFSC<sup>1</sup>. No Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Curso, incorporei a agroecologia como um dos três eixos integradores da formação de educado-

<sup>1</sup> A EduCampo é um curso regular/permanente da UFSC (o que significa que tem ingresso anual) e está preparando a seleção de sua nona turma. Ainda mais significativo, tal processo resultou na contratação de mais de vinte docentes que constituem, desde 2016, o Departamento de Educação do Campo.

res (os outros foram: Ecossistema e Fundamentos da Ciência). Dado o arcabouço deste livro, parece pertinente uma longa recuperação daquele PPP:

O terceiro módulo – AGROECOLOGIA – busca explicitar a relação entre as técnicas propostas para a produção e o crescimento agrícolas com os processos de concentração e exclusão atuais, trabalhando a necessidade de construir novos padrões técnicos e outros princípios éticos, ligados à noção de sustentabilidade e a uma visão de mundo solidária e respeitosa das diferenças e do meio ambiente. **A agroecologia é entendida não como uma doutrina, mas como um enfoque teórico e metodológico** que, mobilizando diversas disciplinas científicas, visa estudar, de forma sistêmica, os ecossistemas manejados pelo homem para a produção agrícola vegetal e animal. Trata-se, desta forma, da aplicação de sistemas e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis. (UFSC-CED, 2008, p. 57, grifos WS)

<sup>2</sup> Ibid., p. 58. Para tornar o texto mais fluido, porque menos carregados de citações, optei por essa forma híbrida de combinar (AUTOR, ano, página), no texto, quando de uma primeira citação, com a abreviação "ibid.," acompanhada da página, no rodapé, quando se trata de citação, logo a seguir, do mesmo autor e da mesma obra. Faço isso para deixar sempre claro quando mobilizei ideias ou expressões de autores pesquisados. Sou grato à sempre rigorosa Arquivista Júlia Krüger, que normalizou esse texto, pela indulgência em relação a essa minha opção

<sup>3</sup> ibid., p. 58.

Um segundo bloco do eixo agroecologia estava relacionado ao desenvolvimento rural e buscava incorporar a concepção de desenvolvimento sustentável de territórios rurais (DSTR). Entendia-se o DSTR como “o resultado da ação articulada pelo conjunto dos habitantes – e não apenas dos agricultores familiares – de uma região, para a resolução de um problema ou para a construção de um projeto estratégico”<sup>2</sup>. Já se indicava, portanto, a necessidade de levar em conta a natureza diversificada do tecido socioeconômico da maioria das regiões rurais ao se discutir a “formação de professores e, a partir dela, ações de desenvolvimento voltadas ao aumento da atratividade do campo pela via da luta contra a pobreza e do aumento de emprego e renda”<sup>3</sup>.

Em todo esse período, eu constatava que autores marxistas diziam que o camponês não adotava a agricultura industrial (defendida por eles como o desenvolvimento máximo possível das forças produtivas materiais para a agricultura nas relações de produção capitalistas) porque tinha “uma visão romântica da produção” e, por isso, se mantinha “no boi e na enxada” e em uma “agricultura não científica”. Ao mesmo tempo, os defensores da agricultura alternativa e ecologistas – depois, agroecologistas – diziam que o camponês não conseguia negar a agricultura baseada em insumos de síntese química e industriais e não adotava as práticas científicas da agroecologia. Assim, o camponês teria sido, sempre, “teimoso” e resistente a propostas externas “racionais” que supostamente representariam sua própria salvação. Ou, parafraseando uma avaliação de Pierre Pascal sobre o camponês russo, era “suficientemente resistente e enraizado em sua terra” e sobreviveu “a todos os remédios que lhe foram impostos”.

E, no final desse tempo, me deparo com marxistas “convertidos” à agroecologia e à valorização dos saberes tradicionais camponeses, pelo menos tática e temporariamente até a, sempre considerada iminente, Revolução. Destaque-se, todos (marxistas, agroecologistas e marxistas-agroecologistas) buscando falar em nome do camponês e, de fato, pouco ouvindo o que ele, se uma oportunidade real – e não de faz-de-conta – se apresentasse, teria a dizer. Considero ilustrativo dessa perspectiva a seguinte passagem de Roseli Caldart (2004, p. 5):

[...] o debate político que nos interessa fazer [na Educação do Campo]: como combater o latifúndio e a agricultura centrada no negócio; e como fortalecer um modelo popular de agricultura, **identificando as características da produção camponesa que devem ser preservadas, e também as que devem ser transformadas** na perspectiva de um outro projeto de desenvolvimento. (grifos W.S.)

Ora, não fica clara qual seria a suposta participação que teriam



os camponeses nesse debate – felizmente, não realizado e nem realizável – que identificaria o que deva ser preservado e o que deva ser transformado na produção camponesa.

No quadro de atuação acima descrito, apesar da concentração quase total do meu tempo de trabalho no ensino de graduação (com uma média de doze horas semanais de carga de ensino), passou a haver uma reaproximação gradativa com a pesquisa, notadamente sobre as noções de Campo e de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. No primeiro caso, procurando superar as visões, os significados e as delimitações presentes entre os educadores: administrativa (Campo é “o que não é” urbano, “o que sobra” do urbano, conforme definido pelos poderes públicos, especialmente as administrações municipais); setorial (Campo é igual à agricultura); e dos movimentos sociais (Campo é igual a assentamentos de Reforma Agrária) (MUNARIM e SCHMIDT, 2014; MUNARIM e SCHMIDT, 2016). Além dos significados e das delimitações do Campo, foi necessário discutir, também, os “projetos de” Campo, o que levou a um posicionamento crítico sobre o esforço, por parte de alguns intelectuais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de hegemonizar e homogeneizar a visão sobre agroecologia no seio da Educação do Campo. Esse esforço se deu internamente, na Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, e indicou a necessidade de aprofundamento e a posterior produção de material didático e de publicações sobre a questão.

Pesou ainda sobre a ideia de produzir material sobre as (ou, a falta de) relações entre Educação do Campo, Agroecologia e Campesinato, a dificuldade de colegas professores com formação em educação em entender o que um agrônomo fazia “por lá”. Muitas vezes fui forçado a ouvir o comentário de que eu “precisava lembrar que estava em um departamento de educação e não de Ciências Agrárias ou agronomia”. Nessa perspectiva, menções também eram feitas à necessidade de, na Educação do Campo, considerar menos questões técnicas e “estudar mais a questão agrária”. Não se conseguia estabelecer, assim, a relação

entre a agronomia (junto com as demais Ciências Agrárias) e a questão agrária. Nem, da mesma maneira, ainda mais importante no que se refere à Educação do Campo, com o processo histórico de desqualificação do saber camponês.

Assim, achei que deveria ampliar e consolidar a compreensão sobre a agroecologia, especialmente considerando as diferentes maneiras de defini-la e de trabalhar sobre ela, em sua mobilização nos debates sobre a Educação do Campo. Além disso, como já foi mencionado, fui desafiado por colegas a produzir um livro-texto que tivesse como objetivo central servir como um material de apoio para que docentes de Educação do Campo articulem elementos ligados ao debate sobre métodos e processos de produção agrícola com os conteúdos específicos que ministram na Licenciatura, especialmente aqueles relacionados às Ciências da Natureza. Porque, junto comigo, esses colegas constataram, na experiência de ensino, de nove anos, em uma Licenciatura em Educação do Campo, que a fragmentação e a desarticulação desses temas – e as dificuldades de uma integração mais desarmada entre os docentes por eles responsáveis – é uma constante.

Eu, especificamente, respondi nesse período, entre outras tantas, por uma disciplina de História da Ciência e da Tecnologia Aplicadas à Agricultura, que também nunca conseguiu sair (ou eu não consegui retirá-la) do isolamento. Era a “minha” disciplina, da qual eu apresentava aos colegas o Plano de Ensino nas reuniões de planejamento integrado, respondia a algumas questões pontuais e seguia para trabalhar individual e solitariamente com mais uma turma (foram sete). Creio, todavia, que o que é nela trabalhado, pode dar pistas para a reversão do quadro atual. Com a perspectiva de minha aposentadoria não tão distante, houve a manifestação de uma preocupação com a continuidade dessa disciplina de História da Ciência e da Tecnologia Aplicadas à Agricultura, justamente por falta de um material sistematizado que servisse de referência básica. Havia, então, mais uma justificativa para eu produzir o tal livro-texto.

Tendo isso em conta, propus, ao meu novo Departamento – o de Educação do Campo (EDC), criado desde 2016, um estágio de pós-doutorado em que realizasse um trabalho de pesquisa e, sobretudo, sistematização. Submeti, ainda, à aprovação do EDC/UFSC a proposição de que esse estudo fosse realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (PPGSocio-UFPR), na Linha de Pesquisa Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente; Eixo temático: Mundo rural e meio ambiente, linha que propõe e realiza estudos sobre “novos atores emergentes e questões socioambientais (...); espaços sociais, ruralidades (...).” Finalmente, requeri que a supervisão fosse realizada pelo Professor Dr. Alfio Brandenburg. O Memorial apresentado por este docente à Universidade Federal do Paraná, como requisito ao cargo de Professor Titular (BRANDEBURG, 2015), serviu como um claro indicador de que ele tem “capital acumulado” – para usar uma expressão dele próprio – no estudo do movimento ecológico na agricultura, assim como na análise, a partir de intercâmbios internacionais, de redes de agroecologia. As indagações postas, por ele, sobre o futuro do debate científico da agroecologia serviram para reforçar a pertinência da minha escolha.

Tal proposição foi aprovada por unanimidade pelo Colegiado do EDC/UFSC, tendo havido, inclusive, a disposição de dois docentes (Prof. Dr. Sílvio Mendes e Profa. Dra. Thaise Costa Guzzatti, a quem expressei publicamente minha gratidão), de responder, no período de um ano, pela eventual oferta pelo EDC de disciplinas da EduCampo, então sob minha responsabilidade.

Este livro é um dos produtos desse meu afastamento para formação das atividades correntes do EDC/UFSC. Uma produção mais ampla – incluindo os dois capítulos ora apresentados e mais três outros – será publicada, em breve, no formato ebook. Na abordagem mais completa, trabalho também outra questão importante, pelo menos para mim, em relação à agroecologia que é a possibilidade/necessidade de retomada da artesanali-dade na agricultura. Ou seja, trata-se do debate fundamental

sobre a escala da produção agrícola e a possibilidade atual de uma agricultura “artesanal” e, portanto, de pequena escala, com base na agroecologia. O oposto dessa perspectiva é a da agricultura industrial. O primeiro objetivo é indicar que a agricultura industrial resulta de um experimento *grandeur nature* realizado na década de 1920, nos Estados Unidos e especialmente na Rússia (na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a partir de 1922), que teve como protagonistas os bolcheviques. Além de descrever o processo discutirei as noções de grande escala e de trabalho coletivo e especializado (divisão do trabalho) na agricultura, ainda tão caras a muitos autores da Educação do Campo, mesmo quando passam a aceitar a agroecologia. Na perspectiva mencionada da História da Ciência e da Tecnologia Aplicadas à Agricultura, trato dos saberes mobilizados na agricultura e da apropriação industrial da produção agrícola. O fio condutor de minha análise está baseado nas noções de “hierarquia dos saberes” (BYÉ e FONTE, 1992) e de “apropriação industrial da agricultura” (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990). A pretensão não será de fazer um capítulo sobre toda a história da agricultura ou das ciências e técnicas nela aplicadas. A partir do exemplo de conhecimentos científicos sobre solos e nutrição de plantas, buscarei questionar a visão linear sobre os conhecimentos aplicados à agricultura e, por consequência, a visão predominante de que a agricultura industrial seria científica. Porque ela é industrial, uma vez que conhecimentos da indústria são a ela transferidos. Esse debate é importante para pensar a agroecologia como ciência e para reforçar a valorização do conhecimento empírico/artesanal que por ela (agroecologia) é apontado. Finalmente, no que se refere aos saberes transferidos da indústria para a agricultura, procurarei indicar, em mais um capítulo do *Ebook* a ser publicado, que o Padrão Técnico Moderno (no sentido de industrial) – PTM – foi sendo construído em um contexto bastante específico: a crise dos Estados Unidos da América das décadas de 1920 e 1930. Isso define as principais características do PTM, que serão estendidas primeiro à Europa, no pós-2ª Guerra Mundial e, depois, aos então chamados “Pa-

íses em Vias de Desenvolvimento” ou do “Terceiro Mundo”. A principal questão é que o PTM não estava diretamente ligado à grande escala. Especialmente quando de sua transferência à Europa e, muito menos, para os países do Terceiro Mundo. Nesse sentido, trabalho a Revolução Verde e suas diferenças em relação à agricultura industrial.

Voltando ao presente livro, como já mencionei, ele tem mais características – ou pretensões – de um livro-texto voltado a docentes de Licenciaturas em Educação do Campo. Por isso, procurei evitar um excesso de formalismo acadêmico. Provavelmente, contudo, não consegui. Afinal, era preciso manter as referências a autores e textos que me serviram de base. Seja para ser transparente, seja para fazer justiça às minhas fontes, seja para permitir que o leitor, se desejar, faça a “busca reversa” – o que significa ir diretamente às referências mobilizadas. Essa, aliás, foi uma opção que guiou muitas de minhas leituras.

Destaco que busquei referências em outros idiomas – pouco consideradas nos debates da Educação do Campo. As traduções que eu incorporo ao texto são livres e podem refletir uma precariedade do meu domínio da tradução, especialmente do inglês. Usei fazê-lo apenas para facilitar a vida do leitor. Em alguns casos, julguei pertinente adicionar colchetes, para se for o caso, evidenciar possíveis traições. Ou, incluí uma nota de rodapé para explicar minha(s) opção(ões).

Aliás, esse é outro problema. Apesar de buscar evitá-las, as notas de rodapé foram a mim se impondo frente à necessidade de esclarecer pontos ou explicar contextos. Espero que o leitor as veja como pertinentes e úteis e, assim, não considere que eu tenha feito, para utilizar uma expressão de Jessé Souza, ao comentar na imprensa seu livro mais recente (*A elite do atraso*), “o uso do conhecimento como enfeite e prazer onanista”.

Há neste livro uma sincera e incondicional tentativa de contribuição ao debate, neste momento em que a Educação do Campo completa vinte anos e a EduCampo UFSC, uma década. Acredito

que devemos formar educadores do campo críticos, mas que isso não pode implicar em simplificações e na perda da compreensão e da consideração da complexidade. Ou seja, além de propriamente críticos, os Licenciados em Educação do Campo devem ser capazes de uma leitura ampla, da conseqüente reflexão e de fazerem suas próprias escolhas. Nos debates internos da EduCampo-UFSC, tenho usado a expressão que não devemos formar “seguradores de bandeira”, enunciação que ouvi de um jovem Sem Terra, que me disse só ser lembrado nos momentos das marchas ou manifestações de rua, quando “meio sem saber o porquê”, era convocado para ser “segurador de bandeira” e repetir “palavras de ordem”.

Sobre a possível crítica de que a abordagem aqui adotada não tem caráter científico, relativizo tal raciocínio, optando por transcrever, pela contundência do fragmento do texto, uma passagem do livro de Sheila Fitzgerald sobre a Revolução Russa:

Os bolcheviques pensavam ser imunes ao pensamento utópico porque seu socialismo era científico. Certos ou não quanto à natureza inerentemente científica do marxismo, até a ciência precisa de intérpretes humanos, que fazem julgamentos subjetivos e têm suas próprias inclinações emocionais. Os bolcheviques eram entusiastas revolucionários, não assistentes de laboratório. (FITZPATRICK, 2017, p.125-126)

No Brasil, considero uma ilustração rica sobre essas “interpretações humanas”, a pungente narração feita por Jacob Gorender, em *Combate nas Trevas* (GORENDER, 2014), no quadro da resistência ao regime ditatorial resultante do golpe civil-militar de 1964, sobre as caracterizações, à luz da mesma teoria de base, do campesinato brasileiro e os conseqüentes “entusiasmos revolucionários” que geraram, além de dissidências – e, até, uma dissidência da dissidência, ações devotadas e corajosas, mas completamente em dissintonia com a realidade.

De minha parte, parafraseando John Steinbeck (2003), prefiro dizer que a análise que proponho não é a análise, mas uma das

possíveis análises sobre o tema (p. 12) e que estou consciente de que este livro “não irá satisfazer nem a esquerda eclesiástica nem a direita rastaquera”<sup>4</sup> (p. 252).

<sup>4</sup> No original em inglês, de 1948 (STEINBECK, 2000), respectivamente, “ecclesiastical Left” e “lumpen Right”.

<sup>5</sup> O esforço dos melhores, em BRECHT, B. Histórias do sr. Keuner. São Paulo, Editora 34, 2013 (2ª ed.). p. 17. Talvez, na edição em castelhano, seja mais saboroso: ¿En qué trabaja usted? – preguntaron al señor K. El señor K. respondió: – Me está costando una fatiga enorme preparar mi próximo error.” Em “Historias del señor Keuner”, Las fatigas de los mejores – BRECHT, B. Historias de almanaque. Madrid, Alianza Editorial, 1987. (7ª reimpressão – 1ª edição em alemão, 1949)

Mencionei a Rússia e o Brasil, porque para tratar de Educação do Campo, de Agroecologia e de Campesinato, abordei os casos russo e brasileiro. Mas não só. Precisei abordar, também, o dos Estados Unidos da América e o da Europa – especialmente a França. Os porquês dessas escolhas ficarão mais claros na introdução e ao longo do texto. Ou seja, de forma otimista, espero que o leitor resista e sua leitura persista até o final desse livro do qual tentei, aqui, explicar a gênese.

Livro que eu “cometi” porque, como espero já ter deixado claro, precisei, antes do oportuno revezamento com docentes mais jovens e minha aposentadoria, atender ao compromisso cobrado por colegas de, como diria Dalton Trevisan, “rabiscar de letras esse papel branco”. Eu sei, para me arrepende depois. Porque, segundo o mesmo Trevisan – autor quase perfeito na arte de produzir um texto enxuto e denso, quem escreve “sempre se arrepende”. Aliás, a quem me visse escrevendo

solitariamente esse livro e me perguntasse que trabalho estava realizando, eu poderia responder como o Sr. K, personagem de Bertold Brecht, em Histórias do Senhor Keuner: “Tenho muito o que fazer, preparo o meu próximo erro”<sup>5</sup>. Espero, sincera e pretensiosamente, que esse meu erro – e, prometo, não haverá o seguinte... – gere reflexões, em um novo patamar, entre docentes da Educação do Campo, quando ela alcança sua maioridade.





# Introdução



*Nada es blanco y negro, querido – comento Alice.  
Ni siquiera en una causa tan justa.  
También aquí aparecen esos grises turbios  
que todo lo nublan.*

Mario Vargas Llosa,  
em El sueño del Celta.

*Mas tudo [o socialismo, a URSS] ruiu sem guerra nenhuma.  
Ninguém consegue entender por que.  
Para isso era preciso pensar...  
Mas não nos ensinaram a pensar.*

Svetlana Aleksíevicht,  
em O fim do homem soviético

O ponto de partida deste livro é que o núcleo de reflexão sobre a relação Educação do Campo e agroecologia deve ser o saber do camponês. Ainda mais se for levado em consideração que “a base da agroecologia é formada por conhecimentos tradicionais milenares” – cuja importância e sofisticação têm sido evidenciadas em muitos estudos – “complementados pelo conhecimento adquirido por métodos científicos ocidentais” (CARVALHO, 2013, p. 56, citando diversos autores e textos, entre eles os livros clássicos de Miguel Altieri e de Stephen Gliessman). A mesma perspectiva foi reforçada, mais recentemente, por Teran et al. (2018, p. 1) ao considerar que “a prática agroecológica se baseia no e enfatiza o conhecimento dos agricultores e camponeses e é melhor compreendida não como um conjunto de receitas, mas como princípios

aplicados de acordo com a realidade única de cada agricultor”. Assim, parece pertinente observar, seguindo Rosset (2017 p. 125), que “a escola convencional ensina o filho do camponês a menosprezar o conhecimento de seus pais [...], avós e comunidades”. Como consequência, uma pergunta se impõe: teria sido/seria/será diferente nas Escolas do Campo?

O que busco, aqui, é fazer uma reflexão sobre a incorporação da agroecologia na Educação do Campo e sobre o(s) significado(s) ou a(s) definição(ões) que se procura dar a ela (agroecologia) nesse “movimento”. Ainda seguindo Rosset (2017 p. 124), pondero que “o maior desafio é pensar de que forma as Escolas do Campo poderiam funcionar como eixos de ação nos processos territoriais para elevar a escala da Agroecologia”. Destaque-se que esse autor defende o “escalamento”, a “massificação ou a “territorialização” da Agroecologia. Eu prefiro a noção proposta por Gliessman (2017) de “amplificação” [*amplifying*] da agroecologia<sup>6</sup>. Para o autor,

amplificar quer dizer expandir, ampliar, disseminar e aumentar o impacto e a importância de algo e, para a agroecologia, significa alcançar todos com a mensagem da necessidade de mudança e **transformação do sistema alimentar** para que a sustentabilidade possa ser trazida para todas as partes do sistema alimentar: do solo e da semente até a mesa. Isto é especialmente verdadeiro para os **pequenos agricultores, suas famílias e suas comunidades** em todas as partes do mundo, e ainda mais importante no Sul Global. (GLIESSMAN, 2017, p. 571, grifos W.S.)

Acredito que esse termo faz mais referência a processos horizontais, que eu vejo como a articulação de pequenas estruturas de produção, processamento e distribuição, que podem “levar um

<sup>6</sup> Essa opção também foi adotada em artigo recente por Wezel et al. (2018), para trabalhar, de forma mais geral, os diferentes desafios – (1) definição e conceitos; (2) educação, formação e compartilhamento de conhecimento; (3) abordagem de pesquisa e financiamento; (4) políticas; (5) produtividade e práticas; (5) sistemas alimentares e consciencialização dos consumidores; e (6) cooptação – e as correspondentes “ações-chave” para a “amplificação” [*amplify*] da agroecologia na Europa.

número cada vez maior de famílias a praticar a agroecologia em territórios cada vez maiores e que envolva mais pessoas no processamento, distribuição e consumo dos alimentos” (TERAN et al., 2018, p. 1) resultantes dessa cadeia produtiva. E, da mesma forma, o termo evita confusões com os processos verticais, ou seja, o aumento de escala nas próprias unidades de produção, de processamento e de distribuição. Estou convencido de que o primeiro processo é mais compatível com a agroecologia, com a soberania alimentar e o empoderamento locais. Creio, também, que essa diferença ficará mais clara ao longo do texto, especialmente no Capítulo 2.

Retornando ao argumento central, é fundamental que na resposta da escola ao desafio de amplificar a agroecologia, se tenha cuidado “com a armadilha de formar ‘especialistas’ em agroecologia a que se subordinem, novamente, os camponeses.” (CALDART, 2017, p. 23). Eu acrescento: ou de formar Educadores do Campo que, mesmo tendo conhecimentos (ou apenas discursos) superficiais sobre agroecologia, queiram, com base neles, exercer dominação sobre os agricultores. Dizendo de outra maneira, formar Educadores do Campo “não como donos da verdade tecnológica que conduzem à iluminação os camponeses ignorantes, mas sim, para valorizar o conhecimento tradicional camponês [...]”. (ROSSET, 2017 p. 125) Artigo recente (GIRALDO e ROSSET, 2016 e 2017) trata tal relação como a “ditadura dos *experts*” frente a “formas de vida tradicionais dos pequenos agricultores, povos indígenas, pastores nômades e pescadores”. Pode-se incluir, entre tais *experts*, educadores ou assessores de movimentos sociais. O importante a considerar, na Educação do Campo, é que tudo isso implica na desqualificação do camponês.

<sup>7</sup> Tal importância começa no título: “Desqualificar o camponês, entronizar o agrônomo, França 1840-1914”.

Optou-se pela noção de desqualificação especialmente a partir de Jas (2005), um texto que foi muito importante para balizar os questionamentos<sup>7</sup> apresentados no Capítulo 1, específico sobre esse tema. A menção ao agrônomo, que pode ser estendida aos engenheiros agrícolas ou outros

profissionais das Ciências Agrárias, é importante, porque, como destaquei no Prólogo, a relação da ação desses experts com a questão agrária e com o processo de desqualificação dos saberes tradicionais e seculares dos agricultores familiares, dos camponeses ou dos “*experts* do dia a dia” [*Everyday Experts*]<sup>8</sup>, é pouco conhecida ou considerada por docentes da Educação do Campo ou por aqueles que dizem lidar com a Educação do Campo. Geralmente, tal ação é associada por esses Educadores do Campo a “uma simplória discussão das mudanças no campo das técnicas”.

Destaco que esse debate surge com frequência nas turmas da EduCampo-UFSC. Ilustro com uma situação específica envolvendo um grupo de trabalho de estudantes em um dos Tempos Comunidade (TC) do primeiro ano do Curso. Esses TC buscam desenvolver sensibilidade e capacidade para “leitura do entorno” ou para realizar “diagnóstico da realidade do município onde vivem e trabalham os estudantes”. O grupo em questão era inteiramente composto por jovens agricultores familiares – sendo quatro dos cinco, os responsáveis mais diretos pela gestão e pelo trabalho nas suas (deles) unidades de produção agrícola. Como parte das atividades de pesquisa do TC, eles entrevistaram, conjuntamente, o agrônomo extensionista rural local da instituição oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural. Na análise e discussão de uma das respostas, em que claramente o técnico usou o discurso competente e a desqualificação do saber-fazer dos camponeses, esses estudantes/agricultores familiares reforçaram “o conhecimento resul-

<sup>8</sup> Como é proposto pelo *People's Knowledge Editorial Collective* (2017). Para os autores, experts do dia a dia “são pessoas cuja expertise” (termo dicionarizado em português) vem da “experiência de vida” delas e não de uma formação profissional específica. Seria possível, também, a tradução de *expert* “do cotidiano”, mas acredito que “do dia a dia” dá mais a ideia dos “modos de saber”, ou das “formas de viver e saber de longa data”, construídos na “experiência de vida”, como mencionam os autores. Com relação a *expert*, embora os dicionaristas prefiram *experto*, optei por não traduzir esse termo “muito gringo” (como comentou meu amigo e colega Professor Dr. Paulo E. Lovato) e guardar a expressão já bastante difundida nesse Brasil de tantos anglicismos. As traduções para perito ou especialista me pareceram redutoras. Aliás, ao longo do texto, só uso especialista quando a palavra no original em inglês é *specialist*, mesmo achando que ela não exprima a formação eclética e superficial, assim como o tipo de atuação, dos profissionais da agronomia e das Ciências Agrárias.

tante dos estudos de cinco anos em uma faculdade de agronomia” frente à “ignorância e resistência dos agricultores familiares iletrados”. O debate que se seguiu na turma foi acalorado e muitas referências foram feitas à associação entre conhecimento científico e o uso de insumos de síntese química, assim como ao pouco conhecimento que teria o agricultor familiar para fazer a agricultura “de hoje”. A mediação dos professores precisou remeter, assim, para uma reflexão sobre a desqualificação dos agricultores familiares ou tradicionais e seus saberes e fazeres.

Voltando à escolha pela noção de desqualificação, ela foi reforçada pela menção que Martins (1989, p. 111) faz à “desqualificação teórica e política do campesinato”. Outras possibilidades foram sugeridas por colegas, em seminários do CERu (Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná) durante o estágio pós-doutoral, como “desapropriação do saber” dos trabalhadores, de Dermeval Saviani, ou “deslegitimação do saber” dos camponeses, dos quilombolas, dos povos indígenas, das mulheres, de Miguel Arroyo. Os limites deste livro impediram, contudo, o aprofundamento desse ponto e optei por manter a noção inicialmente vista de desqualificação do camponês.

É importante salientar que, da mesma forma, não pretendo entrar na “polêmica interminável” ou no “falso debate” (SEVILLA GUZMÁN, 2011) sobre a conceitualização de camponês ou de campesinato. Seguindo esse relevante autor nas discussões sobre a agroecologia, vai se considerar que, “em uma perspectiva agroecológica”,

**o campesinato, mais do que uma categoria histórica ou um sujeito social, é uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre o entorno, condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e pelo grau de apropriação dessa tecnologia, gerando-se, assim diferentes 'graus de campesinidade'. (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p.131, grifos W.S.)**

Deixa-se de lado, portanto, ainda seguindo Sevilla Guzmán (2011, p. 130-131) “as eternas e pouco esclarecedoras discussões”, iniciadas nos anos 1970, “sobre se o campesinato constituía ou não uma classe e se esta era ‘em si ou para si’”. Ou se, pelo contrário, “os camponeses constituíam uma fração de classe, retardatária e semelhante a um ‘saco de batatas’”. Ou, ainda, se este grupo “constituía uma categoria social integrante de uma parte da sociedade maior estruturada em classes que resiste à modernização” ou se, ao invés disso, “possui uma racionalidade econômica que se opõe a tecnologias não apropriadas”. Ou, se “como classe, o grupo pertencia a um regime de produção já concluído (como o feudalismo, por exemplo) ou se sua sobrevivência sob o capitalismo o fazia também capitalista”. Finalmente, se “constituía um ‘modo de produção’ ou era somente uma ‘sociedade parcial’ portadora de uma ‘cultura parcial’”. E conclui Sevilla Guzmán: “tratava-se, em definitivo, de encontrar o termo mais correto para denominar” esse grupo. Se era “camponês, agricultor familiar ou pequeno produtor de mercadorias, entre outras propostas conceituais. E quais poderiam ser as diferenças substantivas entre tais denominações”. (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 131)

Repetindo, neste livro vai se utilizar camponês e campesinato entendido como uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona. Isso significa que não partilho polarizações dicotômicas ou binomiais, sempre simplificadoras, do tipo se o autor utiliza a noção de campesinato/camponês, ele é do Paradigma da Questão Agrária e da Educação do Campo; já se utiliza a noção de agricultura/agricultor familiar, ele é do Paradigma do Capitalismo Agrário e da Educação Rural. Veja-se, a título de exemplo, Camacho (2014).

Sobre a associação entre “o campo da educação do campo” e camponês, recuperando o que já foi trabalhado em Munarim e Schmidt (2016, p. 18), é sabido que a opção pelo adjetivo campo ao substantivo educação (acompanhado da preposição “do”) foi feita, na *Primeira Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo*, em 1998, para marcar uma clara ruptura com a concepção e a prática de educação rural no Brasil. Ela resultou,

da mesma forma, do fato do Movimento Nacional de Educação do Campo ter sua origem em movimentos sociais (ANHAIA, 2010) que buscavam incluir, “no processo” da citada conferência, uma “reflexão sobre o sentido do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que vivem e tentam garantir a sobrevivência desse trabalho” (CONFERÊNCIA NACIONAL..., 1999, p. 9). Ou seja, mesmo considerando que a Educação do Campo se volta “ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo”, tratou-se de “uma opção política” que buscava “resgatar o conceito de camponês”.<sup>9</sup> Desta forma, campo era associado a camponês. Ressalte-se que, com o tempo, não é esta noção a que vai prevalecer, mas a expressão “povos do campo”.

<sup>9</sup> *ibid.*, p. 9

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 21

Recorde-se, ainda, que, como destaca Martins (1981, p. 21), “as palavras ‘camponês’ e ‘campesinato’ são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política”. Elas foram “introduzidas em definitivo pelas esquerdas”, no final da década de 1950, “para dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam”, em vários pontos do Brasil, naquela década. “Antes disso, um trabalhador parecido, que na Europa e em outros países da América Latina é classificado como camponês, tinha aqui denominações próprias, específicas até em cada região”.<sup>10</sup> O autor cita as de caipira, caiçara, tabaréu e caboclo. Posso agregar a de colono, para o Sul do país e, especialmente, de forma mais ampla para o território brasileiro, a de lavrador. Essa “nova palavra política” – camponês – teria procurado expressar uma unidade da situação de classe “camponesa” na luta política contra os “proprietários de terra”. Estes últimos, antes designados de estancieiros no Sul, fazendeiros no Sudeste e Centro-oeste, senhores de engenho no Nordeste e seringalistas no Norte, têm a designação mudada para latifundiários.

Esta polarização é retomada e atualizada (agora, camponês versus agronegócio) com os debates sobre a recampanização ou recamponização, especialmente, no que se refere aos movimentos sociais do campo no Brasil, com a influência da organização internacional La Via Campesina. É importante registrar que a Via Campe-

sina tem uma concepção mais aberta – para contemplar a enorme diversidade dos “camponeses” no mundo – entendendo que camponês significa “povo(s) do campo”<sup>11</sup> e inclui paysano/a, campesino/a, pequeno/a agricultor/a, pequeno/a produtor/a, ou trabalhador/a rural ou indígena, além de agricultor/a familiar [*family farmer*]. Apoiando-se em uma significativa fala de uma liderança da organização, Desmarais (2013, p. 296) destaca: “aqueles envolvidos na Via Campesina não necessariamente distinguem esses termos”.

Ressalto que a noção de recampanização proposta por Ploeg (2006) expressa estratégias assumidas por camponeses frente às inseguranças que resultam do controle cada vez maior e da redefinição, pelas corporações internacionais ligadas ao *agribusiness*, dos grandes circuitos de comercialização de produtos agrícolas. Considerando o foco deste livro, sublinho a estratégia de “retomada da artesanidade”, em oposição clara à noção de “agricultura industrial” e à desqualificação do “camponês” e de seus conhecimentos – ou saberes e fazeres – artesanais. Em contrariedade, também, com o “conceito de agroecologia para produção em escala” proposto por Machado e Machado Filho (2017).

A propósito, como espero que o leitor perceba ao longo de todo o texto, meu eixo de análise para buscar entender a aplicação (ou não) da Ciência e Tecnologia na agricultura<sup>12</sup> está baseado em dois argumentos principais.

O primeiro, seguindo Byé e Fonte (1992), é considerar que no seio dos “lotes de técnicas” praticados na agricultura estão combinados “saberes agrícolas” (ou camponeses, ou artesanais, ou empíricos),

<sup>11</sup> Ao verter do inglês para o português o livro de Annette Aurélie Desmarais, o tradutor optou por “gente do campo”, para *people of the land*. Uma consulta no site da Via Campesina mostra que a organização utiliza *peuples*, em francês, e *pueblos*, em espanhol, o que leva à opção por “povos do campo”, já utilizada nos debates sobre Educação do Campo. Em relação à frequente tradução de *agribusiness*, prefiro manter a palavra em inglês, porque aquela feita no Brasil – para “agronegócio” – gera confusões com as chamadas forças do “Agro” e com a denominada “bancada ruralista” no Congresso Nacional. Isso, a meu ver, acaba confundindo análises e posicionamentos.

<sup>12</sup> Como já foi explicitado no Prólogo, repito aqui que esse é um dos focos principais deste livro, já que ela deve servir para apoiar a ação docente em uma disciplina de graduação de História da Produção Científica e Tecnológica voltada à Agricultura, na Licenciatura em Educação do Campo da UFSC.



“saberes industriais” e “saberes científicos”. Esta “combinação” evoluiu no tempo sem que haja ruptura brutal, mas modificações na hierarquia desses saberes. O que me interessa mais de perto no debate sobre a agroecologia é que Pascal Byé e Maria Fonte insistem sobre a importância da continuidade e da rotina na mudança técnica e, também, na permanência dos saberes e práticas agrícolas artesanais, apesar da indiscutível industrialização das técnicas agroalimentares.

O que me conduz ao segundo argumento, esse baseado em Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), o da “apropriação industrial do processo de produção agrícola”. Para esses autores, a chave para compreender o caráter único da agricultura não está nem nas relações sociais (predominante na análise marxista), nem nas proporções entre fatores (que prevalece na análise neoclássica), mas no fato da agricultura confrontar o capitalismo com um processo de produção natural. A tese central de David Goodman, Bernard Sorj e John Wilkinson é a incapacidade histórica do capital industrial em transformar o sistema agroalimentar como um todo unificado. Assim, em diferentes conjunturas históricas, os capitais industriais têm-se restringido a apropriações parciais do processo de trabalho rural. E à medida em que certos elementos discretos (no sentido de isolados, não contínuos) do processo de produção rural tornam-se suscetíveis de reprodução industrial, eles são apropriados pelos capitais industriais e reincorporados na agricultura como insumos ou meios de produção.

A meu ver, essas duas abordagens não apenas contribuem para elucidar a história longa da agricultura, como podem auxiliar no esclarecimento de muitos pontos no debate sobre a agroecologia. Especialmente se for considerado que a agroecologia pode apontar para um modelo pós-industrial (ou artesanal) de agricultura, tendo no topo da hierarquia dos três saberes o saber camponês, apoiado pelo saber científico. E que a agroecologia pode responder à degradação ecológica das áreas rurais e aos problemas sociais gerados pelo modo anárquico das apropriações industriais parciais da produção agrícola. Fique claro que isso não significa que eu considere que a agroecologia possa ser vista “apenas como uma

opção a mais na caixa de ferramentas que poderia solucionar os problemas criados pela agricultura industrial-convencional”, ou que, para isso, ela “poderia ser combinada com outros enfoques disponíveis da Revolução Verde”. (SOCLA, 2014)

Ora, discutir essa possível “cooptação da agroecologia” (LA VIA CAMPESINA, 2017; SOCLA, 2015) reforça o interesse em estudar o(s) significado(s) ou a(s) definição(ões) de agroecologia, no processo de construção das questões agroecológicas na Educação do Campo.

O uso do plural é explicado pela “expressiva polissemia” dessa “noção” (NORDER et al, 2016). Ou seja, há uma “multiplicidade de significados” para ela. Mais do que isso, a relação de forças e as alianças entre atores sociais presentes no processo de geração de políticas públicas voltadas à agroecologia (movimentos sociais, acadêmicos, “mundo agrícola” e os “fazedores” de políticas públicas) “desenham concepções” não apenas “diferentes”, mas “por vezes antagônicas da agroecologia”. (LAMINE, NIEDERLE e OLLIVIER, 2018) Creio que isso seja uma consequência do fato da agroecologia estar associada, mesmo que apenas implicitamente, com a crítica ou a reflexão crítica sobre pesquisa, tecnologia, práticas produtivas e prioridades políticas “convencionais”. (BUTTEL, 2003, p. 1)

Neste sentido, é importante recordar, seguindo Brandenburg, Billaud e Lamine (2015, p. 10), o que aconteceu com outras críticas precedentes ao modelo de agricultura dominante e que o movimento agroecológico precisa, se quer “se constituir em sistema de ação pública”, encontrar aliados para além do “mundo agrícola”. E asseveram: “sob esse ponto de vista, o caráter pluralista da agroecologia se apresenta como uma trajetória mais promissora”.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> *ibid.*, p. 10

No quadro da incorporação da agroecologia na Educação do Campo, é indispensável refletir sobre se essa “multiplicidade de significados” ou “polissemia” tem sido apresentada aos estudantes ou se, ao contrário, apenas um significado tem sido posto à vista dos educandos, procurando torná-lo único ou hegemônico.

Buscando construir um Educador do Campo que tenha “uma formação em Agroecologia com perfil crítico, ético e humanista” (NORDER et al, 2016, p. 12) é que estructurei esse texto em dois capítulos, acrescido desta introdução e das considerações finais. Recordo, antes de passar à apresentação do plano justificado do livro, que um dos seus objetivos centrais é servir como um material de apoio para que docentes de Educação do Campo articulem elementos ligados ao debate sobre métodos e processos de produção agrícola com os conteúdos “específicos” que ministram, especialmente aqueles relacionados às Ciências da Natureza e Matemática. Assim, boa parte da abordagem busca servir de referência para uma disciplina (ou disciplinas) ligada(s) à história das ciências e das técnicas aplicadas à agricultura.

Inicialmente (Capítulo 1), considerando que uma questão central para a agroecologia é a valorização ou qualificação dos saberes-fazeres camponeses, trabalho o seu oposto, a desqualificação do camponês. Como fui alertado por um leitor atento, chamo a atenção para que o termo qualificação não é aqui confundido com “formação de mão-de-obra”, em geral usado em oposição à ideia de um trabalhador supostamente desqualificado para o mercado de trabalho capitalista. Trato dos efetivos reconhecimento e valorização dos saberes-fazeres dos agricultores. Voltando à desqualificação, é importante sublinhar que, nos textos da Educação do Campo, em geral ela é associada à Revolução Verde e à década de 1960, o que se encaixa melhor na narrativa da polarização Camponês versus Capital ou Agronegócio. O objetivo do primeiro capítulo é mostrar que tal desqualificação começa muito antes, pelo menos a partir da metade do século XIX, e é produto da intelligentsia (marxista, narodnik ou liberal... capitalista ou socialista... russa, norte-americana ou brasileira...), especialmente daquela ligada à Agronomia.

Em seguida (Capítulo 2), trabalho um dos temas centrais (ou, um dos lados ou ângulos) deste livro, que é a agroecologia. Ou, melhor, que são as agroecologias. Porque a ideia foi de apresentar a polissemia desse termo. Faço isso recuperando dois textos clássicos (Buttel, 2003 e Wezel et al., 2009) nos debates internacionais.

E, especificamente para o caso brasileiro e no que interessa mais de perto à Educação do Campo, trabalho a história do “ingresso”, a partir de 2000, da agroecologia no ideário do MST. Em seguida, dentro da perspectiva da diversidade, apresento uma crítica marxista a essa opção do Movimento, para, por último, discutir as relações da polissemia da agroecologia com a Educação do Campo. Neste debate, em primeiro lugar, discuto a frequente referência à existência de duas “vertentes”, “correntes” ou “escolas” de agroecologia – a “americana” e a “europeia” ou “espanhola”, considerando que tal classificação se impôs em materiais de formação para a Educação do Campo, em trabalhos acadêmicos sobre o tema e, por consequência, em aulas e debates em Licenciaturas em Educação do Campo. Em segundo lugar, examino a agroecologia vista como ciência e suas relações com os fundamentos das Ciências da Natureza e da Matemática, ressaltando que trabalhar a ecologia e os conceitos ecológicos – ao proporcionar a compreensão da natureza dos agroecossistemas e dos princípios que regem seu funcionamento – é plenamente compatível com os princípios da Educação do Campo. Em terceiro lugar, lembrando um ponto fundamental: a agroecologia nasceu claramente vinculada à pequena agricultura tradicional ou camponesa, coloco diante do leitor a reflexão sobre a escala na/da agroecologia e suas relações com Licenciaturas em Educação do Campo. Afinal, a escala é um elemento fundamental nos debates sobre a questão agrária e, conseqüentemente, sobre as propostas de ação e sobre os posicionamentos dos atores sociais em relação ao desenvolvimento rural. Em quarto lugar, apresento um ponto que, a meu ver, precisa ser complexificado nos debates em Licenciaturas em Educação do Campo: a relação entre agroecologia e mercado. Este questionamento inclui as noções de “convencionalização” da agroecologia e o não-tratamento, em Licenciaturas em Educação do Campo, da diferenciação e da segmentação do mercado alimentar porque isso representaria um “desvio de foco” (em relação à transformação social) ou, pior, uma “adesão ao agronegócio”. Em quinto – mas, não menos importante – lugar, trato de uma questão sensível: a institucionalização da agroecologia e da Educação do Campo. Sensível, porque, dentro

das análises ancoradas no binômio “cooptação ou conflito”, frequentes nos debates realizados em Licenciaturas em Educação do Campo, a institucionalização é, muitas vezes, associada ao primeiro termo (cooptação) ou à “convencionalização”. E tanto da agroecologia, quanto da própria Educação do Campo. Contra essa tendência, mais uma vez, defendo uma construção coletiva, em Licenciaturas em Educação do Campo, de uma abordagem polissêmica da agroecologia.

Encerrados os capítulos, passo às considerações finais, buscando fazer jus ao título do livro e firmar que, até agora, nos debates da Educação do Campo – mais especificamente, em Licenciaturas em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática, ela própria, a agroecologia e o campesinato são três ângulos e três lados, mas não formam um triângulo. O que quero expressar com essa figura é que elas não têm sido trabalhadas de forma efetivamente articulada, integrada. No meu entendimento, esse “não-fechamento” do triângulo é gerado – ou, pelo menos, agravado – por um conflito entre dois polos docentes que, crescentemente, se opõem ou, pior, combatem um ao outro, no interior de Licenciaturas em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática: um nominado de “acadêmico” e outro, de “vanguardista” ou “militante”. Sem a menor pretensão de arbitrar tal conflito, indico que minha pesquisa encaminha uma reflexão mais profunda sobre uma “agroecologia de resultados” – em direção à amplificação da agroecologia e à transformação do sistema alimentar industrial e globalizado; sobre a forma que as escolas do campo (segundo a definição dada pelo Decreto 7.352/2010) podem funcionar como eixos de ação nos processos territoriais para contribuir para tal amplificação; e sobre a necessidade de formar educadores do campo em sintonia com essa perspectiva. O que implica em buscar estabelecer, no seio de Licenciaturas em Educação do Campo, um entendimento comum sobre a agroecologia como, ao mesmo tempo, uma prática, uma ciência e um movimento sócio-político. Dizendo de outra forma, trabalhar, efetivamente, esta polissemia da agroecologia.



# Capítulo 1

## A desqualificação do camponês



“

*[...] O conhecimento tradicional [na agricultura] pode não sobreviver aos testes [das ciências] ocidentais. O conhecimento tradicional pode não gerar hipóteses testáveis e, quando gera, as hipóteses podem ser rejeitadas. E o conhecimento – tipicamente contido em mitos e expectativas sociais – pode até não ser consistente internamente. Mas o conhecimento tradicional [na agricultura] sobreviveu ao teste do tempo – às pressões seletivas das secas, tempestades, invasões de pragas e doenças – e geralmente por mais séculos do que o conhecimento [científico] ocidental sobreviveu.*

Richard B. Nogaard,  
em A Base Epistemológica da Agroecologia

*Você fica perdendo o sono,  
pretendendo ser o dono das palavras,  
ser a voz do que é novo;  
e a vida, sempre nova, acontecendo de surpresa,  
caindo como pedra sobre o povo.*

Belchior,  
em Caso comum de trânsito

Este capítulo procura tratar do primeiro ponto ligado ao debate sobre a agroecologia e/na Educação do Campo: a valorização do saber camponês. Altieri (2012, p. 16) sublinha que “a Agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e

técnicas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação”<sup>14</sup>. Dizendo de outra forma, “os sistemas agroecológicos são profundamente enraizados na racionalidade ecológica da agricultura tradicional”.<sup>15</sup> López García e Guzmán Casado (2012, p. 7), retomam a mesma linha ao afirmar que “o conhecimento tradicional camponês se encontra na base da pesquisa agroecológica, já que nele podemos encontrar elementos da racionalidade ecológica no manejo dos recursos naturais que as sociedades camponesas desenvolveram ao longo da história”. Mais do que isso, no contexto atual de crise ecológica global, a recuperação e a atualização deste conhecimento seriam mais importantes do que nunca. Especialmente se forem “ativados processos subjetivos de mudança no imaginário coletivo, necessários para ativar dinâmicas endógenas de mudanças sociais dirigidas à sustentabilidade”.<sup>16</sup> Tais dinâmicas têm sido negadas e, pior, atacadas, em áreas caracterizadas pela agricultura tradicional, que continuam a ser “assistidas” por modelos de transferência de tecnologia e de organização da produção implementados de cima para baixo.

Ora, a antítese dessa valorização dos camponeses – e de seus saberes e fazeres – é a sua desqualificação. Normalmente, tal desqualificação é associada ao Capital e, especialmente, à Revolução Verde. Para Caporal (2015, p.121), com a Revolução Verde as escolas de Ciências Agrárias “foram transformadas em um laboratório para profissionais de repetição e técnicos de receitas” e “as bases científicas da Agronomia deram lugar a um processo de transmissão de informações desconectadas sobre aspectos parciais das etapas da produção agrícola”.

14 Sublinho que a primeira edição em inglês desse livro se deu há mais de quarenta anos (em 1987, segundo o *Curriculum Vitae* do autor) e que Miguel Altieri, tendo estudado os sistemas de produção agrícola dos camponeses andinos, constatou que, apesar de viverem e produzirem em condições edafoclimáticas consideradas inóspitas, essas populações camponesas conseguiram se reproduzir socialmente por diversas gerações, o que evidenciava seus saberes, promotores de uma sustentabilidade histórica.

15 *ibid.*, p. 17

16 *ibid.*, p. 7



Na mesma perspectiva, Machado e Machado Filho (2017, p. 35) chegam a mencionar que a agroecologia, como forma de agricultura, retomaria “as concepções agrônômicas de produção pré-revolução verde”. Como será visto, essa é uma visão otimista ou ingênua da história da Agronomia, especialmente no que se refere as suas bases científicas e a seu relacionamento anterior com agricultores ou camponeses, já que a sua (deles) desqualificação está associada à origem deste tipo de formação. A propósito, é interessante registrar que, em texto produzido anos antes apenas por Luiz Carlos Pinheiro Machado, o autor tenha feito uma afirmação contraditória com aquela indicada acima e muito mais em sintonia com a perspectiva em que eu trabalho:

A partir do século 19, a indústria passou a ter na agricultura uma atraente fonte de reprodução do capital e começou a interferir na formação intelectual dos profissionais, que lhe dão apoio técnico-científico, especialmente os agrônomos. É nesse período que se fundam os principais cursos de agronomia na Europa, América do Norte e América do Sul. E é a partir daí que se cria uma estreita relação, para não dizer dependência, entre os interesses da indústria e os conteúdos curriculares dessas profissões. (MACHADO, 2013, p. 230)

Procurarei indicar, ainda, neste capítulo, as origens da postura “vanguardista” em trabalhos de assessoria – política e/ou técnica – a movimentos ligados a agricultores ou camponeses, mesmo que intenções libertadoras sejam sempre anunciadas. Isso é importante para a minha análise sobre a polissemia da agroecologia porque, em geral, tal postura leva a uma tentativa de homogeneização do que é diverso e à busca por hegemonia de uma “definição” (no caso, de agroecologia), sempre em nome de uma suposta unidade do “movimento” (no caso, da Educação do Campo).

Como foi mencionado na introdução, o ponto de partida deste capítulo foi o texto de Nathalie Jas, que faz uma associação, no quadro da agricultura já capitalista da França da metade do século XIX, entre o processo de desqualificação do camponês e de seus saberes e a sua tutela [*prise en charge*] por um siste-

ma de orientação/assistência técnica. Sistema que tem no seu “coração”, ainda segundo a autora, “não apenas o agrônomo e seu saber, mas também suas necessidades, seus interesses e suas lógicas”. (JAS, 2005, p. 46) Esta, como procurarei indicar a seguir, é uma ponte importante para o entendimento das ligações entre a ciência agrônômica e a questão agrária, pouco percebida, como mencionei, nos debates sobre a Educação do Campo. Ainda mais se seguirmos, como fez Jas (2005), a historiadora americana Deborah Fitzgerald, que entende que as “ciências agrônômicas” teriam produzido “um sistema que busca controlar conjuntamente a natureza e os homens, e que, por essa via, ao mesmo tempo, gera conhecimentos de forma permanente e reconfigura o mundo social”.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> *ibid.*, p. 45

Como já foi mencionado, os textos relacionados à Educação do Campo consideram, em geral, que essa desqualificação do camponês

<sup>18</sup> *ibid.*, p. 325

– e de seu saber-fazer – teria ocorrido basicamente a partir da Revolução Verde e com a globalização do *agribusiness*, nos anos 1960, ou seja, mais de um século e meio depois. Já outros autores, em especial Handy (2009), argumentam que a afirmação de que a “agricultura industrial ou científica traz consigo eficiências dramáticas na produção”, únicas capazes de compensar a renovada ameaça do aumento populacional, tem suas “raízes” em “uma longa história de culpar os camponeses pelo atraso econômico e pelo subdesenvolvimento social”. (HANDY, 2009, p. 325) Para Jim Handy, o início desse processo encontra-se no cercamento dos campos [*land enclosure*], na Inglaterra, nos séculos XVII e XVIII. Escritores dos setores poderosos da sociedade da Grã-Bretanha, buscando justificar a “acumulação primitiva” e o aumento das desigualdades, defenderam, então, a “agricultura científica” em propriedades grandes e intensivas em capital e “pintaram seus opositos”, os camponeses, como “atrasados, ignorantes, rudes e sem lei”. Tratava-se de reforçar “estereótipos culturais existentes”, que se mostraram tremendamente duradouros e que “influenciaram a agricultura e as políticas de desenvolvimento econômico em todo o mundo”.<sup>18</sup> À frente, o referido autor cita a “teoria da

modernização”, no pós-Segunda Guerra Mundial, que “defendia explicitamente a eliminação dos efeitos idiotizantes [stultifyng] da tradição, cuja expressão mais óbvia era o camponês”. Trata-se de mais um exemplo de crítica à “miséria idiota” dos camponeses, que, “apesar de todas as provas em contrário, continuaram a ser retratados como imutáveis, irracionais e teimosos” (HANDY, 2009, p. 342)

Trato a seguir, ainda que de forma rápida, da situação de alguns países. A França, pelo papel seminal que teve, pelo menos para mim, o artigo citado de Nathalie Jas. A Rússia, em função da influência que os debates sobre a educação dos camponeses e as propostas de agricultura dos marxistas agrários russos tiveram e têm sobre os debates da Educação do Campo. Por essa pertinência e pela dificuldade que uma parcela dos docentes que ingressam em Licenciaturas em Educação do Campo normalmente tem com relação ao acesso e à leitura do tipo de bibliografia trabalhada, também por ser em inglês e francês, me deterei mais nesse caso. Depois, os Estados Unidos, porque, como veremos, a história das propostas de agricultura em grande escala e “tratorizada”, prevaemente entre os marxistas agrários russos não pode ser separada do que ocorria, ao mesmo tempo, “na América”. E, finalmente, o Brasil em que vivemos e trabalhamos com Educação do Campo, onde o personagem Jeca Tatú persiste “no imaginário social e no pensamento” do país (VASCONCELLOS, 2009), mais de cem anos após sua criação/publicação, em 1914. Nesse caso, em função de uma vasta bibliografia nacional disponível sobre a formação, precariedade, marginalização e esquecimento da agricultura familiar brasileira, sobre a história da agronomia no país e sobre as políticas e ações governamentais voltadas à agricultura e ao crescimento agrícola excludente, apenas procurarei ilustrar como a desqualificação dos povos do campo no Brasil também começou no século XIX e se deu em função do “mimetismo” (SCHMIDT, 1996) com o que ocorria, primeiro (século XIX), na Europa e, um pouco mais tarde (início do século XX para a frente), nos Estados Unidos.

## 1.1. França

Ao trabalhar a “importação” do “modelo” de estações agrônômicas alemão para a França, na segunda metade do século XIX, Jas (2005) refere-se ao papel chave que teve Louis Grandeau. Doutor em Física, em 1863, e em Medicina, em 1866, Grandeau era “farmacêutico de primeira classe”, com sólida formação científica e prática de laboratório (JAS, 1997, p.196). Até 1867, ele era alheio à pesquisa agrônômica e à agricultura, mas, depois de “estimulado por [Justus von] Liebeg” e “entusiasmado” com as estações alemãs (JAS, 1997, p. 197), fundou, em 1868, em Nancy – de onde era originário, a Estação Agrônômica do Leste. (JAS, 2005, p. 48) Na verdade, a partir de 1867, Grandeau realizou uma campanha para desenvolver a ciência agrícola na França e para converter os agricultores franceses a essa ciência. O discurso da campanha por ele realizada tinha quatro bases: a) a ligação absoluta entre estação agrônômica e prosperidade nacional; b) a superioridade de pesquisas feitas em laboratório; c) a construção de uma dupla imagem dos agricultores; e d) a capacidade das estações agrônômicas e dos químicos agrícolas de mudar a sociedade a que pertencem, de forma a que ela não possa mais abrir mão do saber, da competência e das instituições a eles ligadas.

Dado o foco do presente livro, sempre seguindo Jas (2005), centrar-me-ei nas bases “c” e “d”. Grandeau divide os agricultores em dois tipos. De um lado, aqueles, “inteligentes e dispendo de capital considerável” (os grandes proprietários e os agricultores ricos), que já estariam “engajados na agricultura capitalista e moderna” – simbolizada, à época, pela utilização de fertilizantes ditos industriais – e sabiam “se submeter à ciência e, sobretudo, às análises químicas do solo”. No lado oposto, “uma massa ignorante, ingênua e até estúpida, avara, afligida por esse mal pernicioso que é a rotina”. Tal “massa”, camponesa, apresentada como “inculta, incapaz e inconsciente de seus próprios interesses”, não poderia, evidentemente, ser vista como o vetor do progresso da agricultura.

Assim, para Grandeau, seria preciso realizar “a transformação dessa massa de ‘cultivadores’ em agricultores-modelo, ‘inteligentes’, convertidos, ao mesmo tempo, ao capitalismo e à ciência”. Para tal realização, contava-se, somente, com os agrônomos e as estações agronômicas, com os seus serviços de ensino, extensão [vulgarisation] e orientação [conseil] técnica. Agrônomo que, ainda segundo Grandeau, não deveria “permanecer passivamente no seu laboratório”, tendo, ao contrário, a obrigação de “ser ativo, difundir, ajudar, informar e provocar” os camponeses. Em suma, prossegue Nathalie Jas, caberia aos agrônomos desenvolver meios que permitissem a eles “assumir [prendre en charge] e transformar os camponeses”, que seriam, “por natureza, incapazes de um verdadeiro progresso”. Como analisa a autora, esse discurso foi “interiorizado” por gerações de representantes das ciências agronômicas – estivessem eles na pesquisa, na assistência técnica, ou na definição de políticas agrícolas<sup>25</sup>. E teve, também, efeitos muito concretos, porque prometia mudanças e convocava à ação.

<sup>25</sup> Pensando no longo prazo, pode-se adicionar: ou, no ensino e na definição de políticas voltadas à educação rural e/ou agrícola e/ou, agora, “do Campo”.

Um desses efeitos é a justificação, a promoção e a implantação de estruturas de orientação/assistência à agricultura. Tudo isso aconteceu, como sublinha Jas, antes da Primeira Guerra Mundial. Um dos atores principais no processo descrito foi o Estado, que se engajou por um tipo de progresso agrícola

proposto por uma agricultura intensiva, capitalista, repousando sobre a ciência e na qual o camponês, desqualificado, apresentado como incapaz por natureza, deve se submeter às escolhas e às práticas determinadas pelo agrônomo e sua ciência. (JAS, 2005, p. 55)

Ressalte-se, ao fechar essa seção, que Nathalie Jas trata do caso da França, país em que a agricultura “industrializada” vai ganhar amplitude, e de forma relativamente adaptada à sua estrutura fundiária e sociocultural, apenas após a Segunda Guerra Mundial.

## 1.2. Rússia<sup>26</sup>



*[...] Podemos ver os debates da sociedade russa sobre o futuro do campesinato como um instrumento "pelo qual uma cultura cria sua própria versão, em seus próprios termos, de outra".*

Ilya V.Gerasimov

*Como a parteira auxilia o nascimento da criança, assim a intelectualidade deve vir a ser a obstetra do pensamento dos camponeses.*

Voroncov,  
Economista "populista" Russo, 1884

De acordo com Gerasimov (2004), na sequência da fome de 1891-1892, "os agricultores não privilegiados da Rússia foram cada vez mais vistos como um grupo inerte e desorganizado de produtores ineficientes" (p. 240). Tratava-se de "um abandono dramático das crenças populistas, que dominaram a opinião pública durante as décadas anteriores e **que viam o camponês russo como um gênio inato do cultivo da terra**".<sup>27</sup> Mais do que isso, ainda seguindo o mesmo autor, após a Revolução de 1905, houve um crescente consenso "entre o público ilustrado" [*educated public*] de que a saída da crise agrária era a "via da prática racional, pouco conhecida pelos agricultores, mas bem estudada por pessoas da ciência". Assim, aos camponeses não bastava ser "bons russos", eles precisavam "aprender

<sup>26</sup> Esta seção não tem a menor pretensão de reconstruir o debate clássico entre Chayanov e Lenin a respeito do papel e do destino dos camponeses na Rússia da virada do século XX e muito menos dar argumentos a, como define Ploeg (2016), "campesinistas" (a favor da posição Chayanoviana) ou a "descampesinistas" (que defendem a abordagem Leninista) nos debates sobre Reforma Agrária. O foco está na desqualificação do camponês, que é o eixo deste capítulo.

<sup>27</sup> *ibid.*, p. 240, grifos W.S.

<sup>28</sup> *ibid.*, p. 240, parênteses no original, grifos W.S.

a se tornar agricultores eficientes”. E conclui Gerasimov: “a sociedade ilustrada [*educated society*] russa mudou seu automeado papel histórico de emancipadores (para revelar a essência “verdadeira” do povo) para modernizadores (para ensinar novas habilidades e conhecimentos ao povo)”.<sup>28</sup>

Quando as ideias em torno da “agronomia social” surgiram na Rússia depois de 1905, “não havia dúvidas quanto à suposição de que os camponeses cultivavam ‘incorretamente’ e ‘irracionalmente’. E se as práticas camponesas pudessem ser explicadas, isso não significava que elas deveriam ser toleradas”. (KOTSONIS, 1999, p. 101) Ou dizendo de outra forma,

os escritores eram claros: os camponeses não estavam dentro daquele pequeno número que “sabia” [*knew*], de modo que a “ciência” significava uma apropriação das competências agrícolas pelo profissional treinado<sup>29</sup> [*trained professional*]. (KOTSONIS, 1999, p. 102, aspas no original)

<sup>29</sup> O autor cita, para ilustrar, “uma diatribe” de Aleksandr N. Chelintsev “contra populistas de estilo antigo que sugeriam que os agrônomos deveriam reconhecer seus próprios limites e aprender com os camponeses”: “Eu protesto categoricamente, ele escreveu, uma vez que somente o agrônomo, entre os envolvidos na agricultura e na política agrária, estava alicerçado na ‘ciência’. E se ele cometesse erros, bastava ‘aperfeiçoar sua ciência.” (KOTSONIS, 1999, p. 102)

Como sublinham Kopsidis, Bruisch e Bromley (2013, p. 4), “no final do século XIX, o estereótipo do camponês ‘atrasado’ entrou no discurso público” da Rússia. A acusação de “ignorância e irracionalidade”, de relutância a qualquer tipo de mudança e ao “aconselhamento científico”, por ser “agarrado às técnicas da agricultura tradicional” e a um “espírito coletivista” [o da comuna camponesa e não aquele do “trabalhador coletivo” proposto/desejado pelos marxistas] era partilhada pelos adeptos da ideologia socialista. (KOPSIDIS, BRUISCH e BROMLEY, 2013, p. 4, colchetes W.S.) Mais do que isso “o estereótipo do atraso camponês era crucial para a auto compreensão bolchevique”.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> *ibid.*, p. 4

Esta rápida síntese dá condições de referir o “populismo clássico” e o “neo-populismo” russos<sup>31</sup> – que, seguindo outros autores (FERNANDES, 1982, PLOEG, 2016), vou tratar pela forma russa *narodnik(i)*, “para evitar qualquer confusão que a analogia com o populismo latino-americano poderia causar” (FERNANDES, 1982, p. 9) e, mais recentemente, com diversas manifestações de populismo político – de direita e de esquerda – espalhadas pelo mundo.

Inicialmente, entre o “povo ilustrado” russo, destacarei os agrônomos ligados à “agronomia social” – ou à “engenharia social”<sup>32</sup>, todos seguindo o entendimento de que “as massas” (ou, “o povo”, leia-se todos aqueles que não fazem parte da intelectualidade ou dos “privilegiados”) devem ser “organizadas racionalmente” – a partir de uma transformação das mentes, pela educação. Como destaca Kotsonis (1999, p. 95), “os agrônomos prometiam ‘arar mentes em vez de terra’ e ‘reorganizar’ todos os camponeses em uma sociedade rural que começava a ser definida e liderada pelos primeiros e únicos cidadãos da Rússia rural, os profissionais”. Por isso, Gerasimov (2009, p. 249, grifos W.S.) considera que a “encarnação da versão russa do ‘engenheiro social’ era o agrônomo” local, que, em grande número, servia a aglomerados de aldeias, e cuja “principal tarefa era educar os camponeses nas novas tecnologias de cultivo da terra e na agricultura racional, criando o novo homem econômico na aldeia”.

<sup>31</sup> Pallot (1998, p. 20, colchetes W.S.) faz a ressalva de que “(...) é enganador estabelecer um elo entre o populismo romântico do século XIX e o ‘neopopulismo’ dos agrônomos, pois não só havia pouca idealização romântica, mas, ao contrário dos populistas anteriores, os extensionistas [*field workers*] assumiram que eles tinham muito pouco a aprender com os camponeses atrasados. Entre os profissionais, a miséria [do camponês] misturava-se à competência técnica [do profissional] para produzir uma relação de autoridade e paternalismo, com camponeses ignorantes subordinados aos agrônomos educacionalmente superiores. Daí as suposições – por vezes, contundentes, mas sempre implícitas – sobre a ignorância dos camponeses.”

<sup>32</sup> Sem esquecer os pedagogos da “educação social” ou “pedagogia social”, afinal, segundo Pistrak (2000, p. 74 – o texto original é de 1924, grifos e parênteses W.S.),  
>>



>> "(...) a agricultura na escola pode permitir o desenvolvimento da ideia de cooperação, do aperfeiçoamento da exploração [produção] agrícola, da intensificação da agricultura, da eletrificação etc. (...) No campo, a escola com sua exploração [produção] rural é o centro cultural mais importante. O objetivo a atingir não é apenas econômico, mas, antes de tudo, político. Pertencendo, em consequência, ao domínio da pedagogia social. É assim que se deve imaginar a exploração [produção] e o trabalho racionais da área escolar: a escola deve preparar os organizadores da sociedade de amanhã. (...) Pistrak julgava que a agricultura russa "ainda era simples" e que "a forma do trabalho dos camponeses" não era "estritamente profissional", "mas ligada à vida e à atividade humana em condições puramente naturais". (ibid., p. 68) Ou, considere-se Blonski, citado por Berelowitch (1990, p. 37), ao indicar que a direção desejada pela pedagogia soviética era "a criação do homem perfeito": >>

Assim, a maioria dos agrônomos russos desse período "denominou sua abordagem de agronomia social (*obshchestvennaia agronomiia*)". (KOTSONIS (1999, p. 95, parênteses no original). O adjetivo social é explicado porque aquela jovem geração russa de *experts* considerava que "o 'progresso' consiste ao mesmo tempo em uma melhoria na organização da produção (ordenamento do território, introdução de técnicas novas) e em uma educação das massas camponesas" (STANZIANI, 1998, p. 99, parênteses no original, grifos W.S.). Para eles, "é ao especialista e não ao partido político a quem cabe guiar o 'renascimento da Rússia'<sup>33</sup>.

Isto significava que "a mudança material exigia que eles entendessem e mudassem a cultura e a sociedade que os recebiam". (KOTSONIS, 1999, p. 95) Assim, sob essa "abordagem social", a agronomia não se resumia a aprimorar o conhecimento, mas em como "usar o conhecimento e a melhoria material para transformar uma população que eles acreditavam que não poderia se transformar" por conta própria.<sup>34</sup> Tais premissas, por sua vez, serviam de base para conceitos sobre a ordem social e o caráter de autoridade.<sup>35</sup> Ao propor que cada unidade produtiva tivesse um "plano organizacional da família trabalhadora", elaborado pelo agrônomo segundo os preceitos do "progresso" e da "ciência" que apenas esse *expert* podia dominar, se estava agindo, ao mesmo tempo, sobre "as mentes e a psique do camponês atrasado".<sup>36</sup> Ou como descreve Pallot (1998, p. 18, aspas no original),

o agrônomo – tecnicamente competente, urbanizado e auto conscientemente não camponês – conceberia o "plano organizacional da unidade familiar de produção", e o camponês trabalharia para executá-lo. O especialista "sabia" melhor que o funcionário, o nobre do zemstvo e o próprio camponês. Ele identificaria a natureza e a dinâmica da unidade camponesa, a reestruturaria seguindo a linha que ele considerava racional e tornaria os camponeses "conscientes" da economia nacional, assim como da existência fora da aldeia de uma tecnologia e uma técnica alienígenas e de uma civilização "avançada".

Na visão daqueles experts, a "ciência objetiva" permitiria superar as simples dicotomias predominantes: liberdade [*liberty*] e opressão; autonomia [*freedom*] e coerção; democracia e ditadura; esquerda e direita. Novas oposições binárias foram, contudo, postas por eles: tempo do atraso e tempo do progresso; escuridão e luz (ou ignorância e ilustração); corpo e mente; espontaneidade e consciência; massas e intelectuais. Nelas, os agrônomos sociais colocaram a si próprios em uma extremidade e os camponeses na outra. Isso porque "presumiram que os camponeses – vítimas de sua própria ignorância, tanto quanto da opressão do sistema socioeconômico – seriam incapazes de compreender profundamente os seus próprios interesses e de os articular." (KOTSONIS, 1999, p. 94) Assim, recuperando uma das oposições binárias, "o agrônomo estava destinado a ocupar um papel permanente como administrador

>> "A educação do homem o mais forte e o mais social possível, esse é o nosso objetivo final. Um domínio total sobre as forças da natureza e uma participação completa na vida da humanidade, esse é o nosso ideal". O que faz Berelowitch perguntar: "Como não ver, assim, que o empreendimento de uma organização científica da natureza humana se associa àquela de uma organização científica da sociedade?" (ibid., p. 37) Para refletir sobre o que resultou dessa "direção", sugerimos a leitura do instigante "O fim do homem soviético", da Prêmio Nobel de Literatura de 2015, Svetlana Aleksievitch, publicado no Brasil pela Cia. das Letras (ALEKSIÉVITCH, 2016)

<sup>33</sup> ibid., p. 99, aspas no original.

<sup>34</sup> ibid., p. 95

<sup>35</sup> ibid., p. 96

<sup>36</sup> ibid., p. 96

do camponês desamparado” – porque condenado à escuridão [darkness] também permanente –, “agindo como o cérebro que gerencia o corpo do camponês”.<sup>37</sup>

Gerasimov (2009) procura precisar o quadro em que se insere esse agrônomo social russo:

assim, em 1915, quando Ufimskii escreveu sobre os “engenheiros sociais por vocação” russos, existia um grupo altamente visível (ou melhor, vários grupos) de praticantes, se esforçando, conscientemente, para reformar a Rússia rural. E a cultura dominante de modernização era a engenharia social no sentido do Progressismo [*Progressivism*] anterior à Primeira Guerra Mundial. Embora o termo em si tenha sido introduzido no russo apenas em 1915, podemos afirmar que noções semelhantes, como Kulturträger, “ativista público” (obshchestvennyi deiatel), ou “agrônomo social” (obshchestvennyi agronom) foram usadas exatamente no mesmo significado. (GERASIMOV, 2009, p. 256, parênteses e aspas no original, grifos W.S.)

<sup>37</sup> *ibid.*, p. 106

<sup>38</sup> *ibid.*, p. 256

Preocupado com a possível confusão resultante da aplicação atual nas ciências sociais modernas do “conceito” [*concept*] de “engenharia social” como uma “categoria de análise”, Gerasimov julga necessário um esclarecimento sobre o uso que ele faz do mesmo conceito. O autor lembra que, até aproximadamente 1915, “engenharia social” significava o reformismo de “engenheiros” (agrônomos, gerentes de cooperativas), “como profissionais privados ou membros de uma corporação profissional ou uma ampla associação pública”. Os ativistas cooperativos se concentravam nas necessidades da comunidade local e os agrônomos atuavam em prol da modernidade global. Isso não significa que esses “especialistas” tivessem “o monopólio da engenharia social” na Rússia Imperial tardia. Diferentes agências governamentais perseguiram planos ainda mais ambiciosos, mas visando preservar o Império russo pela racionalização de sua estrutura e pela melhoria de seu desempenho.<sup>38</sup>

Isso porque o cálculo e a eficiência passaram a ser considerados pré-requisitos decisivos para a realização da “modernidade rural”. “O sucesso econômico não deveria mais depender dos caprichos do clima ou de uma população rural julgada incompetente”. (BRUISCH e GESTWA, 2016, p. 19)

Em vez disso, formas eficientes de organização, prognósticos cientificamente fundamentados e inovação técnica prometem prever os rendimentos agrícolas e garantir taxas de crescimento confiáveis. Cientistas e engenheiros encontraram um novo papel na sociedade como especialistas, abrindo a porta para que eles iniciem a reordenação da economia agrária e da vida da aldeia. (BRUISCH e GESTWA, 2016, p. 19)

A associação entre “progresso” e “educação da massa dos camponeses” – que representavam de três quartos a quatro quintos da população russa – fazia com que a agronomia não pudesse ser distinta da **educação**. Isso porque se julgava que sem elevar o nível cultural da população não se poderia aumentar o grau de utilização, por exemplo, de máquinas agrícolas. E mais, como destaca, ainda, Stanziani (1998, p. 192) ao analisar o livro *As ideias fundamentais e as formas de organização da cooperação camponesa*, de Alexander Chayanov<sup>39</sup>, aquele expoente da agronomia social “não busca apenas a legitimação de uma participação ativa dos especialistas em agricultura na vida política e institucional do país. Ele procura, igualmente, delimitar o papel de outros protagonistas, a saber: os camponeses, o Estado e os partidos políticos”.

<sup>39</sup> Alessandro Stanziani destaca que o livro é publicado no início de 1919, mas que é na realidade uma revisão dos cursos que Chayanov havia ministrado em 1913 na Academia Agrícola e Florestal Petrovskij, onde era professor do Instituto de Investigação Científica da Economia Agrícola. Para aprofundar o conhecimento sobre Chayanov e sua importância seminal para os debates atuais sobre a agricultura familiar – ou, o campesinato – sugiro Carvalho, 2014; e Ploeg, 2016.

Julgo pertinente a longa transcrição seguinte, dada a importância que ela pode ter nos debates da Educação do Campo, especialmente se for considerado que Chayanov estava em oposição

aos marxistas-revolucionários (bolcheviques) que colocavam em primeiro plano a concentração (grande escala com divisão do trabalho) e o planejamento centralizado da produção agrícola (assim como, da industrial).

O "agrônomo social" dispõe de dois instrumentos para afetar essa dinâmica [de evolução de um sistema de produção – que é ligado àquela da população, do mercado e das técnicas, quase tão espontâneo quanto à seleção natural das espécies animais]. Ele pode, inicialmente, empregar políticas públicas relativas a preços, ao crédito, aos transportes etc. Ele pode, de outra parte, **agir sobre a mentalidade do camponês**, de maneira "a nele revitalizar a independência criadora e a gerir de forma racional".

Fica claro, portanto, que o agrônomo é um homem de ação menos técnica e mais social. O objeto de sua atividade são as pessoas, a *psyché* delas, a vontade e a consciência delas, as relações delas, e não as lavouras, o gado e outros elementos da unidade produtiva. Querendo criar uma nova agricultura, o "agrônomo social" **cria uma nova cultura do homem, uma nova consciência popular.**

Como nos anos anteriores à guerra mundial, o ideal de Chayanov e dos "agrônomos sociais" permanece aquele de **uma síntese entre saber técnico e educação geral.** [...] Como precisa Makarov, **o agrônomo-demiurgo forma não somente um produtor e um homem novo, mas também e sobretudo a consciência política do camponês.**

Mas se o agrônomo deseja formar a consciência política do campesinato é também porque ele estima que esse campesinato é ainda **incapaz** de alcançar a democracia. (STANZIANI, 1998, p. 192, parênteses no original, grifos W.S.)

Ou nas palavras de Kotsonis (1999, p. 97), referindo-se às cooperativas, os agrônomos sociais ao invés de usá-las para mobilizar os camponeses em torno de uma visão maior em que "pudessem se construir como agentes legítimos", serviram-se delas

para “reorganizar os camponeses sob a autoridade” dos *experts*. Com termos parecidos àqueles usados nos debates atuais sobre a Educação do Campo, havia “uma aceitação generalizada de que a agronomia era sobre os camponeses, mas não dos camponeses”<sup>40</sup>. (KOTSONIS, 1999, p. 99, grifos W.S.)

O que se apresentou até aqui já seria suficiente para concordar com Judith Pallot, que afirma que “a questão agrária também exclui” e lembra que são os camponeses que estiveram ausentes “na lista de participantes” do debate, porque são “aqueles que não leram as mesmas revistas e livros, não participaram ou não falaram em congressos e conferências, e aqueles que (nisso todos os outros concordaram) tiveram que ser representados por uma minoria articulada” (PALLOT, 1998, p. 15, parênteses no original). E completa:

foi, de fato, a presunção de "atraso" e "ignorância" dos camponeses que deu autoridade aos russos educados quando falaram em nome dos camponeses e traçaram seu [dos camponeses] futuro. Os camponeses eram a "classe objetivada por excelência" – falava-se para, discutia-se sobre, eram representados e categorizados –, central para qualquer visão de uma política futura, mas excluídos do processo de pensar o futuro [*process of envisioning*]." (PALLOT, 1998, p.15-16, aspas no original, colchetes W.S.)

Para a mesma Judith Pallot, o efeito dessas “construções intelectuais” foi “um raciocínio circular que reduziu e negou a iniciativa e a agência camponesas”.

Os camponeses não só eram definidos a priori como atrasados, irracionais e ignorantes, mas as ações e respostas dos camponeses foram interpretadas e muitas vezes descartadas quase nos mesmos termos. (PALLOT, 1998, p. 16)

<sup>40</sup> Para o paralelo com a Educação do campo, é importante considerar que poucos (1/4) dos profissionais formados em agronomia, na Rússia, à época, eram originários de famílias camponesas. Da mesma forma, que existia uma divisão entre “agrônomos acadêmicos” (que “exigiam o comando da ciência”) e “agrônomos de campo” (mais ligados à prática e à experiência).

Falta, contudo, verificar mais de perto a posição dos marxistas-revolucionários ou bolcheviques, apenas citada anteriormente, para o mesmo período, na Rússia.

Não tenho condições e nem a pretensão de fazer um debate teórico sobre marxismo e questão agrária, mas creio ser im-

41 *ibid.*, p. 155

42 É interessante salientar que esses teóricos da questão agrária tenham reproduzido, na década de 1980, a mesma visão estereotipada do campesinato: “A Rússia pré-revolucionária foi dominada por um campesinato atrasado que cultivava a terra de forma quase medieval, e que muitos dos socialistas da época consideravam o baluarte da autocracia russa e uma barreira à mudança política”. (HUSSAIN e TRIBE, 1983., p. 156)

portante recuperar Hussain e Tribe (1983, p. 154) os quais consideram que “os escritos políticos de Marx e Engels não formam uma totalidade teórica coerente sobre a qual seus herdeiros poderiam trabalhar”.<sup>41</sup> Assim, ainda seguindo os autores referidos, “a análise de Marx sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura não forneceu nenhuma base firme para a elaboração de uma ‘análise marxista’ das condições russas”. Por consequência, “os socialistas que procuraram, no final do século XIX, usar o trabalho [*work*] de Marx como um guia para a sua ação no campo [*work in the countryside*] tiveram que construir sobre fragmentos, e esse processo gerou naturalmente divergências e desentendimentos”. A obra citada recupera tal heterogeneidade. Aqui, irei tratar apenas, a partir de outros autores, de uns traços principais, especialmente no que se refere à visão sobre o camponês<sup>42</sup>.

Início por Werth (1984, p. 17). Segundo esse autor, para os bolcheviques, a civilização camponesa tradicional russa era a “barbárie” e a “imbecilidade”, e a cultura camponesa “uma teia de aranha tecida de idiotices”. Desta forma, para os marxistas-revolucionários, seria preciso substituir tudo isso por uma civilização industrial e baseada na técnica. Dizendo de outra maneira, “os marxistas russos admiravam o mundo urbano moderno e industrial, e sentiam-se ofendidos pelo atraso da velha Rússia rural”. (FITZPATRICK, 2017, p. 43)

É importante ponderar que após a revolução russa de 1917, a União Soviética permaneceu uma sociedade agrária esmagadamente rural. (HOFFMANN, 1998, p. 113) Mais do que isso, “o colapso econômico nas cidades durante a guerra civil que se seguiu precipitou uma rápida desurbanização que mais ruralizou a população do país”.<sup>43</sup> Tal migração das cidades acabou introduzindo “forças de mudança na aldeia russa que precederam uma transformação por atacado da sociedade soviética durante a coletivização e a industrialização”.

<sup>43</sup> *ibid.*, p. 113

<sup>44</sup> *ibid.*, p. 175

Kerblay (1985, p. 18) lembra que o “modelo bolchevique se inspira na doutrina de Marx, segundo a qual o progresso da agricultura deve se basear naquele da indústria”, para mencionar que Lenin foi “marcado pelo preconceito anticamponês de Marx” e pela “própria experiência com a conjuntura política na Rússia”, e por isso “desconfiava plenamente da pequena propriedade camponesa”.<sup>44</sup> Entre as obras de Marx que exprimem sua visão sobre a “decomposição do campesinato enquanto classe e sua instabilidade política” – que marcariam fortemente o pensamento marxista com a desconfiança em relação ao campesinato – são citadas: *Os camponeses da Moselle* e *O Dezoito Brumário de Louis-Napoléon Bonaparte*.<sup>45</sup> Para o autor, Lenin teve o mérito de reintroduzir o campesinato “em seu (de Lenin) modelo” – ao propor uma aliança entre o proletariado operário e os camponeses (por exemplo, com a Reforma Agrária e a Nova Política Econômica – NEP), mas no “espírito dos bolcheviques”, sem nenhuma concessão: “o proletariado deve continuar a ser a ponta-de-lança da ditadura, o

<sup>45</sup> *ibid.*, p. 198. Ao discutir a relação dos marxistas com o campesinato, Mendras (2000, p. 545) pondera, para a década de 1970, depois da redescoberta dos trabalhos de Chayanov: “Que Marx não tenha compreendido nada do campesinato – porque ele observava, na Inglaterra, uma agricultura já sem camponeses – colocava aos sociólogos e aos economistas marxistas uma questão rude: há incompatibilidade entre a teoria marxista e a estrutura da economia camponesa?” Não tenho condições nem considero pertinente recuperar, aqui, debates sobre o marxismo, campesinato e ambientalismo. Isso apesar de autores ligados à Educação do Campo terem citado muito as passagens de Marx sobre “a fratura irreparável >>



>> no metabolismo social", adormecidas por mais de cem anos nos debates marxistas (e, principalmente do "marxismo agrário ortodoxo") e recuperadas por John B. Foster. Sugiro a leitura da seção "Sobre os vislumbres agroecológicos de Marx: da fratura irreparável do metabolismo social ao narodnismo marxista tardio", em Sevilla Guzmán (2011, páginas 81 a 95), disponível apenas em espanhol. A visão de Sevilla Guzmán de que fazia parte da perspectiva *narodnik* "a valorização do conhecimento local" dos camponeses se restringe aos *narodniki* "históricos" ou "clássicos", e não aos neo-*narodniki*. Espero que fique claro nessa seção que, se à perspectiva *narodniki* forem associados Alexander Chayanov e outros autores da "agronomia social", tal afirmação perde o sentido.

46 *ibid.*, p. 198

47 *ibid.*, p. 213

48 *ibid.*, p. 213

que significa dizer que o campesinato deve ser mantido sob sua (do proletariado) tutela.<sup>46</sup>

Nesta perspectiva, "o Estado bolchevique tentou persuadir os camponeses a concordar com o seu governo por intermédio de diversos programas culturais e de modernização. (RE-TISH, 2008, p. 213) Servem de exemplo "as campanhas de propaganda, as campanhas de modernização agrícola e os programas voltados para jovens, mulheres e minorias nacionais, entre uma série de outras iniciativas".<sup>47</sup> Nesse processo, "os agentes do Estado soviético viam o campesinato como um grupo social que precisava de iluminação cultural e política e identificavam a si próprios como o mecanismo para tal mudança".<sup>48</sup> Neste ponto, dado o foco desta seção, vale a pena fazer uma longa transcrição.

Desta forma, eles deram continuidade aos ideais dos membros da sociedade educada das eras dos governos Imperial e provisório que tinham a preocupação de que um campesinato autárquico e atrasado impedisse a Rússia de progredir. Os agentes soviéticos colocaram, no entanto, uma esperança ainda maior no poder transformador do Estado revolucionário para criar um "homem novo" que teria consciência de classe e seria libertado dos ideais capitalistas. (RETISH, 2008, p. 213, aspas no original)

Sublinho, seguindo Werth (1995, n. p.), que Lenin propunha em seus últimos escritos que só uma "revolução cultural de fôlego poderia sobrepor a razão à 'ignorância asiática' das

massas camponesas e abrir caminho, no futuro, ao socialismo”. Fitzpatrick (2017, p. 10), da mesma forma, menciona que Lenin, em seus últimos anos de vida [ele morreu em 21 de janeiro de 1924], “passou a acreditar que, para a Rússia, o progresso rumo ao socialismo só poderia ser gradativamente alcançado, com a elevação do nível cultural da população”. Ao mesmo tempo, até 1923, Lenin “não para de apontar as máquinas agrícolas [tratores] e a eletrificação como fatores materiais determinantes para uma transformação socialista do campo”. (LINHART, 1983, p. 67, colchetes W.S.)

Recorde-se que a ideologia marxista-leninista postulava que o campo, assim como a cidade, era composto de classes sociais antagônicas. Na principal polêmica com os *narodniki*, Lenin argumentou que as relações capitalistas já haviam chegado ao campo russo na virada do Século XIX para o XX (seu livro, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, foi publicado em 1899). Indo mais longe, V. I. Lenin considerou que a categoria “campepinato” não podia mais ser aplicada “cientificamente” e dividiu os camponeses em pobres (*bedniaks*), médios (*sredniaks*) e burgueses ou capitalistas rurais (*kulaks*). Na expressão de Service (2006, p. 158), “as ideias socialista-agrárias de solidariedade e igualitarismo dos camponeses eram”, para Lenin, “conversa fiada”. Essa “provocação” (a expressão também é de Service, 2006) de Lenin será fortemente colocada em questão na “Revolução Agrária” que possibilita a – e se segue à – Revolução de 1917. Os bolcheviques pregavam a nacionalização das terras – e não sua distribuição aos camponeses, com grandes fazendas-modelo nas antigas terras senhoriais, buscando apoiar-se essencialmente nos camponeses pobres (LINHART, 1983, p. 29). A Revolução Agrária reforçou os camponeses médios e as comunas camponesas. Como recorda Sheila Fitzpatrick,

[...] a evidente vitalidade do mir camponês [a organização da comuna camponesa] em 1917 foi um choque para muitas pessoas”, já que “os marxistas vinham sustentando desde os anos 1880 que o *mir* tinha,

em essência, se desintegrado internamente" e que sua sobrevivência era explicada apenas porque "o Estado o julgava um instrumento útil. (FITZPATRICK, 2017, p. 85, *aspas e itálico no original, colchetes W.S.*)

<sup>49</sup> Sobre a complexidade da situação dos camponeses russos na Guerra Civil, constringidos entre os "exércitos" Vermelho, Brancos (pelo menos, cinco) e Verdes (dezenas deles são mencionados), veja-se, em português, por exemplo, Marie (2017). Os camponeses – e não apenas os kulaks – resistiram às requisições (confiscos) do trigo, efetivadas com brutalidade, durante o "comunismo de guerra"; cevaram seu ódio aos "senhores" (proprietários de terra e antigos oficiais do exército czarista), reforçado pela indignação frente às violências (castigos corporais aos homens, estupros de mulheres etc.) e vinganças (especialmente a destruição de casas e equipamentos e a morte dos animais) dos "Brancos"; confrontaram-se às posturas messiânicas e discriminatórias (xenofobia, antisemitismo etc.) dos autodesignados comandantes dos "Verdes". >>

E a realidade continuaria desafiando a teoria, na Guerra Civil<sup>49</sup>, na NEP, nas requisições de grãos e na coletivização.

Na Rússia da década de 1920, se deu o que Fitzpatrick (1990) define como a "reinvenção da noção de classe". Ao considerar que a sociedade se divide em dois campos antitéticos, os bolcheviques definiram que o proletariado era formado pela "classe trabalhadora industrial (pequena no início da década de 1920, mas crescendo com o avivamento da indústria sob a NEP)" e pelos "aliados do campo, os camponeses pobres e sem-terra (embora tenha sido difícil de constituir camponeses pobres como um grupo socioeconômico estável)". (FITZPATRICK, 1990, p. 70, parênteses no original) Já a "burguesia" era "uma amalgama de grupos sociais pré e pós-revolucionários", que incluíam "os restos da antiga nobreza e as classes capitalistas, os homens da NEP urbanos (comerciantes e empresários privados cuja atividade tinha sido legalizada com o advento da Nova Política Econômica, em 1921) e os *kulaks*" – como foi visto, os camponeses mais prósperos – que "os bolcheviques consideravam potenciais capitalistas". Assim, "grandes segmentos da sociedade não eram nem claramente proletários nem claramente burgueses". Tinham, no entanto, que estar ligados a um ou outro "campo", receber uma localização social precisa e ser objeto

de uma análise de classe. Desses segmentos – que incluíam artesãos ou funcionários de escritório que trabalhavam para o Estado, interessa a este texto o dos “camponeses de classe média” [*paysans de classe moyenne*]: “aqueles que sem ser realmente pobres, não eram realmente prósperos”, isto é, “a grande maioria dos camponeses”.<sup>50</sup> Como lembra Sheila Fitzpatrick, na mesma obra, os bolcheviques colocaram muita energia e engenhosidade na definição das tendências de classe desses grupos, tendo gerado uma “indústria estatística” para a identificação e quantificação das classes e camadas sociais e para a “determinação exata da ‘composição da classe’ de grupos demográficos e institucionais”<sup>51</sup>.

Para os bolcheviques (tendo a NEP como uma “trégua” ou “interregno”), tratava-se de realizar, junto “ao campesinato” (médio e rico) uma longa e encarniçada luta ideológica contra a mentalidade pequeno-burguesa e pequeno proprietária. Para eles, “a pequena propriedade rural secreta cotidianamente o capitalismo”. (LINHART, 1983, p. 39) Ainda seguindo esse autor, Lenin não teria deixado como herança a seus seguidores um “corpo de doutrina”, mas “métodos de análises e reflexões políticas”.

Uma outra herança perpassa, contudo, a sua [de Lenin] e sobredetermina ainda por muito tempo a atitude dos habitantes das cidades, dos intelectuais, dos burocratas: o velho ódio anticamponês, um misto de medo e de incompreensão, misterioso e

>> Considere-se que a guerra civil foi cheia de reviravoltas e que os camponeses, em suas aldeias, tiveram que enfrentar os recrutamentos forçados dos jovens e as extorsões e violências dos três “exércitos”. A visão de que a guerra opunha, de um lado, o “poder operário e camponês” e, de outro, “os Estados capitalistas” não se sustenta. O livro de Jean-Jacques Marie aponta e ilustra, contudo, a imiscuição no conflito, com apoio em dinheiro, armas e veículos (inclusive aviões) e, em alguns casos, de ações militares diretas, dos governos alemão, inglês, francês, americano, japonês, tcheco-slovaco, polonês, romeno, grego, italiano, como opositores do governo bolchevique e do Exército Vermelho; e húngaro, chinês, coreano e alemão (em algumas circunstâncias), como aliados.

<sup>50</sup> *ibid.*, p. 70

<sup>51</sup> Nos processos de “expurgo dos kulak” não serão, todavia, esses dados os levados em conta. >>

persistente, vindo não se sabe de onde, mas capaz de assumir formas quase patológicas... (LINHART, 1983, p. 49, colchetes W.S.)

>> A ação da polícia política (a GPU, ou *Guépou*) – associada às delações de parentes, vizinhos e conhecidos dos denunciados – tinha como base outros números: o das “cotas”, quantificadas por distrito rural ou aldeia, consideradas necessárias para gerar e manter o medo. Os *kulaks* eram divididos em três categorias: I – culpados por ações contrarrevolucionárias; II – opositores menos ativos ao regime soviético, mas que eram arquiexploradores; e III – leais ao regime soviético. No primeiro caso, a pena era a prisão e a destinação de todos os bens da família para o *kolkhose* mais próximo; no segundo, a deportação para zonas distantes da União Soviética, como a Sibéria ou o Casaquistão; e no terceiro, a prisão, depois transferência para áreas a serem coletivizadas no distrito em que viviam. (WERTH, 1984, p. 333)

<sup>52</sup> Sumpf (2010) trata de forma competente e completa dessa Direção.

>>

Como este livro trata de Educação do Campo, que se pretende também política, ao tratar da desqualificação do camponês na Rússia, vale a pena mencionar, ainda que rapidamente, uma das direções do Comissariado do Povo para a Educação (*Narkompros*): a Direção Geral de Educação Política (*Glavpolitprosvet*)<sup>52</sup>. Implantada em 12 de novembro de 1920, ela se definia como “o órgão da propaganda estatal do comunismo” e considerava que a educação política unia “em um só movimento a abordagem escolar e as atividades culturais de massa, ditas extraescolares” (SUMPf, 2010, p. 13) Sempre seguindo Alexandre Sumpf, depois de seu auge nos anos iniciais da NEP, a partir de 1926 a *Glavpolitprosvet* sofre uma grave crise política ligada ao fato de Kroupskaia<sup>53</sup> ter sido posta de lado da vida política, mas também pela partida de quadros antigos<sup>54</sup>. Logo em seguida, em 1927, no contexto dos “balanços” – e de uma “campanha geral de autocrítica” – dos dez anos da Revolução de Outubro, “a Direção Geral de Educação Política também é obrigada a suportar a sua ‘autocrítica.’”<sup>55</sup> Neste ponto, vale uma longa transcrição:

A peça de acusação compilava a quase totalidade das críticas feitas à Direção Geral de Educação Política (*Glavpolitprosvet*) ao longo dos anos 1920. A exposição de motivos ilustra, mais uma vez, a visão deturpada que os bolcheviques têm do campo. Nela, a

educação política no setor socialista da agricultura e mais amplamente no campo é vista como um fracasso: "o atraso cultural" dos camponeses isolados e o seu estado de espírito "burguês" é o que explicaria a baixa atividade produtiva, a estreiteza de horizontes e o apolitismo, assim como "analfabetismo quanto às técnicas da agricultura". As causas desse fracasso são imputadas à Direção Geral de Educação Política (*Glavpolitprosvet*), vítima do peso de seu aparelho central, na incapacidade de se sintonizar com a "linha geral" e, pior, ela se torna culpada de um desvio culturalista total (*goloe kul'turnicestvo*) Nada de chocante, assinala Golubev [o responsável pela acusação] se são consideradas a "pompa" da instituição e, mais grave, sua má orientação na luta de classes. (SUMPF, 2010, p. 62, aspas e parênteses no original, grifos e colchetes W.S.)

A citação deve provocar, por si só, reflexões. No que interessa mais de perto a esta seção, destaco a ideia de um suposto "analfabetismo" do camponês "quanto às técnicas da agricultura".

Nesta seção, um tanto longa, procurei indicar como a desqualificação do camponês marca todo o debate sobre a sociedade russa na segunda metade do século XIX e início do século XX. A partir desse retorno no tempo é possível constatar que na recuperação recente do debate clássico – especialmente se ela se refere ao processo de recampanização

>> Na verdade, como ele destaca, à página 29, a Direção Geral de Educação Política estava sob uma dupla tutela: a do Governo, pelo Comissariado do Povo para a Educação, e a do Partido Comunista, através do Departamento de Agitação e Propaganda (*Agitpropotdel*) do Comitê Central. Além disso, no que se referia à "educação popular e à propaganda", a Direção Geral de Educação Política entrava em concorrência direta com os pilares do regime bolchevique: o Partido Comunista, o Exército Vermelho e os sindicatos (p. 28).

<sup>53</sup> Nadezhda K. Krupskaya (ou Kroupskaia) exerceu forte liderança nas concepções e práticas para as mudanças educacionais do período inicial da Revolução Russa. Esteve à frente da tarefa de transição do Ministério da Educação do Governo Provisório e o Comissariado Bolchevique para a Instrução Popular e, sob sua autoridade, em janeiro de 1918, é instituído um Conselho Temporário para a Educação Política. >>

>> Depois, até 1926, ela aparece como principal caucionária da Direção Geral de Educação Política, seja internamente, dentro do Narkompros, seja junto à direção do Partido Comunista. Sobre Krupskaya, em português, veja-se a obra *A Construção da Pedagogia Socialista*, publicada pela Editora Expressão Popular.

<sup>54</sup> *ibid.*, p. 52

<sup>55</sup> *ibid.*, p. 52, aspas no original.

<sup>56</sup> No início do século XX, os intelectuais e os decisores políticos russos preocupavam-se com a força das instituições da aldeia camponesa, se os camponeses e a sociedade camponesa eram rígidas e imutáveis, e se o comportamento camponês era maleável. Cem anos passados, após as tentativas de Stolypin e Stalin de mudança agrária, os estudiosos e os decisores políticos enfrentam muitas das mesmas questões. No início da década de 1990, a Rússia empreendeu um conjunto de reformas agrárias radicais que >>

ou recamponização – há uma certa idealização da posição neo-narodnik, ou dos “agrônomos sociais”. Mesmo com a expectativa de ter relativizado essa posição, para reforçar a dúvida do leitor, repito aqui as palavras de Alexander Chayanov, muito parecidas com as que já ouvi de colegas da Educação do Campo, apenas trocando o profissional (do agrônomo para o educador do campo) e a nacionalidade (de russos para brasileiros): “o principal problema enfrentado pelos agrônomos russos são os camponeses russos”. (Chayanov, citado por PALLOT, 1998, p. 19)

Pelo menos na Rússia,<sup>56</sup> há indicativos de que, passados cem anos, findo o regime soviético e desfeita a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ainda se discute se os camponeses e suas formas de vida e organização são “rígidos”, “imutáveis” ou “maleáveis”, sempre sem perguntar para eles o que querem. Creio que, a esse respeito, a construção de Sumpf é magistral:

[Se o campesinato] representa o ingrediente indispensável (por vezes condimentado demais) de toda “política” nacional [da Rússia do final do século XIX], ninguém se esforça em escutar a sua voz, ou melhor, as suas vozes (SUMPf, 2010, p. 10, parênteses e aspas no original, colchetes W.S).

Por fim, cabe uma observação. A visão de atraso da sociedade e do campesinato russo parece ser reforçada por aqueles que buscam representar a Revolução de 1917 como um grande salto, seja nas condições sociais, seja na modernização e industrialização da eco-



nomia, seja na educação e alfabetização da população russa. Não se trata de diminuir o significado do “Outubro de 1917”, ou dos “dez dias que abalaram o mundo”, mas de considerar os dados e análises existentes. Muitos exemplos podem ser apresentados, inclusive sobre a educação, a estrutura escolar e a escolaridade, mas optei por tratar do suposto isolamento do camponês antes da Revolução, o que faria com que a Rússia pré-Revolução sobrevivesse quase inalterada nas aldeias. Fitzpatrick (2017, p. 31) indica que nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial (antes de 1914, portanto), a cada ano, nove milhões de camponeses trabalhavam fora de suas aldeias e, quase a metade o fazia em trabalhos fora da agricultura. Além disso, uma em cada duas famílias camponesas da Rússia europeia tinha um membro que trabalhava fora da aldeia. Em síntese, “muitos camponeses estavam na verdade vivendo com um pé no mundo rural tradicional e outro no mundo completamente diverso da cidade industrial moderna”.<sup>57</sup> Tal perspectiva é reforçada por Retish (2008, p. 5) ao relatar que, já antes da Primeira Guerra Mundial, as mudanças econômicas e o contato com a cultura urbana tinham colocado a cultura tradicional aldeã na defensiva, porque imersa em uma vida diária bastante alterada. Isso porque as famílias camponesas passaram a desfrutar de novos produtos – roupas de fábrica, telhados metálicos e literatura impressa – havendo a formação de “uma cultura de consumo”.<sup>58</sup> O contato entre migrantes camponeses e moradores urbanos também proporcionou oportunidades imateriais, como o intercâmbio de ideias, de modos de vida e de organização política. Os migrantes camponeses, em sua maior parte jovens, de volta à aldeia, ao trazer essas noções, geravam tensões com as gerações mais velhas. Ainda segundo o autor, tais vínculos com a cultura e a economia urbanas, assim como as tensões geracionais que elas criavam, continuariam durante a Guerra e a Revolução.<sup>59</sup>

>> tentaram desfazer a base econômica, social e política da política agrícola e da economia rural que foi construída durante o período do governo comunista no século XX. (WEGREN, 2005, p. 2, grifos W.S.)

<sup>57</sup> *ibid.*, p. 32

<sup>58</sup> *ibid.*, p. 6

<sup>59</sup> *ibid.*, p. 6



### 1.3. Estados Unidos

No final do século XIX e início do século XX, especialmente com a Primeira Guerra Mundial, como recorda Fitzgerald (2003), havia uma tendência a “culpar os próprios agricultores por tudo”. (p. 20)

Alguns consideraram que os agricultores como uma classe não eram inteligentes ou capazes e concluíram que a agricultura se tornara muito complexa para que essas pessoas pudessem gerenciá-la. (FITZGERALD, 2003, p. 20)

<sup>60</sup> Ibid., p. 20

<sup>61</sup> Ibid., p. 21

<sup>62</sup> Ibid., p. 22, grifos W.S.

<sup>63</sup> É claro que, à época, referindo-se unicamente à viabilidade/permanência econômica e não no sentido dado atualmente com a noção de sustentabilidade.

<sup>64</sup> Ibid. p. 22

Um economista agrícola de Harvard apontou que muitos agricultores eram analfabetos e argumentou que o analfabetismo se correlacionava fortemente com a debilidade mental e a anormalidade, para considerar: “se a maioria das unidades de produção agrícola era operada por indivíduos ‘subnormais’, não seria de se admirar que ‘a produção agrícola estivesse desajustada’ [*out of kilter*].<sup>60</sup> De forma mais geral, “os agricultores foram responsabilizados por usar métodos ineficientes, por estarem presos a práticas e atitudes antiquadas e por serem subcapitalizados e sobreconfiantes”.<sup>61</sup>

Tudo isso era expresso em um quadro em que “todos estavam interessados em ajudar o agricultor a se tornar moderno”.<sup>62</sup> Neste conjunto (banqueiros, companhias de seguros, Departamento – Ministério – da Agricultura, lideranças rurais), incluíam-se os engenheiros agrônomos e os economistas agrícolas. Formados, nas universidades agrícolas [*land-grant colleges*], em abordagens teóricas e abstratas – especialmente em engenharia, ciência e economia, e tendo feito análises de unidades de produção agrícola no entorno dos campi em que estudaram, esses “especialistas” ou “gestores” agrícolas concluíram que o *status quo* na agricultura era “insustentável”<sup>63</sup> e “indesejável”.<sup>64</sup>

Deborah Fitzgerald considera essa geração de *experts* como “apartada” [*apart*] da produção agrícola. É mais fácil de compreender o termo apartado se levarmos em conta que, até os anos 1930, a unidade familiar de produção era considerada “o método mais eficiente de organização da produção agrícola” (BERLAN, 1986, p. 343). Os *experts*, no entanto, de acordo com a teoria e o método científico que aprenderam, haviam sido treinados para serem analistas e avaliadores dos agricultores e suas unidades de produção e, de forma mais ampla de “praticamente qualquer coisa relativa à agricultura”. (FITZGERALD, 2003, p. 22) E que, então, passava a valer a máxima, proclamada em 1919, de Thomas D. Campbell<sup>65</sup>: “A agricultura moderna é 90% engenharia e 10% agricultura” (MCKITTRICK, 2012, p. 414). Se foram poucos os agricultores que concordaram com Campbell, já era assim que pensavam “não-agricultores trabalhando em fábricas, novas agências governamentais e universidades agrícolas” [*land-grant colleges*].<sup>66</sup>

<sup>65</sup> Como lembra Meredith McKittrick, Thomas D. Campbell produziu trigo em 40 mil hectares, em Montana (EUA), usando, pela primeira vez, uma “verdadeira frota de tratores”. No trabalho ampliado que será publicado no formato ebook, apresento uma abordagem um pouco mais ampliada de “Tom” Campbell e da *Montana Farming Corporation* (Corporação Agrícola Montana).

<sup>66</sup> *ibid.*, p. 414

Recorde-se que em 1900, 40% dos 76 milhões de americanos viviam em unidades de produção agrícola (e pelo menos outros 10% dos trabalhadores estavam envolvidos em serviços agrícolas), que uma família de agricultores produzia o suficiente para alimentar outras cinco famílias e que agricultura representava o maior setor econômico dos Estados Unidos (CONKIN, 2008, p. 3). Como anota Fitzgerald (2003), contudo, no início do século XX, os “especialistas” (cientistas, engenheiros, economistas, sociólogos) se tornaram uma influência dominante na cultura americana e suas opiniões passaram a pesar nos diversos temas.

Taylor e Ford foram apenas os exemplos mais óbvios da mudança radical que ocorria na América nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Em empresas,

escolas, residências, escritórios governamentais, fábricas, vilas e cidades, mesmo nas artes, a trajetória unívoca era do caótico ao controlado, do solto ao apertado, do espontâneo ao planejado, do curvo ao reto. (FITZGERALD, 2003, p. 28)

A mesma Deborah Fitzgerald pondera que muitas dessas abordagens foram, em última instância, também aplicadas na agricultura e que, em meados da década de 1910, a atividade agrícola estava começando a parecer “o último grande ninho do caos [nest of chaos] na iniciativa produtiva americana”.<sup>67</sup> E na “ladainha dos males” da agricultura e das “comunidades agrícolas” se inclui o que faltava ao agricultor, o que ele não era. A agricultura seria quase a mesma de cem anos atrás, porque “os agricultores não foram formados em práticas comerciais e desconheciam as descobertas recentes da agricultura científica”, “plantavam e criavam com pouca atenção aos distantes (e desconhecidos) mercados”; “usavam técnicas e práticas deficientes ou desatualizadas”; as mulheres agricultoras eram “sobrecarregadas, abatidas e não tinham recompensas”; e “as crianças rurais eram inadequadamente educadas e também estavam, em muitas situações, sobrecarregadas”,<sup>68</sup> podendo, apenas, “aguardar um futuro sombrio na mesma pobre unidade produtiva agrícola”.<sup>68</sup>

A resposta dos *experts* a este pretenso “diagnóstico” foi uma “atividade racionalizadora”. Como diz Deborah Fitzgerald – na análise que inclui a agricultura americana e sua transferência para outros países, como os “especialistas agrícolas” não foram formados em antropologia ou história (mas, apenas, em ciência, tecnologia e economia), eles consideraram “os problemas como estritamente técnicos e diretos, ao invés de culturais e complexos”. (FITZGERALD, 2003, p.187-188) E conclui, com uma reflexão muito pertinente para os debates atuais na Educação do Campo: “ao invés de identificar problemas que precisavam de soluções, os *experts* identificaram apenas os problemas para os quais achavam que já tinham a solução”.

## 1.4. Brasil

Inicialmente, é preciso lembrar que na história econômica brasileira, como ressalta RIBEIRO (1988, p. 59),

não se deu o processo de assimilação do modo de produção indígena pelo que foi trazido pelos colonizadores com base num processo endógeno de evolução econômica; ao contrário, assistiu-se a uma marginalização geográfica do modo de produção indígena (que sobreviveu no interior da colônia) ou a sua destruição pela força militar na zona do litoral. (parênteses no original)

O mesmo autor sublinha que a ausência de um processo econômico endógeno, associada ao fato da colonização responder às necessidades mercantis de Portugal, tornaram possível e necessário que a exploração colonial tivesse como núcleo central o latifúndio. Dizendo de outra forma, na colônia, o latifúndio não precisou enfrentar estruturas econômicas e sociais preexistentes. Pôde se consolidar, assim, o modelo baseado na grande propriedade fundiária, na mão-de-obra escrava de origem africana e na monocultura de exportação, especialmente a cana de açúcar nos séculos XVI e XVII.

Do ponto de vista das práticas e dos saberes agrícolas, que nos interessam mais de perto, praticava-se uma agricultura “extrativa” ou “mineradora” (respectivamente, Szmrecsanyi, 1990 e Daviron, 1993, citados por SCHMIDT, 1996, p. 9), no sentido em que uma parcela do solo era usada por um prazo curto e, dado o seu esgotamento, como o de uma jazida, seguia-se para outra área até então intocada, seja no interior do latifúndio, seja assenhorando-se de novas terras. Os instrumentos para a “abertura” das áreas para as novas lavouras eram o machado e o fogo. Essas mesmas práticas eram utilizadas pelas “pequenas e médias propriedades agrícolas”, que foram se instalando progressivamente no território brasileiro, nos arredores dos centros urbanos ou “feiras” e dos latifúndios exportadores. Tais pequenas unidades produtivas foram um elemento essencial da agricultura brasileira, especialmente pelo desbravamento de terras virgens

“quase que somente através de investimentos ‘naturais’, ou seja, do emprego intensivo de mão-de-obra”. (RIBEIRO, 1988, p. 60)

A associação entre essa “agricultura extensiva” e a “barbárie” fundamentará, segundo Lourenço (2001, p.13) “em diferentes momentos da história da nossa formação social, uma *missão civilizadora* [...]” da elite. (itálico no original) Assim, já no século XVIII, são realizadas iniciativas pela “Ilustração Brasileira”, no sentido da “reforma racional, tecnologia moderna, criação de uma verdadeira Doutrina Agronômica”, para fazer prosperar a “atrasada agricultura” (LOURENÇO, 2001, p. 14). Para isso, era preciso eliminar “o método da lavoura, a pobreza, a incivilidade, a preguiça e a violência da população local”.<sup>69</sup> Como sublinha o autor, no último quarto do século XVIII já se via a presença precursora dos temas que serão recorrentes nos processos de modernização da agricultura do país. Os “remédios” propostos eram:

<sup>69</sup> *ibid.*, p. 14

<sup>70</sup> Por exemplo textos de (a ordem é alfabética):  
Cyro Mascarenhas Rodrigues (RODRIGUES, 1987a, b, c), Elza Nadai (NADAI, 1981), Guy Capdeville (CAPDEVILLE, 1991), Lea Velho (VELHO, 1985) e Ronaldo Conde Aguiar (AGUIAR, 1986).  
Para o caso específico de Santa Catarina, sugiro Lucy W. dos Santos (SANTOS, 1998).

além de uma dura legislação contra a vadiagem, haveria que se promover a educação e a instrução das massas, principalmente o ensino agrícola nas escolas primárias. A panaceia da educação, como forma de erradicar os males da sociedade, terá nos reformistas seus porta-vozes constantes. Da geração da independência até os positivistas e republicanos, a inculcação dos *valores modernos*, através da educação e instrução, será defendida como a única forma capaz de acelerar a marcha do desenvolvimento nacional em direção à posição ocupada pelos países centrais. (LOURENÇO, 2001, p. 17, itálico no original)

Não farei aqui uma história das instituições voltadas à modernização da agricultura, criadas ao longo do século XIX como uma resposta do aparelho governamental ao esforço dos “publicistas”, porque há uma vasta bibliografia sobre o tema<sup>70</sup>, nem tratarei da (de)fasagem desse “sistema científico” em relação ao “sistema produtivo”, como o fiz anteriormente (SCHMIDT, 1996). O que quero ressaltar é

que já no século XVIII e, especialmente, no século XIX, constatava-se uma “ideologia do progresso”, em claro “mimetismo” de nossas elites “ilustradas” com o que ocorria na Europa. E, como lembra Lourenço (2001, p. 20), em um esforço dessa mesma *inteligência* de dissimular todas as relações de forças que a suportavam. Tal noção de “mimetismo” fica mais clara se for levado em conta que até praticamente a década de 1960 sistemas extensivos de produção persistiram e predominaram na agricultura brasileira.

Destaque-se, ainda seguindo Lourenço (2001), que nas “aclimações das ideias modernas” europeias em terras brasileiras, no século XIX, “a discriminação e o preconceito social e racial são traços mais ou menos fortes”. (p. 71) Ou seja, junto com a “crença nas vantagens da modernização, da racionalidade e do progresso técnico”, figuravam:

a desconfiança, quando não o horror, à democracia, a desqualificação dos pobres, tidos por “mediócras e incapazes”, o temor de uma subversão da ralé, da “massa bruta”, da “gentalha”, da “população” e, principalmente, da “canalha africana” ou da “comuna negra”. (LOURENÇO, 2001), p. 71, aspas no original)

A agricultura brasileira era vista como em um “humilhante atraso”. Especialmente, em função do “mau método da lavoura” – um sistema de cultivo itinerante baseado na coivara (derrubada e queima das matas) e em artefatos como o chuço e o machado”.<sup>71</sup> Para superar esse atraso, caberia propagar “a superioridade técnica e as vantagens econômicas de uma agricultura permanente” (no sentido de não itinerante), “fundada na adubação e nos instrumentos aratórios, tal como praticado na metrópole”, e dar “as primeiras passadas rumo às reformas que pudessem resolver, sem atropelos, a embaraçosa questão do trabalho escravo”.<sup>72</sup> Tratava-se de “aperfeiçoar a agricultura e desfricizar a nação”.<sup>73</sup>

<sup>71</sup> *ibid.*, p. 121, parênteses no original.

<sup>72</sup> *ibid.*, p.129

<sup>73</sup> *ibid.*, p. 147

Para “a introdução de novos métodos de cultivo fundados em sólidas bases científicas”<sup>74</sup>, o ensino agrícola era visto como indispensável. A formação educacional e a instrução profissional da “nova mão-de-obra que deveria substituir o braço escravo” (os “libertos” e os “demais pobres, nacionais e estrangeiros”)

<sup>74</sup> *ibid.*, p.163      tinha a incumbência de a eles conferir “não apenas habilidades técnicas indispensáveis ao

<sup>75</sup> *ibid.*, p. 165      melhoramento nos cultivos, mas, principalmente, inculcar-lhes o dever e o amor ao trabalho”.<sup>75</sup>

Um artigo de um engenheiro agrônomo, publicado no *Jornal do Agricultor*, em 1891, ilustra tal perspectiva:

[...] as principais barreiras à transformação do trabalho repousavam na rusticidade da classe dos trabalhadores rurais, “eivados de vícios” e “contaminadas dos perniciosos costumes da escravidão”, “espíritos obcecados pela ignorância”, homens e mulheres sem a “mais rudimentar ideia ou simples intuição do progresso” e a tudo indiferentes. (citado por LOURENÇO, 2001, p. 172, aspas no original)

Se somarmos a esse suposto perfil a “completa ausência” da “ambição natural”, do “estimuloso desejo de melhores condições”, da “posse”, enfim, do “bem-estar e do gozo”, características também atribuídas aos “camponeses”, temos praticamente pronto o mesmo quadro pintado por Monteiro Lobato, com o *Jeca Tatu*, publicado pela primeira vez em 1914.

#### 1.4.1. Os Jeca-tatus

Em nosso esforço de ilustrar como a desqualificação do agricultor familiar remonta, no tempo, para muito antes da Revolução Verde, vou me deter rapidamente neste personagem, mais mencionado do que conhecido pelos estudantes e pelos docentes mais jovens da Educação do Campo. Além da leitura direta dos textos referidos de Monteiro Lobato, dentro de uma vastíssima bibliografia que tratam do *Jeca* (também, *Geca* ou *Jecatatusinho*, diminutivo decorrente do formato da publicação do labo-

ratório Fontoura), escolhi as análises de Park (1999) e Vasconcellos (2009), que já incorporam outras, anteriores.

Para que o leitor tenha uma ideia da difusão do “folheto” *Jecatatzinho*, a primeira edição, em 1920, teve uma tiragem de 50.000 exemplares e o total de edições (trinta e cinco) somou 100 milhões de exemplares. (PARK, 1999) Desta forma, o tipo caricatural criado por Lobato “rapidamente se popularizou e se tornou sinônimo de homem rural e do brasileiro em geral” (VASCONCELLOS, 2009, p. 12)

O “caboclo” – “este funesto parasita da terra” – de Monteiro Lobato surgiu, depois de ele ter convivido, a partir de 1912, com os empregados da fazenda que herdou do avô, o barão de Tremembé. “Denunciando o hábito pernicioso das queimadas das matas pelos caboclos” (PARK, 1999, p. 144), Lobato escreve *A velha praga* e *Urupês*, publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, respectivamente, em 12 de novembro e 23 de dezembro de 1914 e que integrariam o livro *Urupês*, em 1918 (VALENTE, 2009, p.35 e 39). Como sublinha Vasconcellos (2009), “no momento em que o Jeca foi criado, a inércia, o conformismo e a preguiça, características atribuídas às populações do interior do país, eram vistas como os problemas para o atraso brasileiro.” (VASCONCELLOS, 2009, p. 14)

Em 1918, ao publicar *Jeca Tatú; a ressurreição*, no livro *Problema vital*, Monteiro Lobato passa a ver o homem pobre do campo brasileiro não mais como inadaptável à civilização, em função da sua preguiça atávica, mas como vítima da civilização. Por isso, considera-se esse um segundo “momento” ou “metamorfose” do Jeca Tatu, aquela em que ele é “recuperável”<sup>76</sup>. Porque, agora, era possível e necessário curá-lo pela “saúde” – já que ele era doente (de malária ou de amarelo) – e pela “instrução”, para superar a “mentalidade tradicional de quem produz so-

<sup>76</sup> Não tratarei do terceiro “momento” (PARK, 1999) ou “metamorfose” (VASCONCELOS, 2009) do personagem: a do “Zé Brasil”, que surgiu em 1947. Depois de ser preso por denunciar o Governo Getúlio Vargas por privilegiar a empresa petrolífera Standard Royal Dutch em detrimento das iniciativas nacionais de encontrar petróleo, >>



>> Lobato ficou amigo de Caio Prado Junior, estudioso marxista, e Luís Carlos Prestes, líder comunista (VASCONCELOS, 2009, p. 17) O Zé Brasil é, então, retratado "como um trabalhador operoso e eficiente, que poderia se tornar figura ativa de transformações históricas" (ibid., p. 17) na estrutura agrária do país, porque tem como causas de seu nomadismo e de sua pauperização a estrutura fundiária nacional e as atitudes dos latifundiários. Esta terceira "metamorfose", contudo, ficou ausente do imaginário social brasileiro, sendo apenas cultuada – e tendo suas edições clandestinas disputadas – por uma pequena fração da população. Como recorda Park (1999, p. 146), uma edição de luxo, com ilustrações de Cândido Portinari, foi produzida, em 1948, pela Editorial Calvino Ltda. Essa editora era ligada ao Partido Comunista Brasileiro e, durante a legalidade do PCB, entre 1943 e 1948, fez a difusão no país de literatura marxista. Juberte (2016) afirma que Zé Brasil foi a última publicação da editora,

>>

mente para sobreviver” e transformá-lo num “trabalhador próspero e empreendedor”, capaz de modernizar sua lavoura. Assim, contra os inimigos naturais da ordem, da organização e do trabalho (o estado de pobreza, a sujeira, o analfabetismo e a ignorância), “o lema era Saúde e Educação” (PARK, 1999, p. 145). Tal binômio era completado com a “Ciência”. Como fica claro em um diálogo do conto:

““

*Doutor: “Pois é isso, sêo Jeca, e daqui por diante não duvide mais do que a Ciência [a inicial em maiúsculo está no original] disser.*

*Jeca: Nunca mais! Daqui por diante nha Ciência está dizendo e Jeca está jurando em cima! T’esconjuro!*

(LOBATO, 1946, p. 334, colchetes W.S.)

Fique claro que caberia à elite intelectual do país – personificada no médico e na professora – investida do saber científico, realizar a “redenção” do “mundo ignorante” (PARK, 1999, p. 149) do campo<sup>77</sup>.

A esse respeito, antes de passar a um momento seguinte de desqualificação do camponês brasileiro, julgo importante chamar a atenção para outro texto, da mesma época, de Monteiro Lobato. Trata-se de A conquista do azoto, publicado no livro As ideias de Jeca Tatu, em 1919<sup>78</sup>. O texto trata da “solução científica” para a carência de nitrogênio barato para a agricultura, pela via da descoberta “da bactéria captadora do azoto atmosférico”. Lobato

menciona o valor imenso que o “abençoado bichinho” teria para o Brasil, país em que “as condições não permitem a lavoura mecânica nem a adubação química à europeia”. (LOBATO, 1959, p. 272) Tais “condições” seriam sociais (“o pessoal agrícola inimigo da rabiça do arado”) e da natureza (“com tanto morro, tanto toco, tanta formiga, tanto curuquerê, tanta lagarta rosada, tantas ‘vaquinhas’ e ratos do mato e tatús e mais mimos tropicais”). O interessante é que na oposição ciência versus rotina, o autor destaca que “rotina nem sempre é irracionalismo”:

quem se guia pela rotina sempre salva o seu lucrozinho e vai indo para a frente, embora devagar. Os que se metem pelo racionalismo preconizado e ensinado pelos nossos poetas agrícolas e mais sereias ministeriais, coitadinhos, acabam frequentemente auscultando a boca dum cano de revólver. (LOBATO, 1959, p. 272)

Assim, para Lobato, a (agri)“cultura racional” proposta pelos engenheiros agrônomos do Ministério da Agricultura (“no sossego duma repartição pública dotada de bons ventiladores, com 700 mil réis no fim de cada mês e a ‘*Encyclopedie Agricole*’ de Ballière et Fils ali à mão para consultas”) não passava de uma “cópia servil do que se faz no estrangeiro, sem as cautelas de uma sábia adaptação”. Enquanto a rotina dos agricultores decorria de um “conjunto de noções hauridas duma longa série de experiências no local, transmitidas religiosamente de pais a filhos”.

>> “antes de ser mais uma das vítimas da sanha autoritária anticomunista do Governo Dutra” e que a obra foi “encomendada”, pelo PCB, a Monteiro Lobato, buscando uma síntese dos “argumentos” do partido “acerca dos problemas do campo, com o intuito de se aproximar do campesinato nacional, através do personagem que personifica o camponês politicamente consciente” (JUBERTE, 2016, p. 131)

<sup>77</sup> Não resisto a um paralelo interessante. Segundo Kotsonis (1999, p. 102), a solução proposta pelos agrônomos teóricos (em contraste com os de campo) russos foi a aplicação da “ciência” aos seres humanos por meio da intervenção direta dos profissionais. E Alexander Chayanov “comparou o campesinato a um corpo enfermo e o agrônomo a um médico que usava mãos experientes e ciência para ‘diagnosticar corretamente as necessidades locais e os defeitos [defects] na ordem agrícola”.

<sup>78</sup> Trabalhei com a 9ª edição do livro, publicada em 1959.

Por isso, o agricultor, quando recebia os “papeis” com recomendações técnicas do Ministério, limitava-se a “pendurá-los num ganchinho”. Assim, seriam os fatos de “ser o país analfabeto” e de “haver o ganchinho” que permitiriam um “pulo sobre o estágio europeu da adubação química, para cair já na fase nova em que parece vai entrar a agricultura do mundo”. Ponderações que poderiam, hoje, ser consideradas “agroecológicas”, mas que diferentemente do estereótipo do Jeca Tatu, teriam muito pouca consideração da *inteligência* brasileira e nos debates sobre o ensino agrícola e a formação de agrônomos no país. Para tratar mais de perto essa questão – sempre procurando ilustrar a relação entre ciências agrônômicas e questão agrária – vou tratar apenas de um livro: *Agronomia e poder no Brasil*, de Sonia Regina de Mendonça. (MENDONÇA, 1998)

Parto da noção de “recuperável” usada na segunda metamorfose do Jeca Tatu para fazer uma ponte com o “caráter assistencialista” que é dado ao ensino agrícola no Brasil do início do século XX, tendo em conta que o seu público, como ressalta Miranda (1949, citado por MENDONÇA, 1998, p. 15), é “a jovem parcela da população rural brasileira, ‘recuperável’ a partir destas instituições (de ensino agrícola) a ela destinadas”. Sônia Mendonça recorda que é “sempre em nome dos ‘pequenos’ e ‘desprotegidos’ que se erige a retórica legitimadora das mais diversas propostas

de intervenção sobre o mundo rural do Brasil”.<sup>79</sup>

<sup>79</sup> *ibid.*, p.15

Ao mesmo tempo – escreve, adiante, a autora,

[...] o ensino agrícola tendeu a perder, ao longo do tempo, seu caráter camponês, para transformar-se num instrumento de ação sobre o campesinato, seja na medida em que se multiplicaram as instituições destinadas a inculcar-lhe a ideia de progresso técnico, seja na medida em que acabou por enfatizar-se o grau superior deste ramo do ensino, o que também não deixa de significar a ampliação dos quadros de novos gestores do “mundo rural” (MENDONÇA, 1998, p. 19, aspas no original)

Vou fazer menção, como forma de ilustração, ao que pensavam – e escreviam – esses potenciais “quadros”, que, aqui nos trópicos, também pretendiam “aspergir as luzes sobre o campo”, ou “agir sobre a população ignorante”, sempre buscando, na expressão da autora, “o reverso do Jeca Tatu” (antes mesmo dele ter sido concebido).

Na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), um dos casos estudados pela autora<sup>80</sup>, via-se o modelo norte-americano como o “paraíso” a ser atingido. Vou transcrever, a seguir, um trecho de artigo de março de 1914, da revista mensal “O Solo”, editada pelo Centro Acadêmico dos estudantes da Esalq, citado por Mendonça (1998), com relação ao público que a revista visava alcançar:

não é a este rústico e inconsciente nacional atirado nos sertões onde vive, indolente e viciosamente da caça, da pesca, do mel e da pinga a quem nos dirigimos. Falamos aos proprietários, grandes e pequenos, ao agricultor inteligente, lembrando-lhes que em suas propriedades já há bastante terreno para sua lavoura e bastante para o emprego das **máquinas**. (O Solo, 5(8), mar. 1914, p. 1 – citados em Mendonça, 1998, p. 98, com grifos da referida autora)

<sup>80</sup> Optei por não tratar, aqui, do outro caso, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (Esamv), que funcionou de 1910 a 1934, quando foi transformada na Escola Nacional de Agronomia; e muito menos das comparações entre os dois casos feitas por Mendonça (1998).

Fica claro que os valores a serem promovidos pela difusão do ensino agrícola pelos campos eram “eficácia, racionalidade e maximização produtiva”, e que os futuros agrônomos se representavam como “verdadeiros reformadores”, criando um “sentimento de superioridade”. (MENDONÇA, 1998, p.98-99) O contraponto desses valores e dessa representação era a desqualificação do “homem do campo” brasileiro.

## 1.5. Prevalece e permanece uma perspectiva autoritária



*“Já percebi”, disse o sr. K., “que afastamos muitas pessoas dos nossos ensinamentos por termos uma resposta para tudo. Não poderíamos, no interesse da propaganda, fazer uma lista das questões que nos parecem totalmente irresolvidas?”*

Bertold Brecht,  
em *Questões convincentes; História do sr. Keuner*

A recuperação da visão da intelligentsia sobre os camponeses, em quatro países, ilustra bem o que quero indicar: a desqualificação do camponês e dos seus saberes-fazeres não tem início apenas na década de 1960, com o alastramento do Padrão Técnico Moderno aos países do Terceiro Mundo, via Revolução Verde, ou, se o leitor preferir, com a penetração do capitalismo no campo desses países. O que a Revolução Verde fez foi reforçar – ou dar uma nova roupagem, uma vez mais, pretensamente “científica” – à postura autoritária que impregnou e impregna profissionais de Ciências Agrárias, mas também professores do Ensino Básico e do Ensino Superior, que atuaram e atuam na Educação Rural, assim como muitos que atuam, hoje, na Educação do Campo. Como foi visto, uma minoria educada e articulada sempre busca formas de justificar a representação (no sentido de “estar em lugar de”, ou “substituir”) que faz dos camponeses nos debates sobre a questão agrária, ou seja, na definição de quem produz e de como se produz na agricultura. Tal substituição ocorre, inclusive, no debate mais amplo sobre o modelo de sociedade, já que se vê o camponês, sempre, em um papel subordinado (seja aos educados ou “ilustrados”, seja “ao proletariado”). Como sublinha Pallot (1998, p. 15), mais importantes que a definição que se faz dos camponeses (não é preciso que

eles sejam rotulados de atrasados, irracionais e ignorantes) é a interpretação – e, muitas vezes, o simples e direto descarte – das ações que eles realizam ou das respostas que eles apresentam.

Creio não haver dúvidas que essa postura precisa ser superada em uma Educação do Campo que afirma adotar a agroecologia e se diz voltada ao campesinato. Por isso, vou aprofundar alguns pontos em relação ao que Chambers et al. (1994, p. 11) chama de “norma profissional”, o que quer dizer “a forma de pensar, os valores, os métodos e os comportamentos que prevalecem em uma profissão”. Ele discute a dos agrônomos, e eu vou me focar na dos Educadores do Campo que formam professores de escolas do campo. Trata-se de uma questão central ao abordar a formação dos docentes, já que se ouve, com muita frequência, que é preciso formar os agricultores familiares ou camponeses em agroecologia, mas pouco se discute a formação – ou a construção da “norma profissional” – que precisam ou devem ter os seus formadores.

### 1.5.1. Educação do Campo e “populismos”...

Uma referência importante para essa reflexão é Chambers (1990)<sup>81</sup>. A obra trata “da pobreza e das abordagens, atitudes, conhecimentos, formas de pensar e de se comportar que os profissionais adotam, frente a ela”. (p. 5) O autor estabelece uma polarização – que, posteriormente, vai ser bastante criticada (voltarei a esse ponto) – entre os “locais” e os

<sup>81</sup> Utilizo a versão francesa *Développement rural; la pauvreté cachée* (em tradução livre: Desenvolvimento rural; a pobreza escondida), publicada em 1990. A edição original em inglês, *Rural development: putting the last first* (em tradução livre, Desenvolvimento rural; colocar o último em primeiro) foi publicada em 1983 e teve importante impacto sobre os debates nas pesquisas e nas ações de desenvolvimento rural, sendo referência para os autores da agroecologia e seus trabalhos naquela década. Deixo claro que conheço as observações de que Robert Chambers é “claramente vinculado ao ecologismo dos organismos internacionais e dos Bancos multilaterais”. (SEVILLA GUZMÁN, 2007, p. 344) Continuo, entretanto, considerando muito pertinentes as observações que ele faz sobre uma prática do desenvolvimento rural (ou “do campo”), por outsiders, como a do “turismo” (ver nota a seguir). Assim como creio que vale a pena recordar (e remeter à leitura) dos “seis fatores que falseiam >>

>> a abordagem da pobreza rural" (Cf. Chambers, 1990, p. 30 a 47): 1. Espacial (trabalha-se na cidade e na proximidade dos grandes eixos, ou, "até onde chega o asfalto"); 2. Projeto (trabalha-se onde se tem contatos e dados prévios); 3. Pessoa (trabalha-se com líderes, homens, dinâmicos e receptores de inovações); 4. "Estação seca" ou comodidade (só se trabalha quando as condições climáticas são as melhores); 5. Diplomacia (trabalha-se mostrando educação e despreensão); e 6. Profissionalidade (trabalha-se sem se deixar envolver com problemas fora da especialidade). Creio que o mesmo vale para parte das pesquisas acadêmicas. No caso da Agreco, que conheço mais de perto, pude ver centenas de páginas de dissertações e teses serem produzidas, a partir de "trabalhos de campo" de alguns poucos dias ("turismo") e marcados, senão por todos, por boa parte desses fatores.

<sup>82</sup> Os tradutores para o francês mantiveram a palavra inglesa. Na página 15, Chambers escreve:  
>>

"outsiders"<sup>82</sup>, o que, para ele, quer dizer "os 'de fora' que intervêm": "são as pessoas que se ocupam do desenvolvimento rural, não sendo, eles mesmos, nem do mundo rural, nem pobres". São pesquisadores, membros de ONG, assessores, consultores, agrônomos, padres e, também, educadores e professores. No que pode dizer respeito especificamente ao perfil de professores de Licenciaturas em Educação do Campo, o autor descreve a experiência rural desses outsiders que residem na cidade como "reduzida a breves viagens de turismo em desenvolvimento rural"<sup>83</sup> (p. 12-13). Ele quer dizer com isso que a natureza dos contatos – ou mesmo a ausência de contatos – dos outsiders com as populações rurais deserdadas têm na distância apenas a explicação mais fácil.

Há, também, uma escolha pelos outsiders. Eles escolhem suas atividades, os locais onde intervirão, aqueles que eles verão e aqueles com quem eles falarão. Cada um tem sua forma de perceber as coisas. Os outsiders têm seus próprios interesses, suas preferências e seus preconceitos, sua própria forma de racionalizar, sua maneira de explicar ou de rejeitar aquilo que para ele é discordante ou penoso demais. (CHAMBERS, 1990, p. 16)

Esse quadro faz com que, com frequência, os outsiders ignorem as realidades rurais, "mas, o que é pior, não sejam conscientes de sua ignorância". O autor menciona, entre os seis "fatores que falseiam a abordagem da pobreza rural", o "fator profissional", ou as especialidades.

Sabendo aquilo que eles querem conhecer e não tendo o tempo de fazer aquilo que é preciso para isso, os profissionais que trabalham com as zonas rurais acabam tendo uma mentalidade estreita demais. Eles fazem seu trabalho e só o seu trabalho. Eles procuram e acham aquilo que corresponde a suas ideias. Eles não têm nem a vontade, nem o tempo de colocar questões abertas, nem de utilizar outros métodos para conhecer as pessoas, os eventos, as coisas. "Aquele que procura, acha". (CHAMBERS, 1990, p. 47, aspas no original)

De novo, por poder parecer distante do debate que é foco de minha discussão – as relações entre Educação do Campo, Agroecologia e Camponês, volto à questão da formação que têm os formadores de Educadores do Campo e da ação deles na docência. São exemplos da proximidade da situação de docentes de cursos universitários em Educação do Campo com o que é descrito por Robert Chambers, as dificuldades em realizar um curso “interiorizado” (fora do campus da universidade); em ter práticas efetivas de “leitura de realidades” (realizadas pelos estudantes nas suas localidades de vida e trabalho) e, sobretudo, que elas sejam verdadeiramente acompanhadas e orientadas, no campo, pelos docentes; em envolver professores de Licenciaturas em Educação do Campo em atividades de desenvolvimento local, mesmo que relacionadas de forma direta à educação ou à agroecologia.

É preciso, nesse caso, ter em conta as diferentes trajetórias desses docentes. O que, resalto, não representa algo irremediável.

>> "Nós, os '*outsiders*', temos bastante em comum. Nós desfrutamos de um relativo conforto, nós sabemos ler e escrever e, geralmente, nós moramos em cidades. Nossos filhos frequentam boas escolas. Não temos parasitoses, nossa esperança de vida é longa e nós comemos até demais. Tivemos formação e instrução. Nós lemos livros e compramos jornais. Há pessoas como nós em todos os países, de todas as nacionalidades, em todas as profissões e todas as disciplinas. Nós constituímos uma classe".

<sup>83</sup> Turismo porque são visitas curtas, feitas por cidadãos que perseguem um objetivo preciso e dispõem de pouco tempo. Apesar disso, estas "visitas" acabam desempenhando um papel decisivo na formação de opiniões dos *outsiders*, na elaboração que eles fazem de programas e nas tomadas de decisões deles. (CHAMBERS, 1990, p.26, 27)



Há os que tendo terminado a graduação, realizaram mestrado e doutorado logo em seguida e têm uma formação e uma profissionalidade mais de pesquisadores do que de professores. E, assim, têm clara dificuldade e pouca disposição para “procurar e achar” os “usos” do termo agroecologia que não sejam o científico (Wezel et al., 2009; veja-se o Capítulo 2). Ao mesmo tempo, há docentes que, também tendo feito mestrado ou doutorado, tiveram alguma proximidade com, por exemplo, a vida de um acampamento ou assentamento da Reforma Agrária e têm clara dificuldade e disposição para “procurar e achar” os usos do termo agroecologia que não sejam o de movimento (Wezel et al., 2009; veja-se o Capítulo 2). Mais do que isso, uns e outros se sentem autoridades e autorizados a determinar as abordagens que, supostamente, devem adotar seus colegas e, mais ainda, a fiscalizar o que e como fazem. Uns querem mais e mais conteúdo (ou, na expressão do Professor da UFSC, Dr. Demétrio Delizoicov Neto, mais “penduricalhos”) de suas disciplinas; outros, que se discuta mais e mais o Modo de Produção Capitalista e um novo projeto societário. Não se trata de cooperar, partilhar, fazer junto, mas de tentar hegemonia e controle. Às vezes com comportamentos que estão no limite do desrespeito à própria ética. A meu ver, essas dificuldades de “diálogo de saberes” intrauniversitários – ou de conversação entre outsiders – vai ter implicações sobre as noções e as práticas de participação, um componente importante da abordagem agroecológica. Para trabalhar esse ponto, retorno um pouco no tempo, apoiando-me em obra posterior de Robert Chambers, nesse caso, com colaboradores.

<sup>84</sup> A edição original em inglês, *Farmer First: Farmer Innovation and Agricultural Research*, é de 1989. Em tradução livre: O agricultor em primeiro lugar, as inovações dos agricultores e a pesquisa agrícola.

Chambers et al. (1994, p. 12-13)<sup>84</sup> lembram que nas décadas de 1950 e 1960 a rejeição pelos agricultores familiares ou camponeses (desprovidos de recursos materiais e financeiros) às recomendações feitas pelos técnicos era vista como uma tradução da ignorância dos primeiros e, por isso, a educação via extensão rural era prescrita. Nos anos 1970 e início dos 1980, ao invés de pensar que eram as unidades

familiares de produção (UFP) que deveriam se assemelhar à estação de pesquisa e experimentação, tiveram início análises sobre as condições e restrições existentes nas UFP. Já nos anos 1980, uma nova interpretação resulta no questionamento das ciências agrônômicas e de seus profissionais. A fonte do problema não estava nem no agricultor, nem na UFP, mas na própria técnica. E os “defeitos” [*défauts*] das técnicas deveriam ser buscados nas prioridades e nos procedimentos que as engendraram. Essa nova “forma de olhar” tem numerosas razões. Por todas as partes, no mundo, passa a ser reconhecido o valor e a utilidade dos conhecimentos técnicos locais [*indigènes*] na agricultura. Pesquisas de “sistemas de produção” expõem a sua (deles) complexidade e a das decisões que os agricultores sem recursos devem tomar. Mais do que isso, os agricultores passam a ser reconhecidos como experimentadores e inovadores. E se descobre que o comportamento dos agricultores é racional e sensato, ao contrário de irracional e absurdo, como era comum pensarem os *experts* “vindos de fora”. Ainda seguindo Chambers et al. (1994), no tempo em que essa “evolução de mentalidades” ganhava terreno, uma minoria de sociólogos e de biólogos, assim como “técnicos de campo” que trabalhavam para ONG, acharam novas formas de colaborar com as famílias camponesas e mostraram que existiam outros meios de definir prioridades, de desenvolver técnicas e de testá-las. Ao invés do procedimento “clássico” (prioridades determinadas pelos cientistas, pesquisas em laboratórios e estações experimentais, produção de técnicas, transferência aos extensionistas, transferência aos agricultores, adoção ou rejeição pelos agricultores<sup>85</sup>), propõe-se o inverso: partir-se do saber, dos problemas, das análises e das prioridades dos(as) agricultores(as) familiares ou camponeses(as). Os referidos autores denominaram o conjunto desses elementos

<sup>85</sup> Chamo de visão *linear* aquela que considera que as inovações na agricultura sempre se originam no sistema científico e seguem esse “caminho”: pesquisa básica, pesquisa aplicada e experimentação, difusão, adoção ou rejeição. Ao meu ver, essa visão continua muito presente nos debates em Licenciaturas em Educação do Campo. Talvez mais, naquelas com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática.

como *farmer first* (*les paysans d'abord ou priorité aux agriculteurs*, na tradução francesa; e, como geralmente é referido no Brasil, “o agricultor em primeiro lugar”).

<sup>86</sup> Trabalhei a versão francesa: *La reconnaissance du savoir rural; savoir des populations, recherche agricole et vulgarisation*, publicada em 1999. Em tradução livre, O reconhecimento do saber rural; saber das populações, pesquisa agrícola e extensão. A versão original, em inglês, *Beyond Farmer First, Rural People's knowledge, agricultural research and extension practice*, é de 1994. Em tradução livre: Para além do agricultor em primeiro lugar, conhecimento dos povos rurais, pesquisa agrícola e prática extensionista.

Em 1994, ao redigir o prefácio da obra de Scoones e Thompson (1999)<sup>86</sup>, o próprio Robert Chambers destacava que “importantes mudanças pessoais, profissionais e institucionais mostravam-se necessárias para permitir que a pesquisa e a extensão rural servissem de forma adequada aos interesses dos agricultores familiares ou camponeses desprovidos de recursos” e que, “mais do que nunca, era crucial para os profissionais aprender a melhor servir” a esses interesses. (CHAMBERS, 1999, p. 8) Contestando a qualificação de “populismo ingênuo” que recebe na obra que prefacia, Robert Chambers ressalta que a inversão que ele propõe “necessita um novo profissionalismo” e que “não se trata de rejeitar o saber científico moderno, as estações e os laboratórios de pesquisa ou os métodos científicos dos quais a validade, a força e a importância permanecem incontestáveis”. O que mais importa é “alargar, equilibrar e perturbar [*bouleverser*]

o saber, afim de dar uma nova prioridade às realidades e análises das populações pobres”.

Abro parênteses, em relação à obra de Scoones e Thompson (1999), para sublinhar duas passagens da sua Introdução geral que podem ajudar na reflexão sobre a relação da Educação do Campo com a Agroecologia. A primeira, quando trata de três abordagens ou procedimentos para enfrentar as dificuldades de perceber e compreender o processo de experimentação camponesa, assim como de buscar articular a pesquisa em meio real (e não em laboratório ou estação) com os projetos e os modos próprios de investigação dos agricultores. Na terceira aborda-

gem, eles mencionam que “o desafio consiste em encontrar os meios de permitir aos agricultores partilhar, segundo suas próprias condições e experiências, não só com outros agricultores, mas também com pesquisadores, visando promover a aprendizagem”. Acredito que tal abordagem reforça as visões da agroecologia “como ciência” e “como prática” (ver Capítulo 2, seção 2.5.) e as contribuições que podem se originar de uma formação de Educadores do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática. A segunda passagem é quando eles tratam das necessidades de formação dos profissionais de pesquisa agrícola, de extensão e de desenvolvimento rurais. Destacando que devem ser “adquiridas competências de facilitação, de coordenação e de desenvolvimento institucional”, os referidos autores afirmam que, para a consecução desse objetivo, “os atores concernidos devem abandonar comportamentos moralizadores em benefício de uma atitude favorecendo a escuta e a aprendizagem”. Creio que isso é fundamental para refletirmos sobre a postura e a prática dos professores e dos estudantes de uma Licenciatura em Educação do Campo e, mais tarde, dos egressos desse tipo de graduação universitária.

Volto a Robert Chambers e ao que foi denominado de “populismo agrário”, que redefine o enfoque de trabalhos de desenvolvimento rural, tornando o método não “meio”, mas “eixo central”; e a “participação popular”, elemento normal dos discursos de diferentes agentes na área rural, “quase uma moda” (GUIVANT, 2008, p. 81). Como já disse (e tratarei adiante), a participação foi importante também para trabalhos de agroecologia<sup>87</sup>. O reparo que passou a ser feito, pelos chamados “pós-populistas”, a essa abordagem participativa é que ela tende a uma interpretação acrítica dos conhecimentos dos agricultores familiares ou camponeses, “enquanto a aná-

<sup>87</sup> Sem tratar dela, a descrição que fazem Scoones e Thompson (1999) da representação populista do saber das populações rurais aproxima claramente a agroecologia com o populismo. Para uma análise da introdução das abordagens participativas no Brasil e, especialmente, na AS-PTA, veja-se Luzzi (2007), em particular o item 2.5., “Transformações da década de 90: >>

>> Agroecologia, Desenvolvimento Local e Metodologias Participativas", páginas 62 a 71. Nilza Luzzi havia estudado com cuidado, em sua Dissertação de Mestrado, defendida em 2001, a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco), que, como foi mencionado, eu assessorava à época, em projetos de extensão universitária. Em função disso, tive a vantagem de uma interlocução com ela no período de elaboração de sua tese.

<sup>88</sup> Como mencionei no prólogo, tive o privilégio de, no início dos anos 2000, partilhar com a Professora Doutora Júlia S. Guivant uma disciplina de Desenvolvimento Rural Sustentável, oferecida a mestrandos e doutorandos de diversos cursos de pós-graduação da UFSC. Nas aulas e debates com os estudantes, sempre ficava claro que eu estava muito mais próximo do "populismo agrário" e ela, do "pós-populismo". Júlia Guivant sempre destacou que os métodos participativos não realizam a transferência de poder, >>

lise crítica é dirigida com exclusividade ao conhecimento científico, avaliado como inferior frente ao popular". (GUIVANT, 2008, p. 81)<sup>88</sup> Além disso, os saberes locais são sempre múltiplos, descontínuos e dispersos e não único, coerente e sistematizado. (SCOONES e THOMPSON, 1999, p. 39) Ou, dizendo de outra forma, são complexos e difusos, "o que requer uma análise pluridimensional dos meios de subsistência rural e das evoluções políticas ou ecológicas".<sup>89</sup> Isso inclui esquadrihar as relações de poder. Surgem, assim, as propostas "pós-populistas", com destaque para os trabalhos de Norman Long, Jean Douwe van der Ploeg e os já citados Ian Scoones e John Thompson. A perspectiva proposta por Long e Ploeg, na virada dos anos 1980 para os 90, denominada "centrada nos atores", combinou um marco sociológico amplo com pesquisas empíricas, sobretudo de caráter etnográfico, e contribuiu para analisar a heterogeneidade do conhecimento local. O conceito de "agência" levado à análise do desenvolvimento rural contribui para indicar como os agricultores, nos diversos contextos, dão forma aos padrões de desenvolvimento. Ou seja, não são recipientes passivos de intervenções social, econômica e tecnológica e, para desenvolver projetos, diferentes agricultores se orientam por diversos interesses, objetivos e experiências. (GUIVANT, 2008, p. 83) Outro elemento importante levantado por Júlia Guivant é que o conhecimento é interpretado pelas formas como as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significados a suas

experiências [...], valendo tanto para o que usualmente se entende por conhecimento científico quanto leigo [que tratei como artesanal, empírico ou camponês], mesmo com diferenças nos procedimentos de validação. (GUIVANT, 2008, p. 83, colchetes W.S.)

Isso implica que em intervenções de instituições ou de movimentos sociais, por exemplo, vão se estabelecer negociações, adaptações e transferências de significados entre atores envolvidos. O que resulta, por sua vez, em possíveis conflitos e confrontos, ou em pontes que possibilitam diversos tipos de acomodação.<sup>90</sup>

No que se refere às relações entre Educação do Campo, Agroecologia e Camponês, ainda baseado em Guivant (2008), pode-se considerar que na implantação de métodos participativos, nem o conhecimento do Educador, enquanto expert, nem o do camponês são produtos estanque, sendo um verdadeiro e o outro falso, ou um racional e o outro irracional. O Educador do Campo necessita questionar os pressupostos sobre o papel do conhecimento científico (que, supostamente, tem), tanto quanto os pressupostos assumidos pelos camponeses. Ao mesmo tempo, os educadores do campo precisam estar preparados para lidar com os problemas que podem vir a enfrentar na implantação de estratégias participativas (por exemplo, desmotivação, hábitos decorrentes de práticas clientelistas e paternalistas, conflitos de interesse e poder no local, marginalização de geração e gênero em processos decisórios). Fica a pergunta: estão os docentes preparados para preparar esses educadores do campo? A tentativa de hegemonizar e homogeneizar a visão sobre a agroecologia contribui para

>> ficando apenas a imagem de que isso ocorre. Apesar de reconhecer esse "problema", como já destaquei em nota anterior, continuo, ainda hoje, acreditando que a perspectiva populista deva ser muito bem tratada com nossos estudantes, por contribuir para o questionamento da formação, realizada dentro de uma perspectiva autoritária, dos professores-pesquisadores universitários que trabalham no/com o campo. Perspectiva que é "transmitida" – geralmente, pelo exemplo – aos estudantes.

<sup>89</sup> *ibid.*, p. 39

<sup>90</sup> *ibid.*, p. 83

tal preparação? Ou seria bem mais indicado trabalhar a “multiplicidade de significados” ou as concepções” não apenas “diferentes”, mas “por vezes antagônicas da agroecologia”? Para contribuir com essa reflexão, tento a seguir, trabalhar mais de perto as relações entre agroecologia e participação.

## 1.6. Agroecologia e participação

Começo esta seção voltando a citar Miguel Altieri, que nucleava o “centro de gravidade” (em torno do Consórcio em Agroecologia e Desenvolvimento – Clades, no Chile e da Universidade da Califórnia – Berkley) da “explosão agroecológica” que se produziu nos anos 1980. (SEVILLA GUZMÁN e ALONSO MIELGO, 1994, p. 455) Selecionei um trecho em que Miguel Altieri faz referência à obra de Robert Chambers, de 1983 (*Rural development: putting the last first*), vista pouco antes, especificamente relacionado à participação<sup>91</sup>. Para Altieri (2004, p. 27, grifos W.S.),

<sup>91</sup> Em outros trabalhos, como Altieri (1991) e Altieri e Nichols (2000), a mesma obra de Chambers é citada para ilustrar o poder de observação e de conhecimentos das populações rurais tradicionais. Uma questão que é fundamental nesse capítulo, que trata da “desqualificação do camponês”.

<sup>92</sup> *ibid.*, p. 27, parênteses no original.

A produção estável somente pode acontecer no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento.

Note-se que a agroecologia é referida como fonte das ferramentas metodológicas. E Miguel Altieri finaliza, mostrando o claro vínculo entre agroecologia e participação: “o objetivo é que os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento (Chambers, 1983)”<sup>92</sup>.



Essa associação também fica clara nos escritos de Sevilla Guzmán<sup>93</sup>. Em um texto que muito usei no final da década de 1990, ele busca sintetizar:

a estratégia agroecológica poderia ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando **uma ação social coletiva de caráter participativo**, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. (SEVILLA GUZMÁN, 1997, p. 29, grifos W.S.)

Ainda para o autor, a “dimensão local” desempenha papel central na estratégia agroecológica. Isso porque ela é portadora de “um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico”, vai permitir “a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e sociocultural”.<sup>94</sup>

Fica claro, voltando ao eixo desse capítulo, que no enfoque agroecológico as “agriculturas camponesas” são vistas como “o produto do exercício da inteligência criativa de populações rurais na construção de melhores ajustes entre seus meios de vida e os ecossistemas”. (PETERSEN, 2007, p. 9) E não, como uma manifestação de um suposto atraso cultural que precisa ser superado. Tal “qualificação” leva – ou deveria levar – a relações mais horizontais. Diversos autores alertam, contudo, sobre os riscos de a participação ser “banalizada, pela generalização de slogans desenvoltos”. Ou que sejam “omitidas questões essenciais relativas à qualidade, à

<sup>93</sup> No Capítulo 2, tratarei de minha discordância em relação à suposta configuração de duas “escolas”, “vertentes” ou “correntes” da Agroecologia, muito consideradas nos debates da Educação do Campo: a “americana”, de Altieri e outros, e a “espanhola” de Sevilla Guzmán e outros. É importante sublinhar que Eduardo Sevilla Guzmán se diz, ele próprio, parte de uma perspectiva teórica da agroecologia que ele denomina de “Neonarodnismo ecológico”. Ou seja, ele faz referência aos neopopulistas ou *neonarodniki* russos e especialmente a Alexander Chayanov. Em Sevilla Guzmán (1990, p. 236) – artigo a que só consegui ter acesso com este texto praticamente finalizado e que tem o título *Redescobriendo a Chayanov; hacia un neopopulismo ecológico* (Redescobriendo Chaynov, rumo a um neopopulismo ecológico), o autor conclui: “Se é possível gerar uma prática intelectual e política >>



>> com um potencial ético de expansão que evite a degradação da natureza e da sociedade que é gerada pelo desenvolvimento do capitalismo aqui [no Neopopulismo] se encontram suas raízes teóricas".

<sup>94</sup> *ibid.*, p. 29

coerência, à confiança e à ética". (SCOONES e THOMPSON, 1999, p. 21)

Julgo importante, por isso, tratar de um caso que sempre é referência nos debates sobre a Educação do Campo, a associação entre participação e a agroecologia em assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e no próprio discurso do MST. Essa análise me parece importante porque associa formação profissional de Educadores do Campo e sua atuação posterior "no campo".

Tal ligação é estabelecida por Araújo (2009), ao discutir as ações de ATEs (Assessoria Técnica, Social e Ambiental) em assentamentos de Reforma Agrária, executadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) via Projeto Lumiar. Para o autor, a formação profissional daqueles que vão ser os responsáveis por realizar a ATEs

está na raiz do problema de atuação da assessoria, que tenha como perspectiva a transição agroecológica através de processos participativos, envolvendo toda a diversidade dos integrantes do assentamento e dentro de uma lógica sistêmica. (ARAÚJO, 2009, p. 162)

Para o autor citado, há um "aparente paradoxo" entre duas políticas do Estado. De um lado, estariam as universidades públicas, que não formam profissionais capazes de trabalhar com o enfoque agroecológico e participativo. De outro, a "política de ATEs", que os demanda.

Pereira (2015), em pesquisa sobre a Educação do Campo em Institutos Federais e universidades do Pará, aponta para "dois projetos conflitantes". Um, sinalizaria para

a manutenção da vitalidade da educação do campo, enquanto instrumento de resistência camponesa, decorrente da práxis dos construtores da educação do campo, que transitaram entre as lutas pela terra como agentes ou mediadores dos movimentos camponeses

e que hoje atuam como docentes ou discentes ou conselheiros na educação do campo.

Estes sujeitos inserem as pedagogias da luta pela terra e do trabalho na educação do campo, mantendo-a conectada com sua materialidade de origem, a disputa pela terra e por um projeto camponês de desenvolvimento. (PEREIRA, 2015, p. 282)

Não fica claro, contudo, quem definiu, em nome dos camponeses, tal projeto. O outro projeto representaria “um afastamento da perspectiva camponesa de desenvolvimento”, o que faz com que a agroecologia e a economia solidária não apareçam “como referências formativas dos camponeses”.

Se estas análises me ajudam a relacionar o debate sobre agroecologia e participação com a formação de educadores do campo e mais especificamente com as tensões ou conflitos que se formam, ou subsistem, em Licenciaturas em Educação do Campo, como será visto, elas são simplificadoras. Porque há no seio dos assentamentos e de forma mais ampla no próprio MST, dentro de relações e disputas de poder, outras estratégias de formação e de participação (ou, até, visando negá-las). Pereira (2015) parece não considerar que, pelo menos em metade da história do MST (até o início dos anos 2000), a agroecologia<sup>95</sup> e a economia solidária também não apareciam, para o próprio Movimento, “como referências formativas dos camponeses”. Porque também não faziam parte do “projeto camponês de desenvolvimento” defendido pelas suas lideranças e seus assessores.

<sup>95</sup> A “inserção” da agroecologia no MST será tratada no Capítulo 2.

Tratando especificamente da participação, creio que a contribuição de Gutiérrez (2012), ao chamar a atenção para a complexidade da abordagem, deva ser levada em conta. Para ele, ao se trabalhar com a agroecologia,

cada ambiente tem as suas especificidades, necessitando uma abordagem própria, construindo métodos compatíveis a cada um deles, que respeitem suas

características intrínsecas, considerando não só o perfil físico, mas também as dimensões cultural, ecológica, política, social que os permeiam. Isso constitui uma abordagem complexa para um sistema socioambiental de alta complexidade – o campo brasileiro. (GUTIÉRREZ, 2012, p. 65)

Com relação ao MST, é importante considerar que seu início foi marcado por “uma forte influência de setores da Igreja católica e luterana que estimulavam a participação política como alternativa para superar as dificuldades vividas pela população rural”. (VERAS, 2005, p. 26) Assim, na diversidade de pequenos movimentos sociais que deram origem ao MST, havia uma participação popular mais efetiva. (GONÇALVES, 2008, p. 213) Ao ser formalizado e ao crescer politicamente e tornar-se um movimento de massas, as dinâmicas internas de comando fizeram com que o MST perdesse parte desta “capacidade democrática e participativa”.<sup>96</sup> As lideranças passam a exercer um controle político

<sup>96</sup> *ibid.*, p. 213  
ideológico sobre as escolhas estratégicas, diminuindo o papel de sujeitos ativos e participativos dos militantes de base. Existem muitas análises

acadêmicas que contextualizam, explicam e buscam justificar essas opções no quadro da luta pela Reforma Agrária e as disputas de poder no Brasil. Este não é o meu objetivo.

O que busco considerar é que a adoção de um modelo organizacional mais democrático, participativo e representativo – que desconcentre o poder decisório – se constitui em uma condição importante para uma maior disseminação da agroecologia. (BORSATTO, 2011, p. 216) E que, ao mesmo tempo, a adoção de “uma nova matriz tecnológica [a agroecologia] no âmbito da produção agrícola dos assentamentos” ligados ao MST demandaria reestruturar todo o modelo de participação das famílias nos assentamentos e as próprias estruturas de gestão do Movimento. Era – ou, seria – preciso incentivar modelos participativos mais focados nas experiências criadas em cada comunidade de assentados (GONÇALVES, 2008, p. 200). O mesmo autor, contudo, levanta a hipótese de que “o sistema anterior era tão

viciado e favorável às lideranças”, que não o superar seria a maneira mais fácil de perpetuar uma dada relação de poder, em detrimento de um sistema mais democrático e participativo.<sup>97</sup> Já Borsatto (2011, p. 216) observa que a adoção de um modelo mais democrático, participativo e representativo não é, certamente, uma tarefa simples para o MST, “visto que a luta pela reforma agrária, possui claros componentes de uma luta de classes, na qual somente um movimento de massas pode conseguir alguma modificação significativa nas estruturas de poder dominantes”. Por isso, para aquele autor, a luta pela agroecologia teria adquirido “contornos mais complexos”.<sup>98</sup>

<sup>97</sup> *ibid.*, p. 209

<sup>98</sup> *ibid.*, p. 293

O que a pesquisa de Gonçalves (2008) indica é que houve assentamentos em que “a proposta agroecológica foi colocada ‘de cima para baixo’”. (GONÇALVES, 2008, p. 293) Com isso, “o MST implantou dissabores e tem colhido frustrações e problemas, já que não vingou a agroecologia como o planejado”.<sup>98</sup> Ora, nesses casos, há uma clara desvinculação de agroecologia e participação. Uma possível explicação é apontada por Oliveira (2014), quando avalia que “o estímulo à participação coletiva” é mais voltado à “elevação do nível de consciência” da base social do Movimento, o que implica em “usar táticas diferenciadas para o envolvimento desses sujeitos e diferentes mecanismos adaptados ao público alvo” (p. 96), em uma formação que “deve guiar esses sujeitos rumo aos objetivos da organização” (p. 200). Talvez por isso, Barcellos (2010, p. 116) tenha ponderado anteriormente que “um modo de produção de vida e militância impregnado por vícios” (ligados à ordem política e organizacional do período centralizador – ou, não participativo – e coletivista anterior do MST) apontava uma “tendência a inviabilizar a agroecologia como uma alternativa viável. A pouca participação estaria relacionada, assim, aos

poucos rodízios dos militantes na ocupação de funções administrativas, técnicas e políticas nestes espaços [atividades relativas à administração e funcionamento das associações, cooperativas e reuniões do Movimento]

devido à criação de uma crença de que supostamente as lideranças já estabelecidas têm “mais” esclarecimento político e conhecimento técnico-administrativo na condução dessas experiências. (BARCELLOS, 2010, p. 116, aspas no original, colchetes W.S.)

99 O autor prossegue, ponderando: “Entretanto, não podemos desenvolver tal crítica, esquecendo-nos de que o MST é um movimento que propõe um projeto político e social para a sociedade, não podendo sofrer alterações no enfoque de suas ações simplesmente para agradar este ou aquele sujeito que não compactua com a ação proposta e construída pela coletividade do Movimento”. (SCHLACHT, 2008, p. 142) Se não fica clara como se dá tal “construção”, há uma boa indicação do tipo e dos limites da participação ou do “discurso da participação”.

Schlachta (2008, p. 142) já havia apontado para o paradoxo da “luta de ideais democráticos e participativos” do MST, com, “em muitos momentos, a reprodução de relações autoritárias, em certo grau, fruto de suas concepções político-ideológicas, bem como por reminiscências de ações do passado no próprio Movimento”.<sup>99</sup>

Acredito que a tentativa que faz uma parte dos docentes de Licenciaturas em Educação do Campo de transposição mecânica das concepções, projetos e orientações da Direção e da assessoria do MST – com relação à agroecologia e ao, na expressão de Marcelo H. Schlachta, “projeto político e social para a sociedade” – tem representado uma das principais limitações para que os três “lados” (Educação do Campo, Agroecologia e Campesinato) formem um triângulo. Parece permanecer em Licenciaturas em Educação do Campo, sempre sob o manto de intenções “libertadoras”, seja uma postura “assistencialista”, seja uma postura “direcionista”. As duas, “voluntaristas” e “vanguardistas” e nada dialógicas. Tal autoritarismo esteve, durante um bom tempo ligado à idealização de uma perspectiva científica, seja na interpretação da sociedade e da economia, seja da forma de produzir na agricultura. No caso da produção agrícola, remetia-se para a ideia de progresso que estaria presente na adoção, também nesta atividade, de um modelo fabril. Voltarei a esse debate em relação ao MST, a seguir, ao discutir o(s) significado(s) ou a(s) definição(ões) de agroecologia.



# Capítulo 2

## Agroecologias



“

*Estou mais feliz por existirem debates e uma diversidade de perspectivas entre os agroecólogos, do que estaria se eles estivessem fechados [was closure] em torno de uma única e "correta" visão de agroecologia*

F. Buttel, 2003

*Falar de agroecologia é ambíguo e, frequentemente, opõe dois campos. Tanto se apresentada como remédio para todos os problemas, quanto se acusada de mistificação ou arcaísmo, a agroecologia realmente praticada no mundo não merece, certamente, esse excesso de honraria ou essa indignação.*

Groupe de Travail Désertification, 2013

*A “militância técnica [agroecológica]” – não toda ela, mas aquela malformada e mal informada – cria tanta confusão que acaba confundindo a cabeça de agricultores que antes sabiam bem o que eram (tinham uma identidade) e agora devem passar a ser algo mais e incorporar algo novo na sua cultura, inclusive reproduzindo em suas falas o discurso da “militância técnica agroecológica”, que decerto achou que eles não merecem ter autonomia.*

Francisco Roberto Caporal, 2017

Até agora, fiz uma abordagem histórica sobre a desqualificação do saber camponês. Fiz isso por considerar importante que os docentes em Educação do Campo, especialmente em Licenciaturas em Educação do Campo, e ainda mais naquelas com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática, possam trabalhar com os educandos uma perspectiva histórica da aplicação das ciências e das técnicas na agricultura. Isso implica, mais recentemente, em discutir com profundidade, o(s) significado(s) ou a(s) definição(ões) de agroecologia no processo de construção das questões agroecológicas na Educação do Campo.

É importante deixar claro que não vejo sentido em repetir o muito que já foi escrito sobre a história da contestação ao Padrão Técnico Moderno no Brasil, sua evolução para as Agriculturas Alternativas e, em seguida, para a agroecologia (ou à “transição agroecológica”), para, finalmente, tratar da sua institucionalização. Há, em português, uma vasta bibliografia disponível, que inclui monografias acadêmicas (teses e dissertações), artigos e livros, acompanhada de sistematizações importantes. Sugiro uma com caráter pioneiro, realizada por Brandenburg (2002), e outras mais recentes feitas por Costa et al. (2015) – atualizada em Costa et al. (2017), mas nesse caso, em inglês – e Petersen, Mussoi e Dal Soglio (2013), em espanhol. Em mais esta oportunidade, proponho aos docentes de Educação do Campo uma consulta ao blog Agroecologia, mantido pelo Professor Doutor Francisco Roberto Caporal (<http://frcaporal.blogspot.com.br>), no qual muito material pode ser consultado e “baixado”. Buscas nas bases de dados de teses e dissertações da Capes e do CNPq também trazem resultados significativos do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Além da perspectiva do MST, repito, bastante presente nos debates sobre a agroecologia e/na Educação do Campo, vou apenas tornar acessíveis dois textos que considero clássicos em torno do seu (dela) caráter pluralista.

Considero, inicialmente, em uma abordagem mais ampla, que a multiplicidade de atores e instituições que incorporaram a agroecologia em suas diretrizes e linhas de ação tem acentuado a



“expressiva polissemia” dessa “noção” (NORDER et al, 2016). Ou seja, há uma “multiplicidade de significados” para ela. O “polissêmico” da definição de agroecologia já havia sido apontado por Stassart et al. (2012), para quem “não existe [...] uma só maneira de definir e de trabalhar sobre a agroecologia” (p. 3). Como destacam esses últimos autores, “as questões agroecológicas destinam-se a diferentes públicos que elas contribuem a construir e que, em retorno, constroem a elas mesmas” (p. 4).

No quadro da incorporação da agroecologia à Educação do Campo, é indispensável refletir sobre se essa “multiplicidade de significados” ou “polissemia” tem sido apresentada aos estudantes ou se, ao contrário, apenas um significado tem sido posto à vista dos educandos, procurando torná-lo único ou hegemônico. Romier da Paixão Sousa julga haver um desafio conceitual e epistemológico na “qualificação” da agroecologia,

com o risco de a abordagem agroecológica ser perdida em sua polissemia e deixar a força conceitual que representa cair no “vazio” ou ser cooptada por forças conservadoras das ciências agrárias e do capital. (SOUSA, 2017, p. 640, *aspas no original*)

O autor não considera, entretanto, a possibilidade da mesma “força conceitual” cair no “vazio” ao ser “cooptada” por discursos vanguardistas voltados à perspectiva “transformadora” que tendem a desqualificar o camponês e, também, a dificultar a presença deles e, sobretudo, a sua participação efetiva na definição do “o que fazer”. Bastaria, agora, passar de uma coletivização forçada para uma “agroecologização forçada”? Ou realizar a transformação dos “laboratórios organizacionais” visando “elevar a consciência social” do camponês em laboratórios de agroecologia, agora, visando elevar a consciência social e ecológica do camponês?

Em sua análise sobre a economia russa entre 1870 e 1930, Stanziani (1998, p. 111) destaca que “a técnica – enquanto educação [e não como conhecimento e sua aplicação ao processo produtivo] – constitui uma forma de apropriação do saber pela ci-

dade”. (colchetes W.S.) Segundo essa visão, que fez com que a educação extraescolar viesse a ser uma das principais atividades do agrônomo russo, “o camponês seria incapaz de trabalhar a terra de maneira ‘racional’ sem a ajuda do ‘especialista’”<sup>100</sup>. Não me parece que deva ser esse “espírito tecnocrático” – que considera a “ignorância” da população do campo para pregar como indispensável a “intervenção exterior” do *expert* – o que prevaleça na Educação do Campo, mais de um século depois, no Brasil. É o que Giraldo e Rosset (2016, p. 28) nomeiam como “a ditadura dos *experts*”, mas fazendo referência apenas a “projetos agroecológicos institucionalizados pelas políticas públicas”, e não considerando, assim, intervenções de movimentos sociais ou seus assessores sobre os mesmos camponeses ou povos do campo.

Pensando mais especificamente as Licenciaturas em Educação do Campo, é importante ponderar a influência de intelectuais ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos debates sobre a Educação do Campo, considerando que, apenas mais recentemente, eles passaram a dar importância à construção de relações orgânicas entre escolas e processos de produção agrícola fundamentados na agroecologia. Tal agroecologia é vista por esses intelectuais como “ferramenta importante na configuração de outro projeto de desenvolvimento, de campo, de educação e de sociedade” (MIRANDA, 2014, p. 25) e adjetivada como “popular”, “não-reformista” ou, no que interessa mais de perto à reflexão aqui proposta, “camponesa” ou “camponesa popular”. Voltarei, adiante, a esse ponto, fundamental, como mencionei, aos debates em Licenciaturas em Educação do Campo.

<sup>100</sup> *ibid.*, p. 111, grifos W.S. Em outro trecho: “Alguns dos jovens economistas e agrônomos levaram o papel pedagógico de sua disciplina até a negar a possibilidade de que o camponês possa gerir sua unidade produtiva sem a ajuda do agrônomo”. (STANZIANI, 1998, p. 135) Ou, ainda, para uma “corrente dos especialistas em agricultura”, “não somente o intelectual não tem nada a aprender com o camponês, mas este último é, ao contrário, incapaz de conduzir sua unidade produtiva sem o agrônomo. O saber pertence à cidade. (*ibid.*, p. 137)

Para a presente reflexão, é importante lembrar que Silva e Miranda (2015, p. 340) destacam que são escassos os estudos que abordam a temática da agroecologia “no campo da Educação do Campo”. Tal escassez já havia sido apontada pela mesma Miranda um pouco antes (2014, p. 56). Neste contexto, buscou-se uma sistematização e uma análise que favoreça um debate no qual, parafraseando Caldart (2016)<sup>101</sup>, atenda-se ao “direito formativo” de todos os estudantes de Licenciaturas em Educação do Campo: o de saber que há diversas maneiras de definir agroecologia. E de trabalhá-la. Ao adotar tal perspectiva, segue-se aquela da diversidade no delineamento do objeto de estudo da agroecologia apontada por Norder et al. (2016), julgada, por

<sup>101</sup> “Todos os estudantes têm o direito de saber que a agroecologia existe e o que defende”. (CALDART, 2016, p. 6)

eles, particularmente relevante para o campo da educação, dada a importância do conceito de pluralismo que ela contém.

Esses autores defendem como relevante que, no campo da educação,

[...] a Agroecologia conte com uma perspectiva teórica que, mantendo um diálogo crítico com outros campos, se proponha a analisar, discutir e interpretar, entre outros temas: [...] a diversidade e o pluralismo em seus princípios fundamentais; o estabelecimento de um diálogo crítico em relação às políticas governamentais e às propostas das organizações da sociedade civil; a definição de temas, conceitos e questões de pesquisa que não necessariamente coincidam com aqueles apresentados pelo Estado, pelos movimentos sociais ou outros campos; a construção de múltiplas identidades sociopolíticas e científicas voltadas para a ecologização da agricultura, do sistema agroalimentar e dos territórios rurais. (NORDER et al, 2016, p. 13)

Tal opção representa, ainda seguindo esses autores, uma valorização do potencial da agroecologia para o enfrentamento da complexidade e das contradições em todos os sistemas agrários e alimentares. Essa escolha se articula com a já mencionada definição ou delimitação de Campo e, por consequência, com o

entendimento sobre qual é o “território” associado à Educação do Campo. Destaco, de passagem, que considero que a adoção de conceitos operacionais de território rural – ou o território rural visto como espaço de governança – é a mais pertinente para trabalhar a implantação de políticas públicas e de iniciativas governamentais e não governamentais voltadas à Educação do Campo e, mesmo, da reflexão sobre as potencialidades e possibilidades que essa modalidade educacional tem para a transformação da situação vivida pelos “povos do campo”.

No que se refere mais diretamente ao tema proposto, busquei seguir, para a formação de Educadores do Campo, o que Norder et al (2016, p. 12) discutem para “uma formação em Agroecologia com perfil crítico, ético e humanista”. Isso inclui “considerações sobre o respeito às escolhas políticas e profissionais e às liberdades individuais, inclusive, evidentemente, a dos educandos e egressos” desses cursos oferecidos por instituições federais de Ensino Superior.

Seguindo Wezel et al. (2009, p. 1), minha intenção é esclarecer “o uso da palavra agroecologia” e exortar os colegas a serem explícitos na definição quando o termo vier a ser usado. Ao mesmo tempo, discordar de autores, como Machado e Machado Filho (2017, p. 36), os quais, reconhecendo que “a palavra agroecologia agasalha as mais diversas acepções”, avaliam que ela

suscita uma infundável discussão epistemológica, que não leva a lugar nenhum, mas que predomina em muitos ambientes e publicações. Embora, até mesmo com sincera intenção de se contrapor ao agronegócio, na prática terminam por beneficiá-lo porque seus atores, geralmente bem-intencionados e bem articulados, capazes, e até cultos, ao invés de discuti-lo, acabam desviando sua ação, sua rebeldia e sua energia no proselitismo de uma falsa solução.

Para isso, neste capítulo, vou continuar a fazer o trabalho de sistematização, “tradução” (no sentido amplo) e apresentação de autores e textos-chave, para favorecer o entendimento da men-

cionada diversidade na maneira de definir agroecologia e no delineamento de seu objeto de estudo. Repito que a recuperação mais longa das ideias segue a expectativa de que essas páginas subsidiem as reflexões e os debates entre docentes (e destes com estudantes) de Licenciaturas em Educação do Campo.

Iniciarei com a recuperação de dois textos que podem ser considerados “clássicos” – porque muito citados internacionalmente – do debate sobre agroecologia: Buttel (2003), na Seção 2.1., e Wazel et al. (2009), na Seção 2.2. Em seguida, pelo que já tratei acima, abordarei a definição de agroecologia do MST, considerando a “guinada” que ela representou nas orientações dadas pela direção e assessores desse movimento social. (Seção 2.3.) Ela será acompanhada, pelo seu componente esclarecedor, de uma crítica marxista dessa opção do MST pelo (suposto) “abandono do projeto revolucionário inicial e a adoção oficial da agroecologia”. (Seção 2.4.) Finalmente, considero o impacto destes posicionamentos sobre a orientação de diversas intervenções atuais no debate sobre agroecologia e/na Educação do Campo (Seção 2.5.), levando em conta, especialmente, as presumidas duas “escolas” ou “vertentes” da agroecologia; o debate sobre a escala na/da agroecologia; as relações entre agroecologia e mercado; e, finalmente, a institucionalização – e possível cooptação – da agroecologia.

## 2.1. Buttel e suas cinco variedades de agroecologia<sup>102</sup>

<sup>102</sup> Esse item é inteiramente baseado em Buttel (2003).

Frederick (“Fred”) Buttel, foi um dos mais importantes referenciais em sociologia ambiental, em sociologia rural e na sociologia da ciência e tecnologia até a primeira metade da década de 2000. Foi professor na Universidade de Cornell (1978-1992) e, depois, até sua morte em 2005 (aos 56 anos), do Departamento de Sociologia Rural e do Instituto de Estudos Ambientais da Universidade de Wisconsin-Madison, nos Estados Unidos. Foi também presidente da Associação de Sociologia Ru-

ral entre 1990 e 1991 e da *Associação de Agricultura, Alimentação e Valores Humanos* entre 1998 e 1999. Respondeu, ainda, pelo papel de coeditor da revista *Society and Natural Resources*.

Em 2003, ele publicou um texto que foi (e continua sendo, quinze anos depois) muito importante para os debates sobre agroecologia: em tradução livre, *Visão prospectiva do desenvolvimento da agricultura nos EUA: Agroecologia entre Extinção e Multifuncionalidade?* [*Envisioning the future development of farming in the USA: Agroecology between Extinction and Multifunctionality?*]

### 2.1.1. Os argumentos

Para Buttel, havia em 2003 uma compreensão generalizada de que o ambiente intelectual e socioeconômico da agroecologia havia mudado dramaticamente ao longo das décadas anteriores. E que, apesar de existir, então, um volume impressionante de literatura no campo geral da agroecologia, não se estava muito mais perto do significado e do papel da agroecologia do que quando estudiosos como Jantzen, Stephen Gliessman, John H. Vandermeer e Miguel Altieri publicaram suas obras, no final da década de 1970 e início da de 1980, começando a difundir e a tornar aceito o termo agroecologia na pesquisa e na ciência agrícolas e no âmbito das universidades rurais [*land-grant university*].

Para o autor, a agroecologia manteve-se como uma noção difícil e controversa, assim como interdisciplinar, por três razões inter-relacionadas.

1. a agroecologia é, qualquer que seja sua definição, um tipo de interdisciplina que envolve a redefinição das fronteiras científicas e sociais, representando, desta forma, grandes desafios intelectuais para cientistas agrícolas e para instituições de pesquisa agrícola. No mínimo, a agroecologia é um campo interdisciplinar que mobiliza a ecologia e as ciências da produção vegetal e animal. E, de forma mais ampla, é uma interdisciplina que inclui, além destas, as ciências sociais e humanas.

2. a agroecologia está associada, mesmo que apenas implicitamente, com a crítica ou com a reflexão crítica sobre pesquisa, tecnologia, práticas produtivas e prioridades políticas "convencionais" [*conventional*].
3. o envolvimento implícito ou explícito da agroecologia na reflexão sobre práticas prevalentes [*prevailing practices*] significa que a agroecologia e os agroecólogos efetuam aberturas para a análise social e para as ciências sociais. Isso não significa que todo agroecólogo deva se transformar em um analista de ciência social, amador ou profissional.

103 Foge aos meus objetivos – e supera meus limites – realizar a "atualização" dessas variedades, nesses quinze anos que separam o texto de Frederick Buttel da situação atual.

A partir daí, Buttel trabalha a "diversidade da agroecologia", que ele pôde sistematizar ao analisar a história, naquele momento, de um quarto de século da "agroecologia moderna". São cinco as "variedades"<sup>103</sup> e suas relações com as ciências sociais, que interessam ao pensar a educação.

#### 2.1.1.1. *Agroecologia de ecossistemas [ecosystems agroecology].*

É uma abordagem impulsionada, principalmente, pela biologia dos ecossistemas de Eugene Odum. A agroecologia de ecossistemas foi ancorada na análise comparativa do (ambiente) "natural" e de agroecossistemas, e sua agenda de pesquisa e as hipóteses foram tradicionalmente construídas em torno da noção de que o "redesenho" [*redesign*] do agroecossistema baseado na diversidade é mais viável para que a agricultura imite a resiliência e a estabilidade dos agroecossistemas naturais [*natural agroecosystems*]. Stephen Gliessman, em particular, estaria mais intimamente associado com esta perspectiva da agroecologia. A agroecologia de ecossistemas tende a não incluir um papel ativo para as ciências sociais, com uma exceção. A agroecologia de ecossistemas baseia-se, essencialmente, na noção de que a agricultura – errônea ou indevidamente – passou a ter como base as monoculturas em grande escala. As ciências sociais podem ser

úteis para a agroecologia de ecossistemas na compreensão dos processos sociais que levaram à monocultura de grande escala e para enfrentar a estrutura social e econômica ao projetar sistemas de produção de base ecológica.

#### 2.1.1.2. *Agroecologia agronômica.*

Pode ser definida como a análise agronômica da agricultura sustentável. Ou seja, os métodos e as hipóteses derivam em grande parte da agronomia (entendida de forma ampla, o que inclui as ciências da produção agrícola tradicional [*traditional agricultural production sciences*]) e o objetivo da pesquisa nesse quadro é desenvolver conhecimentos e práticas que ajudem a tornar a agricultura mais sustentável. Alguns agroecólogos agrônômicos trabalham nas técnicas da agricultura orgânica, enquanto outros, particularmente ecologistas de “plantas adventícias” [*weed ecologists*] e especialistas em sistemas de cultivo, concentram-se na agricultura convencional [*mainstream agriculture*].

O papel das ciências sociais na agroecologia agronômica é em geral semelhante ao da agroecologia de ecossistemas. Ou seja, as ciências sociais não estão diretamente envolvidas na análise. Ao mesmo tempo, as ciências sociais podem ser um complemento útil ao promover o entendimento dos processos pelos quais a agricultura tornou-se insustentável e dos possíveis processos de adoção de sistemas mais sustentáveis.

#### 2.1.1.3. *Economia Política Ecológica.*

O foco principal é uma crítica político-econômica da agricultura moderna. A insuficiência ecológica da agricultura é um componente importante – mas não exclusivo – desta crítica. Economistas Políticos Ecológicos argumentam que as distorções dos atuais sistemas de mercado, apoiado pelo comportamento autointeressado das empresas de insumos agrícolas, faz com que os agricultores tomem decisões que levam a enormes custos socioeconômicos e ecológicos. Eles argumentam, também, que



mudanças radicais na economia política da agricultura e na economia moral da pesquisa são necessárias para reduzir estes inaceitáveis custos sociais. Exemplos dessa abordagem são: Miguel Altieri, John Vandermeer, Richard Lewontin e Richard Levins.

A economia política ecológica é, em grande parte, politicamente orientada (e, assim, em grande parte, apoiada nas ciências sociais), ainda que a maioria dos seus adeptos tenha sido originalmente treinada como ecologistas ou cientistas agrícolas. A ciência social que é aí empregada é uma economia política largamente radical. As ênfases dos Economistas Políticos Ecológicos tendem a ser bastante variáveis, indo desde a biologia de ecossistemas, no caso de Miguel Altieri, à ecologia de populações, nos casos de Vandermeer, Levins e Lewontin.

#### 2.1.1.4. *Ecologia de agropopulação.*

É muito semelhante à agroecologia de ecossistemas, já que as principais hipóteses e métodos das duas derivam da disciplina da ecologia. A diferença essencial entre elas reside na perspectiva ecológica dentro da qual cada uma está ancorada. Na ecologia contemporânea, a abordagem mais influente é a da ecologia de populações, que, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, ou até antes, deslocou progressivamente a biologia dos ecossistemas de Eugene Odum. A aplicação da ecologia de populações à agroecologia envolve a primazia não apenas da análise dos agroecossistemas na perspectiva da dinâmica populacional de suas espécies constituintes e de seus relacionamentos com o clima e a biogeoquímica, mas também de uma grande ênfase no papel da genética.

O papel da ciência social na ecologia de agropopulação é talvez mais modesto do que em qualquer outra variedade atual de agroecologia. Os principais métodos e as hipóteses deixam pouco espaço para as ciências sociais. A ciência social, no entanto, pode ser útil para entender a evolução dos agroecossistemas e a restrições ao seu (deles) redesenho.

### 2.1.1.5. Avaliação integrada de paisagens agrícolas multifuncionais.

É a mais recente variedade de agroecologia. É bem desenvolvida e mais coerente como uma abordagem europeia (no sentido de integrar as perspectivas ecológicas, agronômicas, de *marketing* e sociais). Os pesquisadores europeus – notadamente da França, exercem a liderança nesta variedade de agroecologia. A chave dessa abordagem é deixar de colocar em primeiro lugar, como unidade de produção e como unidade de análise, a “unidade produtiva agrícola” [*farm*] ou o empreendimento agrícola. Em vez disso, a avaliação integrada baseia-se na noção de paisagem multifuncional, uma concepção que vê a agricultura e o sistema alimentar como ocupantes comuns de paisagens e como um complexo institucional que está relacionado a outras instituições sociais no espaço geográfico. As abordagens de avaliação integrada são as mais interdisciplinares das tradições agroecológicas consideradas aqui. Alguns de seus membros foram formados em ecologia, outros na ciência agrícola e, ainda outros, em ciência social. Os analistas que buscam uma avaliação integrada tendem a desconfiar demais da noção de que qualquer disciplina – ecologia, agronomia ou economia – é, intrinsecamente, a principal disciplina na agroecologia.

Sobre essa quinta variedade de agroecologia, concordo com Lamine, Niederle e Ollivier (2018, p. 8) quando indicam que, do ponto de vista das políticas públicas, a multifuncionalidade tenha durado apenas três anos e não sobrevivido “à primeira mudança de governo”. Tais autores se referem à França, país de criação, em 1999, da noção multifuncionalidade agrícola e de seu instrumento de intervenção, o Contrato Territorial de Unidade de Produção Agrícola [*d’Exploitation*]. Daquele país, dependia a possibilidade de seu alargamento para a Europa. Como ponderam Brandenburg, Billaud e Lamine (2015, p. 10),

apesar de sua forte crítica [ao modelo agrícola produtivista], a multifuncionalidade não teve sucesso do ponto de vista do enquadramento da ação pública: uma

trajetória meteórica, brilhante, mas fugaz, talvez devido ao caráter endógeno de sua história. Nascido no colo do mundo agrícola, ela não pode ou não soube extrair e encontrar aliados nos outros mundos.

Creio, contudo, que nos debates sobre a agroecologia, justamente por propor uma visão mais sistêmica, essa noção permaneceu.

Voltando a Buttel, ele destacou que o futuro papel da agroecologia – e até o futuro da própria agroecologia – não poderia ser entendido sem considerar as escolhas políticas sobre a agricultura. Mais do que isso, recordava que um grupo particular de agroecólogos havia argumentado que era preciso “reconceitualizar a agricultura” como “um conjunto de bens e serviços produzidos e de outras atividades que ocorrem no contexto multifuncional das paisagens agrícolas”.

Deve-se levar em conta que, se for adotada uma noção de território rural ou de sistema alimentar, os agricultores se tornam “uma parte mínima do público, em termos percentuais” (outras partes interessadas em alimentos e agricultura representam dez ou mais vezes o número de agricultores). Tal ampliação da “noção de agricultura” levou Buttel a perguntas importantes. Os agroecólogos devem ver os agricultores como seus “clientes” principais? A agroecologia deve ver como seu público “natural” os agricultores? Ou, os outros componentes do território ou do sistema alimentar (como os consumidores, por exemplo)?

Finalmente, o autor julgava difícil, em 2003, conceber um futuro para a agricultura e a pesquisa agrícola americanas que não incluísse um papel proeminente para a agroecologia, entendida amplamente para incluir as cinco variedades apresentadas, assim como novas variedades que viessem a ser desenvolvidas. De forma coerente, argumentava que tal florescimento da agroecologia dependia de uma “eventual mudança de paradigma”, ou de uma mudança no “ambiente político da agricultura” que permitisse “usar o que a agroecologia tem para oferecer”.

## 2.2. Wezel e colegas: o termo agroecologia e seus “três usos”<sup>104</sup>

Apresento a seguir um artigo que se tornou “clássico” nos debates sobre agroecologia. De acordo com Bell (2008, p. 602), “a tríade agroecológica”, da ciência, prática e movimento, proposta por Wezel et al. (2009), tornou-se, talvez, a mais difundida pelo mundo. Muitas vezes, sem que a fonte precise mais ser citada. Por exemplo em La Via Campesina (2013, p. 71) está expresso:

<sup>104</sup> Esse item é inteiramente baseado em Wezel et al. (2009)

Acreditamos que a origem da agroecologia está no conhecimento acumulado e na sabedoria dos povos rurais, organizados em um diálogo entre diferentes tipos de conhecimentos (“diálogo de saberes”) para produzir a “ciência”, [o] movimento e [a] prática da agroecologia. (aspas e parênteses no original, grifos e colchetes W.S.)

Ou, na definição da Associação de Agroecologia Europeia (*Association of Agroecology Europe*), que considera a agroecologia como, “conjuntamente [*jointly*], uma ciência, uma prática e um movimento social”. ([www.agroecology-europe.org/our-approach/our-understanding-of-agroecology](http://www.agroecology-europe.org/our-approach/our-understanding-of-agroecology))

O artigo em tela foi escrito por Alexander Wezel, mais dois de seus colegas do Isara-Lyon, um do INRA/SAD-Avignon, um do INRA/AgroParisTech, todos na França, e um da Universidade de Nebraska-Lincoln, nos Estados Unidos. O texto foi publicado em 2009, na Revista *Agronomy for Sustainable Development* (Agronomia para o Desenvolvimento Sustentável).

No Isara-Lyon, Alexander Wezel é, hoje, Chefe do Departamento de Agroecologia e Meio Ambiente, Coordenador do Mestrado em Agroecologia, e Professor de Agroecologia e de Ecologia de Paisagens. Atualmente, é bastante ativo na pesquisa e um de seus principais tópicos de investigação é *Agroecologia: História, definições, interpretações*.

### 2.2.1. Os argumentos

Os autores iniciam trabalhando o que consideram ser os dois grandes períodos históricos da agroecologia como **disciplina científica** (dos anos 1930 aos anos 1960, a “velha era”; e dos anos 1970 até os anos 2000, a “expansão”). Lembram, em seguida, que o uso do termo agroecologia para descrever explicitamente um movimento começou na década de 1990, especialmente nos EUA e na América Latina, quando a palavra começou a ser usada para expressar “um novo caminho para considerar a agricultura e suas relações com a sociedade”. Depois, recordam que quase no mesmo período, surgiu um terceiro uso para a palavra, o de reconhecer um **conjunto de práticas agrícolas** que visam desenvolver uma agricultura mais “favorável ao meio ambiente” ou “sustentável”. Uma das origens da agroecologia como prática foi realizada durante a década de 1980, na América Latina. A agroecologia foi vista como a base para o desenvolvimento agrícola, por ecólogos, agrônomos e etnobotânicos que trabalhavam especialmente no México e na América Central.

Vejamos mais de perto esses três usos para a palavra agroecologia.

#### 2.2.1.1. A agroecologia como ciência

Os autores sublinham que um aspecto interessante nos diferentes conceitos trabalhados/desenvolvidos na agroecologia – e as pesquisas deles resultantes – é o alcance das escalas espaciais e também a mistura de disciplinas empregadas nos últimos oitenta (agora, quase noventa) anos.

A agroecologia mudou de foco ou escala: da parcela ou lavoura [*field*] (1930 a 1960), para a “unidade de produção agrícola” [*farm*], para o agroecossistema paisagem (ou, território), para a cadeia produtiva [*farming systems*] e para sistemas alimentares [*food system*], a partir da década de 1970 até os anos 2000. No entanto, a abordagem da parcela e da lavoura persiste até o presente, com o uso de uma definição estreita, em função da qual alguns pesquisadores aplicam princípios ecológicos às práticas agrícolas.

Atualmente, as definições de agroecologia dadas por C. Francis e colegas e S. Gliessman vão além da escala espacial concreta da lavoura e da “unidade de produção agrícola” [*farm*] e a expandem para as dimensões do sistema alimentar completo. Esta dimensão requer abordagens e métodos multidisciplinares e transdisciplinares, para incluir o estudo dos sistemas de produção de alimentos, processamento e comercialização, decisões econômicas e políticas e hábitos de consumo na sociedade. Nada disso pode ser confinado nem atribuído diretamente a um certo nível da escala, mas todos se reconectam intimamente uns com os outros, através das escalas e através do tempo, de maneiras diferentes e complexas.

Embora a agroecologia como uma ciência tenha evoluído de forma significativa e as definições tenham se articulado, uma grande diversidade ainda é encontrada em abordagens e definições em diferentes países e regiões do mundo.

Uma das definições mais amplas, há pouco mencionada, foi fornecida por C. Francis e colegas (entre os quais S. Gliessman e M. Altieri) que veem a agroecologia como “o estudo integrativo da ecologia de todos os sistemas alimentares, abrangendo dimensões ecológicas, econômicas e sociais”, ou mais simplesmente “a ecologia dos sistemas alimentares”.

Uma segunda definição, que também integra o sistema alimentar, é fornecida por S. Gliessman como “a ciência da aplicação de conceitos e princípios ecológicos à concepção [*design*] e ao gerenciamento de sistemas alimentares sustentáveis”. Esta definição enfatiza claramente a aplicação prática. As definições de C. Francis e colegas e de S. Gliessman são parcialmente baseadas em definições e descrições anteriores de Miguel Altieri.

Octavio Ruiz-Rosado considerou a agroecologia como uma transdisciplina devido ao seu pensamento sistêmico e à abordagem de sistemas que ela adota, usando métodos e avanços de várias disciplinas e levando em conta o conhecimento local, no qual os conceitos e princípios ecológicos, sociais e econômicos são aplicados de maneira razoável.

Da mesma forma, F. Buttel (no artigo apresentado anteriormente) descreve a agroecologia como uma interdisciplina que inclui as ciências sociais e humanas, bem como as ciências ecológicas e agrícolas.

Já T. Dalgaard e colaboradores definiram a agroecologia como “o estudo das interações entre plantas, animais, seres humanos e o ambiente dentro dos sistemas agrícolas”, sob a cobertura de “estudos integrativos dentro da agronomia, ecologia, sociologia e economia”. De sua análise da situação e do estado da arte, eles concluíram que a agroecologia poderia ser claramente considerada como uma disciplina científica.

Alexander Wezel e seus colegas ressaltam algo da mais alta relevância: um ponto comum em todas essas abordagens é que, se alguém quiser praticar essa nova disciplina – ou a interdisciplina, ou a transdisciplina, suas ferramentas e conceitos operacionais ainda estão em desenvolvimento e são difíceis de identificar. Isto valia para 2009 e, creio, da mesma forma, vale um decênio depois.

Uma abordagem mais restrita na agroecologia define os limites do sistema como agroecossistemas de parcela, “propriedade” [*farm*] e paisagem, sem levar em consideração as interações com a sociedade, a política e a economia.

Estas variações de escala têm relação com a definição ou abordagem de agroecossistemas, e vai ter como consequência a escolha dos métodos. No menor nível de escala, considera-se agroecossistema a parcela [*plot*] ou a “lavoura” [*field*]. Aqui, a pesquisa analisa quase exclusivamente a interação entre culturas e insetos e produção, com especial ênfase nos processos naturais, bem como no impacto de pesticidas.

Para outros, a “propriedade” ou unidade de produção agrícola [*farm*] é vista como equivalente a um agroecossistema. Outros ainda veem um agroecossistema na escala de uma paisagem local ou regional em que a agricultura é praticada. Os métodos de pesquisa aplicada variam de acordo com cada escolha

diferente de escala. Os autores ponderam que, aparentemente, as duas abordagens mais restritas predominam na França e, até certo ponto, na Alemanha, onde a mistura [*mix*] entre ciência e movimento social em agroecologia é menos pronunciada do que no Brasil e nos EUA. Pode-se concluir que, nas áreas em que a ciência e os movimentos sociais estão misturados [*mixed*], a ciência está imbuída em incorporar as ciências sociais, se estas contribuírem para que o objetivo dela seja alcançado.

Wezel e seus colaboradores perguntam, então, se existe alguma preocupação com tal “confusão” [*confusion*] e com a falta de aceitação da agroecologia como ciência. Primeiro, têm em consideração que todas as ciências evoluem em seus conteúdos e definições, e essas evoluções não devem ser consideradas como um problema. Avaliam que, no entanto, atualmente, existem **múltiplas definições, assim como diferentes objetos, conceitos, níveis de escala e métodos de pesquisa**. E, embora isso possa ser visto como uma riqueza [*richness*], julgam que essa rica [*rich*] diversidade é também uma fonte de mal-entendidos. Então, para os autores, a questão persiste: “a agroecologia é uma ciência?” E respondem: não se deveria assumir automaticamente que a “agroecologia” é uma ciência sem dar um significado preciso à palavra.

### 2.2.1.2. *A agroecologia como movimento*

Alexander Wezel e colaboradores iniciam este item perguntando: o que é um movimento agroecológico? Para ponderar em seguida: até agora, não é possível responder claramente a essa pergunta, dada a variedade desses movimentos. Um movimento agroecológico poderia ser um grupo de agricultores que trabalha para a segurança, a soberania e a autonomia alimentares. Ou poderia ser um movimento mais político da população local para o desenvolvimento rural, como no Brasil. Ou poderia ser um movimento de grupo de agricultores para expandir a agricultura alternativa através de parcerias sociais para responder melhor aos desafios ecológicos e ambientais em sistemas de



produção agrícola relativamente especializados, como nos EUA. Esses movimentos são claramente orientados para a ação e, em geral, ocorrem em resposta a metas comuns mais elevadas, como o desenvolvimento sustentável e a agricultura sustentável.

Grande parte do trabalho inicial do que hoje podemos chamar de “movimento agroecológico” não usou esse termo, embora muitas vezes se estivesse agindo no âmbito de questões ambientais maiores. Tal como acontece com a agroecologia como ciência, a falta de definição precisa de movimentos agroecológicos pode ser vista como uma fraqueza. Na verdade, todos apoiam o objetivo de uma agricultura mais sustentável e, portanto, todos poderiam afirmar que seu próprio movimento poderia ser chamado de agroecologia.

### 2.2.1.3. *A agroecologia como prática*

Considera-se, segundo os autores, que uma prática agroecológica é aquela que não é ecologicamente prejudicial, embora isso possa não estar cientificamente fundamentado.

De novo, a falta de definição precisa ou de descrição do que sejam práticas agroecológicas é vista como uma fraqueza. E eles destacam que se soma mais à confusão quando, em alguns casos, sequer os problemas ambientais que as práticas devem resolver são esclarecidos.

### 2.2.1.4. *A(s) combinação(ões) dos três usos*

Em muitos países, há um uso combinado do termo agroecologia como movimento, como ciência e como prática, e na maioria das situações eles estão fortemente interligados. Na Alemanha, a agroecologia tem uma longa tradição como disciplina científica, e o termo não está associado a um movimento ou a práticas. Nos EUA e no Brasil, a agroecologia é usada para descrever as três atividades, com predominância em direção à ciência, nos EUA, e a uma forte ênfase em movimento e/ou prática, no Brasil. Na França, a agroecologia foi conhecida até recentemente como

prática. Nos países onde os movimentos agroecológicos estão bem estabelecidos, a ideia de práticas está fortemente ligada ou mesmo incorporada a esses movimentos. Nesses casos, eles se fundem com o objetivo de desenvolver e auxiliar a transição para agroecossistemas sustentáveis e também com outros modelos, como as agriculturas tradicional, alternativa ou orgânica. Existe uma grande sobreposição ao uso desses vários termos.

Nesse sentido, a agroecologia incentiva agricultores e extensionistas a participarem do projeto de novos sistemas e, da mesma forma, contribui para os movimentos sociais. Este é, particularmente, o caso do Brasil e, até certo ponto, dos EUA e da França. Nessas situações, muitas vezes existe um vínculo entre **uma visão política (o movimento), uma aplicação tecnológica (as práticas) para atingir os objetivos e uma maneira de produzir o conhecimento (a ciência).**

Um ponto-chave, aqui, para os cientistas é avaliar como essas conexões podem influenciar a ciência da agroecologia, onde haverá aplicação dela para atender a uma visão política e ao uso de um conjunto de práticas tecnológicas.

Esta associação levanta questões sérias para alguns que veem a ciência mais como uma atividade objetiva que está um tanto desconectada da prática. Por exemplo, quando a ciência agroecológica é definida como a base científica de uma estratégia de desenvolvimento sustentável que enfatiza a soberania alimentar, a conservação de recursos naturais e a biodiversidade agrícola e de empoderamento dos movimentos sociais rurais, a própria ciência pode aparecer como uma atividade de defesa de direitos [*advocacy*] que será impactada por diversos objetivos e aplicações de resultados. Assim, ao invés de considerar a agroecologia como uma matriz geral, incluindo a maior variedade de disciplinas, as colaborações entre pesquisadores das ciências agrícolas, das ciências da natureza e das ciências sociais devem ajudar a tornar mais claras as **interpretações de agroecologia.**

### 2.2.1.5. *Permanece certa confusão em relação ao termo agroecologia*

Alexander Wezel e colaboradores concluem, fazendo referência especialmente às três abordagens de escala para o agroecossistema [parcela ou lavoura; “propriedade”/unidade de produção agrícola ou paisagem/território; sistema alimentar] ainda existentes dentro da agroecologia. Segundo eles, a preferência por uma ou outra dessas abordagens parece depender, em muitos casos, da evolução histórica de cada país.

E finalizam, afirmando que a despeito da existência de diferentes abordagens e definições, as novas visões e dimensões trazidas para a agroecologia como uma disciplina científica ajudarão a facilitar os esforços para responder aos desafios atuais da produção agrícola, por causa do incremento do enfoque de sistemas aplicados e das abordagens interdisciplinares de pesquisa.

### 2.2.2. **Agroecologias e Educação do Campo**

Creio que os argumentos apresentados por Buttel (2003) e Wezel et al. (2009) dão algumas pistas de reflexão para o trabalho com estudantes de graduação em Licenciaturas em Educação do Campo, especialmente naquelas com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática (mas, também, em Ciências Sociais, ou em Ciências Agrárias). A complexidade resultante da ampliação da própria escala de análise e de ação (por exemplo, da lavoura ao sistema alimentar), assim como das relações existentes entre essas escalas (por exemplo, elementos não agrícolas do sistema alimentar, como o consumidor, definirão pelo que demandam “o que” e “como” vai se produzir) exige um trabalho de formação com abordagem multi ou transdisciplinar.

Da mesma forma, diversos autores têm apontado para a relação entre a agroecologia e as políticas públicas agrícolas, incluindo as de pesquisa agropecuária, de assistência técnica e extensão rural e de ensino agrícola (por exemplo: Brandenburg, Billaud e Lamine, 2015; Lamine, 2017; Petersen, Mussoi e Dal Soglio, 2013, Petersen e Caporal, 2012).

Neste quadro, não basta a simplificação baseada na oposição dualística “camponês versus agronegócio”. É preciso caminhar para um entendimento sistêmico e mais profundo da estrutura e do funcionamento do sistema alimentar. Ou seja, é preciso trabalhar para que os estudantes tenham uma compreensão e uma capacidade de fazer análises e de pensar em ações em torno de questões ligadas à prática agrícola com manejo agroecológico, mas também ao processamento, à comercialização e ao consumo do que é produzido, ao ambiente institucional onde tudo isso ocorre. Para isso, fórmulas binárias e simplificadoras não bastam.

Acredito, da mesma forma, que estes textos, ao indicarem que não existe uma única definição para agroecologia, deixam clara a importância de se esclarecer que uso se está fazendo dessa palavra (agroecologia) e apontam que é essencial, quando usá-la, explicitar que sentido se está dando a ela.

Em relação aos debates sobre agroecologia e/na Educação do Campo, é importante considerar o que afirmam Brandenburg, Billaud e Lamine (2015, p.12): “a agroecologia constituindo-se como prática, movimento social e como ciência surge mais recentemente, como proposta política e programática no campo da educação”. É preciso pensar, ainda em uma questão fundamental posta pelos mesmos autores: “a agroecologia está [apenas] de passagem”?<sup>105</sup> Isso porque “a especificidade da agroecologia, como meio de expressão da crítica ao paradigma do produtivismo [...], permanece incerta.”<sup>106</sup>

<sup>105</sup> *ibid.*, p. 8, colchetes W.S.

<sup>106</sup> *ibid.*, p. 9. Produtivismo que eu entendo como o dominante tanto na agricultura industrial, como na agricultura da Revolução Verde.

É tendo isso em conta que passo a analisar a definição de agroecologia da direção e da assessoria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que estes buscam ser hegemônica na Educação do Campo. Um esforço que aparece como maior especialmente depois que a Educação do Campo se institucionaliza e, por essa via, amplia seus quadros docentes e os atores em seu debate.

### 2.3. A agroecologia do MST e a Educação do Campo

Considero fundamental, antes de tratar especificamente da definição de agroecologia adotada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (e dos assessores a ele ligados, que têm, ao mesmo tempo, significativa participação nos debates sobre a Educação do Campo), recuperar, o “movimento”, no tempo, dos posicionamentos do MST em relação à própria agroecologia e aos conhecimentos (assim como, aos considerados “vícios”) dos camponeses. Como sublinha Veras (2005, p. 48)<sup>107</sup>, no início,

<sup>107</sup> Parece-me relevante assinalar que coorientei essa Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas da UFSC, em parceria com o Prof. Dr. Ademir A. Cazella.

<sup>108</sup> A título de exemplo, sobre os cursos que difundiam a teoria de organização do campo e eram chamados de laboratórios experimentais ou laboratórios organizacionais de campo, Borsatto (2011, p. 41) analisa: “Qualquer participante que discordasse ou criticasse os pressupostos teóricos da teoria, era visto como inimigo político e sumariamente afastado do processo formativo. Não havia espaços para críticas nem flexibilizações.” (grifos WS)

para a coordenação do Movimento, a produção do camponês por ser **basicamente familiar e artesanal**, em que se observa uma mínima divisão social do processo produtivo, determinava um comportamento ideológico “reacionário, personalista e isolacionista” (MST, 1986. Caderno de Formação n. 11), portanto, **indesejável** dentro dos assentamentos do MST, uma vez que desaparecia o processo produtivo que, teoricamente, deveria estar socialmente dividido. (aspas e parênteses no original, grifos W.S.)

Esse excerto serve para indicar que “o trânsito do produtivismo à agroecologia” (BORGES, 2007) do MST precisa ser analisado. E, em especial, considerando a postura sempre autoritária dos intelectuais a ele ligados em relação aos seus discordantes ou críticos, geralmente considerados “inimigos políticos”<sup>108</sup>. Antes, criticavam as “relações tradicionais ou camponesas”, viam o saber camponês como entrave para o desenvolvimento dos assentamentos e o comportamento ideológico dos assentados como obstáculo às propostas de organização que estabeleciam verticalmente (ou, “de cima para baixo”). Dizendo de outra

forma, na expressão de Gonçalves (2008, p. 206), para o período até o início dos anos 2000 e, especialmente, até 2003<sup>109</sup>,

é importante frisar que as lideranças que organizam as linhas políticas e as teses defendidas pelo MST, sempre consideraram os camponeses (sem terra ou assentados) que participam da organização como massa, portanto, sem capacidade de autoafirmação e com necessidade de "direção permanente" pelas próprias lideranças. (parênteses e aspas no original)

Gutiérrez (2012, p.116) reforça tal análise ao afirmar que

[...] o MST, desde o final da década de 80 até meados da década de 90 do século passado, manteve uma proposta de tecnificação e produtividade para factibilidade econômica dos assentamentos, ao tempo em que **desqualificava os modos de produção camponês e tradicional dos agricultores.** (grifos W.S.)

Esse autor prossegue, asseverando que o modelo de produção adotado pelo MST para a organização dos assentamentos "carregou um discurso embasado numa série de pressupostos que terminaram pela desconsideração do conhecimento local e do conhecimento tradicional, assim como a desinformação e o desinteresse pelo respeito à diversidade bio-cultural e pela gestão ecossistêmica".<sup>110</sup>

Assim,

<sup>109</sup> Quando foi criado o "Sistema de Brigadas", a princípio focado na possibilidade de envolver as pessoas acampadas e assentadas nas tarefas e atividades do MST. Gonçalves (2008, p. 208-209) relata que, quatro anos depois, apenas no Sul do país "alguma coisa havia sido encaminhada". Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, as Coordenações estaduais apenas "estavam discutindo com a base" as linhas político-ideológicas pensadas pela Direção Nacional. E somente o MST do estado do Paraná havia conseguido efetivamente estruturar o Sistema de Brigadas idealizado pelo MST Nacional. O autor julga provável a hipótese de que "o sistema anterior era tão viciado e favorável às lideranças, que não o superar seria a maneira mais fácil de perpetuar uma relação de poder, em detrimento de um sistema mais democrático e participativo, como no caso das Brigadas". Levanta, ainda, outra hipótese que considera muito forte: >>

>> “em vários Estados, as relações entre base e lideranças não são democrático-participativas, mas meramente representativas, de maneira que a não participação de famílias acampadas e assentadas em qualquer instância política diretiva do MST é uma estratégia importante [de manifestar que não há interesse popular em delas participar]”. (colchetes W.S.)

<sup>110</sup> *ibid.*, p.117

<sup>111</sup> A referência é: CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: RODRIGUES, Fabiana C; NOVAES, Henrique T; BATISTA, Eraldo L. (orgs.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

por mais de uma década de existência, o MST refutou a importância do conhecimento camponês para a organização do trabalho e da produção nos assentamentos rurais. (BORGES, 2007, p. 132)

Expressando de outra maneira, a visão de que a agricultura industrial, combinada com a coletivização, era meio necessário para a “transição socialista” – ou, como “ensaio para a organização futura da agricultura numa sociedade socialista” (CRISTOFOLLI, 2012, citado por PIRES, 2016, p. 43)<sup>111</sup> – levou a direção e a assessoria do MST a “combater o saber tradicional”, mobilizando forças para suprimi-lo e para “buscar constituir um novo sujeito” (BORGES, 2007, p.132). Falava-se em “qualificação da produção”, pregando a desqualificação do agricultor e de seus saberes e fazeres.

No que interessa mais de perto aos debates sobre a, hoje, Educação do Campo, tratava-se do “rompimento com as práticas de trabalho [dos assentados] denominadas de ‘individualista, autoritária e artesanal’ pelo MST” (SOUZA, 2006, p. 31, colchetes W.S.) Não deixa de ser notável que é a postura do assentado aquela considerada “autoritária”, quando a direção do MST, com sua orientação revolucionária, o excluiu, no sentido de não poder opinar e exprimir os seus anseios, e ignorou seus saberes – sejam eles técnicos, empíricos ou intuitivos, na tentativa de manipulá-los. (SILVEIRA, 2003, p. 80) Cabe recordar que é a perspectiva de “formar novos homens e mulheres” que conduz à criação, em 1993, do Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – Iterra, que tinha como proposta, além de “promover a escolarização e a capacitação técnica e

científica de assentados e de pequenos agricultores”, “estimular e apoiar as formas de cooperação e as formas associativas da organização da produção”. (Jornal dos Sem Terra, 1997, citado por Borges, 2007, p. 90)

Como destaca Brenneisen (2004, p. 73), julgava-se que era preciso construir “uma revolução cultural” nos assentamentos e gerar as “condições subjetivas” para o desenvolvimento do cooperativismo. O que significa que, “na concepção das lideranças [do MST], as dificuldades não se encontram no modelo, que continua sendo considerado ideal, mas nos envolvidos que não estariam preparados para incorporá-lo”.<sup>112</sup> Outro ponto importante é que “educação” e “formação” eram dois setores diferentes na organização do MST (SOUZA, 1999) e que, no que diz respeito à segunda, a direção do Movimento havia priorizado “a formação de quadros para constituir uma vanguarda dirigente afinada com sua [da direção] leitura sobre o ideário leninista” (SILVEIRA, 2003; p. 10; BRENNEISEN, 2004, p. 49, colchetes W.S.)

Ficam claros, assim, elementos da desqualificação do camponês e de seus saberes, trabalhada no Capítulo 1. Some-se a isso que, até 2000, não esteve “no horizonte de lutas dos sem terra o desenvolvimento de práticas ecológicas” (Gonçalves, 2008, p.203), o que levava, no final da década de 1990, a afirmações como a seguinte: “sabemos que o MST não é um movimento que pretende levantar as bandeiras ecologista ou ambientalista (...), ao contrário, (...) nunca expressou identificação nem simpatia com tais movimentos”. (GIULIANI, 2007<sup>113</sup>, citado por GONÇALVES, 2008, p.204)

Agora, quando predomina na direção e na assessoria do MST uma “visão pastoral das terras camponesas cultivadas agro-

<sup>112</sup> *ibid.*, p. 74, colchetes W.S.

<sup>113</sup> A referência do artigo é GIULIANI, G.M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a questão ecológica. *Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas*. V.19/21, n.1-2 p.69/84, jan. 1997/dez. 1999. O site da revista estava inativo em diversos momentos que fiz a busca, o texto não está disponível na internet e também não consegui localizar versão “física” do periódico



cológicamente” [*pastoral vision of agroecologically-farmed peasant lands*] (MEEK, 2014, p.12), a ideia de “espaços autônomos de resistência” parece tornar qualquer iniciativa de geração de renda pela inserção no mercado e pela agregação de valor como um processo de cooptação pelos “mercados verdes e orgânicos”, em “uma perspectiva reformista que deixa de questionar radicalmente a racionalidade produtiva do capital”. (PIRES, 2016, p. 56)

É interessante registrar, por isso, como o MST passou de uma abordagem coletivista, produtivista (ou da agricultura industrial) e de inserção nos mercados para outra, camponesa, agroecológica e de autoconsumo ou abastecimento local. Se na primeira fase (da criação do Movimento até a crise do modelo de “coletivos” e cooperativas que ele propôs), julgava-se que era impossível avanços apenas no nível de subsistência (“isso não mexia com o capitalismo” e, assim, a produção deveria envolver o mercado), atualmente a subsistência (ou, mais propriamente, o autoconsumo) parece ser anticapitalista. Dizendo de outra forma, de uma ótica predominantemente econômica – em que o MST “preconizava uma rígida organização e especialização do trabalho, ao modo industrial [ou, para ser mais preciso, no “modelo da fábrica”], pois somente assim os assentados teriam condições de competir no mercado e concomitantemente desenvolver a consciência revolucionária – já que seu *modus vivendi* seria similar ao de um proletário” (BORSATTO, 2011, p. 40, colchetes W.S.), o Movimento passa a uma ótica de sustentabilidade em que sugere que a produção – feita sem a compra de insumos – deva estar “voltada prioritariamente à segurança alimentar da família [assentada], garantindo alimentação de qualidade e abundante”.<sup>114</sup> Para além disso, “os agricultores assentados são motivados a buscar ‘um mercado alternativo’, com uma lógica diferente do ‘mercado capitalista’, que deve ‘servir aos trabalhadores e atender as suas necessidades” (VERAS, 2005, p. 84).

Um fator a considerar, na análise, é a mudança de discurso político do MST. Mais do que isso, que o Movimento

<sup>114</sup> *ibid.*, p. 45, colchetes W.S.

família [assentada], garantindo alimentação de qualidade e abundante”.<sup>114</sup> Para além disso, “os agricultores assentados são motivados a buscar

‘um mercado alternativo’, com uma lógica diferente do ‘mercado capitalista’, que deve ‘servir aos trabalhadores e atender as suas necessidades” (VERAS, 2005, p. 84).

vem trabalhando com a agroecologia em dois sentidos: nas experiências agropecuárias (que vão desde as experiências modelos até às pequenas práticas desenvolvidas em nível local pelos assentados) e no seu discurso político, que vem implementando um ativismo em prol da causa da agroecologia, irradiando o seu discurso para os dirigentes locais, que começam a refletir sobre outras possibilidades de produção. (DE' CARLI, 2013, p. 122, parênteses no original)

O que Borsatto (2011), seguindo Barcellos (2010), havia preferido considerar como dois “discursos agroecológicos harmônicos, mas para públicos diferentes”.

Um que oferece diretrizes para os agricultores melhorarem as suas condições materiais concretas (mudança do sistema de produção, saúde, autoconsumo etc.) e outro que serve como bandeira de luta (repúdio aos transgênicos, independência dos setores industriais, preservação ambiental etc.), coerente com uma proposta de reforma agrária que busca um novo modelo de desenvolvimento rural, diametralmente oposto à lógica do agronegócio. (BORSATTO, 2011, p. 181, parênteses no original)

A adesão – na metade dos anos 1990 e, mais propriamente a partir de 2000 – à mobilização efetiva do discurso da Via Campesina explica uma parcela dessa verdadeira “guinada” em relação à agroecologia por parte do MST. Por isso, reforçarei a seguir os componentes históricos desse “movimento”. Não creio que o MST queira esconder seu posicionamento entre 1985 e 2000 (ou seja, praticamente a metade de sua “vida”). Posso, inclusive, ser otimista como Gutiérrez (2012, p. 118) e considerar que, depois da falência do modelo de cooperação/coletivização e da proposta de tecnificação e produtividade a ele associada, “o MST como organização reconhece o erro” de, ao buscar garantir a viabilidade econômica dos assentamentos, ter adotado o modelo produtivista. Choca-me, contudo, o fato desse posicionamento inicial da direção e da assessoria do MST – e das ações

que dele foram consequência – ser desconhecido por boa parte dos docentes e pela quase totalidade dos estudantes de Licenciaturas em Educação do Campo. Da mesma forma, conversando com pesquisadores estrangeiros sobre a agroecologia no Brasil, fico impressionado como essa primeira fase foi praticamente apagada da memória e das análises. O que (a)parece é que o MST sempre fez parte do “movimento agroecológico” brasileiro (nos sentidos dados por Wetzell e colegas, conforme texto que apresentei anteriormente).

115 “[...] o concreto é que a nova matriz produtiva defendida pelo Movimento [dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] encontra-se pouco consolidada, exceção ao projeto de produção de sementes agroecológicas desenvolvido pela Bionatur e a produção de arroz orgânico” (GONÇALVES, 2015, p. 109), ambos no Rio Grande do Sul. Adiante, prossegue o autor, “em outras regiões do país, as experiências com a agroecologia e o associativismo apenas indicam a possibilidade de construção de projetos alternativos de produção e comercialização agropecuária”. (ibid., p. 110)

Assim, se, hoje, a concepção de agroecologia é um elemento importante da ideologia política – especialmente no seu viés anti-neoliberal e, mais fortemente, socialista – e da “crítica econômica moral” [*moral economic critic*] do MST (MEEK, 2014), é interessante considerar, de forma mais ampla, o processo de “transição agroecológica” e, mesmo, a (pequena) abrangência das iniciativas agroecológicas nos assentamentos ligados ao Movimento<sup>115</sup> e a viabilidade econômica (ou a melhoria na renda) que ela trouxe e traz para os assentados. Afinal, o próprio MST, preocupado com sua legitimidade, busca a “ampliação das experiências exitosas” (PIRES, 2016, p. 96) e a valorização de “casos-modelos” ou “experiências bem-sucedidas”, como “a produção de café orgânico no Espírito Santo ou do arroz agroecológico no Rio Grande do Sul” (DE’ CARLI, 2013, p. 118-9).

Com base em estudos acadêmicos – especialmente teses de doutoramento – realizados no Brasil, vou buscar cobrir essa lacuna nos debates dentro da Educação do Campo. Cabe sublinhar, de passagem, que muitos desses estudos fazem o mesmo encobrimento da “guinada”, ou atribuem a responsabilidade pela adoção de uma agricultura industrial nos assentamentos liga-

dos ao MST a outros atores como “a extensão rural”, ou “o Governo Federal”, através do Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária, ambos veículos de “uma agricultura vinculada ao modelo de Revolução Verde”<sup>116</sup>. Neste prisma, a direção e a assessoria do MST, parece, nunca teriam defendido e muito menos determinado (!), com base no “centralismo democrático” e “de cima para baixo”, mas sem sucesso, a adoção de um modelo de agricultura industrial. Ressalto, não se trata do “modelo da Revolução Verde”. Dizendo de outra forma, o MST não queria a “industrialização” de unidades familiares de produção “individualmente”, mas a transformação dos assentamentos em (grandes, quando fosse o caso) unidades coletivas de produção com uso de tratores e máquinas, de insumos industriais de síntese química e com divisão de trabalho, ou seja, de uma agricultura propriamente “fabril”. Junto com isso, queria, nos assentamentos, a produção de culturas de larga escala, “com competitividade no mercado”, como milho, soja e algodão, voltadas ao mercado internacional (BORGES, 2007, p. 85 e 146) É importante compreender o que orientava esse posicionamento.

Gutiérrez (2012, p. 118), com base em Corrêa (2007) e Almeida (2009)<sup>117</sup>, considera que “o MST enxerga a trajetória da agroecologia dentro da organização dividida em três fases distintas: a primeira entre os anos de 1984-1994 (nela, “o debate da agroecologia ainda não era relevante dentro do MST” – Cf. Corrêa, 2007); a segunda fase de 1995 a 2000 (quando, “o MST percebeu que o modelo agrícola industrial é impróprio para os assentamentos” – Cf. Corrêa, 2007) e, finalmente a terceira, de 2001 aos dias de hoje” (nela, “a direção nacional do MST começa a

<sup>116</sup> Veja-se, a título de exemplo, Rodrigues (2014), Capítulo 3, páginas 177 a 258, especialmente às páginas 209 e 235. Corrêa (2007, p. 31) sublinha que “em 1992 a conquista do crédito se ampliou e o Proceca começou a financiar além de créditos individuais para as famílias, um segundo limite de crédito para ser integrado como cota parte nas cooperativas e associações de famílias assentadas. Isto permitiu um maior acesso ao crédito por parte das famílias e acelerou a iniciativa do MST de criar novas cooperativas de produção e comercialização”.

trabalhar na elaboração de ações e iniciativas que se dirigiram à temática ambiental e especialmente à concepção agroecológica que precisa ser desenhada” – Cf. Corrêa, 2007). Como já tenho indicado e procurarei argumentar à frente, prefiro trabalhar com duas fases, vendo aquela intermediária como uma continuidade – ou, mais precisamente, como a “agonia” – da primeira.

Essa minha opção de análise não significa que eu veja que o discurso sobre a agroecologia no Brasil se forma exclusivamente pelo MST. Como já mencionei, há larga bibliografia nacional sobre o papel de entidades do terceiro setor, universidades e instituições do Estado na construção da agroecologia e do discurso sobre ela no Brasil. O que me interessa, contudo, é a formação do discurso sobre a agroecologia do MST e, mais especificamente, da sua direção e assessoria. Porque é esse discurso o que mais influencia os debates na Educação do Campo. Debates que, aliás, pouco se interessam em como tal discurso é “enunciado” na base social do Movimento, assim como os questionamentos, disputas e conflitos que se dão no processo de sua “apropriação” nos assentamentos. Elementos que me parecem fundamentais na formação de um Educador do Campo com perfil crítico e com capacidade de transformação da realidade.

### **2.3.1. A primeira fase (1984-1999): a agricultura industrial como forma superior da produção agrícola sob o capitalismo**

Borsatto (2011, p. 7) recorda que, segundo as próprias lideranças do MST, para a conformação de seu ideário e de sua práxis, o Movimento recebeu o aporte de uma série de influências teóricas vinculadas a um pensamento progressista. E que,

em relação ao modo de como deveria organizar a produção nos assentamentos, é nítida a influência de três importantes autores, Marx (1818-1883), Lênin (1870-1924) e Kautsky (1854-1938), que conformam uma corrente de pensamento denominada de Marxismo Agrário. (BORSATTO, 2011, p. 7).

Diversas questões ligadas a esse pensamento foram trabalhadas no Capítulo 1. Aproveitando o texto de Borsatto (2011), vou recuperar rapidamente alguns pontos que interessam ao debate que faço agora. O fundamental a reter é que esses autores não viam nenhum futuro possível para a “agricultura camponesa” e sustentavam a “agricultura industrial”.

Com relação ao modelo teórico de Marx, ele previa a eliminação do campesinato, sendo que a grande propriedade seria o modelo dominante no sistema capitalista, e que a forma de sobrevivência digna para os pequenos agricultores seria a sua proletarização.<sup>118</sup> Já a ideia central da teoria de Kautsky é que os pequenos camponeses estavam em processo de extinção, seja pela supremacia tecnológica dos grandes agricultores capitalistas, seja pelo inexorável processo de integração agricultura-indústria. Assim, ele defendia que a grande unidade de produção agrícola, por ser muito superior à camponesa, era o sinônimo de desenvolvimento rural.<sup>119</sup> Lenin, da mesma forma, observava uma inferioridade na agricultura camponesa em relação à agricultura tecnificada de larga escala e, como Marx e Kautsky, enxergava no campesinato um grupo social a ser conduzido pelo proletariado. Dessa forma, uma agricultura socialista deveria ser realizada em grandes explorações agrícolas, especializadas e altamente mecanizadas.<sup>120</sup> Nas condições materiais pós-Revolução de 1917, Lenin insiste na heterogeneidade e na diferenciação social do campesinato, vista então como uma possibilidade de que certos de seus segmentos (os camponeses “pobres”), inicialmente, aderissem à causa socialista e ajudassem no triunfo da revolução, para, posteriormente, perceberem a superioridade das grandes fazendas coletivas, mecanizadas e especializadas, aderindo a elas, por fim, espontaneamente. Já com a Nova Política Econômica (NEP), Lenin vai afirmar sua crença no cooperativismo como caminho para desenvolver a agricultura socialista, ou seja, constituir grandes unidades de explorações agrícolas, fortemente mecanizadas, tecnificadas e, supostamente, de alta produtividade.

<sup>118</sup> *ibid.*, p.10

<sup>119</sup> *ibid.*, p.11-12

<sup>120</sup> *ibid.*, p. 13

<sup>121</sup> *ibid.*, p. 14

<sup>122</sup> Parece-me digno de registro que em diálogo com Bernardo Mançano Fernandes, ao ser referir a esse período no MST, João Pedro Stédile (seu dirigente maior, ou liderança mais reconhecida) considere que "o movimento sofreu também uma certa influência do Clodomir Santos de Moraes (sic), com os tais laboratórios para organizar cooperativas ou empresas associativas". (STÉDILE e FERNANDES, 2005, p. 98, grifos W.S.) Ora, como sublinha Borges (2007, p. 74), Moraes foi "um dos mais importantes intelectuais do MST" e "responsável pela orientação teórica do cooperativismo" no Movimento, cuja operacionalização tinha base nos "laboratórios organizacionais". Para Bernardo (2012, n.p.) a "cartilha" de 1986, escrita por Moraes (Caderno de Formação nº 11), "revela o predomínio da abordagem marxista da questão camponesa no MST daquela época. Entendia-se que era necessário transformar o antigo camponês no novo operário do campo. Sem isto, defendia então a direção do Movimento, as cooperativas não >>

Em suma, em seu início, a direção e a assessoria do MST, inspirados no "marxismo ortodoxo" (SEVILLA GUZMÁN, 2011) ou no "radicalismo agrário", (GONÇALVES, 2015), preconizavam um modelo de assentamento rural coletivizado, especializado, integrado verticalmente e, por suposição, altamente produtivo. Acreditavam, inclusive, que esta combinação levaria ao desaparecimento da "profissão de agricultor". Borsatto (2011, p. 40) é, para mim, cirúrgico, especialmente se o leitor considerar os debates sobre a desqualificação do camponês na perspectiva que chamei de "bolchevique":

Para estimular o cooperativismo, nessa vertente de caráter estritamente coletivista, o MST organizou diversos cursos de formação para os assentados, baseados na teoria de organização do campo elaborada por Clodomir Santos de Moraes<sup>122</sup>. [...]

A implementação dessa teoria tinha em vista a construção de grandes fazendas de produção coletiva, de inspiração kautskiana e leninista, no modelo dos colcozes soviéticos, onde todos os meios de produção seriam coletivos, fortemente mecanizadas, com utilização intensiva de agroquímicos, especializadas, com agroindústrias para transformação da mercadoria e com divisão científica do trabalho. Preconizava uma rígida organização e especialização do trabalho, ao modo industrial, pois somente assim os assentados teriam condições de competir no mercado e concomitantemente desenvolver a consciência revolucionária – já que seu *modus vivendi* seria similar ao de um proletário. O que desenvolveria nesses cooperados sua consciência de classe, e

os levaria a trocar os seus interesses predominantemente pessoais – oriundos, segundo a teoria, de sua condição de camponês, por interesses coletivos – vistos como superiores. As relações tradicionais ou camponesas eram os principais alvos de suas críticas.

Esse “modelo ideal” (Gonçalves, 2008, p.190) – especialmente, as cooperativas coletivas, o “suprassumo da redenção camponesa pelo MST”<sup>123</sup>, apesar de ser a “aposta” da direção e da assessoria do Movimento, não vai encontrar receptividade da maioria dos assentados. Tal maioria prioriza viver como produtores familiares e individuais (no sentido de não coletivizados). O mesmo autor apresenta o seguinte dado: apenas 5,4% das famílias dos assentamentos “alinhados” ao MST aderiram às formas de cooperação por ele propostas.

De qualquer forma, conforme relata Gutiérrez (2012, p. 116-117), a direção do MST procurou mobilizar os recursos financeiros e de assistência técnica – sem dúvidas, por ele conquistados junto ao Governo Federal – para viabilizar tal projeto. Assim, a criação do ProCera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) viabilizou o estabelecimento das cooperativas de porte agroindustrial, muitas com caráter coletivo. Além disso, possibilitou a tratorização de “assentamentos rurais tutelados pelo MST” (a expressão é de Borsatto, 2011, p. 38) – especialmente, daqueles tidos como “modelo” ou “piloto” pela sua direção – e o acesso dos

>> seriam viáveis economicamente”. (grifos W.S.) Esse autor chega a considerar que as ideias de Moraes tenham sido, à época, “o pensamento hegemônico” no MST. A continuidade da conversa entre Fernandes e Stédile é ainda mais relevante. “Bernardo: Como foi o desenvolvimento dessa experiência com o Clodomir de Moraes? Ela vingou? Contribuiu em certos aspectos? João Pedro: Ele é muito ortodoxo na sua proposta. Acha que é possível, por meio do laboratório organizacional, como ele chama, reunir de 50 a 100 famílias que queiram se organizar. Durante um mês no assentamento, se introduz a divisão do trabalho para poder sobreviver durante o próprio curso. Com a assimilação de que a divisão do trabalho é fundamental para o aumento da produtividade, trabalha com essas duas teses principais: a) o camponês precisa compreender que só a divisão do trabalho vai aumentar a produtividade e, portanto, aumentar a renda e o bem-estar; b) só a divisão do trabalho vai permitir elevar a sua consciência social de camponês >>



>> individualista para um sujeito que percebe que é apenas mais um no sistema social. Portanto, aplicando esse método, ele evoluiria para uma consciência social diferente da do camponês típico." (STÉDILE e FERNANDES, 2005, p.98) Parece-me, claramente, uma minimização do peso dessa experiência e uma transferência ao então "assessor" de toda a "ortodoxia" adotada pela direção do MST no período do qual trato.

<sup>123</sup> Valadão (2012, p.85-86) lembra que "para o MST, a principal forma de proposta são as CPAs – Cooperativas de Produção Agropecuária, onde os meios de produção são de propriedade coletiva e é introduzida a divisão social do trabalho, com cada sócio assumindo geralmente uma determinada tarefa. Com esse modelo buscava-se racionalizar a produção destes assentamentos, aumentando a escala de produção e elevando a produtividade do trabalho." (grifos W.S.)

<sup>124</sup> Interessante registrar que Rodrigues (2014, p. 209), que faz a reflexão sobre esse período, >>

assentados aos insumos químicos de síntese. Desta forma, o Procera foi considerado pelo MST, em um primeiro momento, como "uma grande conquista da luta pela terra", ao promover "a viabilidade econômica e a integração dos assentamentos aos mercados"<sup>124</sup>. Foi a partir dele, que o MST organizou uma estrutura cooperativista autônoma em relação às cooperativas tradicionais, que parecia consolidada, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Borsatto (2011, p. 41) recorda que severas críticas, por diferentes autores, foram desferidas a esse modelo de organização de assentamentos; por ser um modelo impositivo, construído de "cima para baixo", que despreza as características inerentes do campesinato como autonomia e autossuficiência, por possuir uma visão maniqueísta, ser homogeneizador, desprezar as características regionais de cada território, não considerar a heterogeneidade das histórias de vida presentes em cada assentamento, por ser alienador, entre outras (...). (aspas no original)

Como consequência, ao longo da década de 1990, a estrutura cooperativista, literalmente, faliu. Gutiérrez (2012, p.116) explica tal falência pela "instalação do modelo neoliberal, que abriu os mercados e inundou o país com alimentos importados". Não considera, contudo, que a opção pela agricultura industrial – e a consequente mercantilização e monetarização da produção, imposta pela compra de insumos externos industriais – havia

agravado a dependência e a vulnerabilidade dos assentados (e das cooperativas). Vulnerabilidade tanto em relação aos preços das máquinas e insumos, quanto aos preços das commodities agrícolas. É preciso agregar, também, aquilo a que Borsatto (2011) se refere simplesmente como uma “incompetência gerencial e estratégica”. Existiram problemas de dimensionamento, planejamento, operacionalização, logística e gestão das unidades, assim como problemas mais amplos de organização, seja na própria constituição da cooperativa, seja na formação da rede de cooperativados. Ou, para ser mais direto, de “fornecedores de matérias primas”, no caso de unidades de beneficiamento e transformação; ou de ofertadores de produtos, no caso de unidades de comercialização. Há muitos trabalhos acadêmicos que analisam unidades construídas que, prontas, não contavam com matéria prima a processar. Ou de assentados que investiram trabalho e dinheiro na produção de matéria prima e não viram operar a anunciada unidade de transformação que a processaria. As mesmas monografias acadêmicas mostram como, muitas vezes, essa discordância de “cronogramas” se dava por dificuldades as mais prosaicas possíveis.

O importante a considerar é que esses “grandes e problemáticos fracassos econômicos e sociais” geraram “um clima de instabilidade nos assentamentos rurais tutelados pelo MST e nas estruturas diretivas do próprio Movimento”. (GONÇALVES, 2008, p.192) Pela importância, faço uma longa transcrição de um argumento desse autor:

Dessa maneira, as iniciativas de cooperativização tocadas pelo MST e que resultaram em fracassos sociais significaram um “tiro no pé”, já que ao invés de aglutinar e reforçar os camponeses, desestabilizaram ainda mais

>> “a partir da tradição marxista”, considera que “é importante dizer que mesmo com o esforço envidado pelo MST para a organização da produção da agricultura através da cooperação, não foi possível deixar de reproduzir o modelo de agricultura capitalista, considerando inclusive o atrelamento do repasse de crédito individual à adoção do pacote tecnológico hegemônico”. (grifos W.S.) Dito dessa forma, parece que não é exatamente isso o que o MST buscava: a implantação de uma agricultura industrial, vista como forma superior da produção agrícola sob o capitalismo.

a rarefeita união existente entre estes, favorecendo, consequentemente, o capital e suas dinâmicas de dominação.

Assim, em muitos lugares do País, a cooperação agrícola não mostrou ser, efetivamente, a estratégia adotada pela maioria dos assentados, uma vez que na base, as famílias assentadas têm procurado exercer sua sobrevivência de maneira individual, negando sua inserção nos projetos de coletivização e de cooperação apresentadas pelo MST, situação-problema que Fabrini (2002)<sup>125</sup> compreendeu como uma forma de resistência e de autonomia do campesinato aos projetos políticos de cooperativização que não são os seus, mas sim das lideranças do MST. (GONÇALVES, 2008, p. 193, aspas no original)

<sup>125</sup> O autor faz a referência a: FABRINI, J. E. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2002.

Brenneisen (2004, p. 69), apoiando-se no sociólogo rural José de Souza Martins, avalia que essa distância existente entre o projeto estratégico e político da direção do MST e o projeto de vida dos agricultores assentados – ou os “desencontros entre direção e base” – se inicia a partir das opções ideológicas feitas pela direção do Movimento, “quando a luta pela terra se transformou em instrumento de uma suposta causa socialista”.

O que chamo de “agonia” do modelo de agricultura industrial proposto pela direção e pela assessoria do MST vai gerar o – e ser gerada pelo – “período que foi um dos momentos mais críticos do MST em relação às perspectivas de luta pela terra, desenvolvimento dos assentamentos e da reforma agrária como um todo”. (Corrêa, 2007, p. 35) Os dois governos Fernando Henrique Cardoso significaram um severo aperto nas políticas de Reforma Agrária “redistributivista”, com a priorização de estratégias de mercado propostas pelo Banco Mundial via financiamentos individuais para a compra de terras. O Procerá vai sendo enfraquecido até a extinção do programa em 1998.

O Governo Federal propunha que os assentados fossem incorporados ao mercado, dentro de uma concepção de que eles deviam profissionalizar-se, especializar-se e intensificar os sistemas de produção. (Corrêa, 2007, p. 36) Ao mesmo tempo, buscava a repressão sistemática das ocupações de terra, estimulava a prisão de dirigentes do MST e suspendia qualquer repasse de recursos a entidades ligadas ao Movimento. Mais do que isso, com o apoio da mídia, buscava desqualificar o MST e seus métodos de luta.<sup>126</sup> Estava consumada a “agonia” do modelo de agricultura industrial coletivizado, até então “a” referência para a direção e a assessoria do Movimento. Gonçalves (2008, p. 203) chega a se referir à superação de “antigos dogmas” e cita que o próprio Movimento começa a aceitar “a ideia de superar as ‘travagens’ representadas pela cooperativização na produção, até então considerada a ‘forma superior de organização agrícola no campo’”.<sup>127</sup> Porque, sem um mercado com preços remuneradores para as *commodities*, sem o crédito subvencionado que havia permitido a progressão, mesmo claudicante, da estratégia produtiva “industrial”, o MST fica, também, sem uma estratégia clara para os assentamentos.

É desta forma que tal “agonia” vai gerar a abertura de “amplos espaços na pauta para o tratamento de questões como a agricultura alternativa, orgânica, ecológica e demais denominações” (GUTIÉRREZ, 2012, p. 118), antes, na prática, desprezadas pela direção e pela assessoria do MST. Estas alternativas, que vão ser praticadas de forma descentralizada e a partir de iniciativas “locais”, são aceitas pelas lideranças do MST, num primeiro momento, muito mais como uma estratégia de sobrevivência dos assentamentos, com o uso dos recursos disponíveis, do que como uma clara opção política. Destaque-se, sem que a agroecologia estivesse ainda claramente posta<sup>128</sup>.

<sup>126</sup> *ibid.*, p.37

<sup>127</sup> *ibid.*, p.206

<sup>128</sup> “[...] O MST, ao coordenar [em alguns estados] o programa Lumiar de assistência técnica para as áreas de assentamento [lançado em fins de 1996], conseguiu introduzir a capacitação técnica e a extensão rural a partir de outra matriz conceitual e tecnológica baseada no conjunto de agriculturas alternativas sem, necessariamente, referir-se à Agroecologia”. (GUTIÉRREZ, 2012, p. 119, grifos e colchetes W.S.)  
>>

>> Mais tarde vai se argumentar que essa fase das agriculturas alternativas teria colaborado para acentuar o "caráter técnico" da agroecologia no Brasil, afastando-a da sua "perspectiva emancipadora". Ver, por exemplo, Mazalla Neto (2014).

<sup>129</sup> A "vigília tecnológica" é praticada por organizações que procuram a inovação. Trata-se, em geral, de participar de iniciativas ou empreendimentos que permitam acompanhar o que acontece na área em que a organização atua, mesmo que a atividade esteja aparentemente desconectada do que ela de fato pratica (o que faz, como faz) no momento. Isso permite que em caso de mudanças importantes na área, a organização esteja alerta, preparada e não tenha uma reação tardia, que possa implicar em sua perda de competitividade e, até, em sua "morte".

Passa a haver, contudo, críticas ao uso anterior do crédito (que teria gerado dependência e endividamento para o agricultor e riqueza "para as casas agropecuárias e firmas fornecedores de insumos"); debates sobre os problemas de saúde e ambiental (portanto, de qualidade de vida dos assentados) decorrentes do uso de agrotóxicos ou da degradação dos solos, pelo uso de máquinas e fertilizantes de síntese química etc.

Da mesma maneira, a necessidade de (re) ganhar legitimidade social (para o MST e os assentamentos a ele ligados, assim como à própria Reforma Agrária) exige uma maior aproximação com populações urbanas (especialmente os trabalhadores, mas não só) e com questões que as sensibilizam, em especial a noção de sustentabilidade. Isso faz com que se busquem "soluções para desenvolver os assentamentos numa perspectiva ampla, com preocupação com as questões sociais, econômicas e ambientais". (RODRIGUES, 2014, p.213, grifos W.S.) Ganha relevância e força, então, a articulação internacional que o MST vinha construindo, especialmente com a Via Campesina. Pode-se pensar que, até então, o Movimento realizava, em relação a essa organização, aprendizagem, intercâmbio e, mal comparando, uma espécie de "vigília tecnológica"<sup>129</sup>. Considere-se que se a articulação com a Via Campesina se dá desde a

criação dela, em 1992, nos anos seguintes, a pauta da sustentabilidade adentra a agenda do MST apenas de forma secundária. (BORGES, 2007, p. 98) Em 1995, o MST passou a integrar a Via Campesina e se propôs a cumprir um papel de aglutinação dos

movimentos sociais do campo no Brasil, tendo em conta que a agenda socioambiental tem destaque na ação daquela organização. (BARCELLOS, 2010, p. 47-48) Nesta fase posterior, de “agonia” da estratégia de agricultura industrial, vão passar a fazer mais sentido para o MST o combate ao modelo do *agribusiness*, o questionamento ao uso de insumos de síntese química, a defesa da biodiversidade e das sementes como patrimônio da humanidade e, sobretudo, a noção de soberania alimentar. Ou, como descreve Veras (2005, p. 73), “o Movimento criou um discurso coerente com as proposições agroecológicas, colocando as multinacionais de insumos industrializados como a principal responsável pelo sistema de dominação a que estes agricultores [dos assentamentos] estão submetidos.” (colchetes W.S.)

Assim, “diante de tantas experiências malsucedidas e que se pretendiam exemplares” (BRENNEISEN, 2004, p. 48), ou da “agonia” da estratégia de agricultura industrial para os assentamentos por ele tutelados, estavam sendo gestadas as condições para a “guinada” do MST em direção à sua (dele) agroecologia.

### 2.3.2. A segunda fase (2000–atualmente): a opção pela agroecologia (“politizada”)

O marco dessa nova fase é a realização do IV Congresso do MST, em 2000. Como apontam diversos autores (p.ex.: ARETIO-AURTENA, 2016; LEITE, 2016; PIRES, 2016; BORSATTO, 2011; BARCELLOS, 2010; GONÇALVES, 2008; BORGES, 2007), foi a partir desse evento que o MST assumiu a agroecologia como uma base para a realização da reforma agrária no país. Ou seja, não apenas para questionar as políticas agrárias e agrícolas adotadas pelo Estado brasileiro<sup>130</sup>, mas como principal modelo de produção nos assentamentos rurais por ele tutelados. Para Pires (2016, p. 47), o IV Congresso foi o momento no qual houve a “ruptura do

<sup>130</sup> Voltadas à mesma agricultura industrial que a direção do MST, até pouco antes, não via como um problema em si. O problema, para ela, estaria “somente” no sistema social e econômico no qual tal “tecnologia” se encontrava.

MST com o pacote tecnológico da Revolução Verde<sup>131</sup>” (grifos W.S.), assim como “a negação do agronegócio” e o “vislumbre da agroecologia como sua alternativa” – ou, mais ainda,

<sup>131</sup> As referências à Revolução Verde neste trecho do texto são dos autores. Insisto que discordo dessa vinculação e que, para mim, a opção do MST era pela “agricultura industrial” ou pelo “modelo fabril” de agricultura.

como forma de superar o modelo predatório do agronegócio. Já Borges (2007, p. 130) julga que, a partir do IV Congresso, foram construídas as novas bases da luta política e das práticas produtivas do MST, passando a agroecologia a ser o principal enfoque do projeto de transformação social almejado pelo Movimento. Rodrigues (2014, p. 217), por sua vez, avalia que o evento representa “a explicitação do combate ao ‘modelo das elites, que representam os produtos transgênicos, as

importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais”. Finalmente, Borsatto (2011, p. 45) recorda um elemento fundamental: que o MST não vê, então, a agroecologia como um fim, mas como “uma estratégia para alcançar uma sociedade mais justa e solidária”. Ou, para ser mais claro, o socialismo. É o que Rodrigues (2014, p. 224) aponta como “a intencionalidade de problematizar o papel estratégico do MST na politização da agroecologia na sociedade em confronto com o modelo de agricultura capitalista, de forma a contribuir para a construção de um projeto contra-hegemônico”. Adiante, em seu texto, a mesma autora enuncia:

Neste duro combate estabelecido no espaço agrário, é vital não apenas denunciar os efeitos sociais e ambientais perversos da agricultura produzida pelo agronegócio, mas também dar visibilidade às experiências em agroecologia e seus benefícios para o conjunto da sociedade. (RODRIGUES, 2014, p. 225)

É importante reforçar que a agroecologia não foi “um modelo de produção constituído e pautado em oposição ao das CPAs” (BARCELLOS (2010, p. 53), ou seja, dos assentamentos coletivizados. Dizendo de outra forma, “no novo ideário do MST,

a agroecologia e a cooperação não estão separadas, pelo contrário, ambas ocupam o mesmo patamar”. (GONÇALVES, 2015, p.109) Na verdade, havia a decisão MST de “reverter o quadro deixado pela implantação do Procerá, pela instalação dos modelos de Revolução Verde e pela fragmentação do assentado em seus lotes individuais”. (GUTIÉRREZ, 2012, p. 121, grifos W.S.) Isso para mim é importante porque, mais uma vez, colocam-se duas questões. A primeira, a do efetivo acatamento ao desejo de ser camponês por parte dos assentados e ao real respeito ao saber produtivo que eles têm. Ou, a não resistência da direção e da assessoria do MST à – na expressão de Neusa Zimmermann, citada por Barcelos (2010, p. 38) – “efetivação do projeto de ser colono”, o que significa “ver viabilizada uma forma de apropriação da terra e com isso ter, de alguma maneira, sob seu controle a organização e os resultados da produção”.

Com relação aos saberes e fazeres camponeses – questão que deveria ser central nos debates sobre a – e na – Educação do Campo, e considerando a vinculação do MST à Via Campesina, é pertinente recuperar trechos de dois documentos dessa organização internacional. O primeiro, é *Agricultura camponesa agroecológica: pela soberania alimentar e pela Mãe Terra*, de 2012<sup>132</sup>.

Estamos comprometidos em recuperar nossos saberes ancestrais da agricultura e em nos apropriarmos dos elementos da agroecologia (que, de fato, provém, em grande parte, de nosso conhecimento acumulado), para que possamos produzir em harmonia com, e cuidando da, nossa Mãe Terra. O nosso modelo é o “modelo da vida”, do campo com camponeses e camponesas, de comunidades rurais com famílias, de territórios com árvores e bosques, montanhas, lagos, rios e costas [...]. (LA VIA CAMPESINA - LVC, 2013, p.70, parênteses e aspas no original)

<sup>132</sup> Elaborado pela Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável da Via Campesina e outros delegados ao Primeiro Encontro Global de Agroecologia e Sementes Camponesas da Via Campesina, 6 a 12 de novembro de 2012, em Surin e Bangkok, na Tailândia



Fica evidente que o que a LVC defende é um campo “com vida”, o que inclui a permanência dos camponeses e camponesas, que não são vistos como parte de uma categoria transitória ou em extinção, que não teria autonomia, autodeterminação ou, mesmo, futuro.

O segundo extrato refere-se à definição que a própria Via Campesina faz de sua (dela) agroecologia:

Nossa agroecologia camponesa alimenta o solo com matéria orgânica, se baseia na biodiversidade, conserva e recupera variedades camponesas de sementes, assim como raças de animais, trabalhando com a sabedoria dos povos e com a Mãe Terra para nos alimentar. Sua fonte principal é o conhecimento camponês autóctone [em inglês, *indigenous*], ancestral e popular que temos acumulado durante gerações, dia a dia, mediante a observação e a constante experimentação em nossas terras<sup>133</sup>, compartilhado depois em nossos intercâmbios entre camponeses e camponesas e entre nossas organizações. Nossa agroecologia tem um caráter camponês e popular, não se presta às soluções falsas como o capitalismo “verde”, os mercados de carbono e a agricultura “climaticamente inteligente” [*climate-smart*]. Rejeitamos qualquer tentativa de cooptação pelo agribusiness. (LA VIA CAMPESINA, 2017, n.p., aspas no original, colchetes W.S.)

<sup>133</sup> Parece importante, de passagem, recordar a noção de “*experts do dia a dia*” [*Everyday Experts*] mencionada na introdução.

Junto com a taxativa rejeição à “cooptação pelo agribusiness” ou a “soluções apresentadas pelo capitalismo”, parece ficar claro que os adjetivos “camponês” e “popular” não estão reduzidos a uma dimensão econômica ou de promoção da revolução socialista. Há, nitidamente, a proposição de um modelo de sistema alimentar “de caráter camponês”.

Assim, dentro da Educação do Campo é preciso, primeiro, considerar que a “guinada” resultante do IV Congresso teria colocado ao MST “a necessidade de iniciar um processo de uma transição aos preceitos agroecológicos na produção agropecuária e

no manejo ambiental junto aos assentamentos, bem como de **levar este novo discurso à sua base social [...]** (BARCELLOS, 2010, p. 48, grifos W.S.). Para, em seguida, confirmar e reforçar a tendência (ou questionar desvios em relação a ela) apontada por Borsatto (2011, p. 48):

O conhecimento tradicional camponês, **antes rejeitado**, assume um lugar central nas propostas para o desenvolvimento dos assentamentos, assim como também são quebradas as barreiras internas que separavam a luta pela reforma agrária da questão ambiental. [...] Para o MST, enquanto organização, **o agricultor deixa de ser um mero objeto em uma massa revolucionária e passa a ser um sujeito criando a sua própria existência**, com conhecimento e valores morais que são considerados como sendo o gérmen para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e melhor. Metodologias em que o saber camponês é valorizado **passam a ser usadas** nos espaços de formação do Movimento. (grifos W.S.)

Um documento do MST de 2000 (citado por Gonçalves, 2008, p. 200) assim se referia a essa questão: **“deveremos abrir<sup>134</sup> para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica”**. (grifos W.S.)

<sup>134</sup> O que pode ser visto como um indício consistente de que, até então, estava fechado.

Para esse mesmo autor, as “lideranças do MST” buscavam “efetivar as teses de Horácio Martins de Carvalho”, que julgava que a única maneira do campesinato que vive da exploração direta da terra, da extração de produtos da natureza ou das relações comunitárias tradicionais resistir à dominação do capital, sem mudar suas relações sociais e a estrutura de classes, seria processar uma mudança radical em três dimensões: a econômica, a social e a cultural. (GONÇALVES, 2008, p. 200) A primeira, seria a mudança na matriz e nas práticas de consumo, daí o estímulo ao uso de recursos locais disponíveis e ao autoconsumo. A segunda, se daria pela alteração da matriz e das práticas de produção, daí a busca de uma “agricultura ecológica”. Na ter-

ceira dimensão (cultural), a procura seria por “superar a ‘crise de identidade’ existente no campo, ‘reanimando’ as comunidades para sua participação efetiva na discussão sobre suas realidades, visando à criação de identidade de classe, ações para a mudança estrutural, mas preservando a autonomia das diferentes estruturas sociais camponesas [...]”.<sup>135</sup>

<sup>135</sup> *ibid.*, p.201

E Sérgio Gonçalves arremata:

Assim, somente a matriz produtiva da Agroecologia seria capaz de criar uma dinâmica integradora dos objetivos produtivos, organizativos e sociais defendidos pelo Movimento. Porém, a possibilidade de desenvolvimento de uma nova matriz tecnológica nos assentamentos demandaria mudar não só as práticas produtivas em si, ou seja, no âmbito da produção agrícola, mas sim, reestruturar todo modelo de participação das famílias nos assentamentos e estruturas de gestão do MST. **Para além do modelo de cooperativização**, o MST assumiu a necessidade de incentivar modelos participativos mais focados nas experiências criadas em cada comunidade de assentados, para então **introduzir as mudanças na base da produção agrícola pelo viés agroecológico**. (GONÇALVES, 2008, p. 201, grifos W.S.)

Isso me faz voltar à compatibilidade entre agroecologia e coletivização e, mais especificamente, remete-me à noção de escala e da organização do trabalho. Aparentemente, a melhor forma para compatibilizar agroecologia com cooperação, na perspectiva teórica adotada pela direção e assessoria do MST, é vê-la como forma superior da produção agrícola sob o capitalismo e seguir a proposição de uma “agroecologia de escala”, como a proposta por Machado e Machado Filho (2017).

Há, claramente, uma fricção com o que se vê frequentemente em trabalhos práticos na Educação do Campo, que identificam a pequena produção familiar como *locus* ideal para produções diversificadas, realizadas com base em saberes-fazeres tradicionais, complementados com métodos e conhecimentos científicos. Da mesma forma, ficam fragilizados os argumentos em de-

fesa da produção agrícola em escala humana ou de práticas que respeitem os ciclos do solo e da água, normalmente associados ao “estilo camponês”. Acaba-se, mesmo, por reforçar discursos que aludem a uma suposta incapacidade da “agricultura camponesa” em atender à presente e à futura demanda de produção global por alimentos. (CARVALHO, 2013)

Sabendo que o MST continua considerando “a agroecologia como um meio e uma estratégia ao socialismo a partir da crítica à raiz do capitalismo, do seu modo de produção insustentável” (LEITE, 2016, p. 95), é preciso saudar, contudo, os avanços nos posicionamentos da direção e na assessoria do Movimento. Afinal, eles indicam a possibilidade de superar – ou, pelo menos, relativizar momentânea e taticamente – alguns dogmas.

Mantendo a perspectiva de apresentar ao leitor a diversidade de perspectivas e acrescentando uma ilustração de a que ponto uma posição doutrinária pode chegar, é que passo a recuperar rapidamente a posição do ensaísta e militante português, João Bernardo (Maia Viegas Soares), que se apresenta como um “marxista heterodoxo”.

#### 2.4. A agroecologia vista como uma “mutação decisiva” do MST<sup>136</sup>

Bernardo (2012) divide as relações entre MST e agroecologia em duas fases. A inicial, entre 1984 e 1995, a “fase cooperativista” e de “modernização tecnológica”, na qual a agroecologia não se punha. A segunda, de 1995<sup>137</sup> para frente, quando se dá uma “manobra política” em favor da “opção por uma tecnologia vocacionada para conviver com o arcaísmo a as tradições – a agroecologia”.

<sup>136</sup> Esta seção é integralmente baseada no texto de 2012, “MST e agroecologia: uma mutação decisiva”, de João Bernardo, publicada na internet em <http://passapalavra.info/2012/03/97517>; <http://passapalavra.info/2012/03/53997>; <http://passapalavra.info/2012/03/54051>; e <http://passapalavra.info/2012/04/54095>.

<sup>137</sup> Sublinho que, como será visto adiante, João Bernardo também considera o IV Congresso do MST, realizado em 2000, como um marco. O evento, para ele, teria representado a “adesão oficial”, do MST, “ao projeto agroecológico”, ou a “passagem”, do MST, “das cooperativas de produção para a agroecologia”.

### 2.4.1. A fase cooperativista

Para João Bernardo, o MST nasceu como uma forma de luta social no interior do processo de industrialização da agropecuária e aceitou plenamente o quadro da modernização, o que ditou a ele as necessidades táticas. Ou seja, tornava-se urgente incentivar os pequenos camponeses a modernizarem as suas formas de cultivo e o MST procurou que os assentamentos desenvolvessem uma produção mecanizada e em grande escala, inserida no mercado. Isto não seria possível no âmbito da agricultura familiar, o que exigia a formação de cooperativas de produção ou estruturas coletivizadas.

Empreendimento desta dimensão enfrentou obstáculos sociais, especialmente o particularismo doméstico, muito forte entre os camponeses, que os leva a encarar com grande desconfiança o trabalho coletivo. Por isso, a direção do MST considerava a mentalidade e o comportamento do produtor agrícola tradicional como um dos principais obstáculos a serem superados.

Naquele período, havia a esperança de que a criação, em assentamentos ou em partes de assentamentos, de experiências piloto que tivessem êxito serviria para convencer os demais assentados das vantagens do trabalho coletivo. Mais do que isso, entretanto, buscando como objetivo último a implementação da forma cooperativa em todos os assentamentos, a direção do MST não poupava esforços, tanto no plano do esclarecimento ideológico como no das ações práticas, para incentivar as cooperativas de produção.

Muito próximo do que vimos no Capítulo 1 sobre a visão dos bolcheviques e dos agrônomos sociais, João Bernardo considera que, além das dificuldades que seriam decorrentes do particularismo doméstico prevalente nos campos, o projeto cooperativo do MST deparava-se, ainda, com as deficiências de formação técnica, resultantes do baixo nível de instrução, e com a aversão às inovações, resultante da falta de habituação às formas modernas de produção.

Neste sentido a direção do MST, além de prosseguir outras atividades de formação e capacitação, criou os Laboratórios Organizacionais de Campo, destinados a transmitir conhecimentos aos assentados tanto de técnica organizativa como de técnicas referentes à agroindústria.

Analisando a etapa, Bernardo julga que, hoje – quando as modas políticas e acadêmicas viraram, o balanço desta fase cooperativista do MST é geralmente apresentado como negativo. E considera que, sem dúvida, os obstáculos humanos – quer os resultantes da cultura e do comportamento tradicionais do campesinato, quer os resultantes da formação técnica deficiente e arcaica – só podem resolver-se a longo prazo, e as cooperativas do MST eram demasiado recentes. Apesar disto, não parece, a João Bernardo, que dificuldades iniciais de percurso devam ser apresentadas como sintoma de uma inadequação estrutural do cooperativismo agropecuário, como teria demonstrado o que aconteceu durante os primeiros anos da década de 1990. O autor prossegue, julgando que para proceder a um balanço realista das cooperativas de produção é indispensável considerar o papel que desempenharam na resistência ao governo de Collor de Mello. E afirma que, com estas cooperativas, o MST pretendeu efetuar não só um corte radical nas relações de trabalho e nas relações de propriedade, mas ainda um corte radical na mentalidade camponesa. O Movimento lançou-se então a fazer aquilo que deve ser a meta de todos os anticapitalistas, a construção de um ser humano novo. Por tudo isso, segundo Bernardo, foi ao longo do decênio entre 1984 e 1995 que o MST conseguiu converter-se na organização de vanguarda das lutas sociais e aparecer como uma referência para os anticapitalistas na América Latina e igualmente no resto do mundo.

#### 2.4.2. A fase agroecológica

Para João Bernardo, se na primeira fase prevaleceu a proposta cooperativa e a de industrialização da agropecuária, a recusa desta modernização em nome da sociedade rural arcaica e do

trabalho familiar nunca deixou de estar presente, consubstanciada pela resistência de muitos assentados, que se insurgiam contra o cooperativismo adotado pela coordenação nacional do MST. Assim, entre eles – diferente de entre os novos sujeitos que os dirigentes do MST queriam formar – o trabalho no âmbito familiar prevalecia sobre a coletivização dos processos de trabalho. Teria sido esta, para João Bernardo, a base social de uma grande manobra política operada dentro do MST, a partir de 1995, depois da criação do *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. O Pronaf, segundo o autor, teria reforçado a posição dos numerosos assentados que reagiam com desconfiança à coletivização do trabalho, deixando

138 Pensando apenas nas possibilidades colocadas pelos programas de crédito subsidiado oficial, posso dizer que o Procerca permitia ou reforçava a perspectiva de "agricultura industrial" da direção do MST, enquanto o Pronaf poderia tornar possível uma "agricultura da Revolução Verde" nos assentamentos. Esta, por poder reforçar a "agricultura familiar" era vista como indesejável pela direção e pela assessoria do MST.

139 Na verdade, nesta menção e na seguinte, o mais adequado seria dizer "agriculturas alternativas".

a direção do Movimento numa situação difícil. Tal criação a teria levado a desistir das cooperativas de produção, para as quais haviam sido bloqueados os financiamentos, e a adotar a orientação oposta, concentrando-se na agricultura familiar, que passara a ser beneficiada pelo crédito<sup>138</sup>. Bernardo arremata: e como sem as cooperativas de produção era impensável a modernização da agropecuária nos assentamentos, a direção do MST teve de optar por uma tecnologia oposta, **adaptada ao quadro familiar e vocacionada para conviver com o arcaísmo e as tradições – a agroecologia.**

João Bernardo recorda que as primeiras experiências de agroecologia<sup>139</sup> no MST, ocorridas em 1993, tinham constituído casos isolados e inteiramente marginais e que só após o III Congresso Nacional do MST, em 1995, é que a agroecologia e as noções de sustentabilidade começaram a se converter em orientação oficial do Movimento, sendo cada vez mais passadas à prática nos assentamentos. Esta nova orientação foi igualmente estimulada pelo

idade começaram a se converter em orientação oficial do Movimento, sendo cada vez mais passadas à prática nos assentamentos. Esta nova orientação foi igualmente estimulada pelo

fato do MST ter se integrado à Via Campesina, em 1996, que incluía no seu programa a agroecologia e a sustentabilidade. No IV Congresso Nacional, em 2000, finalmente, foi declarada a adesão oficial ao projeto agroecológico. A passagem do MST das cooperativas de produção para a agroecologia, condicionada pela substituição do Procefa pelo Pronaf, revelaria, segundo o autor, que o eixo de orientação política do Movimento estava hipotecado à obtenção de crédito ou, pelo menos, sofria uma influência decisiva dos sistemas de crédito. Para ele, teria sido aberto, assim, o caminho para se passar da luta de classes ao misticismo ecológico. Desta forma, a apologia da agricultura familiar e a agroecologia teriam surgido no MST sobre os escombros do cooperativismo e da produção coletiva. O Movimento teria adotado, desta forma, a agroecologia como tecnologia de cultivo, porque ela teria se confundido com o quadro da economia familiar e nele permanecido.

Para João Bernardo tudo isso teria representado o abandono do projeto revolucionário inicial do MST. Assim, a adoção oficial da agroecologia corresponderia a um segundo nascimento do Movimento, surgindo uma organização diferente da que havia existido até 2000. A partir do seu IV Congresso Nacional, para Bernardo, o MST passou a revalorizar as técnicas arcaicas e o tradicionalismo camponês, abandonando o projeto revolucionário inicial, que consistia em forjar nas lutas um novo sujeito coletivista e modernizador. Isso teria significado que o Movimento se demitiu perante o sujeito tradicional arcaico e doméstico e teria reconstruído, a partir daí, a sua orientação econômica. O MST teria, deste modo, feito um giro de cento e oitenta graus ao passar da insistência nas cooperativas de produção e na modernização tecnológica para a opção pela agricultura familiar e pela agroecologia.



## 2.5. As relações com os debates na Educação do Campo e em Licenciaturas em Educação do Campo

Parece-me importante apresentar o posicionamento expresso por João Bernardo porque suas ideias centrais continuam, a meu ver, orientando diversas intervenções atuais no debate sobre agroecologia e/na Educação do Campo. Como diz o próprio autor português, como se considera que “as modas políticas e acadêmicas tenham virado”, tais interferências se dão de forma atenuada ou escamoteada. São, entretanto, constantes.

De minha parte, tenho a percepção que ainda venha prevalecendo na agroecologia “do MST” a perspectiva colocada por Rodrigues (2014, p. 238) de que as experiências de agroecologia devam contribuir concretamente para “a construção de um projeto de sociedade anticapitalista, pois, para além da crítica ao modelo produtivista do capital, elas já demonstram possibilidades concretas e força humanizadora”. Essa politização da agroecologia leva a uma nova questão de (des)equilíbrio sobre o qual a mesma autora dá uma boa pista:

A preocupação do movimento [MST] com a efetivação da luta pela reforma agrária popular agroecológica se direciona para o necessário preparo **não só, mas fortemente técnico**, para levar adiante as experiências concretas de agroecologia, **mas também ao preparo político** (em torno de concepções mais amplas que a agroecologia requer) para este enfrentamento, que deve se inscrever num patamar superior e para além da produção agrícola, na perspectiva de inserir a agroecologia como [um] dos elementos fundamentais para a construção de uma nova relação da sociedade com a natureza, fator imprescindível para se construir outro modelo de desenvolvimento para o Brasil. (RODRIGUES, 2014, p. 229, colchetes e grifos W.S.)

No “necessário preparo técnico” está minha principal preocupação dentro dos debates e orientações sobre agroecologia e/na Educação do Campo e, mais especialmente, e/em Licenciaturas em Educação do Campo. No caso da ênfase em Ciências da

Natureza e Matemática, que eu conheço mais de perto, parece-me que as relações com os conhecimentos científicos e com a história das ciências e das técnicas aplicadas na agricultura que podem fortalecer o referido “preparo técnico” (que necessita contemplar a compreensão e a consideração dos saberes e fazeres dos agricultores) têm sido secundarizadas, senão negligenciadas. Há uma clara priorização de um (suposto) preparo político, que acaba sendo superficial e discursivo, já que há um tratamento limitado e pouco sólido de fundamentos de economia política, em geral associados com denúncias dos “efeitos sociais, econômicos e ambientais perversos da agricultura do agronegócio”, mas sem uma análise crítica do sistema alimentar contemporâneo, de sua formação e das condições e possibilidades de sua transformação.

Mais do que isso, persiste no corpo docente desses cursos um conflito entre dois polos que crescentemente se opõem ou, pior, combatem um ao outro. Um colega docente de outra Instituição Federal de Ensino Superior os nominou de “acadêmico”, de um lado, e de “vanguardista” ou “militante”, de outro. Assim, é comum, por exemplo, ver professores do “lado militante” traçando estratégias para “fiscalizar” e “determinar o que deva ser ensinado” em matérias/disciplinas de Fundamentos de Ciências, porque se não estiver sendo adotada a abordagem desejada e trabalhados autores e conteúdos julgados adequados não se estaria fazendo o que consideram ser a “verdadeira” Educação do Campo. Isso se dá, geralmente, em nome de uma visão unicamente “movimento” (conforme visto na seção 2.2.) da agroecologia, julgando-se que os conteúdos a serem trabalhados com os educandos de Licenciaturas devem ser selecionados a partir dessa perspectiva considerada “popular” ou “camponesa”. Mesmo que o curso não seja voltado à formação de profissionais técnicos em agroecologia (em uma ênfase de Ciências Agrárias, por exemplo) que atuarão em ações específicas de desenvolvimento rural<sup>140</sup>. Como uma Li-

<sup>140</sup> É importante diferenciar a formação de Professores de Ciências da Natureza e Matemática da “educação formal em agroecologia”, ou “educação profissional do campo com enfoque na agroecologia”, nos níveis médio e superior, que foram promovidas, por exemplo, pelo Pronera e são analisadas por, a título de exemplo, Sousa (2017; 2015). Elas têm objetivos – e devem ter conteúdos e abordagens – diferentes.

cenciatura, ele visa formar professores – no caso, de Ciências da Natureza e Matemática – que atuarão, especialmente, em escolas do campo. Escolas que, a meu ver, precisam contribuir para a valorização da “sabedoria camponesa”, mas promovendo uma “elevação” dela “a outro nível na espiral de conhecimentos, por meio do encontro sinérgico com os saberes provenientes de variadas disciplinas acadêmicas”. (PETERSEN, 2012, p. 14) Escolas que necessitam ter, também, um papel de agência de desenvolvimento rural, mas que estão focadas na formação de crianças e jovens, o que implica em incluir a valorização do pensamento e da abordagem das Ciências da Natureza e da Matemática e, por essa via, do materialismo.

Assim, o que se esperaria é que professores dos dois eixos curriculares (Fundamentos de Ciências da Natureza e Matemática; e Agroecologia) estivessem buscando criar um ambiente favorável ao debate crítico, assim como cooperar uns com os outros e uns em/com matérias/disciplinas curriculares dos outros, para construir a integração e a complementaridade que a formação de um educador do campo exige. Especialmente levando em conta que a ecologia (como ciência) e a busca pelo restabelecimento de uma racionalidade ecológica da produção agrícola abrem uma enorme ponte entre eles. Aparentemente, ainda não há essa percepção. É interessante registrar que Gliessman (2013, p. 1), ao refletir sobre o entendimento da agroecologia, avalia que os fundamentos ecológicos estejam claros, mas que os componentes sociais e políticos em que a mudança social é mais necessária o estão muito menos. Parece não ser o caso em Licenciaturas em Educação do Campo.

Nesse quadro, é importante traçar um paralelo com  
<sup>141</sup> *ibid.*, p. 11, colchetes W.S. “os problemas fundamentais que sofre a ciência agrícola convencional, que toma posições antagônicas para interpretar a realidade social do meio rural.” (ALTIERI, 2006, p. 11) O que o autor citado vê como consequência de “sua [da ciência agrícola] forte desarticulação e especialização, induzida pelo enfoque analítico com que se tem trabalhado desde Descartes.”<sup>141</sup> Com a polarização existente em Licenciaturas em

Educação do Campo, acaba-se caindo no mesmo problema. E a solução não é o domínio de um “lado” sobre o outro, mas da integração e a participação cruzada nas disciplinas. É fundamental que os professores do eixo Fundamentos de Ciências da Natureza e Matemática participem das aulas e das atividades das disciplinas/matérias curriculares do Eixo Agroecologia. Afinal, como reconhece Caldart (2016, p. 4, parênteses no original), “a agroecologia se desenvolve a partir do aporte de diferentes ciências (ecologia, biologia, química, agronomia, antropologia, história, sociologia...) para poder analisar os processos da atividade agrária em seu sentido mais amplo”. E a recíproca é indispensável. Especialmente para, evitando a desqualificação do saber artesanal ou camponês, articular as necessidades de formação de professores (e agricultores) com os saberes científicos. De novo, citando Caldart (2016, p. 5) “a agroecologia não avança sem a pesquisa científica, que por sua vez não avança sem as práticas dos agricultores e os conhecimentos tradicionais nelas contidos”. Evitando uma idealização ou uma visão de superioridade de qualquer um desses dois saberes e colocando-os frente a frente, pode-se caminhar para soluções técnicas para os problemas produtivos – geralmente desprezadas entre docentes que trabalham a Educação do Campo, que permitirão uma transição das unidades produtivas para a agroecologia. Ou seja, se a agroecologia não pode ser vista apenas como “práticas”, ao mesmo tempo a pesquisa científica não pode ser feita dentro de um “academicismo”, que muitas vezes resvala para a indiferença política ou o “apoliticismo” (as expressões são de González de Molina, 2013).

O “diálogo de saberes”, tão mencionado nos debates sobre a agroecologia, também precisará ocorrer no seio do corpo docente de Licenciaturas em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática. Assim, não se trata de exercer qualquer tipo de controle de um “polo” sobre o outro, nem de um “lado” determinar o que deva ser trabalhado pelo outro, mas de articular os dois eixos do Curso e possibilitar a efetiva busca de um enfoque sistêmico. Afinal, a agricultura deve ser “vista como um ecossistema (daí o termo agroecossistema)” (ALTIERI, 2004, p. 65)

Procurando contribuir para esse diálogo e cooperação é que traí, nesse livro, de chamar atenção para a importância da polissemia da agroecologia e que vou trabalhar, a seguir, enfocando novos pontos em relação ao que Wezel et al. (2009) consideram ser os “usos do termo agroecologia”: como uma maneira de produzir conhecimento (ciência), como uma aplicação de técnicas (práticas) e como uma visão política (movimentos). Lembrando que esses autores indicam o Brasil como um dos poucos países em que a agroecologia “é usada para descrever as três atividades”.

<sup>142</sup> Considera-se, por exemplo, a Rede de Intercâmbios em Tecnologia Alternativa (Rede PTA), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia). Esta associação, que procura fomentar a interação entre os diferentes atores sociais que atuam na construção e disseminação de saberes necessários à fundamentação teórica da prática agroecológica, adota um conceito de **Agroecologia plural**, que reconhece simultaneamente como ciência, movimento e prática. (ALMEIDA, 2014. p. 29, citando Paulo Petersen da Rede PTA, grifos W.S.)

<sup>143</sup> Esse longo texto citado da autora foi construído a partir de entrevistas, >>

Sublinho mais uma vez a influência dos posicionamentos do MST nos debates em Licenciaturas em Educação do Campo. A agroecologia como movimento é vista, em geral, como redes e ações com o objetivo de desenvolver e auxiliar a “transição para agroecossistemas sustentáveis”. No Movimento Agroecológico Brasileiro<sup>142</sup>, a agroecologia se materializa, assim, como um movimento político/social, organizado por uma diversidade de organizações e redes sociais que lutam pela “defesa da justiça social, da saúde ambiental, da segurança e soberania alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades” (ALMEIDA, 2014. p. 29-30, citando trabalhos de Paulo Petersen, da Rede PTA). Já para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ela “se apresenta como uma orientação para qualificar o embate da luta de classes contra o capital e repensar um novo projeto societário que inclua a dimensão ecológica da vida” (ALMEIDA, 2014, p. 77)<sup>143</sup> A agroecologia, assim, não sinaliza apenas a relação entre a ruptura com o sistema e a ideologia do agronegócio e o processo de transição agroecológica [...],

mas orienta o posicionamento político, a construção ideológica para a criação de um novo projeto de sociedade [...]. Para o MST, a Agroecologia é um dos elementos de um novo projeto societário, pós-capitalista, centrado no humanismo e na ecologia como um campo do conhecimento que deve orientar as relações dos seres humanos entre si e com a natureza [...]. Ela rompe com a alienação ser humano/natureza, ao retomar a relação orgânica do ser humano com a natureza (relação de coevolução) [...]. Fora desse horizonte utópico, seria optar pela Agroecologia nos moldes em que muitos grupos se apropriam, como nichos de mercado, relações diferenciadas com a natureza, mas subordinadas a uma ordem capitalista. De forma que se coloca em questão um projeto de classe que propõe transformações radicais na sociedade e a construção de uma nova ordem social [...]. O MST não tem a ilusão de que a Agroecologia possa ecologizar o capital, pois ele se move pela busca permanente de sua reprodução ampliada. Da mesma forma que é impossível pensar a humanização do capital (ALMEIDA, 2014, p. 77-78, parênteses no original)

>> realizadas entre junho e agosto de 2013, com três lideranças da Coordenação Nacional do MST (Luiz Zarref; Milton Fornazieri, o "Rascunho", e Francisco Dal Chiavon, o "Chicão") e com José Maria Tardin, integrante da coordenação da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) do Paraná, que a autora considera a instituição de referência em educação em Agroecologia para o MST. Tal opção é justificada, por ela, em função da "carência de textos do MST sobre sua própria concepção de Agroecologia". Situação que também constatei em minhas buscas. Para facilitar a leitura, omitirei o nome dos entrevistados (apontando que Tardin é o mais frequente) e indico uma consulta direta à Dissertação de Mestrado.

Meu convívio com uma Licenciatura em Educação do Campo permite identificar uma clara e quase direta transposição dessa análise e desse discurso para dentro dos debates sobre agroecologia no curso. Insistindo que não julgo adequado trabalhar a agroecologia apenas – nem prioritariamente – como movimento, considero, ainda mais, que se a posição do MST é relevante e precisa ser conhecida pelos estudantes, não pode ser posta como um filtro obrigatório aos debates em Licenciaturas em Educa-

ção do Campo, que visam formar professores para trabalhar no ensino básico em escolas do campo (segundo a definição dada pelo Decreto 7.352/2010) situadas em territórios rurais brasileiros marcados por forte diversidade. E, como afirma Bell (2008, p. 603), para trabalhar agroecologia é preciso considerar os contextos sociais e ecológicos, ou a “soberania da situação”. Se não se deve cair no “totalitarismo do local”, é preciso, também, rejeitar o “totalitarismo do global”.

Tendo essas questões em conta, além de discutir a agroecologia como ciência, julguei necessário agregar, a seguir, debates relacionados à escala (da agroecologia), às relações (dos agricultores familiares ou camponeses) com o mercado, e a institucionalização e/ou cooptação (da agroecologia). Antes, quando procuro estimular a apresentação da diversidade aos estudantes, creio ser necessário fazer uma correção de rota em relação a uma diferença que me parece já não fazer mais sentido: a suposta existência de duas “vertentes”, “correntes” ou “escolas” de agroecologia: a “americana” e a “europeia”.

### 2.5.1. Quando as vertentes também se movem

Ainda hoje, nos debates dentro da Educação do Campo, é frequente a referência à existência de duas “vertentes”, “correntes” ou “escolas” de agroecologia. Especialmente depois de uma menção – de passagem, ressalte-se – no verbete Agroecologia, do Dicionário de Educação do Campo (GUHUR e TONÁ, 2012, p. 61):

O uso do termo agroecologia se popularizou nos anos 1980, a partir dos trabalhos de Miguel Altieri e, posteriormente, de Stephen Gliessman, ambos pesquisadores de universidades estadunidenses e atualmente considerados os principais expoentes da “vertente americana” da agroecologia. A outra principal vertente da agroecologia é conhecida como “escola europeia”. Surgida em meados dos anos 1980 na Andaluzia, Espanha, representa uma agroecologia de viés sociológico, que busca inclusive uma caracterização agroecológica do campesinato. No entendimento dessa escola, a agroecologia surgiu de

uma interação entre as disciplinas científicas (naturais e sociais) e as próprias comunidades rurais, principalmente da América Latina. Seus principais expoentes são Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel González de Molina, ambos ligados ao Instituto de Sociología y Estudios Campesinos (ISEC), da Universidade de Córdoba, Espanha. (aspas e parênteses no original)

A partir daí, na prática, esta classificação se impôs em materiais de formação para a Educação do Campo (por exemplo Ribeiro et al., 2017) e, inclusive, em trabalhos acadêmicos sobre o tema – como, Rodrigues, (2014), Silva (2014) e Siqueira (2014) – e, por consequência, em aulas e debates em Licenciaturas em Educação do Campo. Isso é feito sem que se busque trabalhar as origens dessa partição. Porque tal busca contribuiria para relativizar as diferenças postas<sup>144</sup>.

Essa classificação foi originalmente apresentada no Brasil na Dissertação de Mestrado de Rodrigo Machado Moreira, defendida em 2003, no Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola da Unicamp (MOREIRA, 2003). Essa divisão esquemática foi melhor conhecida com o artigo que ele publicou, em conjunto com Maristela Simões do Carmo, sua orientadora, no ano seguinte, na Revista Agricultura e Ruralidades (MOREIRA e CARMO, 2004). O dado é importante porque as referências trabalhadas pelo(s) autor(es) são da década de 1990 e, no máximo, até 2002. É preciso considerar, por isso, o que aconteceu nesses quinze anos que se seguiram. Acredito que o próprio Moreira (2003) já indicava pistas para o que poderia acontecer à frente:

ainda que a influência da corrente norte-americana sobre as práticas agroecológicas ao redor do mundo seja expressiva, o surgimento, um pouco mais tarde, da vertente agroecológica europeia abriu a possibilidade de um rico diálogo não só entre disciplinas científicas de uma mesma área, mas entre ciências diferentes, naturais

<sup>144</sup> No caso dos trabalhos acadêmicos, as exceções são Almeida (2014) e Pires (2016). Este último o faz, como será visto, para acentuar as diferenças que ele próprio vê.



e sociais, na busca tanto de um entendimento mais amplo dos impactos causados pelo paradigma da RV [Revolução Verde], quanto dos marcos alternativos para a conformação de programas de desenvolvimento rural em bases realmente sustentáveis. (MOREIRA, 2003, p. 11, grifos e colchetes, W.S.)

Ora, seria normal esperar que esse “rico diálogo” se estabeleceria especialmente entre as próprias vertentes. Até porque, a meu ver, muito da diversidade de posições identificada era meramente analítica, ou mesmo forçada. Por exemplo, uma “veia mais sociológica” é atribuída à escola europeia, mas o próprio Moreira (2003, p. 11), citando Susanna B. Hecht, indica que a escola americana recebeu influência

dos trabalhos antropológicos e de geógrafos e dos estudos de desenvolvimento rural por meio das análises dos impactos sociais da tecnologia, dos efeitos perniciosos da expansão do mercado de commodities, das implicações nas mudanças das relações sociais, das transformações nas estruturas de posse da terra e da crescente dificuldade de acesso aos recursos comuns pelas populações locais.

Pode-se alegar que a escola europeia seria mais “crítica” ou mais “transformadora”, por estar no campo do marxismo heterodoxo ou do neonarodnismo ecológico, mas havia ciências sociais nas duas. Voltarei a esse ponto quando tratar das polarizações que se criam em Licenciaturas em Educação do Campo em torno das duas figuradas correntes. No final do Capítulo 1 deste livro, trabalhei, da mesma forma, algumas proximidades entre os principais autores do que se considera duas vertentes, em relação ao reconhecimento do saber artesanal ou camponês e sobre a valorização da participação como método fundamental na agroecologia, que, em geral, são apresentados como pouco presentes na vertente americana.

Textos acadêmicos brasileiros indicam que, na prática, as contribuições dos autores-chave das duas vertentes (Altieri e Gliessman, de uma lado; e Sevilla Guzmán e González de Molina,

de outro) são levadas em conta na problematização relativa à agroecologia e na formação e constituição do discurso adotado pelo MST (BARCELLOS, 2010, p. 54; GONÇALVES, 2010, p. 75; GONÇALVES, 2015, p. 107-108; PIRES, 2016, p. 55), que como tenho procurado ilustrar influencia em muito os debates em Licenciaturas em Educação do Campo. Isso acontece porque, justamente como apontava Moreira (2003, p. 11), “a agroecologia representa uma forma de abordar a agricultura que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, aos problemas sociais e à sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção”. Há autores, entretanto, que buscam ampliar as diferenças.

Para Valadão (2012, p. 42), a corrente norte americana da agroecologia, “a grosso modo”, “está centrada em aspectos mais técnicos da agricultura e mais próxima do paradigma de ciência convencional”. Isso, ainda seguindo Valadão, “apesar dos autores [da corrente americana] enfatizarem as diferenças [paradigmáticas] e destacarem os elementos sociais, principalmente em trabalhos mais recentes”. Já para a corrente europeia, a agroecologia teria “uma dimensão ‘subversiva e crítica’ ao questionar a destruição das culturas camponesas com base no mito da superioridade do mundo urbano sobre o rural” e por defender que “os agricultores camponeses devem compreender os processos de exploração aos quais estão submetidos para poder desenvolver processos de transição da agricultura convencional para uma agricultura com base na agroecologia” (VALADÃO, 2012, p. 42)

Na mesma perspectiva de acentuação das diferenças, Pires (2016, p. 54) considera que a corrente norte-americana seguiria “uma vertente teórica ligada às questões técnicas e de manejos sustentáveis, como alternativa às práticas degradantes e poluentes”. Já a corrente europeia avançaria “para além das questões de técnicas e manejo (sem abandoná-las) para uma teoria social e crítica à lógica do capital”. Em seguida, é mais incisivo:

o modelo norte-americano apresenta limites, principalmente porque se centra mais no pragmatismo técnico produtivo e no manejo sustentável dos recursos

naturais do que realiza uma crítica à estrutura do modelo de produção agrícola capitalista. Assim, deixa algumas lacunas em relação, por exemplo, às lutas políticas, econômicas e culturais que compõem o cenário contraditório do desenvolvimento agrícola em um

<sup>145</sup> A referência à Altieri (2012) é tomando a terceira edição brasileira de "Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável".

Todavia, mesmo considerando novos elementos e abordagens incorporados, como visto, a primeira edição brasileira da obra é de 1989 e a original, em inglês, de 1987.

<sup>146</sup> O que está escrito em Sevilla (2011, p. 11) é: "O presente trabalho é um escrito de apoio teórico à proposta de socialismo comunitário que se está desenvolvendo na Bolívia, como consequência do processo político aberto por Evo Morales; aqui pretendemos aprofundar no pensamento do Marx tardio o que diz respeito às formações sociais pré-capitalistas, mostrando o potencial do campesinato e das nações indígenas na transição para o socialismo, a partir da luta para superar o capitalismo, a partir das 'vantagens do atraso', a partir da agroecologia".

Estado capitalista. Neste sentido, a vertente agroecológica norte-americana apenas busca readaptar o modelo predatório da agricultura convencional para uma matriz mais sustentável, restringindo-se a uma perspectiva reformista, que deixa de questionar radicalmente a racionalidade produtiva do capital. (PIRES, 2016, p. 56)

É interessante registrar que as referências utilizadas pelo autor para chegar a essa apreciação são aquelas mesmas utilizadas por Moreira (2003), ou seja, todas datadas na virada dos anos 1990 para os 2000<sup>145</sup>. Já a vertente europeia buscaria – sempre segundo Pires (2016), que cita Sevilla Guzmán (2011) – “resgatar o potencial do campesinato e das populações indígenas e/ou tradicionais para uma possível transição ao socialismo”. Isso seria feito a partir da “luta e resistência ao capitalismo”, considerando as “vantagens do atraso” e “a agroecologia como possível mola propulsora”. (PIRES, 2016, p. 60) Sem considerar os problemas de leitura viesada do texto<sup>146</sup>, é curioso que, nesse caso, o autor abandona Moreira (2003), passando a mobilizar referências do início dos anos 2010.

Essa assimetria é importante porque descon sidera a evolução nas abordagens e análises de Stephen Gliessman e de Miguel Altieri. Devem ser consideradas, sobretudo, as mudanças no contexto do sistema agroalimentar

globalizado, bastante alterado, nesse intervalo de tempo, com o forte avanço da transgenia e dos chamados “*bio*” (ou, “*necro*”) combustíveis e com o agravamento das crises alimentares. Não pretendo fazer aqui toda essa recuperação. Vou destacar apenas artigos recentes que darão uma boa ideia da aproximação das ditas vertentes.

Acompanhar, por exemplo, os papers e textos de editor de S. Gliessman na Revista *Agroecology and Sustainable Food Systems* (Agroecologia e Sistemas Alimentares Sustentáveis) é uma boa pista. Em Gliessman (2013, p. 20), ele julga que “uma das mais completas definições da agroecologia atual é a ecologia do sistema alimentar”. Gliessman faz referência a um artigo em que participou do grupo de redação (nele também estava Miguel Altieri)<sup>147</sup> e a um de seus livros.<sup>148</sup> Do artigo, considerando que discuto a relação entre agroecologia e Educação do Campo, vale a pena a transcrição da definição e agroecologia:

[é] o estudo integrado [integrative] da ecologia de todo o sistema alimentar, englobando as dimensões ecológica, econômica e social. Essa definição levará a uma abordagem prática que incentiva o pesquisador, o educador e o estudante a abraçar a integridade e a conectividade dos sistemas, e estimulará o foco na singularidade de cada local e nas soluções apropriadas a seus recursos e restrições. Tal definição expande nosso pensamento para além das práticas de produção e dos impactos ambientais imediatos na lavoura [field] e na unidade de produção agrícola [farm]. (FRANCIS et al., 2003, p. 100)

Assim, a agroecologia “tem o objetivo explícito de transformar os sistemas alimentares em direção à sustentabilidade”, ou seja, no sentido de “um equilíbrio entre solidez [*soundness*] ecológica, viabilidade econômica e justiça social”. (GLIESSMAN,

<sup>147</sup> Francis, C. et al. 2003. Agroecology: The ecology of food systems. *Journal of Sustainable Agriculture*, 22: 99–118.

<sup>148</sup> Gliessman, S. R. *Agroecology: The ecology of sustainable food systems* (2nd ed.). Boca Raton, CRC Press, Taylor & Francis Group, 2007.

2013, p. 20, grifos W.S.) Para que essa transformação seja alcançada, o autor aponta como necessária “uma mudança em todas as partes do sistema alimentar, da semente e do solo até a mesa”. Isso significa reconectar as “duas partes mais importantes do sistema alimentar – aqueles que cultivam a comida e aqueles que a comem.” O que exige “um movimento social que honre a profunda relação entre cultura e natureza que, em

<sup>149</sup> *ibid.*, p. 20

<sup>150</sup> *ibid.*, p. 29, grifos W.S.

<sup>151</sup> SEVILLA GUZMÁN,  
E. Sobre a evolução do  
conceito de campesinato.  
São Paulo: Expressão  
Popular, 2005.

primeiro lugar, criou a agricultura”.<sup>149</sup> Ao final do texto, S. Gliessman faz uma menção à atuação dos “agroecólogos” em todos “os níveis do sistema alimentar” e “trabalhando nas três partes [parts] da agroecologia: integrando ciência, prática e ação participativa para mudança”.<sup>150</sup> Para ilustrar as possíveis diferenças da escola americana com a escola espanhola, costuma(va)-se citar um trecho de Sevilla Guzmán (2005)<sup>151</sup>:

[A agroecologia] é uma ciência que pode reforçar a resistência dos camponeses ao capital globalizado, sobretudo porque amplia a capacidade de integração entre produtores e consumidores, por meio de redes de comercialização e impedindo e atuando em contraposição da ampliação dos mecanismos a difusão da proposta de sistema alimentar proveniente das empresas do setor agroalimentar. (citado por Barcellos, 2010, p. 55)

Trata-se de uma visão de **sistema alimentar**, com a mobilização dos que produzem e dos que comem o alimento. Ou seja, muito semelhante àquela proposta pelo grupo liderado por C. Francis, em 2003, e que contou com a participação de S. Gliessman e M. Altieri.

Com relação a este último, creio ser suficiente citar dois textos. Um, produzido com Victor M. Toledo, menciona já no título uma “Revolução Agroecológica na América Latina”. Seria uma revolução porque “as iniciativas agroecológicas” pretendem “transformar parcialmente a agricultura industrial”, “fazendo a transição dos **sistemas alimentares** [industriais] existentes”, ao permitir a superação da produção baseada em combustíveis

fósseis e dirigida à agroexportação e aos biocombustíveis”. (ALTIERI e TOLEDO, 2011, p. 587, grifos W.S.) O caminho seguido é um “paradigma agrícola alternativo que estimula a produção local/nacional de alimentos por pequenos agricultores familiares e está baseado em recursos e inovações locais e na energia solar”. Ou seja, um “sistema alimentar agroecológico camponês” [*agroecological peasant food systems*]. Para os autores, isso implica no acesso, “pelos camponeses” [*peasants*], à terra, às sementes, à água, ao crédito e aos mercados locais”. Tal acesso seria viabilizado, em parte, pela criação de políticas econômicas de apoio, de incentivos financeiros, de oportunidades de mercado e de tecnologias agroecológicas.<sup>152</sup> Miguel Altieri e Victor M. Toledo julgam que a agroecologia proporciona não apenas os princípios para alcançar a “soberania alimentar”, mas também as soberanias tecnológica e energética, dentro de um contexto de resiliência.<sup>153</sup> Isso é importante quando os movimentos sociais rurais (sublinhe-se que os referidos autores saúdam o surgimento e a força da Via Campesina) “abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao enfoque neoliberal, que indica o comércio internacional injusto para resolver o grave problema alimentar”. Finalmente, Altieri e Toledo observam que

<sup>152</sup> *ibid.*, p. 588

<sup>153</sup> *ibid.*, p. 607

os movimentos sociais no meio rural devem entender que desmantelar [*dismantling*] o complexo agroalimentar industrial [*industrial agrifood complex*] e restaurar [*restoring*] os sistemas alimentares locais deverá ser acompanhado da construção de alternativas agroecológicas que se adaptem às necessidades dos produtores de pequena escala [*small-scale producers*] e da população não-agrícola [*non-farming*] de baixa renda, oposto ao controle das corporações sobre a produção e o consumo. (ALTIERI e TOLEDO, 2011, p. 609)

Creio ser difícil de rotular essa abordagem como simplesmente “produtiva e agrônômica”. Passemos, todavia, a um segundo texto, esse bastante recente (final de fevereiro de 2017) e produ-

zido em conjunto com Clara I. Nicholls e Rene Montalba. Acredito que o artigo contribua em muito para a abordagem que procurei dar a esse capítulo. Ou seja, que não é adequado, em Licenciaturas em Educação do Campo, trabalhar e apresentar aos estudantes apenas uma das “variedades” (BUTTEL, 2003), nem apenas um dos três “usos” (WEZEL et al., 2009) da agroecologia. Dizendo de outra forma, nesse segundo caso, se não se trata de trabalhá-la e apresentá-la apenas como ciência, ou como prática, não se trata, da mesma forma, de trabalhá-la e de apresentá-la apenas como política. É tal equilíbrio que precisa ser encontrado por “vanguardistas” e “acadêmicos” no seio dos corpos docentes de Licenciaturas em Educação do Campo, pelo menos naquelas com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática. Por isso, julgo interessante que os três autores iniciem o texto afirmando que “na América Latina, a agroecologia não é apenas um projeto científico-tecnológico, mas político” (ALTIERI, NICHOLLS e MONTALBA, 2017, p. 1, grifos W.S.), e o finalizem ponderando que “a dimensão política da agroecologia se torna um complemento fundamental ao impulso [*thrust*] tecnológico”.<sup>154</sup>

<sup>154</sup> *ibid.*, p. 11, grifos W.S.

Retorno, contudo, à ideia de duas vertentes de agroecologia que, aguçada, não contribui em nada para facilitar a distensão dentro das equipes docentes de Licenciaturas em Educação do Campo, já que “carimbos” ou “rótulos” deste tipo, normalmente, servem para tentativas de desqualificação de oponentes no debate e, por consequência, para torná-lo superficial. Dou o exemplo de duas passagens. A primeira, faz referência à vertente americana:

No Brasil, a agroecologia sofre um processo de cooptação das organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, fazendo com que as estratégias eco desenvolvimentistas se desarticulem das lutas sociais [...] Nesse sentido, ocorre no Brasil, o desenvolvimento de um capitalismo verde com perspectivas de mercado seletivo de produtos orgânicos e/ou com responsabilidade socioambiental, que se aproxima daquilo que apresentamos como

vertente norte-americana. Contudo, a vertente agroecológica norte-americana não é a única que se propaga pelo Brasil. (PIRES, 2016, p. 64, grifos W.S.)

Posso considerar que houve uma “confusão desqualificadora”, que certamente implica em dificuldades para um diálogo aprofundado. A outra, se refere à vertente europeia:

Segundo Guhur e Toná (2012), há duas escolas de agroecologia, uma de matriz americana, que privilegia a dimensão técnica, outra de origem europeia, que se centraliza nos aspectos sociais. [Manuel González de] MOLINA (2009) pertence à última, por isso é representativa no seu debate a importância de critérios para melhorar a renda dos agricultores, produzir a equidade social, a reforma agrária e os processos políticos participativos, além de conduzir o debate da sustentabilidade na agricultura para outra dimensão, questionando quem a realiza, como e para quem. (SILVA, 2014, p. 151, colchetes W.S.)

Ao que parece, não são mais os argumentos que definem o pertencimento a uma suposta escola, mas a escola é que define os argumentos. Esse é um dos problemas de sempre forçar um pensamento binário.

O que apresentei anteriormente deixa, entretanto, clara uma aproximação entre as abordagens dos agroecólogos dos dois lados do Atlântico (América e Europa), que acaba sendo “mediada” pelos movimentos sociais rurais globais, leia-se La Via Campesina. Como foi visto na Introdução, essa posição, do lado latino-americano – e da suposta escola americana, já vinha sendo apresentada há alguns anos no âmbito da Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (SOCLA)<sup>155</sup>.

Assim, no artigo em tela, a agroecologia é apresentada como “uma ciência aplicada inserida em um contexto social, problematizando as relações capitalistas de produção e em aliança com os movimentos sociais globais”. (ALTIERI, NICHOLLS e MON-

<sup>155</sup> Dos autores do artigo Altieri, Nicholls e Montalba (2017), Clara Nicholls é Presidente; e Miguel A Altieri, Presidente Honorário, da SOCLA



TALBA, 2017, p. 1) Os autores avaliam, ainda, que “a maioria dos agroecólogos [latino-americanos] adotou as críticas ao desenvolvimento rural de cima para baixo [top down] e reconheceu e apoiou o campesinato em seu novo papel na resistência contra o avanço do sistema alimentar corporativo, da agricultura industrial e das políticas neoliberais”.<sup>156</sup> Julgam, em seguida, que “é precisamente, essa **dimensão política da agroecologia** que é problemática para a sua (dela) aplicação e disseminação nos EUA, Europa, Austrália, Japão e em outras regiões do mundo industrializado”.<sup>157</sup> Isso, porque “desafiar as causas profundas da crise ambiental e social da agricultura industrial implica em desafiar o capitalismo”. Neste quadro, sublinham que “prevalece uma noção ingênua de que as mudanças socioecológicas podem ser alcançadas dentro do **sistema alimentar** atual, com apenas um pequeno ajuste e uma ‘ligeira esverdeada’ do **modelo agrícola industrial**”.<sup>158</sup> Despojar a agroecologia de seu conteúdo político e de seus objetivos, definindo-a apenas como ciência e prática para aplicar princípios ecológicos ao projeto e ao manejo de unidades produtivas agrícolas sustentáveis, ainda segundo os autores, abre a porta para uma variedade de narrativas concorrentes, cada uma sugerindo diferentes caminhos para supostamente alcançar futuros agrícolas mais saudáveis. Por isso, argumentam que é necessário

<sup>156</sup> *ibid.*, p. 1

<sup>157</sup> *ibid.*, p. 1, grifos W.S.

<sup>158</sup> *ibid.*, p. 1, aspas no original, grifos W.S.

resgatar a agroecologia dos limites da Academia e das ONG para a arena política dos movimentos sociais progressistas, que abraçam a agroecologia como um pilar da soberania alimentar, da autonomia local e do controle das comunidades sobre a terra, a água e a agrobiodiversidade. (ALTIERI, NICHOLLS e MONTALBA, 2017, p. 2)

Note-se que tal raciocínio não implicou em que os autores deixassem de tratar de conhecimentos científicos e de práticas agroecológicas em seu artigo. Ao contrário, a partir do estudo de manejos locais e saberes artesanais neles envolvidos, procu-

ram indicar como o planejamento do uso de agroecossistemas exigirá mudanças sistêmicas guiadas pela aplicação de princípios agroecológicos já bem definidos.

Para finalizar esta seção, creio ser importante levantar um ponto que acaba não distanciando as duas supostas vertentes, mas que é central nas tensões nos debates em Licenciaturas em Educação do Campo. Constata-se nesses textos da suposta escola americana que o questionamento maior é ao sistema (ou complexo) alimentar industrial e ao modelo agrícola industrial. Creio que, apesar de, como visto, existirem algumas leituras que veem na escola europeia uma sinalização da agroecologia como uma potencial “mola propulsora” para uma possível transição ao socialismo, é de “mudanças significativas no atual modelo de agricultura industrial e mercantilizada” (GONZALES DE MOLINA, 2013, p. 39, grifos W.S.) e de uma transição para “sistemas agrícolas sustentáveis” (p. 17) ou para um novo “modelo agrário” (p. 30) que tratam os autores da chamada “armada espanhola”.

O que fica ainda mais explícito em Sevilla Guzmán e Woodgate (2013). Retomando para “desafiar” a ideia de Wezel et al. (2009) que a “agroecologia” se refere a “uma disciplina científica, prática agrícola ou ... movimento social”, ele afirma que “a ciência da agroecologia não pode ser separada de sua política e prática”. (SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013, p. 32, grifos W.S.) O que, para os debates polarizados entre “acadêmicos” e “vanguardistas” de Licenciaturas em Educação do Campo, posso retomar dizendo que a política da agroecologia não pode ser separada de sua ciência e de sua prática. Os autores fazem menção, ainda, à capacidade da agroecologia de contribuir para “sistemas mais sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos” (ou seja, para Sistemas Alimentares Sustentáveis), à crítica “aos sistemas industriais globalizados de produção de alimentos e fibras, distribuição e consumo”<sup>159</sup> e à importância para a agroecologia do surgimento e fortalecimento de movimentos sociais como a La Via Campesi-

<sup>159</sup> *ibid.*, p. 33, grifos W.S.

160 *ibid.*, p. 40-42.

Sublinho que Guzmán e Woodgate (2013) sugerem que a agroecologia é melhor compreendida através de uma tríade diferente daquela apresentada por Wezel et al. (2009), que eu procurei destacar neste livro. Para os referidos autores, as “três dimensões centrais” seriam: “produtiva/ecológica”, “socioeconômica” e “sociocultural/política”. Para esse ponto, veja-se Bell (2018).

na, com suas lutas pela agricultura camponesa e pela soberania alimentar.<sup>160</sup>

Assim, fica evidente a proximidade (e não a diferença) entre as duas “vertentes”, na direção da construção de “Sistemas Alimentares Sustentáveis”. A crítica às posições de Eduardo Sevilla Guzmán (e, por extensão, a todos os outros anteriormente citados), feitas por lideranças e assessores ligados ao MST e à Escola Latino-americana de Agroecologia (entrevistados na pesquisa de Fernanda T. F. Almeida), contribuem para a reflexão:

existe um equívoco que os teóricos (Sevilla Guzmán, Molina Guzmán) da Universidade de Córdoba na Espanha cometem, que é substituir a proposta de transformação do mundo capitalista pela Agroecologia. Assim, ela passa a ser responsável por resolver todas as contradições do capitalismo. Para o MST, a Agroecologia não é o paradigma de uma nova sociedade, pois o paradigma ainda é o socialismo. (ALMEIDA, 2014, p. 78, parênteses no original)

O que tenho constatado é que esse pretense equívoco também tem sido atribuído a todos os docentes de Licenciaturas em Educação do Campo que procuram considerar os aportes dos principais autores da agroecologia, estejam eles em qualquer uma das duas vertentes, se é que elas existiram e ainda existem, depois de terem se deslocado e convergido tanto. É por isso que utilizei a expressão “politização da agroecologia”. Creio que, em Licenciaturas em Educação do Campo, é preciso um debate mais desarmado e menos ideologizado em torno da agroecologia “como movimento” ou “como política”, que, como ressaltam Eduardo Sevilla Guzmán e Graham Woodgate, **não pode ser separada da prática e da ciência**. Passo, então, à agroecologia “como ciência”.

### 2.5.2. A agroecologia como ciência e Licenciaturas em Educação do Campo

Apesar da repetição que representa o tratamento desses aspectos, abundantes na literatura acadêmica brasileira, ele é importante para a discussão em tela: ou seja, a relação entre agroecologia e os fundamentos das Ciências da Natureza e Matemática.

Altieri (2012, p. 105) sublinha que

[...] a agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os **princípios ecológicos básicos** sobre como estudar, projetar e manejar **agroecossistemas** que sejam produtivos e ao mesmo tempo **conservem os recursos naturais**, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis. (grifos W.S.)

Para esse estudo sistêmico, devem ser investigados e analisados, como um todo, os processos biológicos, os ciclos minerais, as transformações de energia e as relações socioeconômicas (ALTIERI e NICHOLLS, 2000, p. 14), conteúdos centrais em Licenciaturas em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática.

Recorde-se que os mesmos autores consideravam, então, os agroecossistemas como “comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana”.<sup>161</sup> Nesta mesma perspectiva, creio ser mais esclarecedora a noção de agroecossistema apresentada por Guadarrama-Zugasti, Trujillo-Ortega e Ramirez-Miranda (2013, p. 107): “um agroecossistema é criado quando a intervenção humana e a alteração de um ecossistema têm lugar com o propósito de estabelecer a produção agrícola.” Pois bem, Miguel Altieri definia a agroecologia como “o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos”. (ALTIERI, 2012, p. 105, grifos W.S.)

Caporal (2015, p. 279) vai na mesma direção, reafirmando “os conceitos de Agroecologia como matriz disciplinar ou como uma nova ciência multidisciplinar, do campo do ‘pensamento complexo’” e, citando Stephen Gliessman,

162 *ibid.*, p. 281. A recuperação que F. R. Caporal faz da concepção de Sevilla Guzmán sobre Agroecologia é mais completa, destacando o enfoque holístico e a visão sistêmica, “o que permite uma melhor análise e entendimento sobre a realidade sociocultural, sobre os agroecossistemas e sobre o potencial endógeno da dimensão local, especialmente os saberes e sistemas do conhecimento presentes e atuantes nas formas de organização e de vida dos diferentes grupos sociais”. (CAPORAL, 2015, p. 281)

a define como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”. Em seguida, desta vez fazendo referência a Sevilla Guzmán, o mesmo Francisco Roberto Caporal – que, no Brasil, é o autor que mais reforça a Agroecologia como “um enfoque científico” – considera que ela “oferece as bases teóricas e metodológicas para que se avance no sentido do ‘manejo ecológico dos recursos naturais’, promovendo ‘a gestão ecológica dos sistemas biológicos’”.<sup>162</sup>

No final do Capítulo 1, trabalhei a relação entre agroecologia e participação. Creio ter ficado claro, então, que a agroecologia está – ou deveria estar – ligada “ao diálogo e ao reconhecimento dos diferentes saberes”. (CO-ELHO, 2011, p. 14) Ou como destaca Leff (2002, p. 44):

A validação do paradigma da Agroecologia não se produz conforme as regras da produção científica convencional, mas através da experiência dos saberes práticos. São conhecimentos que se aferram à terra conduzidos por saberes individuais dos produtores diretos. Neste sentido, deveríamos falar, sobretudo, de “saberes agroecológicos”, que envolvam o sujeito do conhecimento, como nos tempos dos saberes tradicionais, em que a vida cotidiana e produtiva estava arraigada nas artes e ofícios, na maestria própria da execução de práticas guiadas por regras, mas onde a criatividade individual não estava submissa a um mecanismo tecnológico e científico imposto de cima e de fora do âmbito dos mundos de vida das pessoas. (aspas no original)

Já mencionei a importância de colocar no topo da hierarquia dos saberes o saber artesanal, empírico ou camponês, sempre em sinergia com o saber científico. Coelho (2011, p. 14) trata disso como a “associação do conhecimento tradicional com o conhecimento científico”, possibilitando “a construção de um novo conhecimento” – que ela chama de “híbrido”, “sem implicar na extinção” de um deles. Essa perspectiva já era apontada em trabalhos clássicos da agroecologia nos anos 1980. Richard Norgaard, no livro clássico de Miguel Altieri (cuja primeira edição, como visto, é de 1987), ao apontar que a agroecologia tem bases epistemológicas diferentes da maioria das ciências ocidentais, avalia que os agroécólogos se empenham “em entender como os sistemas tradicionais se ‘desenvolveram’ para aprimorar a ciência da ecologia, de forma que a agricultura atual possa ser feita de maneira mais sustentável.” (NORGAARD, 1989, p. 47) Já Susanna B. Hecht, na mesma obra, lista entre as influências no pensamento agroecológico a própria Ecologia (as outras seriam as Ciências Agrícolas, o Ambientalismo, os Sistemas Indígenas<sup>163</sup> de Produção, e os Estudos do Desenvolvimento). Para a autora, são quatro as razões para os ecólogos terem sido singularmente importantes na evolução do pensamento agroecológico: 1) a estrutura conceitual da agroecologia e sua linguagem são essencialmente ecológicas; 2) os sistemas agrícolas são, por si só, conjuntos interessantes de pesquisa, o que pode contribuir para o corpo do conhecimento ecológico; 3) a explosão de pesquisas em ecossistemas tropicais direcionou as atenções para os impactos ecológicos da expansão de sistemas de monocultura em zonas caracterizadas por extraordinária diversidade e complexidade; e 4) um certo número de ecologistas começou a prestar atenção às dinâmicas ecológicas dos sistemas agrícolas tradicionais. (HECHT, 1989, p. 35) Stephen Gliessman reforça essa visão. Ao retratar uma pequena história da agroecologia (a edição original é de 1997), o referido autor lembra que as bases da agroecologia cresceram rapida-

<sup>163</sup> Tradução de *indigenous*, no original em inglês. Creio que teria sido melhor traduzir por autóctones ou locais.

mente depois que, ao longo dos anos 1970, houve o interesse de aplicar a ecologia à agricultura e que mais ecólogos passaram a ver sistemas agrícolas como áreas legítimas de estudo, assim como mais agrônomos viram o valor da perspectiva ecológica. (GLIESSMAN, 2009, p. 57-58)

A propósito, a meu ver, essa relação da agroecologia com a ecologia precisa ser recuperada e fortalecida em Licenciaturas em Educação do Campo, notadamente as com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática. Sublinhando que não se trata de adotar uma visão “puramente ecológica” da agroecologia (o que já era afirmado pelos autores “pioneiros” acima citados), creio que reforçar tal relação é um caminho para atenuar a polarização antes mencionada entre “acadêmicos” e “vanguardistas”. Afinal, trabalhar no eixo Fundamentos das Ciências da Natureza e Matemática os conceitos ecológicos para propiciar “uma profunda compreensão da natureza dos agroecossistemas e dos princípios que regem seu funcionamento” aparece como plenamente compatível com a “verdadeira” Educação do Campo. Basta ver como esse “eixo” manifesta-se na “organização curricular” em agroecologia proposta para as escolas do campo, em um material de referência importante para os debates atuais sobre o tema (RIBEIRO et. al, 2017, p. 36-46). Mais do que isso, precisam ser trabalhados, em conjunto, pelos professores – tanto de Fundamentos das Ciências da Natureza e Matemática, quanto de Agroecologia – também nas matérias/disciplinas do eixo Agroecologia da Licenciatura em Educação do Campo. Essa relação e interpenetração, insisto, é fundamental para que se evite o que chamei de “academicismo” e “vanguardismo” e se considere efetivamente “a força do conhecimento” (ALTIERI, 2012) dos povos do campo. No que se refere especificamente à ecologia ou às “forças ecológicas que rodeiam” os agricultores locais – assim como as escolas do campo, o mesmo autor destaca que a experiência dos agricultores

não deve ser comparada ao conhecimento generalista do ecólogo, assim como a formação sofisticada do ecólogo não deve ser comparada ao conhecimento empírico

dos agricultores, embora muitas vezes os ecólogos se mostrem incapazes de apreciar toda a riqueza oriunda do minucioso conhecimento dos agricultores locais. (ALTIERI, 2012, p. 166)

É essa riqueza que precisa ser melhor trabalhada em escolas do campo. A postura mais ligada a uma visão política da agroecologia pode levar a análises simplificadas (sem questionar o mérito da atividade descrita em si), como no exemplo a seguir.

Observaram-se as crianças indo para o espaço da horta, onde capinaram, demarcaram os canteiros, semearam, transplantaram, limpavam as hortaliças e depois colheram alface, rabanete, cenoura, repolho, temperos, rúcula e mostarda, que foram utilizadas como complemento na merenda escolar. Nessas atividades, a **cultura camponesa** se expressava em diferentes dimensões. Em contraposição ao modo de cultivar hegemônico, marcado pela monocultura, havia uma diversificação na produção. [...] Diferentemente do difundido como positivo pela mídia – o uso de agrotóxicos como defensivos, adubos, entre outros – não foram utilizados produtos químicos no cultivo das hortaliças. Para evitar o ataque de pragas foram utilizados biofertilizantes, como urina bovina, cinzas e calda de fumo. Mais ainda, os biofertilizantes foram produzidos pelo coletivo do acampamento, tendo as crianças participado do processo como observadoras. (ALMEIDA, 2008, p. 104, grifos W.S.)

Os educandos de Licenciaturas em Educação do Campo, pelo menos daquelas em Ciências da Natureza e Matemática, precisam ter direito a uma abordagem mais qualificada dos conhecimentos e da lógica dos camponeses (assim como, menos idealizada de suas práticas). Mais do que isso, de serem estimulados a uma postura que leve a uma melhor compreensão desses conhecimentos e lógica, de forma a permitir um “encontro sinérgico” (repito a expressão de Petersen, 2012) com o saber científico, para possibilitar alterações ou adaptações que busquem tornar mais eficazes ou mais aplicáveis as técnicas utilizadas. Como



destaca Altieri (2012, p. 176), “o desafio é manter os fundamentos de tais modificações assentados na lógica e no conhecimento dos camponeses”. Ou, como analisa Caporal (2015, p. 298), de novo citando Stephen Gliessman, “partindo do conhecimento local que, integrando ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais”. Para isso, é primordial trabalhar conhecimentos ecológicos (assim como das ciências sociais) que permitam aos educadores do campo estudar os agroecossistemas.

A universidade e o corpo docente de uma Licenciatura em Educação do Campo precisam acompanhar a (e participar da) “corrente acadêmica da agroecologia” (ALTIERI e NICHOLLS, 2017, p. 234). E, sobretudo, não podem ignorá-la. Estudos indicam a importância dos aportes acadêmicos à agroecologia na América Latina e no Brasil (ALTIERI e NICHOLLS, 2017; COSTA et al, 2017) e é isso o que se espera das Instituições Federais de Ensino Superior. Há praticamente três décadas, é apontada a importância de estudar a agricultura tradicional e suas práticas (ALTIERI, 1991). Não se trata, portanto, apenas de valorizá-las ou, pior, de idealizá-las. Porque o estudo de agroecossistemas tradicionais

164 *ibid.*, p. 2 pode proporcionar princípios agroecológicos que são necessários para desenvolver agroecossistemas mais sustentáveis<sup>164</sup>, é que a abordagem científica precisa ser reconhecida como fundamental nas Licenciaturas em Educação do Campo. Sigo Sevilla Guzmán e Ottmann (2000, p. 36) quando afirmam que a agroecologia não é uma disciplina nova, mas um novo campo de estudo que, por seu enfoque, requer que se combinem aportes [*hallazgos*] de diferentes disciplinas. Por isso, na busca da resolução dos problemas, os autores, citando Joan Martinez Alier, falam de uma “orquestração das ciências”, em que deva haver a coordenação dos distintos aportes e o enfrentamento das contradições e incompatibilidades. É essa “orquestração” – ou esse fazer em colaboração – das ciências, creio, que é esperada dos docentes universitários de Licenciaturas em Educação do Campo.

Senão, tais membros da academia farão o que Caporal (2017), em um texto curto e provocador, chama de “militância técnica agroecológica”. Isso significa dizer que considerarão que agroecologia se aprende “na prática” ou em “cartilhas técnicas”, negando o fundamental: que ela precisa ser entendida **também** como uma ciência. Dado esse entendimento, a universidade e seus docentes precisam cumprir os seus papéis. Nos casos de Licenciaturas em Educação do Campo, trabalhar com os futuros professores a cultura científica e a capacidade de fazer estudos e análises científicas dos agroecossistemas, com achegos da química, da biologia, da ecologia, da física e da matemática, assim como da economia, da sociologia, da geografia, da história e da antropologia. Porque, como indicam Guzmán Casado, González Molina e Sevilla Guzmán (2000, p. 85), esta **unidade** entre as ciências da Natureza e as ciências sociais é necessária para que docentes e estudantes da Educação do Campo compreendam as interações existentes entre os processos agronômicos, econômicos e sociais.

### 2.5.3. O debate sobre a escala na/da agroecologia e Licenciaturas em Educação do Campo

A escala na agricultura é um elemento fundamental nos debates sobre a questão agrária e, conseqüentemente, sobre as propostas de ação e sobre os posicionamentos dos atores sociais em relação ao desenvolvimento rural. E, como não poderia deixar de ser, ela se introduz também nos debates sobre a agroecologia, que nasceu claramente vinculada à pequena agricultura tradicional ou camponesa. Sevilla Guzmán (2011, p. 129) reforça essa perspectiva ao considerar que a agroecologia foi construída nas últimas três décadas,

mediante uma interação entre profissionais de ciências agropecuárias e florestais, e **grupos de agricultores (em pequena escala, camponeses e indígenas, mais ou menos associados)**, anticapitalistas ou críticos às formas de dominação que o neoliberalismo e a globalização estavam impondo. (grifos W.S.)

Assim como o termo agroecologia, o termo escala também tem sentidos diferentes no debate em relação a ela, e é preciso separá-los. O primeiro sentido é dado, por exemplo, por Caldart (2016, p. 4). Esta autora reconhece que a “opção política da agroecologia tem sido pelo desenvolvimento da agricultura familiar camponesa, trabalhando especialmente com os pequenos agricultores”, mas avalia que “disso não se deve deduzir que a lógica de agricultura construída desde seus [da agroecologia] princípios se restringe à produção em pequena escala”. Assim, a agroecologia é vista por Roseli S. Caldart como “capaz de produzir tecnologias para confrontar o agronegócio em qualquer escala, com métodos e técnicas diferenciadas e adequadas a cada caso, que precisam ser construídas” (CALDART, 2016, p. 4, *itálicos no original*). Para isso, a autora se apoia em Machado e Machado Filho (2017), autores que apresentam, contudo, a agroecologia não como uma ciência, mas como “um método”, “um processo de produção agrícola” ou “uma tecnologia”. O que Machado e Machado Filho (2017, p. 36) dizem é que a agroecologia “é uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala” (grifos W.S.). Eles afirmam, inclusive (p. 37) que tais “tecnologias limpas devem ser dominadas pelos técnicos, para que eles possam levá-las aos agricultores, independentemente da escala, seja pequena, média ou grande” (grifos W.S.). Fica clara a associação da postura de expert externo com a noção de escala que marca a análise e a postura marxistas sobre a produção agrícola. Sublinho que para o caso da direção e da assessoria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a ideia de uma “agroecologia de escala” (na produção) é mais coerente com a anterior – e permanente –

<sup>165</sup> É pertinente registrar que o texto base para a Conferência Por um Educação Básica do Campo”, de 1999, registrava: >>

proposta de cooperação e coletivização para os assentamentos e para a agricultura de uma forma geral. Assim, parece pertinente seguir associações da agroecologia de pequena escala com uma suposta pretensão de se “voltar à caverna, com a prática da produção na enxada”<sup>165</sup> (MACHADO E MACHADO FILHO,

2017, p. 41) O interessante é que isso é feito em nome de um incerto questionamento do “panegírico da agricultura industrial”, assim como em nome da “desconstrução do saber dominante”, ou do abandono das “receitas”, dos “dogmas”, das “verdades indiscutíveis”.

Nesse caso, teríamos uma coletivização, com produção em grande escala, sem agrotóxicos e sem fertilizantes de síntese química e com tratores<sup>166</sup>. Até 2000, ouvia-se que, na agricultura resultante da modernização conservadora da agricultura brasileira, “bastava tirar o padrão”. O que significava que o problema não estava na escala ou na tecnologia utilizada, mas no capitalismo e na estrutura de poder. Agora, ao que aparenta, o discurso é que bastaria tirar o padrão, mais os agrotóxicos e fertilizantes de síntese química. Seguindo a expressão de Francisco R. Caporal, posso considerar esse mais um grande equívoco no campo da agroecologia. Inclusive, porque tais concepções de coletivização não consideram e não contemplam as formas comunitais de propriedade e manejo das terras dos sistemas camponeses. Segundo González de Molina (2013, p. 64), as propriedades comunitais camponesas estavam dedicadas a proteger as duas condições favoráveis à diversidade biológica (a máxima heterogeneidade espacial e o uso múltiplo do território) e a sua permanência no tempo. E o autor arremata: “tanto as concepções comunistas como as mais mercantis da reforma agrária rechaçaram esta forma de propriedade para apoiar ou as formas coletivistas, ou as privadas”. Por isso, para Manuel González de Mo-

>> “[...] quer se deixar claro o entendimento de que a discussão sobre a educação do meio rural não pode tratar somente dela mesma, mas sim deve ser inserida na discussão da problemática mais ampla do campo hoje. Não se está falando de enxada, fala-se de tecnologia apropriada”. (CONFERÊNCIA..., 1999, p. 38, grifos W.S.)

<sup>166</sup> É claro que não participo do “culto à enxada e ao trabalho físico braçal, penoso” mencionado por Machado e Machado (2017, p. 55-56). Mas não participo, também, em 2018, do culto que, há cem anos, Lenin mantinha ao trator. Não é possível negar, na história da agricultura do século XX, a associação – mais do que isso, o papel determinante – dessas máquinas e equipamentos ao crescimento de escala na agricultura e à monocultura que, por sua vez, vão gerar um aumento contínuo no tamanho e na potência dos tratores. Organizações de agricultores familiares ou camponeses em conjunto com universidades e instituições de pesquisa ligadas à agricultura >>

>> e ao desenvolvimento rural, mobilizando o saber camponês e o saber científico associados, podem fazer, agora, com que a indústria mobilize o seu saber para uma "miniaturização" e adequação de tratores e equipamentos para uma agricultura de pequena escala e diversificada. Fenômeno semelhante já aconteceu nos mercados da construção civil e de serviços públicos. Mudanças no perfil, na disponibilidade, no custo e/ou nas exigências da mão de obra levaram a indústria de máquinas para obras civis e infraestrutura pública a produzir mini retroescavadeiras e mini pás-carregadeiras, chamadas no mercado de "bobcats" ou "tratores", o que pode ser tomado como um indicativo da possibilidade apontada para a agricultura.

lina, "o enfoque agroecológico deve mudar [variar] também estas concepções antiquadas sobre a propriedade".

Na verdade, o que predomina nas propostas que empreendem recuperar as tentativas de coletivização realizadas durante o século XX – bastante ineficientes, tanto produtiva como ambientalmente, é um preconceito e uma visão de curto prazo em relação à produtividade das práticas agrícolas da pequena agricultura camponesa ou familiar. Assim, como foi visto anteriormente (seção 2.3), "as práticas de trabalho" artesanais dos agricultores camponeses ou familiares "são denominadas de individualistas e autoritárias". O que se estende a tornar "românticas" propostas de valorização dessa "artesanidade" da agricultura. Como ressalta Leff (2002, p. 38) "mobilizar o saber fazer e o saber ser" para lavrar a terra, "como o ferreiro molda o metal e o escultor molda a pedra",

[...] não se trata de nostalgia por tempos passados. [...] A terra foi desterritorializada e o camponês foi "descampesinado", separado de sua terra e do sentido de sua existência. [...] Em nome da sobrevivência se vai matando a vida. A produtividade agrônômica não garante a distribuição de alimentos nem a segurança alimentar; avança sepultando os sentidos do cultivo e os sabores da terra. (LEFF, 2002, p. 38, aspas no original)

A partir dessa menção à "produtividade agrônômica", é fundamental discutir se, de fato, a economia de escala se impõe na agricultura. Há praticamente duas décadas, Mora (2000, p. 11) já afirmava que nem sempre a agricultura de grande porte é mais eficiente que a do pequeno agricultor, considerando que estudos de economias de escala haviam indicado que os médios

e inclusive os pequenos produtores conseguem muitas vezes melhores resultados que os grandes agricultores. Da mesma forma, Altieri (2010, p. 24) avalia que

muitos dos novos modelos de agricultura que a humanidade precisará para a transição a formas de agricultura que sejam mais ecológicas, biodiversas, locais, sustentáveis e socialmente justas, estarão arraigadas na racionalidade ecológica da agricultura tradicional em **pequena escala**, que representa exemplos estabelecidos de formas corretas de agricultura local. (grifos W.S.)

E pondera que, em produção total, a unidade de produção agrícola diversificada de pequenos agricultores produz, numa mesma área, bem mais comida do que a grande especializada.<sup>167</sup> O autor menciona, ainda, a evidência das vantagens de adaptabilidade e produtividade dos sistemas agrícolas tradicionais e em pequena escala.<sup>168</sup> Altieri (2009, p. 46) faz menção a “minifundistas”, ao tratar de pequenas unidades de produção agrícolas diversificadas, e defende que “as estratégias agroecológicas locais têm que ser dirigidas deliberadamente aos pobres”.

<sup>167</sup> *ibid.*, p. 25

<sup>168</sup> *ibid.*, p. 28

<sup>169</sup> *The International Assessment of Agricultural Science and Technology for Development*, ou a sigla IAASTD.

Em outro artigo, o mesmo Miguel Altieri, em parceria com Eric Holt-Giménez, ressalta que a agroecologia é intensiva em conhecimento (ao invés de intensiva em capital), e tende a unidades de produção agrícola pequenas e altamente diversificadas (HOLT-GIMÉNEZ e ALTIERI, 2013, p. 67). Eles recordam, inclusive, que a agricultura sob manejo agroecológico por pequenos agricultores havia sido reconhecida pelos autores da *Avaliação Agrícola Internacional de Conhecimentos de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento*<sup>169</sup> como a melhor estratégia para reconstruir a agricultura e acabar com a pobreza rural e a fome.<sup>170</sup>

<sup>170</sup> *ibid.*, p. 68

No que se refere ao impacto sobre a disponibilidade de alimentos na escala local e regional (no caso, as regiões são a África, a América Latina e a Ásia), Altieri e Nichols (2010, p. 66) assina-

lam que pequenos incrementos nos rendimentos dos pequenos agricultores, que produzem grande parte dos cultivos básicos, terão grandes impactos, porque as pequenas unidades de produção agrícola familiares “são muito mais produtivas que as grandes, se for considerada a produção total mais do que os rendimentos por produto”.

A esse respeito, mais uma vez seguindo Miguel Altieri, pode-se afirmar que,

apesar das vantagens de adaptação e **produtividade** dos sistemas agrícolas tradicionais e de pequena escala, muitos cientistas e agentes de desenvolvimento sustentam que o **rendimento** da agricultura de subsistência não é satisfatório e que a **intensificação da produção** é essencial para a transição da subsistência para a produção comercial. (ALTIERI, 2009, p. 43, grifos W.S.)

Como se pode notar, o debate sobre escala na produção agrícola tem relação com aquele sobre as escalas do agroecossistema (já vistas anteriormente, especialmente no item 2.2.1.1.), o que significa partir da “parcela” ou “lavoura” e ampliar até incluir as ideias de “ecologia” ou de “gerenciamento” dos “sistemas alimentares”. Isso nos aproxima de um segundo sentido para a escala no debate sobre a agroecologia. Que é o da “escala da agroecologia”. É preciso explicitar essa divergência entre os dois sentidos. No primeiro sentido (“agroecologia de escala”) se aponta para o crescimento das áreas de lavouras ou criações que utilizam a agroecologia (vista como tecnologia), de preferência ligando a organização (e divisão) do trabalho à cooperação ou coletivização. No segundo (“escala da agroecologia”), indica-se a construção de territórios compostos por pequenas unidades familiares de produção diversificadas e manejados (os territórios) com a base científica da agroecologia. A meu ver, é nessa segunda perspectiva que se fala de “aumento de escala”, de “territorialização”, de “massificação” ou de “amplificação” da agroecologia. (TERAN, 2018; GIRALDO e ROSSET, 2017, 2016; GLIESSMAN, 2017).

Uma das críticas que as experiências agroecológicas recebem é de estarem afetadas por um grave problema de “localismo”. González de Molina (2013, p. 55) pondera que tal problema pode ser um “reflexo condicionado da própria metodologia agroecológica”, uma vez que ela “se desenvolve nos marcos sociais próprios do agricultor: a unidade de produção agrícola e a comunidade local”. O que pode ocorrer, então, é a confusão entre o método (“partir do local”) e os objetivos da agroecologia, “confinando [*encasillando*] as experiências no âmbito local e condenando-as a converter-se [...] em *ilhas de êxito* em um mar de privação, pobreza e degradação ambiental. (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2013, p. 55, *itálicos no original*) Volta-se à noção de território e, assim como foi referido anteriormente no que diz respeito à Educação do Campo, ao território visto como espaço de governança. Para o mesmo autor,

[...] a agroecologia ainda não se dotou de instrumentos de análise e de critérios para elaborar estratégias para estados e regiões, onde os aspectos políticos e institucionais desempenham um papel chave, onde necessariamente devem ser priorizados objetivos e, para consegui-los devem ser buscadas alianças com outros agentes e organizações sociais. Os âmbitos dos estados e das regiões são privativos da ação política e dos movimentos sociais. O movimento agroecológico não pode permanecer à margem de tais âmbitos nos quais se geram condições favoráveis não só para a generalização das experiências agroecológicas, mas, inclusive, para sua sobrevivência. (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2013, p. 56)

Creio que isso implica em repensar narrativas que não dão conta da especificidade, da complexidade e dos ritmos desse tipo de ação política. Ação que necessita trabalhar, ao mesmo tempo, com o risco da institucionalização da agroecologia (voltarei a esse ponto, adiante). Manuel González de Molina, na perspectiva da *Agroecologia Política*, sugere que a agroecologia deveria avançar na teoria e na prática, de maneira urgente, e aportando soluções concretas, no projeto [*diseño*] de “agroecossistemas



territorialmente amplos”. Para Molina, isso requereria a sistematização de “uma espécie de Agroecologia da paisagem ou Agroecologia do território”, destacando que, “sem dúvidas, o ordenamento do território obriga também a desenvolver algumas diretrizes mínimas sobre o tipo de instrumentos e de instituições de planejamento mais idôneos”. (GONZÁLEZ DE MOLINA, 2013, p. 59)

Nessa perspectiva Teran et al. (2018, p. 2) sublinham que

uma unidade de produção agrícola [*farm*] totalmente agroecológica seria baseada na biodiversidade cultivada e não cultivada, incluindo a integração de culturas, árvores e gado, nos níveis da parcela, da unidade de produção agrícola e da paisagem [*landscape*]. (grifos W.S.)

Volto, assim, à noção de “escala da agroecologia”, para ponderar que a ação de “trazer a agroecologia à escala está situada dentro da necessidade urgente de transformar sistemas agroalimentares”. (TERAN et al., 2018, p. 3, grifos W.S.) Isso quer dizer que “escala da agroecologia” não significa aumentar o tamanho das unidades produtivas agrícolas ou motorizá-las, mas que “uma fração maior da população, tanto urbana quanto rural, possa produzir e ter acesso a alimentos saudáveis, nutritivos e diversificados que sejam ambientalmente compatíveis e culturalmente apropriados”. (TERAN et al., 2018, p. 3) O que fica mais claro quando os mesmos autores definem

a “massificação”, “escala”, “amplificação” ou “territorialização” da agroecologia como um processo que leva um número cada vez maior de famílias a praticar a agroecologia em territórios cada vez maiores e que envolve mais pessoas no processamento, distribuição e consumo de alimentos produzidos sob manejo agroecológico. (TERAN et al., 2018, p. 3)

O termo massificação me parece amplo demais e potencial gerador de equívocos (a associação, por exemplo, com a noção de sociedade de massa). Escala gera a confusão entre “escala na

produção” e “da agroecologia”, que busquei trabalhar acima. Já manifestei, na Introdução, minha preferência pelo termo “amplificar” proposto por Gliessman (2017). Para esse autor relevante nos debates sobre agroecologia, amplifiqué-la “significa chegar a todos com a mensagem da necessidade de mudança e transformação do sistema alimentar para que a sustentabilidade possa ser trazida para todas as partes do sistema alimentar”. (grifos W.S.) É essa noção que permite fazer a relação entre os pequenos agricultores, suas famílias, suas comunidades, seus territórios a uma “cadeia” mais ampla: do agricultor até quem come – ou não pode comer – o que ele produz, podendo incluir muitos e diversos atores sociais e abranger diferentes distâncias (físicas e entre atores sociais).

Para mim, contudo, a noção de “territorialização” como é apresentada por Teran et al. (2018) também é muito importante, especialmente se for considerada a orientação da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, que trabalha com as noções de desenvolvimento sustentável de territórios rurais (DSTR), de agricultura familiar ou camponesa e de agroecologia. Territorialização está, igualmente, em sintonia com as noções de recampanização ou recamponização e de “artesanalidade da agricultura” já trabalhadas anteriormente, uma vez que a escala não se dá na lavoura ou na unidade de produção, mas no território. Avalio, da mesma forma, que a ideia de dispersão geográfica e social da agroecologia para mais pessoas e comunidades tem mais ligação com trabalhos de base e Educação do Campo, inclusive no que se refere à organização social, sabendo, é claro, reconhecer e respeitar o tecido organizacional já existente. Acredito que o trabalho com as turmas da Licenciatura em Educação do Campo, nos seus diferentes territórios, precisa incluir a mobilização dos fundamentos das ciências para estudar os agroecossistemas, refletir sobre práticas agrícolas agroecológicas eficazes e simples, sobre os diferentes níveis e o ritmo da transição para a agroecologia e sobre a pequena escala.

Creio que essa última ideia fica mais explícita em um alerta de

<sup>171</sup> Infelizmente, em obra póstuma. O autor é apresentado, por João Pedro Stédile, como "um quadro exemplar da Via Campesina", um "cientista militante" e "o verdadeiro 'agrônomo pé no chão', da tradição revolucionária, de transformar o meio rural numa sociedade mais justa e fraterna". No texto *Tributo ao companheiro Enio Guterres*, escrito em agosto de 2005 e publicado em Guterres (2006, páginas 9-11), Stedile assina "pela Via Campesina Brasil".

Enio Guterres.<sup>171</sup> Ainda que se referindo mais explicitamente ao ritmo da "transição" do que ao tamanho das unidades de produção (associado às menções a pequeno agricultor e a camponês), acho pertinente recuperá-lo:

### **Começar pequeno**

O que nasce grande é monstro. O que é normal nasce pequeno.

Alguns se entusiasмам com a agroecologia e querem começar tudo de uma vez e quebram a cara. Muitos técnicos, partidários da agroecologia, não conseguem pensar em termos de transição, de passagem, de uma mudança de acordo com as condições reais da vida do pequeno agricultor, e levam o camponês a tentar uma transição brusca. De um dia para outro, largar todas as práticas da "revolução verde" e praticar a agroecologia. A maioria dos casos resultou em decepção e uma volta humilhante do agricultor a praticar os meios da "revolução verde".

(GUTERRES, 2006, p. 17-18, aspas no original)

Ora, se pode haver essa ida e volta entre práticas da Revolução Verde e práticas da agroecologia por pequenos agricultores e camponeses é porque eles têm acesso, pelo menos em parte e em determinadas condições a elas. Por isso, inclusive, Caporal (2017, p. 1) trata do que considera o "primeiro grande equívoco no campo da Agroecologia", que foi "achar que agricultor pobre, que não usa agrotóxicos porque não tem dinheiro [para comprá-los], é, automaticamente, um agricultor agroecológico".

Retornando ao trabalho com as turmas de Licenciaturas em Educação do Campo, ele necessita ocorrer, sempre, em interação com os mais diferentes agentes sociais e instituições do território para, junto com os agricultores familiares ou camponeses e suas organizações, nele (território) "criar" ou fortalecer uma cultura sustentável e com base na agroecologia para os sistemas agroalimentares. Se os estudantes participarem ativamente

te, como protagonistas, dessas ações estarão em um processo de formação que assegurará o atingimento do perfil profissional estabelecido no Projeto Político Pedagógico do Curso. Afinal, como professor, entendido como o profissional que poderá atuar em escolas nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o egresso precisa ser capaz de

primar pela articulação entre a realidade local em relação com o global, pela formação multidimensional dos educandos [dos quais ele será educador] e pela socialização dos conhecimentos elaborados e sistematizados historicamente pela humanidade em diálogo com os conhecimentos dos povos do campo. (UFSC/EDUCAMPO, 2012, p. 2, colchetes W.S.)

Parece ficar clara a importância desses professores formados na Licenciatura em Educação do Campo manejarem os conteúdos “específicos” da “linha” de Ciências da Natureza e Matemática. Da mesma forma, fica cristalino como a noção e a complexidade de um sistema agroalimentar global precisa ser por eles bem compreendida. O mesmo acontece na gestão de processos educativos escolares da Educação Básica. O egresso necessita saber “construir formatos escolares que promovam a socialização de conhecimentos socialmente úteis, o diálogo entre a escola e a vida no campo, a formação de sujeitos críticos, criativos, auto-organizados e a formação omnilateral”. (UFSC/EDUCAMPO, 2012, p. 2) Para isso, impõe-se uma capacidade de estudar o agroecossistema, entendido aqui no nível territorial ou de paisagem, o que torna ainda mais relevantes os conteúdos dos Fundamentos de Ciências da Natureza e Matemática, assim como de Ciências Sociais. E, na gestão dos processos educativos e de desenvolvimento territorial rural, ele precisa ser capaz de “preparar trabalhos formativos e de desenvolvimento, construindo coletivamente com grupos sociais a concepção e implantação de iniciativas e ou projetos de desenvolvimento sustentável que incluam a participação da escola”. (UFSC/EDUCAMPO, 2012, p.2-3) Aqui, fica patente a importância das ações institucionais ao longo da formação que tenham participação e protagonismo

dos estudantes, já mencionadas, e o trabalho ao longo do curso com metodologias participativas.

Essa perspectiva de “amplificação da agroecologia” coloca em tela dois temas que, a meu ver, não são trabalhados por boa parte dos professores de Licenciaturas em Educação do Campo, por haver uma espécie de interdição: as relações com o mercado e a institucionalização da agroecologia. Vamos ao primeiro.

#### **2.5.4. Agroecologia e Mercado, nos debates em Licenciaturas em Educação do Campo**

Normalmente, quando se discute agroecologia e mercado em Licenciaturas em Educação do Campo, uma tensão logo se estabelece. Primeiro, porque “os personagens da vanguarda do movimento agroecológico são reconhecidos como construtores de novas relações socioeconômicas”. (BRANDENBURG, LAMINE e DAROLT, 2013, p.222). Assim, o que se espera deles é que sejam “formuladores de um projeto de vida ético”, o que é visto, por alguns, como incompatível com a “integração à sociedade de mercado”. Porque, segundo a visão de muitos docentes de Licenciaturas em Educação do Campo, isto subordinaria as ações e reflexões dos atores sociais à dimensão econômica, esvaziando a dimensão política ou de transformação social. Fala-se, por isso, de uma “convencionalização” ou de uma “adesão ao capitalismo verde” (o que discutirei no item seguinte sobre institucionalização da agroecologia).

Tal postura na Educação do Campo foi bastante reforçada a partir do momento em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aderiu à agroecologia, com a postura de que a produção para o autoconsumo ou o abastecimento local significa resistência ao capitalismo. Como foi trabalhado na seção 2.3., se antes só se encaminharia a transformação da sociedade com uma agricultura industrial voltada ao mercado, neste segundo momento, para ser anticapitalista, a produção deveria ser feita com os recursos locais e voltada ao autoconsumo. Assim, falar

em mercado alimentar e em sua segmentação e diferenciação, ou de canais e circuitos de comercialização, é visto como desvio do foco. Ou algo pior, já que quando o fizeram, colegas docentes foram taxados de “defensores do agronegócio”.

Ao meu ver, esse é mais um ponto a ser complexificado no debate. Especialmente se tratamos de uma agricultura familiar ou camponesa que, como propôs Alexander Chayanov, é ao mesmo tempo uma unidade de produção e consumo. Então, em uma sociedade capitalista, mercantilizada e monetarizada, a família de agricultores ou camponesa precisa ter uma receita (dinheiro) que garanta sua reprodução social. Isso significa ter acesso a um consumo não apenas na dimensão fisiológica, mas também na dimensão histórica. O que quer dizer, por sua vez, ver contempladas as necessidades historicamente determinadas. Vou considerar que o agricultor familiar ou camponês é, na maioria dos casos, no Brasil, proprietário fundiário. Além disso, ele é gestor e trabalhador. Esse tríplice papel, em essência, é a definição de agricultura familiar. Ora, como consequência, o agricultor familiar ou camponês deveria receber três rendas. (JEAN, 1994, p. 5) A primeira, a renda da terra. Ou, pensando de outra forma, a “renda de oportunidade” da terra. Que é a que ele receberia, sem nada fazer, alugando a área em que produz. A segunda renda resultaria da sua condição de gestor – ou, de empresário. Seria o lucro capitalista. Para permanecer na atividade, ele deveria alcançar, pelo menos, o lucro médio. E a terceira, o salário, como trabalhador que ele é. Dizendo de outra forma, trata-se da remuneração que o agricultor familiar ou camponês paga a si mesmo, após deduzir os custos propriamente ditos (já que ele não contabiliza o seu tempo de trabalho, nem o dos membros da sua família). Contudo, o que a sociedade oferece a ele é apenas o “salário” (a remuneração pelo trabalho), baixo se for considerada a complexidade do labor por ele realizado e as externalidades positivas que tal ocupação gera para essa mesma sociedade. Normalmente, o que o agricultor familiar ou camponês “exige” para se manter na produção é que o “preço do

172 Esse é outro ponto em que é preciso aprofundar os debates dentro da Educação do Campo: entender a lógica que preside o processo de decisões na agricultura familiar ou camponesa. Uma questão fundamental é que "o que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar". (ABRAMOVAY, 1992, p. 62, grifos W.S.) Assim, a própria noção de autoexploração do campesinato precisa ser melhor entendida, trabalhando-se, especialmente, os textos de Alexander Chayanov.

produto" cubra o que ele gastou para produzir mais as "necessidades" da família<sup>172</sup>.

Nesse sentido, reduzir os gastos, com a diminuição da compra de insumos externos, é uma medida adequada. Produzir alimentos para o autoconsumo, da mesma forma. Mas apenas alimentar a família atende às necessidades historicamente determinadas? Os jovens – rapazes e moças – da agricultura familiar e camponesa reivindicam, para ficar nas suas unidades de produção familiar, localidades rurais ou assentamentos, o acesso, onde vivem, à educação, saúde, cultura, lazer e comunicação. E dizem querer, ainda, acesso a bens de consumo (roupas, celular, moto...) ou a equipamentos que aliviem a penosidade do trabalho doméstico e produtivo (como máquinas de lavar roupa e louça, roçadeiras motorizadas...). Vamos encarar essas demandas como "consumismo"? Como comportamento pequeno-burguês? Ou vamos pensar que isso faz parte das atuais necessidades historicamente determinadas e considerar que para alcançá-las o agricultor familiar ou camponês precisa melhorar suas receitas financeiras? Acompanhei trabalhos de ONG de desenvolvimento rural, especialmente com agroindústrias rurais de pequeno porte, em que os agricultores que melhoravam suas moradias ou compravam um automóvel passavam a ser olhados com desconfiança pelos técnicos que os assistiam. Técnicos que eram duros nas negociações salariais e de valores de diárias junto às ONG empregadoras, justamente porque queriam melhorar suas moradias e comprar automóveis melhores do que os que tinham. Nesse caso, se via como uma reivindicação justa de um trabalhador. No dos agricultores, como algo que indicava a perda de "compromisso social" e da passagem a uma visão individualista e puramente econômica.

Creio, ser preciso que os docentes de Licenciaturas em Educação do Campo reflitam, sim, sobre os riscos trazidos pela inserção “no mercado”, para projetos em que se queira produzir com base na agroecologia, vista como ciência. Ao mesmo tempo, trabalhando as noções de segurança e de soberania alimentar – o que inclui na análise também os consumidores urbanos, tendo como parte os trabalhadores, os mesmos docentes precisam pensar na transição de muitos agricultores familiares ou camponeses da produção voltada ao autoconsumo ou subsistência para a produção comercial. Destaque-se, como será apresentado a seguir, que ter “um mercado favorável” é um dos principais fatores quando se pensa na “amplificação” ou no aumento de escala territorial da agroecologia. Bastariam os mercados “locais” ou, para usar a expressão de Machado e Machado Filho (2017), as “feirinhas”? Na verdade, cabe a pergunta: a que espaço se refere a noção de local? Nesse debate, é preciso estar atento à construção de novos mercados, especialmente via circuitos curtos de comercialização, o que inclui, hoje, por exemplo uma relação direta, via ferramentas da internet, entre agricultores que vivem em espaços rurais e consumidores que vivem em espaços urbanos, que estão fisicamente bastante distantes.

O estímulo e a valorização de mercados “solidários” ou “justos” e “locais/regionais” e de circuitos curtos de comercialização, tratado como um aspecto metodológico das iniciativas de promoção da agroecologia, é recorrente nos trabalhos – individuais ou em colaboração – de Miguel Altieri. Assim, Altieri e Toledo (2011, p. 589) afirmam que o enfoque tecnológico da agroecologia privilegia muito o local, estando dirigido ao abastecimento de mercados locais que encurtam os circuitos de produção e de consumo de alimentos, evitando o gasto de energia exigido pelo “alimento de longa distância”. Tais premissas estão ligadas à ideia de assegurar o desenvolvimento sustentável (ALTIERI, 2004, p. 111) e, de forma mais recente, à noção emergente de soberania alimentar, que o mesmo autor define como “o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo



<sup>173</sup> Eu prefiro falar em transformar "o sistema agroalimentar industrial", porque a agricultura da Revolução Verde é "industrializada", mas não industrial. O que é de fato industrial é o sistema agroalimentar como um todo.

e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor" (ALTIERI, 2010, p. 24) O que está ligado, por sua vez, como já foi visto, ao fato das "estratégias agroecológicas" estarem dirigidas, de forma resoluta, aos pobres, o que exige, para além das questões de produção e de conservação dos recursos naturais, a geração de oportunidades de trabalho e renda e o acesso aos mercados locais. Da mesma maneira, se o

desafio imediato para nossa geração é "transformar a agricultura industrial"<sup>173</sup> e iniciar uma transição dos sistemas alimentares para outros que não dependam do petróleo, ao invés de estimular as exportações, é preciso fortalecer a "produção doméstica" por parte dos pequenos agricultores, sendo um elemento importante o acesso desses produtores aos mercados locais. (ALTIERI e NICHOLS, 2010, p. 64) Note-se que, assim como em outros textos do autor, o mercado justo e local é apresentado como contraposição aos mercados "internacional", "externos", "globais", "globais liberalizados", "mundiais", "neoliberalizados". Qual seria, então, a escala dos mercados locais e regionais, no caso brasileiro? Um município? Só os municípios rurais? Um território "dado" (micro ou meso regiões, que englobam diversos municípios)? Só os territórios rurais? Um estado da Federação? Uma região do país? Lembro que um circuito curto diz respeito à venda direta entre agricultor e consumidor, mas não necessariamente faz referência à distância física entre agricultor e consumidor, ou à localização do agricultor. Altieri e Nicholls (2012, p. 78) destacam, como um dos exemplos mais interessantes de desenvolvimento de mercados locais de agricultores, a Rede Ecovida, no Sul do Brasil. Nessa escala (Região Sul), vista pelos autores citados como "local"<sup>174</sup>, a "rede" consiste "em um espaço de articulação entre agricultores familiares organizados, ONG de apoio e milhares de consumidores".

<sup>174</sup>Para pensar essa dimensão do local, recordo que, composta pelos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, a Região Sul tem uma área de aproximadamente >>

Fora dessa estrutura, no caso de Santa Catarina há – e é frequente – a venda direta a consumidores por agricultores que vivem em município diferente daquele de residência do consumidor, por exemplo, a 120 quilômetros. Temos, inclusive, casos entre os nossos estudantes da EduCampo-UFSC. Cabe a pergunta: isso não é mercado local? Apresento essa questão (assim como as anteriores) porque percebo, na Licenciatura em Educação do Campo, uma idealização dos agricultores que fazem a venda direta apenas em seu pequeno município rural, em feiras ou com entregas de “cestas”, e um olhar tremendamente crítico a outros que procuram fazer suas vendas, seja para varejistas, seja também para consumidores diretos, em um polo urbano de mais de quinhentos mil habitantes que fica a menos de cem quilômetros. É certo que os dois têm condições de vida, percepções e discursos diferentes, mas é preciso refletir em termos de amplificação da agroecologia.

Volto a essa noção, apresentando uma nova pergunta. Esta posta por Altieri e Nicholls (2012, p. 77): dados os benefícios sociais, produtivos e ecológicos das inovações agroecológicas e a sua limitada ampliação (em termos de área e de número de produtores), como pode a agroecologia ser multiplicada e ter aumentada a sua escala? Para os autores referidos, além de problemas ligados à distribuição da terra e de infraestrutura, a falta de mercados se apresenta como uma “barreira” ou “restrição” que é essencial superar, junto com as outras.<sup>175</sup>

Gliessman (2016C, p. 758) reforça essa perspectiva ao repercutir o relatório Da *uniformidade à diversidade*, muito relevante para o debate sobre a agroecologia<sup>176</sup>:

>> 577 mil quilômetros quadrados, o que é equivalente, por exemplo, àquelas da França (metropolitana) ou da Ucrânia. Se a Região Sul do Brasil fosse um país, estaria situado em quadragésimo sétimo lugar em relação a esse critério, sendo maior, portanto, que outros 146 países. A população da Região Sul, por sua vez, é de aproximadamente 28 milhões de habitantes, superior a, por exemplo, países como a Coréia do Norte ou a Austrália. Nesse critério, se fosse um país, a Região Sul do Brasil estaria situada em quinquagésimo lugar, tendo mais habitantes que outros 143 países.

<sup>175</sup> *ibid.*, p. 77

<sup>176</sup> *From uniformity to diversity: A paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems*, >>

>> a partir do International Panel of Experts on Sustainable Food Systems (IPES-Food). Em tradução livre: "Da uniformidade à diversidade: Mudar de paradigma para passar da agricultura industrial a sistemas agroecológicos diversificados" a partir do "Painel Internacional de Experts sobre os Sistemas Alimentares Sustentáveis".

<sup>175</sup> Há várias referências para trabalhar esses níveis, de resto muito citados na literatura brasileira sobre agroecologia. Usarei a excelente síntese que o próprio autor faz em Gliessman (2016B)

Só se pode esperar que os agricultores transformem suas práticas quando tiverem certeza de que encontrarão mercados. E os consumidores só mudarão para alimentos saudáveis e sustentáveis quando estes estiverem disponíveis e acessíveis a eles.

A questão apontada pelos participantes do relatório é que não apenas as dinâmicas atuais do sistema agroalimentar industrial "conspiram" para bloquear essas duas mudanças, como uma mudança acaba bloqueando a outra. Trata-se de um elemento importante porque questiona posições maximalistas, a meu ver, muito presentes nos debates sobre agroecologia em Licenciaturas em Educação do Campo.

Voltando à S. Gliessman, ele toma emprestada de quem considera uma das pioneiras da agroecologia, uma expressão muito interessante: "a agroecologia não é o destino, é a jornada" (Gliessman, 2016A) Cativante porque o mesmo autor havia proposto, antes, uma estrutura para classificar os cinco "níveis" [*levels*] de mudança (ou de transição) no sistema alimentar<sup>177</sup>. Antes de chegar ao quarto nível, que se refere ao mercado, foco desta seção, considere-se que os três primeiros descrevem os passos que os agricultores realmente podem realizar em suas unidades de produção agrícola para conversão de agroecossistemas industriais ou convencionais.

O primeiro nível trata da busca pela redução do uso e do consumo de insumos externos, caros, escassos ou prejudiciais ao meio ambiente, ainda trabalhando dentro das práticas convencionais. É claro para o autor que, embora esse esforço reduza alguns dos impactos negativos da agricultura industrial, ele não ajuda a quebrar a dependência dos insumos externos e das práticas de monocultura.

No segundo nível de transição, procura-se substituir insumos externos, assim como práticas intensivas e produtos degradadores do ambiente, por aqueles que são mais “renováveis” [*renewable*], baseados em produtos naturais e mais ambientalmente saudáveis. A agricultura orgânica e suas diversas “escolas”, ou “denominações”<sup>178</sup> são exemplos dessa abordagem. O autor avalia que, portanto, muitos dos mesmos problemas que ocorrem nos “sistemas industriais” também ocorrem nesses com “substituição de insumos”, já que o agroecossistema não se deixa ser tratado de forma simplificada.

Aqui é importante uma parada para um novo registro sobre os debates em Licenciaturas em Educação do Campo. Trabalhar esses dois primeiros níveis com os estudantes parece ser visto como um sacrilégio por uma parte dos docentes. Os professores que o fazem – mesmo que muitas vezes este debate parta dos estudantes, que buscam refletir a partir dos conhecimentos deles e da realidade que eles vivem em suas unidades de produção ou nos mercados em que atuam – são considerados como defensores do “esverdeamento do capitalismo” e em dissintonia com os princípios da “verdadeira” Educação do Campo. De minha parte, prefiro considerar parcialmente a argumentação de Sousa (2017, p. 314).

Ao analisar a educação profissional e, especialmente, cursos de agroecologia dentro do *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* (Pronatec), o autor avalia que algumas instituições de ensino direcionam suas formações para “nichos de mercado de produtos orgânicos”, “sem fazer a necessária crítica ao modelo atual de produção de alimentos no país”<sup>179</sup>. Para

178 Na Legislação Brasileira, o § 2, do artigo 1º, da Lei 10.831/2003, que “dispõe sobre a agricultura orgânica” no país, reza: “O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial [beneficiamento e transformação da produção] abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei”. (BRASIL, 2003, colchetes e grifos W.S.)

179 A crítica de Romier da Paixão Sousa liga-se ao fato de parte da formação e qualificação profissional “do Campo” do Pronatec ter sido dirigida a Institutos Federais de Educação Profissional e ao Serviço Nacional de Aprendizagem (Senar), ligados às “forças conservadoras da sociedade”, à “oposição à Reforma Agrária”, e à “agricultura convencional”.

Licenciaturas em Educação do Campo, parece-me, o problema não está em tratar dos produtos orgânicos, dos seus mercados, da certificação, dos atores na cadeia produtiva orgânica, mas estaria em direcionar o debate exclusivamente para isso. E a limitação maior está em não analisar crítica e sistemicamente não só a produção de alimentos no país, mas todo o sistema agroalimentar brasileiro. Isto significa que não basta tratar de denúncias do alto e indiscriminado consumo de agrotóxicos, do uso sem precaução de sementes transgênicas, ou da degradação do solo resultante do uso intensivo de máquinas pesadas e de fertilizantes de síntese química. Para além disso, é preciso que os futuros educadores do campo construam capacidade de análise sobre os diversos componentes do sistema agroalimentar, para, depois, trabalhar argumentos nos seus lugares de intervenção profissional ou cidadã. Ora, nisso, os docentes têm papel importante durante o tempo em que esses jovens rurais estão em formação na universidade. Fechando o parêntese, volto aos níveis de transição ou de mudança de Gliessman.

No Nível 3, a busca já é por replanejar o agroecossistema de modo que ele funcione com base em um novo conjunto de processos ecológicos. Nesse nível, consegue-se eliminar as raízes de muitos dos problemas que persistem nos níveis 1 e 2. O foco está na prevenção de problemas antes que eles ocorram, em vez de tentar controlá-los depois que eles acontecem. O autor dá como bom exemplo a reintrodução da diversidade na estrutura e manejo da unidade de produção agrícola, por meio de ações como rotações de base ecológica, produção consorciada, agrosilvicultura e integração agricultura-criação animal.

No nível 4, chego, finalmente, ao foco da seção que é o mercado. Nesse passo, sempre seguindo Gliessman (2016B), o que se busca é restabelecer uma conexão mais direta entre aqueles que cultivam nossa comida e aqueles que a consomem. A transformação do sistema alimentar ocorre dentro de um contexto cultural e econômico, e essa transformação deve promover a transição para práticas mais sustentáveis. S. Gliessman res-

salta, ainda, que, na esfera “local”, isso significa que aqueles que comem devem valorizar os alimentos que são cultivados e processados localmente. Em/com suas compras de alimentos, os consumidores/“comedores”<sup>180</sup> devem apoiar os agricultores que estão tentando superar os níveis de um a três. Este apoio torna-se uma espécie de “cidadania alimentar” e pode ser visto como uma força para a **mudança do sistema alimentar**. O autor considera que “comunidades de agricultores e comedores” podem formar redes alimentares alternativas em todo o mundo, o que representa a construção de uma nova cultura e economia da sustentabilidade do sistema alimentar. A comida deve voltar a estar fundamentada em relacionamentos diretos. Um exemplo importante é o movimento atual de “relocalização” (no sentido de voltar a ser local) de alimentos, com suas crescentes redes de feiras de agricultores, esquemas de *Comunidade que Sustenta a Agricultura*, cooperativas de consumidores e outros arranjos de compra e venda mais diretos e que encurtam a cadeia alimentar. O mercado é, assim, um componente central da transição agroecológica. E como acontece na produção agrícola e no manejo dos agroecossistemas vistos nos níveis de um a três, não se chega fácil e diretamente às formas alternativas ou sustentáveis de comercialização. Neste quadro, é importante também analisar criticamente (e contribuir para a formação de capacidade de análise crítica), nas Licenciaturas em Educação do Campo, os canais “convencionais” de comercialização de alimentos e as lógicas de seus atores.

<sup>180</sup> A expressão usada por Gliessman é *eater*, que é melhor traduzida por “comedor”, expressão pouco usada no Brasil. Os franceses se referem a *mangeur*, que também fica melhor traduzido por “comedor”, e não consumidor.

Para completar, vou mencionar rapidamente o quinto e último nível da transição agroecológica. Para S. Gliessman, sobre a base criada pela agricultura sustentável na escala do agroecossistema alcançada no Nível 3 e as novas relações de sustentabilidade do Nível 4, busca-se construir um **novo sistema alimentar** global, baseado em equidade, participação, democracia e justiça, que seja não apenas sustentável, mas ajude a restaurar

e proteger os sistemas de suporte à vida da Terra, dos quais todos nós dependemos. Pensando para além dos níveis 1 a 4, o nível 5 envolve uma mudança de alcance global e que vai além do **sistema alimentar**, até a natureza da cultura, da civilização, do progresso e do desenvolvimento humanos.

O central para a defesa do tratamento, em Licenciaturas em Educação do Campo, da polissemia da agroecologia – o que procuro fazer neste Capítulo 2 – é que Gliessman finaliza seu texto reforçando esses “escopo e foco mais amplos da agroecologia, em que ela seja abordada, de forma integrada, **como ciência, como prática e como mudança social**”, em uma clara referência a Wezel et al. (2009).

É na perspectiva de associar essa abordagem ampla com a amplificação da agroecologia que volto a Teran et al. (2018). Esse conjunto de estudiosos, a partir da análise de cinco casos, propõe oito fatores [*drivers*] inter-relacionados, que podem agir sozinhos ou em conjunto, para promover e sustentar o aumento de escala territorial da agroecologia. São eles: (1) crises que impulsionam a busca de alternativas; (2) organização social; (3) processos de ensino-aprendizagem construtivistas; (4) práticas agroecológicas efetivas; (5) discurso mobilizador; (6) aliados externos; (7) **mercados favoráveis**; e (8) oportunidades políticas e instrumentos de política favoráveis. Dado o foco desta seção, recupero, a seguir, de forma resumida e limitada, o fator sete, “construção de mercados favoráveis à agroecologia”.

Tratando do desenvolvimento de “redes alternativas de alimentos”, conforme foi visto acima, no nível 4 de S. Gliessman, os autores afirmam que tal desenvolvimento não é uma condição necessária para a ampla adoção e adaptação de práticas agroecológicas pelos agricultores. Ao mesmo tempo, indicam que, em muitos casos, os mercados são uma arena sociopolítica estratégica para aumentar a escala da agroecologia. Assim, arranjos de reciprocidade, como são as redes de solidariedade, têm sido centrais para o avanço dos mercados de agricultores ecológicos e a viabilidade socioeconômica da agroecologia. Esses arranjos



de mercado podem não ocorrer somente “no local”, mas serem conduzidos por consumidores de bens internacionalizados, como no caso do café de comércio justo certificado e orgânico produzido em Chiapas. Se esse circuito é criticado como mais um tipo de agroexportação, registre-se que como o café se mostrou vulnerável a fatores externos, como as oscilações do mercado e as doenças das plantações, as cooperativas buscaram diversificação, com outros produtos de comércio justo, como o mel, ou com alimentos para autoconsumo e mercados locais.

Os arranjos de reciprocidade podem ser também baseados em mercados de alimentos locais e regionais, como os organizados pela Rede Ecovida, que já foi mencionado anteriormente, a partir de uma citação de Migual Altieri e Clara Nicholls e que ajudou a pensar a escala do “local”. Alternativamente, os arranjos podem ser impulsionados por políticas públicas que apoiam pequenos agricultores e a produção agroecológica, como exemplo o, também brasileiro, *Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar* (PAA).

A partir dos diferentes casos, os autores avaliam que os efeitos socioeconômicos e ecológicos podem variar de acordo com o tipo de arranjos de mercado, mas aqueles que provam ser úteis para a “massificação” da agroecologia contribuem para a transformação do sistema alimentar, ao diferenciar a produção agroecológica do mercado geral. Os múltiplos mecanismos de mercado utilizados para fortalecer os movimentos agroecológicos correspondem à necessidade de inovação social adaptada a diferentes situações e desafios.

Ressaltando que, embora tenham questionado, no início, se as “redes alternativas de alimentos” são uma condição necessária, julgam que as condições de mercado podem determinar o ritmo em que a agroecologia vai ganhar escala. Os casos estudados levaram os autores a sugerir que a força transformadora é potencializada quando os movimentos usam os mercados como esferas da ação sociopolítica. E finalizam: esse processo não depende necessariamente da intervenção do Estado, embora os movimen-



tos sociais criados em torno dessas estratégias de mercado possam influenciar as práticas do Estado e as políticas públicas.

Espero ter indicado, a partir desta seção, ser indispensável que o corpo docente de Licenciaturas em Educação do Campo construa um novo olhar sobre a necessidade de uma análise mais acurada do mercado alimentar nas disciplinas e atividades dos cursos.

### 2.5.5. Institucionalização da agroecologia e da Educação do Campo



*A vaidade intelectual marca a vida acadêmica. Por trás do ego inflado, há uma máquina nefasta, marcada por brigas de núcleos, seitas, grosserias, humilhações, assédios, concursos e seleções fraudulentas. Mas em que medida nós mesmos não estamos perpetuando esse modus operandi para sobreviver no sistema?*

Rosana PinheiroMachado,  
em Precisamos falar sobre a vaidade na vida acadêmica.

Trato, finalmente, de uma questão sensível: a institucionalização da agroecologia e da Educação do Campo. Sensível, porque muitas vezes associada à “cooptação” ou à “convencionalização”, tanto da agroecologia, quanto da Educação do Campo.

Seguindo Brandenburg, Lamine e Darolt (2015, p. 90), entendo institucionalização como

o processo de submissão de relações sociais a um conjunto de normas que, nesse caso, passam a regulamentar o processo produtivo e as relações mercantis, [assim] como as políticas públicas que são formuladas conforme a lógica do sistema socioeconômico. [colchetes W.S.]

Vale a pena fazer a ressalva que

a principal forma de institucionalização de uma política pública não se encontra sempre onde a buscamos a priori, por exemplo, nas instituições burocráticas, nas

organizações ou nos instrumentos. Pelo contrário, ela se fortalece também por meio das ideias e dos valores que se institucionalizam ou se estruturam em princípios, normas, regras e mediante processos de aprendizagem e de agregação marginal ou incremental. (SABOURIN, 2017, p. 285)

Por isso, precisamos, seguindo Schmitt e Grisa (2013, p. 242), estar atentos às “ideias e enfoques da agroecologia institucionalizados em instrumentos das políticas públicas”<sup>181</sup> e prestar atenção às dinâmicas da institucionalização das “ideias agroecológicas”, vistas como “expressão de múltiplas redes de influência formadas em torno da construção de uma estratégia alternativa de desenvolvimento para o meio rural brasileiro” (SCHMITT, 2017, p. 297).

<sup>181</sup> As autoras fazem a importante ressalva de que “valores e princípios da agroecologia incorporados aos instrumentos [de políticas públicas] não são por si mesmos indutores de práticas agroecológicas”. (SCHMITT e GRISA, 2013, p. 244)

<sup>182</sup> *ibid.*, p. 2

Em artigo recente, que analisa o caso francês, Stéphane Bellon e Guillaume Ollivier, reforçam essa perspectiva, ao considerar que “a ideia agroecológica circula por diferentes arenas sociais (científica, educacional, política, cívica e econômica)” e ao examinar “a maneira pela qual tal circulação afeta os significados da ideia e, conseqüentemente, sua institucionalização”. (BELLON e OLLIVIER, 2018, p. 2) Porque, para os autores, essa circulação é ao mesmo tempo (i) “um olhar metodológico revelador, por aportar as ancoragens espaciais, temporais e sociais das ideias”, assim como por ser a “encarnação material e interacional de ideias e conhecimentos”; e (ii) “um processo social que afeta a formação de significados para ideias ou conhecimento, bem como a evolução de comunidades epistêmicas de defesa a eles associadas”.<sup>182</sup> Creio que essa noção é importante para se questionar a tendência às análises da institucionalização da agroecologia (e da Educação do Campo) ancoradas no binômio “cooptação ou conflito”, já colocada em questão por Schmitt (2016, p. 21). Nesse mesmo sentido, Bellon e Ollivier (2018, p. 2)

propõem uma “abordagem gradual” que difere daquelas “binárias” e que consideram “a institucionalização como sendo (i) limitada a organizações formais e poderosas e (ii) prejudicial a um genuíno programa transformador em agroecologia”. Os autores julgam que “o primeiro argumento pressupõe uma forte dicotomia entre instituições e movimentos sociais”; visão que, segundo eles, é especialmente presente em “críticas originárias da América Central e do Sul”<sup>183</sup>. Não vou discutir o argumento dos autores franceses de que “o movimento social não é tão distinto de uma instituição”.

<sup>183</sup> Bellon e Ollivier (2018) fazem referência a Giraldo e Rosset (2017), texto que trabalho à frente.

O que destaco é que as mencionadas análises binomiais, binárias ou dicotômicas são muito frequentes nos debates realizados em Licenciaturas em Educação do Campo.

Voltando ao processo no Brasil, entre os fatores que contribuíram para que o “enfoque agroecológico” ganhasse força nas esferas públicas, adentrando os espaços de formulação de políticas públicas, Cláudia Job Schmitt (2017) menciona

a circulação de ativistas engajados na promoção da agroecologia como enfoque técnico e social em diferentes espaços institucionalizados de participação social relacionados às políticas públicas, como gestores públicos, conselheiros, consultores ou detentores de cargos comissionados. (SCHMITT, 2017, p. 287)

É o que Caporal e Petersen (2012, p. 64) denominaram de “enclaves de inovação sociopolítica e metodológico-conceitual”, presentes em diferentes organismos governamentais e que permitiram evoluções positivas no sentido da institucionalização do enfoque agroecológico. Já Maluf (2013, p. 9) sublinha que tal processo de institucionalização é “marcado pela heterogeneidade” e, portanto, “feito com tensões, conflitos e disputas”.

No que se refere aos meus dois sujeitos de análise (agroecologia e Educação do Campo), o que se constata é que a institucionalização é apresentada como “o que se quer alcançar”, como “o

que se conquistou”, ou como a “grande ameaça”.

Assim, por exemplo, para Silva, Sousa e Assis (2017, p. 254), a *Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção* (Pnapo) teria derivado da mobilização nacional do “movimento agroecológico” e representado um fato de fundamental importância para o processo de institucionalização da agroecologia na educação (nas Instituições de Ensino Superior) e na pesquisa (na *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária*) públicas. Essa ação já havia sido apontada por Bensadon (2016, p. 97), para quem a *Associação Nacional de Agroecologia* (ANA) “exigiu”, em 2012, do então Governo Federal, “uma política pública de agroecologia.” A institucionalização e o “desenvolvimento conceitual e prático de políticas para a agroecologia” eram vistos, pela ANA, como “avanço” e como “oportunidade”.<sup>184</sup>

<sup>184</sup> *ibid.*, p. 98

Ao se tratar da pesquisa, é importante sublinhar que, em diversos países, “a agroecologia vem passando por uma institucionalização científica”. (NORDER et al, 2016, p. 5) A expressão desse processo são, por exemplo, “conferências, eventos, publicações especializadas, elaboração de documentos, criação de linhas oficiais de financiamento, cursos de graduação, mestrado e doutorado, grupos e projetos de pesquisa”.<sup>185</sup>

<sup>185</sup> *ibid.*, p. 5

Já para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), um seminário sobre construção do conhecimento agroecológico, promovido pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), em outubro de 2007, procurou, dentro do pluralismo metodológico que caracterizava as práticas agroecológicas então em curso, fornecer subsídios orientadores de estratégias para a institucionalização do enfoque agroecológico nas instituições oficiais de pesquisa e Ater (ABA, 2007, p. 2). Ou seja, é claro o empenho pela institucionalização da agroecologia também nesse instrumento de desenvolvimento rural. Posso associar essa iniciativa do Movimento Agroecológico ao que é descrito por

Valadão (2012, p. 173) como uma “pressão ao caminho da institucionalização, para criar uma certa irreversibilidade na direção desejada”.

Com respeito à “inserção da agroecologia na educação formal”, principalmente a partir dos anos de 2000, as principais formas de institucionalização têm se dado pela oferta de uma ou outra disciplina oferecida aos cursos ligados às Ciências Agrárias ou, ainda, no formato de cursos de Agroecologia de nível médio/técnico, superior e de pós-graduação. (PINTO, 2014, p. 62) Sousa (2015, p. 171), trabalhando o que considera a “pouca literatura disponível sobre a história da educação formal com enfoque agroecológico no Brasil”, conta que “os primeiros cursos surgiram a partir do acúmulo histórico dos movimentos sociais em cooperação com os grupos de educadores e pesquisadores de instituições de ensino, principalmente das universidades”. A ampliação pôde ocorrer, nos anos 2000, com a “indução de políticas públicas”. Creio que a noção de “circulação” está, aí, muito presente.

Nesse quadro, é importante tratar da Educação do Campo. Sousa et al. (2014, p. 144) avaliam que “o avanço da construção coletiva do paradigma da Educação do Campo” foi possibilitado por “intensos processos de lutas sociais protagonizados por movimentos sociais do campo”; por “enfrentamentos com a ofensiva neoliberal instaurada vigorosamente no País na década de 1990”; e por “experiências educativas inovadoras referenciadas na Pedagogia da Alternância.” Os autores citados veem a institucionalização do *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária* (Pronea) e das *Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo* como “importantes conquistas”, que evidenciariam, inequivocamente, a força social do processo referido.

Munarim (2017, p. 65) recorda o ano de 2004 como “o início da abertura” do Ministério da Educação “à institucionalização de políticas públicas de educação específicas aos povos do campo”, destacando que tais políticas (públicas e específicas) “eram

o mote das lutas das próprias organizações de trabalhadores rurais e das organizações apoiadoras envolvidas na questão havia pouco mais de meia década”.

Com relação especificamente às Licenciaturas em Educação do Campo, Molina (2010, p. 147) conta que, “depois de um longo período de lutas, os movimentos conquistam o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo), cujo início se dá em 2007”. A institucionalização do Procampo pelas diferentes universidades, segundo a autora, colocou “importantes desafios” e expôs “as contradições a serem enfrentadas na institucionalização das Políticas Públicas de Educação do Campo”. Em conjunto com Lais Mourão Sá e na mesma obra, a mesma Mônica Castagna Molina pondera que “é preciso ter clareza sobre a disputa teórica que a Educação do Campo traz para a academia, enfatizando o caráter revolucionário da teoria”. (SÁ e MOLINA, 2010, p. 81) Considerando que “a ocupação da universidade pública pelos movimentos tem de ser vista como luta por direitos e desafio teórico, não como concessão”, as autoras pregam “a necessidade de lutar pela institucionalização dos cursos de Educação do Campo na universidade, superando o caráter de cursos especiais”<sup>186</sup>.

<sup>186</sup> *ibid.*, p. 81. Nos primeiros editais do ProCampo, eram financiadas “turmas especiais” de Licenciatura em Educação do Campo nas Universidades, e não um curso regular. Como visto, a UFSC combinou o ProCampo com o Reuni e, desde o início, implantou um curso regular.

No *Dicionário de Educação do Campo*, fonte importante de consulta para docentes e estudantes de Licenciaturas dessa modalidade de formação inicial, no verbete “Educação Básica do Campo”, é indicado que se deveria avançar “no âmbito da institucionalização das políticas e diretrizes para a educação do campo nos planos municipais e estaduais de educação, bem como na proposição de concursos específicos para os profissionais da Educação do Campo. (CAMPOS, 2012, p. 243)

Em suma, assim como na agroecologia, a institucionalização da Educação do Campo é vista como conquista e como algo

buscado pelos movimentos sociais. São apresentados, contudo, riscos ou mesmo inexoráveis consequências negativas, que são bem resumidos na expressão cunhada por Perez-Cassarino (2009, np.): “a desestruturação, [...] pela debilitação de seu caráter transformador e contra-hegemônico”.

Antes de passar à ideia de “cooptação”, creio que uma pergunta que se impõe, hoje, é se a avaliação feita por Alfio Brandenburg, em 2002, não apenas continua válida, como é ainda mais pertinente e instigante. Apreciava ele: “as consequências da institucionalização da agroecologia, para a sociedade e para o movimento social [...], são de modo geral ainda pouco conhecidas”. (BRANDENBURG, 2002, p. 22) Mais de quinze anos depois, o que se constatou, pelo menos no caso brasileiro, foi que após um período (muito curto, do ponto de vista histórico) de “apoio institucional” ao “modelo agroecológico” – mencionado, por exemplo, em Sevilla Guzmán (2011, p. 46)<sup>187</sup> – a

<sup>187</sup> As referências, que aparecem nesse e em muitos outros estudos sobre a agroecologia, são as políticas de governos estaduais (especialmente, o do Rio Grande do Sul) e do Governo Federal brasileiro, nas gestões do Partido dos Trabalhadores.

institucionalização da agroecologia mostrou sua instabilidade e sua marginalidade. Pelo menos no já citado “quarto pilar”, proposto por Lamine (2017, p. 174): o das políticas públicas. Que vai ter efeitos sobre os outros três (ciência, prática e movimento) propostos por Wezel et al (2009) e também já apresentados. É possível que no referente às normas de produção e mercado, como as de certificação, não aconteçam descontinuidade e desestruturação.

Todavia, se o impacto das políticas públicas sobre a agroecologia e sobre os movimentos agroecológicos era antes imprevisível, a reversão delas o é ainda mais. Atualmente, sublinhe-se, o que se constata, na realidade dos fatos, é que tais políticas mais que debilitadas, foram aniquiladas.

Volto ao período em que essas políticas de agroecologia (assim como as de Educação do Campo) podiam ser vistas como “cooptação”, seja pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, seja pelo Estado (mesmo que pareça evidente que tais políticas nunca fo-

ram de Estado). Como descreve Schmitt (2016, p. 35), a eleição para o Governo Federal de uma coalizão de forças liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ampliou a possibilidade de que ativistas, com maior vinculação com o campo agroecológico, passassem a ocupar cargos de gestão nos ministérios e a participar, de forma mais sistemática, de determinados conselhos – com destaque para os Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Isso é visto, por alguns autores, como simples cooptação.

Para Nascimento (2009, p. 235), por exemplo, que discute “as chamadas políticas ‘públicas’ sociais de Educação do Campo”, “uma das estratégias utilizadas pelo governo Lula foi a cooptação de dirigentes dos movimentos sociais e de pesquisadores militantes”. Isso foi possível, segundo ele, porque “para muitos pesquisadores e militantes, estar dentro do Estado e participar do governo, pode fazer avançar as propostas”. D’Agostini (2009, p.27) é ainda mais cáustica:

é evidente que a partir deste contexto econômico, social e político [do agronegócio internacionalizado] a aristocracia rural brasileira defende o projeto neoliberal e seus ajustes estruturais – com sua política para educação rural, ou literalmente, com o esforço político que o governo está realizando para transformar a educação dos camponeses e trabalhadores rurais em políticas focais e afirmativas, com graves desvios teóricos e tentativas de **cooptação** dos Movimentos [sociais] – tendo como resultante que o Estado burguês não permite a construção efetiva de um sistema público de educação do campo. O que vem acontecendo, em grande parte, na atual conjuntura política, é a **apropriação** indevida, por parte do Estado, de termos e discursos construídos pelos movimentos de lutas sociais que confunde, ilude e desmobiliza a massa dos trabalhadores rurais. (grifos e colchetes W.S.)

Acredito que Munarim (2017), também ao tratar da Educação do Campo, aponta para um processo mais amplo e mais



188 Antônio Munarim encarna bem a mencionada “circulação de ativistas em diferentes espaços institucionalizados”. Originário de ONG ligada a movimentos sociais, adentra à academia para ser professor da UFSC e, nessa condição e apoiado por movimentos sociais, assume a Coordenação Geral de Educação do Campo da, então, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação, do início do mês de agosto de 2004 até setembro de 2006. Fimido esse período, retorna ao seu posto na UFSC, para assumir importante militância no Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec) e no Fórum Catarinense de Educação do Campo (Focec). Ou seja, de “representante do poder público” ele passa a ser “interlocutor”, pelos movimentos sociais, do poder público. Veja-se Munarim (2017)

189 A fonte (a que não tive acesso) é: COMERFORD, J. ALMEIDA, L.S. PALMEIRA, M. O mundo da participação e os movimentos sociais rurais: >>

complexo<sup>188</sup>, em sintonia com que Cláudia Job Schmitt define, para o caso da agroecologia, como “conversacional”. Processo que envolve “uma comunidade de interpretação, que se fortalece, inclusive, na sua agregação nesses espaços híbridos sociedade-Estado”. (SCHMITT, 2016, p. 35) A autora cita a descrição realizada por Comerford, Almeida e Palmeira (2014, p. 76)<sup>189</sup>, longa transcrição, em segunda mão, que julgo importante:

[...] há uma história prévia ou paralela de articulação entre acadêmicos, dirigentes e assessores de movimentos sociais diversos, gestores públicos, pessoas ligadas a ONGs, dirigentes de entidades de representação profissional, e mesmo lideranças estudantis (que mais tarde tornaram-se gestores, membros de ONGs ou ocuparam cargos de governo) em torno de algumas bandeiras [...]. Bandeiras como a agricultura familiar, o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a agroecologia, o desenvolvimento territorial, a educação do campo, foram se consolidando, repercutindo e se sucedendo por meio de articulações em vários níveis entre esses diferentes agentes situados de um e/ou de outro lado da suposta “fronteira” estado/sociedade civil. (aspas e parênteses no original)

Podemos pensar em um processo semelhante na composição dos corpos docentes de Licenciaturas em Educação do Campo, destacando que, nesse caso, há os limites das instituições de ensino superior, com suas normas e rituais para ingresso via concurso. Ressalte-se, ainda, que é comum ver referências a maiores facilidades para a “construção da Educação do Campo” e para manter seus “critérios” (pe-

dagógicos e de gestão) enquanto essa modalidade funcionava apenas por meio de projetos – a título de exemplo, Pereira (2015, p. 282). Condição que teria se alterado com a passagem a uma (desejada, como indiquei) institucionalização, com a oferta “estável e irrevogável” de cursos e turmas, no ambiente considerado “antidemocrático e elitista” de universidades ou institutos federais.<sup>190</sup> Normalmente, essa visão está associada àquela que considera possível manter, total e absolutamente, com a institucionalização, “os princípios teóricos, epistemológicos e metodológicos” (SOUSA, 2015, p. 193) da agroecologia e/ou da Educação do Campo. Ou seja, sustentar a imprecisa “perspectiva transformadora”. Por isso, alguns docentes, por considerar que “ocuparam” a universidade “como um latifúndio do saber” e que são “mais compromissados socialmente”, julgam que cabe a eles dar a direção e, inclusive, fiscalizar e controlar seus colegas. De fato, o quadro da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC em 2018 não é muito distante daquele traçado por Munarim (2017, p. 61), para o Departamento de Estudos Especializados em Educação (EED)<sup>191</sup>, no início dos anos 2000:

[...] existiam ali as diferenças teóricas formadoras das chamadas “igrejinhas”. Que estavam, umas mais outras menos, articuladas com outros grupos temáticos fechados de outros setores da Universidade e de outras instituições. De todo modo, eram grupos que, cada qual, se achava mais compromissado social e politicamente do que os outros.

>> entre mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In: LOPES, J.S.L. e HEREDIA, B. (Org). *Movimentos Sociais e Esfera Pública: O mundo da participação*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p.67-88.

<sup>190</sup> *ibid.*, p. 282

<sup>191</sup> Eram do EED os professores Antônio Munarim e Beatriz Hanff, que compuseram, desde o primeiro momento, o núcleo duro da proposta de implantação da Licenciatura em Educação do Campo (EduCampo) da UFSC. Em função disso, uma parte dos concursados e contratados com códigos de vaga do Reuni ou do ProCampo “carimbados” para a EduCampo, foram nele lotados. Considerou-se que seria mais adequado lotar os professores concursados e com códigos de vaga Reuni ou do ProCampo, com atuação no eixo de Ciências da Natureza e Matemática, no Departamento de Metodologia de Ensino – MEN. A necessária integração desses dois “grupos” foi mais um indicador da pertinência da criação do Departamento de >>

>> Educação do Campo, aprovada pelo Conselho Universitário da UFSC somente em 9 de setembro de 2015 e, por questões burocráticas, implantado apenas mais de um ano depois.

<sup>192</sup> Como já destaquei anteriormente, uma versão em inglês foi publicada no *The Journal of Peasant Studies*, em 2017. Ver Giraldo e Rosset (2017). Neste momento, seguirei diretamente a versão em espanhol publicada na Revista Guaju, editada pelos colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, da Universidade Federal do Paraná.

Ou que sempre julgavam que o outro não era assim tão compromissado. Também é verdade que nesse ambiente pesavam expressões de personalismos e da existência de vaidades pessoais. Que, não raro, propiciavam futricas e estranhamentos interpessoais, que nem sempre se resolviam com intervenções de apaziguamento. De todo modo, se tratava, em suma, de um grupo de elite, no sentido positivo desta palavra. Quer dizer, a maioria massiva de seus componentes desenvolvia seus trabalhos norteados verdadeiramente pela busca da eficiência e do interesse público. (aspas no original)

Lembro que no caso da Licenciatura em Educação do Campo, institucionalizados estamos todos. Resta, nesse ambiente de “grupo de elite”, discutir se estamos ou não “cooptados”. Para essa reflexão vou utilizar um texto bastante provocador (no sentido de instigador): Giraldo e Rosset (2016)<sup>192</sup>.

Na verdade, esses autores discutem a institucionalização e a possível “cooptação”, “captura” ou “esvaziamento de todo o conteúdo antissistema” da agroecologia, em um quadro bem mais amplo, aquele das corporações multinacionais, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), dos Bancos Multilaterais, como o Banco Mundial, das grandes e internacionalizadas ONG e/ou fundações e organizações “de desenvolvimento”, assim como, no contraponto, de movimentos sociais rurais globais como La Via Campesina. É evidente que esses debates têm repercussões sobre “o local” e resultam, ao mesmo tempo, no último caso, de questões postas de baixo para cima, ou do local para o global. O artigo dos autores referidos é uma reação ao primeiro reconhecimento da agroecologia por parte da “institucionalidade que governa a política de agricultura no mundo”, o que configurou, para eles, um campo de conflito,

com dois “bandos em disputa que lutam pelo seu [da agroecologia] significado”. Pois bem, para Giraldo e Rosset (2016), assistimos, atualmente, a uma disputa entre duas formas radicalmente distintas de conceber a agroecologia. Uma é estritamente técnica, cientificista e institucional. A outra é aquela dos povos do campo, profundamente política que intercede em favor da justiça distributiva e da **redefinição total do sistema alimentar** (o ne-grito é em função das discussões já feitas nas seções anteriores).

Sempre segundo Giraldo e Rosset (2016), a primeira explicação para o renovado interesse “da institucionalidade do desenvolvimento” em promover e apoiar a agroecologia está na crise financeira de 2007 a 2009. Com ela, o capital que durante anos conseguiu refugiar-se nos mercados financeiros, começou a buscar, por todos os meios, a maneira de se apropriar das riquezas naturais, das quais depende toda a atividade econômica. Agora, para os autores, fica evidente que o capital também busca lucrar com a ampliação dos mercados de “produtos orgânicos industriais, que logo serão renomeados de agroecológicos nos supermercados”. Para que a agroecologia seja, assim, “capturada, cooptada e esvaziada”, não se trata de marginalizá-la, mas de mantê-la “em certas coordenadas de controle”. Isso significa articular os camponeses, agricultores familiares e pescadores artesanais às economias empresariais, tornando-os “funcionais à acumulação”. Em suma, para os autores citados, a crise é também um bom momento para criar novas fontes de negócio, como aquela que, no futuro, poderia converter-se em uma “indústria de insumos agroecológicos”, as monoculturas orgânicas para nichos de exportação, ou a internalização dos custos de degradação ambiental para obter créditos de carbono.

Giraldo e Rosset (2016) chegam a falar em uma “colonização da agroecologia”, como uma maneira de “apaziguar as revoluções agroecológicas” que vêm crescendo em diversas latitudes e que, facilmente, podem ser deturpadas [*corrompidas*, no original em espanhol] por estratégias clássicas de desenvolvimento. Assim, as formas tradicionais de vida dos pequenos agricultores, povos

indígenas, pastores nômades e pescadores artesanais continuariam sendo expressas em termos de pobreza, subdesenvolvimento e atraso, mas, agora, se prometerá a salvação deles “pela mão messiânica dos projetos agroecológicos dos governos”. O objetivo seria continuar criando “clientes dos projetos de desenvolvimento”, dirigindo aos habitantes rurais os “serviços profissionais agroecológicos”. Se isso foi feito durante décadas com programas e projetos [de desenvolvimento rural], nada nos diz que algo disso vai mudar quando a agroecologia é “apropriada” pelos ministérios de agricultura e é incluída em planos nacionais dos governos, sejam eles neoliberais ou progressistas.

Ao mesmo tempo em que faço essa longa apresentação do texto de Giraldo e Rosset (2016), porque provoca a reflexão, ressalvo que o considero – como Bellon e Ollivier (2018), visto acima – dicotômico. E mais, com uma narrativa “o capital pode tudo” e, para o caso brasileiro e sua estrutura agrária e de poder, no mínimo, otimista. Basta ver o que aconteceu nos últimos dois anos, quando o capital e o neoliberalismo derrotaram, com um Golpe jurídico-parlamentar, as políticas de desenvolvimento mais inclusivas (ou menos excludentes) e mais sustentáveis (ou menos predadoras) dos anos 2003–2011 (Governos Luiz Inácio Lula da Silva) e, em menor grau, 2011 e 2014 (primeiro Governo Dilma Rousseff). Como já foi visto, as políticas de agricultura familiar, desenvolvimento territorial, agroecologia, populações tradicionais, juventudes e mulheres do campo, só para dar alguns exemplos, presentes no período citado, foram logo em seguida praticamente aniquiladas. O mesmo está acontecendo com as políticas de Educação do Campo.

Por isso, a meu ver, o texto acaba indicando a Licenciaturas em Educação do Campo a complexidade dos debates que precisam ser feitos com maturidade e sem “finca-pés”. E estes temas precisam ser apresentados aos estudantes, acompanhados de análises aprofundadas e que os ajudem a pensá-los (aos temas) por suas próprias cabeças. Por isso, o fim do texto, que trata justamente da “oportunidade” é ainda mais interessante.

Com tudo o que foi dito antes, não queremos sugerir que o fato de que a agroecologia esteja sendo motivo de interesse pela FAO e da “institucionalidade do desenvolvimento” não seja uma boa oportunidade para que as demandas dos movimentos sociais sejam escutadas. Muito pelo contrário: não será possível dar escala à agroecologia se a maquinaria institucional continuar favorecendo o *agribusiness* industrial<sup>193</sup> e as tecnologias da Revolução Verde, mediante subsídios, créditos, programas de extensão e todo o aparato de incentivos com os quais se expandiu o modelo de desenvolvimento rural nos últimos cinquenta anos. O que, sim, estamos assegurando é que se deve ter o cuidado de não cair na ingenuidade de acreditar que, finalmente, abriram-se as portas para transformar a estrutura agrária mundial rumo à agroecologia; e que o melhor é que os movimentos sociais permaneçam alertas, para evitar que com as tentativas de institucionalização se criem dependências em relação aos programas e projetos públicos, o que pode gerar uma burocratização produtora de demagogias que desabilitem. (GIRALDO e ROSSET, 2016. p. 30-31, aspas no original, grifos W.S.)

<sup>193</sup> Na versão em espanhol, *agronegocio industrial*, e na versão em inglês, *industrial agribusiness*. Na citação, optei por manter minha escolha de não traduzir *agribusiness*

Trabalhar a crítica para evitar essa ingenuidade e fazer pensar, esse me parece ser o desafio dos docentes de Licenciaturas em Educação do Campo. Isso se fará se for possível estabelecer relações mais horizontais, com menos vaidades intelectuais (e políticas) e, em consequência, verdadeira abertura ao “diálogo de saberes” no corpo de professores. E, como procurei defender, se puder existir, nessa construção coletiva, uma abordagem polisêmica da agroecologia. Creio que os docentes de Licenciaturas em Educação do Campo também precisam praticar os “processos de aprendizagem” mencionados por Sabourin (2017, p. 285), para que se dê uma prática “conversacional”, ou uma verdadeira “circulação” das “ideias agroecológicas” nesses cursos universitários, coisa que me parece estar longe de ser conquistada.

# Considerações Finais



*No campo, as pessoas dependiam dos voluntários da cidade. Tínhamos professores, assistentes sociais, médico, enfermeiros voluntários. [...] Após algum tempo, aprendemos a não nos apegar demais a essas pessoas, que, como dizia minha mãe, chegavam e partiam como vendedores que não tinham nada para vender, a não ser as palavras você tem que. Eu não gosto de gente que vem de muito longe, ela dizia. Eles não sabem quem somos, ficam dizendo você tem que fazer isso e você tem que fazer aquilo.*

Jennifer Clement,  
em Reze pelas mulheres roubadas

Talvez, a minha contribuição com este livro seja a de tentar juntar as “áreas” de Agronomia, Desenvolvimento Rural, Ciência e Tecnologia (C&T) e/na Agricultura, Agroecologia e Educação do Campo, buscando articulá-las, especificamente relacionando-as a atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em uma formação inicial de professores que trabalharão com o ensino de Ciências da Natureza e Matemática, em escolas do campo (segundo a definição dada pelo Decreto 7.352/2010), nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio: a Licenciatura em Educação do Campo da UFSC. Essa articulação visou fomentar o debate – e contribuir para qualificá-lo – no corpo docente e no ambiente institucional do Curso. Assim, é nessa perspectiva que vou procurar apresentar minhas considerações finais.

Inicialmente (Capítulo 1), busquei realizar uma recuperação da visão da *intelligentsia* sobre os camponeses. Ela ilustrou como a

desqualificação do camponês e dos seus saberes e fazeres (assim como, dos querereres...) não teve início apenas na década de 1960, com o alastramento do Padrão Técnico Moderno aos países do Terceiro Mundo, via Revolução Verde, como é frequente nas narrativas que opõem a agricultura camponesa e o capital. O que a Revolução Verde fez foi reforçar a postura autoritária que impregnou, desde o século XIX, e impregna, até hoje, profissionais de Ciências Agrárias, mas também professores do Ensino Básico e do Ensino Superior, que atuaram e atuam na Educação Rural, assim como muitos que atuam, presentemente, na Educação do Campo. Procurei indicar como uma minoria educada e articulada sempre busca formas de justificar a representação (no sentido de “estar em lugar de”, ou “substituir”) que faz dos camponeses nos debates sobre a questão agrária, ou seja, na definição de quem produz e de como se produz na agricultura. Tal substituição ocorre, inclusive, no debate mais amplo sobre o modelo de sociedade, já que se vê o camponês, sempre, em um papel subordinado (seja aos educados ou “ilustrados”, seja “ao proletariado”). Ora, se no enfoque agroecológico é assumido que as “agriculturas camponesas” são vistas como “o produto do exercício da inteligência criativa de populações rurais na construção de melhores ajustes entre seus meios de vida e os ecossistemas”, tal “qualificação” leva – ou deveria levar – a relações mais horizontais e a estratégias de trabalho efetivamente participativas. Apesar disso, avalio que permanecem nos corpos docentes de Licenciaturas em Educação do Campo visões nada dialógicas para a relação com os camponeses e agricultores familiares. Ficam as perguntas, não seria essa uma avaliação conjunta necessária? Os corpos docentes de Licenciaturas em Educação do Campo não precisam de um repensar coletivo sobre qualificação ou desqualificação dos saberes, fazeres e querereres dos agricultores familiares ou camponeses? Ou, parafraseando Norgaard e Sikor (2002, p. 61), não precisam esses corpos docentes, questionar se sentem um verdadeiro respeito pela sabedoria dos agricultores, se integram as formas de conhecimento científica e artesanal e se trabalham efetivamente em conjunto?



Em seguida (Capítulo 2), tratei da(s) agroecologia(s). Fiz isso por julgar que, no quadro da incorporação da agroecologia à Educação do Campo, é indispensável uma reflexão sobre a “multiplicidade de significados” da – ou a “polissemia do termo” – agroecologia. E, sobretudo, para perguntar se os corpos docentes de Licenciaturas em Educação do Campo têm apresentado essa multiplicidade de ângulos de visão/polissemia aos estudantes ou se, ao contrário, têm lhes posto à luz apenas um significado, procurando torná-lo único ou hegemônico. Fundamentalmente, o que procurei defender é que não parece adequado, nessas formações iniciais de professores de Ciências da Natureza e Matemática que atuarão em escolas do campo (segundo a definição dada pelo Decreto 7.352/2010), trabalhar e apresentar aos estudantes apenas uma das “variedades” (BUTTEL, 2003), nem somente um dos três “usos” (WEZEL et al., 2009) da agroecologia. Dizendo de outra forma, nesse segundo caso, se não se trata de trabalhá-la e apresentá-la apenas como ciência, ou como prática, não se trata, da mesma forma, de trabalhá-la e de apresentá-la somente como movimento. É tal equilíbrio que precisa ser buscado.

Como foi mencionado, existe, a meu ver, nos corpos docentes de Licenciaturas em Educação do Campo – no caso que eu conheço mais de perto, com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática, um conflito entre dois polos que, crescentemente, se opõem ou, pior, combatem um ao outro: um nominado de “acadêmico” e outro, de “vanguardista” ou “militante”. O primeiro quer mais e mais conteúdo de suas disciplinas; o segundo que se discuta mais e mais o Modo de Produção Capitalista e um novo projeto societário. No foco de minha abordagem, “acadêmicos” veem a agroecologia apenas como ciência; “vanguardistas” somente como movimento ou, ainda mais restritamente, como instrumento para fazer política.

Não tenho a menor pretensão ou condições de arbitrar tal confronto. Primeiro, porque não me sinto confortável frente a posições binárias ou dicotômicas. Segundo, porque creio que

essa questão poderia ser muito melhor resolvida se houvesse a humildade de todos em reconhecer que têm pouco contato real com os(as) camponeses(as) ou agricultores(as) familiares e seus saberes, fazeres e quererem. Refiro-me à base de movimentos sociais – e não a seus líderes ou assessores, assim como aos agricultores familiares e camponeses “sem movimentos sociais”. E faço alusão a um contato efetivo nos locais em que eles vivem, trabalham e se articulam com o sistema alimentar: as Unidades Familiares de Produção (UFP, agrícolas ou não-agrícolas). Isso não significa ficar preso a elas, com uma visão restrita de agroecossistema ou com as limitações resultantes do localismo. Mas, partir dela (UFP) na necessária ação de ampliar e tornar crítico o olhar dos educandos (e o dos próprios docentes). Para isso, seria preciso vencer o “fator asfalto” e a prática do “turismo em desenvolvimento rural”, mencionados por Robert Chambers. A interiorização das turmas de Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, por exemplo, não conseguiu reverter o quadro no qual a quase totalidade dos professores nunca tenha estado na Unidade Familiar de Produção de sequer um(a) de seus(suas) estudantes agricultores(as) familiares. Lembro que, para lutar contra a desqualificação do saber camponês, é preciso conhecer e analisar as práticas camponesas e conhecer os saberes a elas ligados. Isso, definitivamente, não pode ser feito a distância ou apenas pelas descrições dos estudantes.

Ainda no sentido da não arbitragem, julgo importante explicitar minha posição, reforçada pela construção deste texto. Não acredito na possibilidade de uma “revolução agroecológica”. Mesmo que autores importantes dos debates sobre agroecologia já tenham usado esse termo para descrever um processo passado recente, creio que na agricultura não existem rupturas. E que, se é possível usar a palavra revolução para apontar a profundidade das mudanças na agricultura, ela não tem relação com a rapidez ou com a precipitação delas. Assim se o mundo viveu uma longa transição agrícola do último quarto do século XIX até a metade do século XX, quando, no pós-Segunda Guerra

Mundial, o Padrão Técnico Moderno (PTM) se tornou hegemônico, é preciso ter cuidado com análises definitivas a partir de conjunturas muito específicas.

É importante, por isso, insistir na diferença entre agricultura industrial e agricultura da Revolução Verde<sup>194</sup>.

<sup>194</sup> Procurei fazer isso numa versão mais completa desse estudo, que como mencionei, na parte inicial deste livro, será publicada em seguida no formato *ebook*.

<sup>195</sup> Sempre que escrevo esse termo usado para mudanças em direção a manejos agroecológicos, ou mesmo à agricultura orgânica, é impossível não pensar em seu tom religioso.

Nesse último caso, a “apropriação industrial de elementos discretos da produção agrícola” (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990) pode, de fato, ser bastante “parcial”. Em meus trabalhos de extensão universitária, visitei inúmeros agricultores familiares cuja adesão ao suposto “pacote tecnológico da Revolução Verde” se dava apenas no uso de herbicidas, que eles explicavam pela carência de mão de obra na Unidade Familiar de Produção, já que os filhos em condições de “ajudar”, tinham, todos, “ido para a cidade” ou “buscado uma atividade não-agrícola”. Ora a “reconversão” desse agricultor à agricultura tradicional ou, ainda melhor, sua “conversão”<sup>195</sup> a manejos agroecológicos em suas Unidades Familiares de Produção – ou, a inclusão dele em um manejo agroecológico de um território rural mais amplo – é “menos difícil” ou “menos impossível”. Insisto que, quando autores como Teran et al. (2018) fazem referência a que agricultores familiares ou camponeses “adotaram a agricultura da Revolução Verde”, se está distante, pela escala e pela organização do trabalho, da visão de agricultura industrial.

Recordo que o Padrão Técnico Moderno (PTM) foi hegemônico “apenas” (as aspas porque já foi tempo demais) durante os chamados “trinta anos gloriosos”, entre 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial) e 1973 (a primeira crise do petróleo)<sup>196</sup>. Assim, defendo que é preciso trabalhar uma análise de longo prazo da agricultura e de sua “continuidade” – no sentido, dado por Byé e

<sup>196</sup> Para efeitos didáticos e para trabalhar com estudantes, vale a pena pensar que, se a história de dez mil anos da agricultura – do Neolítico até hoje, >>

Fonte (1992), de “não-rupturas”. As projeções deterministas feitas, por exemplo, após a crise de 2007 e 2008, com a forte alta dos preços do petróleo e das *commodities* agrícolas (e dos alimentos, de forma geral), precisaram ser revistas sete a oito anos depois. E, neste ano de 2018, com uma nova forte alta dos preços do petróleo, mais uma vez, um cenário muito diverso se apresenta. Ainda mais com a crescente perda de hegemonia pelos Estados Unidos, com o fortalecimento da posição hegemônica da China, e tendo em vista os grandes investimentos em compra de terras agrícolas que ela faz em diversos continentes. Há muitos estudos prospectivos sobre a agricultura mundial, mas fazer projeções não é o meu objetivo neste texto. O que quero indicar é que, repito, não creio em uma “revolução agroecológica”. E ainda menos que tal suposta “revolução agroecológica” possa contribuir (ser instrumento para) ou estar associada a (ser consequência de) uma “revolução socialista”. Defender essa posição como fazem os “vanguardistas” ou “militantes” em Licenciaturas em Educação do Campo, creio, parafraseando Luís Antônio Barone e Vera Botta Ferrante<sup>197</sup>, tratar-se de um “radicalismo de protesto, que faz uma tentativa bastante discutível de fomentar uma ‘disputa de projetos’ no interior” dessas formações iniciais de professores de Ciências da Natureza e Matemática voltados a escolas do campo (segundo a definição dada pelo Decreto 7.352/2010).

Isso não significa, contudo, que eu não veja a agroecologia como “movimento”, capaz de questionar o fun-

>> fosse convertida em um ano, a hegemonia do PTM representaria apenas pouco mais de um dia. O PTM teria se tornado hegemônico às 8 horas da manhã do dia 29 de dezembro; e deixado de sê-lo, às 9 horas da manhã do dia 30 de dezembro. Até às 24 horas do dia 31 de dezembro, seguindo na comparação com o ano, estamos vivendo mais uma longa transição. Ou se preferirem, entre 1973 e 2018 (45 anos), vivemos um novo processo de disputa e indefinição de modelos de produção agrícola (agroecologia, produção “razoável”, agricultura “de precisão”, permanência da agricultura “convencional” etc.).

<sup>197</sup> Barone e Ferrante (2017, p. 29) fazem referência a uma “prática política ambígua” do MST com a “adesão acrítica” aos Governos do Partido dos Trabalhadores enquanto mantém, ao mesmo tempo, “um discurso fortemente anticapitalista” e patrocinava “ações de confronto com o ‘agronegócio”.

cionamento do sistema alimentar industrial e globalizado dentro do atual Modo de Produção Capitalista. E que, da mesma forma, isso não quer dizer que eu pense que, a partir da confluência e reforço múltiplo de saberes científicos (agroecologia como “ciência”) e de saberes artesanais (agroecologia como “prática”), a agroecologia não possa representar uma profunda e viável alternativa a esse mesmo sistema alimentar industrial globalizado. Sigo, neste ponto, como foi visto, as análises dos principais autores contemporâneos sobre a agroecologia.

Reconheço que essa postura possa ser vista como, expressando de forma diversa o que afirmou Carlos Eduardo Mazzetto Sil-

<sup>198</sup> O trecho é o seguinte: “A progressiva institucionalização da questão ambiental não se dará sem perdas para o ambientalismo. O pragmatismo foi substituindo o radicalismo, e os pensamentos e ações se concentraram no ajuste de certo controle ambiental, dentro do modo de produção e consumo instituído. Na impossibilidade de mudar o modelo de sociedade, parte importante do movimento ambientalista passou a tentar torná-lo menos predatório. A isso se chamou de ambientalismo de resultados”. (SILVA, 2012, p. 210)

va, uma “agroecologia de resultados”.<sup>198</sup> Não vejo problema nisso e, seguindo na linha da “transição agroecológica”, defendo a perspectiva da “**amplificação da agroecologia**”. Como Peter Rosset (ROSSET, 2017 p. 124), julgo que o maior desafio que temos é pensar de que forma “as escolas do campo poderiam funcionar como eixos de ação nos processos territoriais” para “**amplificar a agroecologia**”. E, ao mesmo tempo, promover transformações no sistema alimentar industrial em direção à Soberania Alimentar.

Trabalhar tal perspectiva com os futuros educadores do campo (e não, somente, futuros educadores de escolas de assentamentos de Reforma Agrária ou ligadas a um movimento social específico), exige, ao meu ver, uma abordagem polissêmica da agroecologia, nos termos tratados anteriormente, “como ciência”, “como prática” e “como movimento”. No que é da prática pedagógica dos – e do debate entre os – docentes de Licenciaturas em Educação do Campo, não creio que exista contradição entre essa perspectiva e aquela proposta por Moreno (2014, p. 178). Pondera a autora:

quanto ao exercício de ministrar disciplinas do núcleo específico das Ciências Naturais, é preciso garantir o direito ao conhecimento, à ciência e à tecnologia socialmente produzidas e acumuladas. Mas também que contribua na construção e afirmação dos valores e da cultura, das autoimagens e das identidades, da diversidade que hoje compõe os povos brasileiros do campo, pensando nos diferentes sujeitos do campo e valorizando seu contexto, sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e de se relacionar com o tempo, terra, o meio ambiente, seus modos de organizar as famílias e o trabalho. É o papel conferido à Educação do Campo de fomentar reflexões a respeito desse novo projeto, objetivando desenvolver educação contextualizada, voltada à realidade dos sujeitos que vivem no espaço rural brasileiro. (grifos W.S.)

Da mesma maneira, apesar de discordar da visão política de Sá e Molina (2014, p. 92), para mim, “a compreensão da lógica camponesa” pode estar, sim, profundamente relacionada “a uma política de formação da juventude rural com base nos valores da Soberania Alimentar e da Agroecologia”. De novo, volto à necessária humildade para que todos os docentes – sejam “acadêmicos”, sejam “vanguardistas” – de Licenciaturas em Educação do Campo reconheçam que têm buscado muito pouco tal compreensão da “lógica camponesa”. O resultado, como visto no Capítulo 1, é a desqualificação dos camponeses, de seus saberes e fazeres, assim como de seus quereres.

Ao mesmo tempo, parece-me claro que a relação das Instituições de Ensino Superior, especialmente as Federais, com os movimentos sociais do campo não pode ser de subordinação, o que, a meu ver, impediria a criação – ou, em boa parte dos casos, a permanência – de um ambiente pedagógico favorável à crítica, assim como ao pensamento autônomo dos docentes e dos estudantes.

Voltando à ideia de Peter Rosset que “as escolas do campo poderiam funcionar como eixos de ação nos processos territoriais” para “amplificar a Agroecologia” – e à necessidade de formar

educadores do campo em sintonia com essa perspectiva – colocam-se vários desafios e ações<sup>199</sup>. O primeiro, é o de buscar “estabelecer um entendimento comum sobre o que é a agroecologia e o que ela implica como uma **prática, uma ciência e um movimento** sócio-político” (WEZEL et al, 2018, p. 4-5, grifos W.S.).

<sup>199</sup> A ideia de desafios e ações-chave e os que são por mim apontados são baseados em Wezel et al (2018).

<sup>200</sup> *ibid.*, p. 6

Volto, assim, à importância de uma abordagem polissêmica da(s) agroecologia(s), como foi trabalhado no Capítulo 2, o que **não** significa um afrouxamento de seus princípios básicos, uma vez que, se existem diferentes “agroecologias” no mundo, é porque elas refletem a diversidade dos contextos (ambientais, sociais, políticos, culturais etc.) em que são construídas. Um segundo desafio está relacionado à formação “em agroecologia”, que está no centro de minha reflexão. O que destaco, ainda seguindo Wezel et al (2018, p. 5), é “como promover melhor o compartilhamento de conhecimento entre agricultores, pesquisadores e educadores”. Esta promoção deve estar associada à “criação de conhecimento pelos agricultores e sua documentação e integração subsequentes em programas”<sup>200</sup> de formação. No caso de Licenciaturas em Educação do Campo, repito, tal formação é a “inicial” (graduação) de professores de Ciências da Natureza e Matemática, para trabalhar em escolas do campo (segundo a definição dada pelo Decreto 7.352/2010). Ainda como destacam Wezel et al (2018, p. 6), a “ação-chave”, nesse caso da “educação em agroecologia” é a melhoria da “troca de conhecimentos” (na minha visão, de saberes científicos com artesanais ou camponeses) e o estímulo à “aprendizagem experiencial e na **unidade de produção agrícola**” (grifo W.S.), assim como ao desenvolvimento de “melhores métodos para a cocriação e intercâmbio do conhecimento desenvolvido”. Como tenho procurado destacar, isso não será possível sem um contato mais próximo de todos os professores (“vanguardistas” e “acadêmicos”) com as referidas Unidades Familiares de Produção agrícola.

Um último tipo de desafio refere-se à possível cooptação e ao

temor pelo uso indevido do termo agroecologia. Essa postura é bem representada, como foi visto acima, por Giraldo e Rosset (2016), que indicam, por exemplo, a possível renomeação como “produtos agroecológicos”, nos super e hiper mercados, de “produtos orgânicos industriais”. É interessante que esses autores, ao criticarem os sistemas alimentares globalizados e industrializados (assim, padronizados e especializados), dizem que eles trabalham em oposição à diversificação nos modos de produzir e consumir inerentes à agroecologia, assim como à criatividade coletiva, à invenção social dos “povos do campo” (a opção por essa expressão é minha) e à “diversificação dos modos de ser e de existir” desses mesmos povos. Isso nos remete a perguntar se, de fato, os docentes – e por extensão, os cursos de Licenciatura em Educação do Campo têm, contra-hegemonicamente, trabalhado a favor dessa mesma “diversificação inerente à agroecologia” e aos “povos do campo”.

A resposta é importante para pensar “ações-chave” que visam transformar o **sistema alimentar**. Na formação de professores de Ciências da Natureza e Matemática que atuarão em escolas do campo (segundo o Decreto 7.352/2010), é preciso pensar na construção de uma massa crítica, a partir dessas escolas situadas em territórios rurais, capaz de alguma influência “local” na produção e no consumo de alimentos e, assim, na direção da Soberania Alimentar. Além disso, é preciso que esses professores de escolas do campo (segundo a definição dada pelo Decreto 7.352/2010) participem do esforço de avigoramento da comunicação e de alianças que contribuam para a **amplificação** da agroecologia. Isso implica em reconhecer e trabalhar a agroecologia de uma forma polissêmica. E pressupõe a valorização de seu componente **ciência**, associada, de forma mais geral, a uma valorização do pensamento científico e do materialismo. Da mesma forma, o componente **movimento** precisa ser firmado na perspectiva da transformação do **sistema alimentar** industrializado e globalizado e do fortalecimento da posição política em torno da Soberania Alimentar.



Finalmente, as práticas agroecológicas e suas contribuições multidimensionais necessitam ser promovidas, quantificadas e muito mais disseminadas. Para tanto, os “esforços de comuni-

<sup>201</sup> Esta crítica precisa ser ponderada. Fui um dos defensores e operacionalizadores do formato “Mambembe”, na expressão do Professor Antônio Munarim, para as turmas da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC. Com esse formato, as turmas foram “interiorizadas” e oferecidas em diferentes territórios rurais de Santa Catarina. Isso tem, é claro, impactos positivos na democratização do acesso ao ensino, público, gratuito e de qualidade e ao atingimento do público desejado para o curso: habitantes do campo, preferencialmente com ligação com a agricultura familiar ou camponesa. As dificuldades operacionais, de acolhimento institucional e as resistências a parte dos docentes a esse formato, indicam que ele não tem nada de “simples”. O que busco sinalizar é que se este é um passo necessário e importante, ele não é suficiente.

cação devem informar as pessoas sobre técnicas, práticas, impactos positivos, obstáculos e oportunidades, e casos emblemáticos”. (WEZEL et al., 2018, p. 6) Um papel importante, sem dúvidas, para as escolas situadas em territórios rurais – que incluem espaços urbanizados e que se relacionam com cidades e com consumidores urbanos – e seus educadores.

Para tudo isso, é preciso construir alianças e redes. Assim, parece tornar-se indispensável que essas alianças possam ser construídas, inicialmente, dentro dos próprios corpos docentes de Licenciaturas em Educação do Campo, aproximando – e aparando arestas entre – “vanguardistas” e “acadêmicos”. Como procurei ressaltar ao longo dessas tantas páginas, trabalhar uma abordagem polissêmica da agroecologia em Licenciaturas em Educação do Campo parece ser o melhor caminho para construir um ambiente interno democrático e não sectário, que favoreça o debate de ideias e para que seja possível alcançar, pelo menos, um compromisso (no sentido de um “meio termo estabilizado”). Tal abordagem polissêmica da agroecologia será combinada (e, certamente, facilitada) por iniciativas para sair do Campus (ou de salas de aula em municípios situados em territórios rurais, mas que funcionam como simples prolongamento dele<sup>201</sup>) e ir para o Campo (ou, como apontado anteriormente, para os lugares de vida e trabalho dos

agricultores familiares e camponeses, as Unidades Familiares de Produção), promovendo uma interação muito mais efetiva e horizontal com aqueles que são tão citados em nossos discursos docentes. Boa parte da argumentação para a resistência de professores da Licenciatura em Educação do Campo a esse “deslocamento” está ligada aos ritos e exigências acadêmicos para a carreira docente. O principal componente hoje valorizado é o das publicações. Parece-me, contudo, que uma pesquisa inovadora que aproxime saberes científicos e saberes artesanais e as publicações que delas resultem no campo da agroecologia têm perspectivas promissoras. Basta ver o crescente número de revistas científicas – e os papers que publicam – abertas a esse enfoque.

Com esses desafios e ações-chave, creio que Educação do Campo, Agroecologia e Campesinato poderão ser trabalhados, em Licenciaturas em Educação do Campo, realmente de forma articulada. Ou, dizendo de outra forma, que esses três lados e esses três ângulos venham, verdadeiramente, a compor um triângulo.

# Referências

- ABA-Agroecologia (Associação Brasileira de Agroecologia. Seminário sobre construção do conhecimento agroecológico. **Relatório...** Guarapari-ES, outubro de 2007. Disponível em: <http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/wp-content/documentos/Congressos/VCBA%20Guarapari/relatorio%20do%20seminario%20CCA%20no%20V%20CBA.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2017.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas, Hucitec/Anpocs/EdUnicamp, 1992. (Coleção Estudos Rurais)
- ALEKSIÉVITCH, S. **O fim do homem soviético**. São Paulo, Cia, das Letras, 2016.
- ALMEIDA, F. T. F. **Conceito e Prática de Agroecologia para o MST: A experiência do Assentamento Cunha (Goiás)**. Planaltina, 2014. (Universidade de Brasília – UnB, Faculdade Planaltina, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Dissertação de Mestrado)
- ALMEIDA, L. P. de et al. Discutindo a cultura camponesa no processo de ensino-aprendizagem em três escolas do sul do Brasil. In MACHADO, C. L. B., CAMPOS, C. S. S. e PALUDO, C. **Teoria e prática da educação do campo: análises de experiências**. Brasília, MDA, 2008. p. 100-109.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo/Rio de Janeiro, Expressão Popular/AS-PTA, 2012. 3ª edição (a primeira edição brasileira da obra é de 1989; a norte-americana, de 1987)
- \_\_\_\_\_. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Ano 13, nº. 16, Jan-jun. 2010. p. 22-32
- \_\_\_\_\_. Escalonando la propuesta agroecológica para la soberania alimentar em América Latina. **Agroecología**. N. 4, 2009. p. 39-48
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In LOVATO, P. E. e SCHMIDT, W. (Orgs) **Agroecologia e sustentabilidade no meio rural**. Chapecó, Argos, 2006. p. 9-12.

- \_\_\_\_\_. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004. (4ª edição)
- \_\_\_\_\_. ¿Por que estudiar la agricultura tradicional? **Agroecología y Desarrollo** (Revista de CLADES). Numero Especial 1, Marzo 1991. n.p.
- ALTIERI, M., NICHOLLS, C. e MONTALBA, R. Technological Approaches to Sustainable Agriculture at a Crossroads: An Agroecological Perspective. **Sustainability**, 9(3), 349, february 2017.
- ALTIERI, M. e NICHOLLS, C. I. Agroecology: a brief account of its origins and currents of thought in Latin America. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, 41:3-4, 2017. p 231-237
- \_\_\_\_\_. Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica. **Agroecología**, 7 (2), 2012. p. 65-83.
- ALTIERI, M. e NICHOLLS, C. Agroecología: potenciando la agricultura campesina para revertir el hambre y la inseguridad alimentaria em el mundo. **Revista de Economía Crítica**. nº 10, 2010. p. 62-74
- \_\_\_\_\_. **Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable.** México, Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente / Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2000.
- ALTIERI, M. e TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, 38:3, 2011. p. 587-612
- ANHAIA, E. M. **Constituição do Movimento de Educação do Campo na luta por políticas de educação.** Florianópolis, 2010. 108 p. + anexos. (Dissertação de Mestrado: Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina; Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação)
- ARAÚJO, J. P. de. **Impasses, Desafios e Brotos: O papel da Assessoria na Transição Agroecológica em Assentamentos Rurais.** Natal, 2009. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte; PPG em Ciências Sociais, Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações, Tese de Doutorado)
- ARETIO-AURTENA, B. L. **Microhistoria del Movimiento de los sin tierra en Brasil.** Tomo I. Ciudad Real (España), Serendipia Editorial, 2016.
- BARCELLOS, S. B. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST.** Seropédica, 2010. (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Dissertação de Mestrado)
- BARONE, L. A. e FERRANTE, V. L. S. B. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. In DELGADO, G. C. e BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas**

- de futuro. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.
- BELL, M. M. The agroecological imagination: Introduction. *Agroecology and Sustainable Food Systems*. 42:6, 2018. p. 601-604
- BELLON, S. e OLLIVIER, G. Institutionalizing Agroecology in France: Social Circulation Changes the Meaning of an Idea. *Sustainability*, 10 (5), 1380, abril 2018.
- BENSADON, L. S. **Tecendo projetos políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2016. (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Dissertação de Mestrado).
- BERELOWITCH, W. *La soviétization de l'école russe 1917-1931*. Lausanne, Ed, L'Age d'Homme, 1990.
- BERLAN, J-P. From the United States to a World System: Technological Change, International Trade, Agricultural Policy in the Twentieth Century. In MAUNDER, A. and RENBORG, U. **Agriculture in a Turbulent World Economy** (Proceedings of Nineteenth International Conference of Agricultural Economists, Malaga, Spain 26 August-4 September 1985). Aldershot (UK), Gower, 1986. pp. 343-352.
- BERNARDO, J. **MST e agroecologia: uma mutação decisiva**. Publicado na internet em 20 de março, de 2012. Disponível em <http://passapalavra.info/2012/03/97517>; <http://passapalavra.info/2012/03/53997>; <http://passapalavra.info/2012/03/54051>; <http://passapalavra.info/2012/04/54095>. Acesso em 10 de outubro de 2017.
- BORGES, J. L. **A transição do MST para a agroecologia**. Londrina, UEL, 2007. 166f. (Universidade Estadual de Londrina, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais)
- BORSATTO, R. S. **A agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) e assentados da reforma agrária**. Campinas, UNICAMP, 2011. (Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável)
- BRANDENBURG, A. **Memorial apresentado como requisito ao cargo de Professor Titular, no Plano de carreira do magistério de ensino superior da UFPR**. Curitiba, UFPR, 2015. Disponível em [http://www.ufpr.br/portafulpr/wp-content/uploads/2015/10/alfio\\_brandenburg.pdf](http://www.ufpr.br/portafulpr/wp-content/uploads/2015/10/alfio_brandenburg.pdf) Acesso em fevereiro de 2017.
- \_\_\_\_\_. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 6, Jul-Dez 2002. p. 11-28.

- BRANDENBURG, A., BILLAUD, J-P. e LAMINE, C. Apresentação. In. BRANDENBURG, A., BILLAUD, J-P. e LAMINE, C. (Org.). **Redes de agroecologias: Experiências no Brasil e na França**. Curitiba, Kairós, 2015.
- BRANDENBURG, A., LAMINE, C. e DAROLT, M. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. In BRANDENBURG, A., BILLAUD, J-P. e LAMINE, C. (Orgs). **Redes de agroecologias: Experiências no Brasil e na França**. Curitiba, Kairós, 2015. p. 87-110
- BRASIL - Presidência da República. Lei Nº 10.831; de 23 de dezembro de 2003. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm) . Acesso em 10 de abril de 2018.
- BRENNEISEN, E. **Da luta pela terra à luta pela vida: entre os fragmentos do presente e as perspectivas do futuro**. São Paulo, Annablume, 2004.
- BRUISCH, K. e GESTWA, K. Expertise and the quest for rural modernization in the Russian empire and the Soviet Union. **Cahiers du monde russe**. 2016/1 (Vol. 57), p. 7-30. Disponível em <http://www.cairn.info/revue-cahiers-du-monde-russe-2016-1-page-7.htm> Acesso em 09/08/2017.
- BUTTEL, F. **Envisioning the Future Development of Farming in the USA: Agroecology Between Extinction and Multifunctionality? New Directions in Agroecology Research and Education**, Madison, University of Wisconsin-Madison, 2003.
- BYÉ, P. et FONTE, M. Vers des techniques agricoles fondées sur la Science. **Cahiers d'économie et sociologie rurales**, n. 24-25, 1992A. pp.94-114
- CALDART, R. S. **Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo**. 2017, Disponível em <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/trabalho-agroecologia-e-educacao-politecnica-nas.pdf/view> Acesso em 11 de agosto de 2017.
- CALDART, R. S. **Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida! Veranópolis**, 2016. (não publicado)
- \_\_\_\_\_. Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. **Trabalho Necessário**. Ano 2 n. 2, 2004. Disponível em [http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN\\_02/TN2\\_CALDART\\_RS.pdf](http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_02/TN2_CALDART_RS.pdf) Acesso em 19 de janeiro de 2017.
- CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Presidente Prudente, 2014. (Universidade Estadual Paulista – Unesp, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Geografia, Tese de Doutorado)
- CAMPOS, L. M. T. de O. M. Educação Básica do Campo. In. CALDART, R. S. et al. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro /

- São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012. p. 237-244
- CAPDEVILLE, G. *O ensino superior agrícola no Brasil*. Viçosa, IU-UFV, 1991.
- CAPORAL, F. R. *A Agroecologia não é, não deve e não precisa ser tudo*. Publicado na internet em 20 de julho de 2017. Disponível na internet em <http://frcaporal.blogspot.com.br/2017/07/a-agroecologia-nao-e-nao-deve-e-nao.html> Acesso em 22 de agosto de 2017
- \_\_\_\_\_. *Extensão Rural e Agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível*. Recife, Edição do autor, 2015.
- CAPORAL, F. R. e PETERSEN, P. *Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: O caso do Brasil*. *Agroecologia*, n. 6, 2012. p. 63-74
- CARVALHO, H.M. de. (Org.) *Chayanov e o Campesinato*. São Paulo, Expressão Popular, 2014.
- CARVALHO, I. S. H. de. *Campesinato e Biodiversidade no Cerrado: Um estudo sobre o Assentamento Americana (Grão Mogol – MG) à luz da agroecologia*. Campinas, 2013. (Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Tese de Doutorado em Ambiente e Sociedade).
- CARVALHO, P. A. F. de. *Biografia sumária de Chayanov*. In CARVALHO, H.M. de. (Org.) *Chayanov e o Campesinato*. São Paulo, Expressão Popular, 2014. pp. 33-38
- CASADO, G. I., GONZÁLEZ DE MOLINA, M. E SEVILLA GUZMÁN, E. *Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible*. Madrid/Barcelona/México, Ediciones Mundi-Prensa, 2000.
- CHAMBERS, R. *Avant-propos*. In SCOONES I. e THOMPSON, J. *La reconnaissance du savoir rural; Savoir des populations, recherche agricole et vulgarisation*. Paris/Wageningen, Karthala/CTA, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Développement rural; La pauvreté cachée*. Wageningen/Paris, CTA/Karthala, 1990. (Tradução para o francês de Rural Development: putting the last first. Londres, Longman, 1983)
- CHAMBERS, R., PACEY, A. e THRUP, L. A. *Les paysans d'abord; Les innovations des agriculteurs et la recherche agronomique*. Paris/Wageningen, Karthala/CTA, 1994. (Tradução para o francês de Farmer First; Farmer Innovation and Agricultural Research. Londres, Intermediate Technology Publications, 1989)
- COELHO, S. G. *Transição agroecológica e Reforma Agrária no Brasil: Estudos de casos nos assentamentos Jiboia e Paraíso em Unaí – Minas Gerais*. Brasília, 2011. (Universidade de Brasília – UnB, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Dissertação

de Mestrado)

- CONFERÊNCIA POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO. Texto Base. In Kolling, E.J. et al. *Por uma educação básica do campo* (Memória). Brasília, Articulação Nacional por uma educação básica do campo, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 1)
- CONKIN, P.K. *A Revolution down on the farm: The Transformation of American Agriculture since 1929*. Lexington, The University Press of Kentucky, 2008.
- CORREA, C. *El MST en Marcha hacia la Agroecología: Una aproximación a la Construcción Histórica de la Agroecología en el MST*. Baeza (España), 2007. (Universidad Internacional de Andalucía y Universidad de Córdoba, Master em Agroecología: Um enfoque sustentable de la Agricultura Ecológica, Trabajo Final)
- COSTA, M. B. B. da., SOUZA, M. MULLER JÚNIOR, V. COMIN, J.J. e LOVATO, P.E. *Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015*. *Agroecología*, 10 (2): 63-75, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Agroecology development in Brazil between 1970 and 2015*. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 41:3-4, 276-295, 2017.
- D'AGOSTINI, A. *A educação do MST no contexto educacional brasileiro*. Salvador, 2009. (Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Tese de Doutorado)
- DE' CARLI, C. *O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 100 | 2013, colocado online no dia 28 Outubro 2013, criado a 01 Outubro 2016. URL: <http://rccs.revues.org/5245> ; DOI : 10.4000/rccs.5245. Acesso em fevereiro 2017.
- DESMARAIS, A. A. *A Via Campesina; A Globalização e o Poder do Campesinato*. São Paulo, Expressao Popular, 2013.
- FERNANDES, R.C. (Org., Introd. e Notas) *Dilemas do Socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- FITZGERALD, D. *Blinded by Technology: American Agriculture in the Soviet Union, 1928-1932*. *Agricultural History*, Vol. 70, No. 3, Summer, 1996, p. 459-486 Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3744095> Acesso em 06/06/2017.
- \_\_\_\_\_. *Every Farm a Factory; The industrial ideal in American Agriculture*. New Haven/London, Yale University Press, 2003.
- FITZPATRICK, S. *A Revolução Russa*. São Paulo, Editora Todavia, 2017.
- FRANCIS, C. et al. 2003. *Agroecology: The ecology of food systems*. *Journal of Sustainable Agriculture*, 22: 99-118.



- GERASIMOV, I. V. “Russians into Peasants?” The Politics of Self-Organization and Paradoxes of the Public Modernization Campaign in the Countryside in Late Imperial Russia. *Journal of Modern European History*, v.2, no. 2, 2004. p.: 232–253.
- GERASIMOV, I. V. *Modernism and Public Reform in Late Imperial Russia; Rural Professionals and Self-Organization, 1905–30*. New York, Palgrave Macmillan, 2009.
- GIRALDO, O. F. e ROSSET, P. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. *The Journal of Peasant Studies*, DOI: 10.1080/03066150.2017.1353496, 2017
- \_\_\_\_\_. La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. *Guaju*, v.2, n.1, jan/jun. 2016. p. 14–37
- GLIESSMAN, S. How to amplify agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 41:6, 2017, p. 571–572.
- \_\_\_\_\_. Agroecology: it’s not the destination, it’s the journey, *Agroecology and Sustainable Food Systems*. 40:9, 2016A. p. 893–894.
- \_\_\_\_\_. How to leave industrial agriculture behind by shifting food systems toward agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 40:8, 2016B. p. 757–758.
- \_\_\_\_\_. Transforming food systems with agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*. 40:3, 2016C. p. 187–189.
- \_\_\_\_\_. Agroecology and Food System Transformation. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37:1, 2013. p. 1–2
- \_\_\_\_\_. *Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável*. 4ª Ed. Porto Alegre, EdUFRGS, 2009. (Tradução para o português de Agroecology: ecological processes in sustainable agriculture. Chelsea, Ann Arbor Press, 1997)
- GONÇALVES, J. C. *Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento*. São Carlos, 2015. (Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Tese de Doutorado)
- \_\_\_\_\_. *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto – SP*. São Carlos, 2015. (Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Dissertação de Mestrado)
- GONÇALVES, S. *Campesinato, Resistência e Emancipação: O modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná*. Presidente Prudente, 2008. (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Tese de Doutorado)
- GONZÁLEZ de MOLINA, M. *Las experiencias agroecológicas y su incidencia*

- en el desarrollo rural sostenible; La necesidad de una Agroecología Política. In SAUER, S. e BALESTRO, M.V. (orgs). *Agroecología e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo, Expressão Popular, 2013 (2ª edição) p. 17-70
- GOODMAN, D., SORJ, B. e WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias; Agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- GORENDER, J. *Combate nas Trevas; a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ed. Fundação Persio Abramo/ Expressão Popular, 2014. (5ª ed. rev. e ampl.)
- GUADARRAMA-ZUGASTI, C. TRUJILLO-ORTEGA, L. e RAMIREZ-MIRANDA, C. *Agroecología y desarrollo rural em Mexico: Bases agroecológicas, sistemas sostenibles y soberania alimentaria*. In SAUER, S. e BALESTRO, M.V. (orgs). *Agroecología e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo, Expressão Popular, 2013. (2ª edição) p. 99-136
- GUHUR, D. M. P. e TONÁ, N. *Agroecologia*. In. CALDART, R. S. et al. (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012. p. 59-67
- GUIVANT, J. S. *Os métodos participativos: do populismo ao pós-populismo*. In: Claudette M. Hann; Cleide de Oliveira et al. (Org.). *Recuperação Florestal: um olhar social*. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2008. p. 79-89.
- GUTERRES, E. *Os caminhos da transição: a longa passagem da agricultura química para a agricultura camponesa ecológica*. In GUTERRES, I. *Agroecologia Militante: Contribuições de Enio Guterres*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- GUTIÉRREZ, L. A. L. *Agroecología e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária: ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na região metropolitana de Porto Alegre*. Florianópolis, 2012. (Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Tese de Doutorado)
- HANDY, J. 'Almost idiotic wretchedness': a long history of blaming peasants. *The Journal of Peasant Studies*, 36:2, 325-344, 2009.
- HECHT, S. B. *A Evolução do Pensamento Agroecológico*. In ALTIERI, M. *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável*. Rio de Janeiro, PTA-FASE, 1989. pp. 25-41.
- HOFFMANN, D. L. *The 'Peasantisation' of the Soviet Working Class: Peasant Migration's Ebb and Flow, 1917-32*. In PALLOT, J. (Ed.)

- Transforming Peasants Society, State and the Peasantry, 1861-1930** (Selected Papers from the Fifth World Congress of Central and East European Studies, Warsaw, 1995). Hampshire/New York, MacMillan Press/St Martin's Press, 1998.
- HOLT-GIMÉNEZ, E e ALTIERI, M. Agroecología, soberanía alimentar y la Nueva Revolución Verde. *Agroecología*, 8 (2), 2013. p. 65-72,
- HUSSAIN, A. e TRIBE, K. **Marxism and the Agrarian Question**. London/Basingstoke, The MacMillan Press, 1983. (2ª Edição)
- JAS, N. *Déqualifier le paysan, introniser l'agronome, France 1840-1914. Ecologie Et Politique*, n.31, p. 45-55, 2005.
- \_\_\_\_\_. La promoción de la investigación agronómica en Francia durante el siglo XIX. Louis Grandeau, las estaciones agronómicas y el control de los fertilizantes. *Noticiario de Historia Agraria*, vol. 7 / n.14, 1997. pp. 195-212 Disponível em [www.historiaagraria.com/articulo.php?id=172&num=14](http://www.historiaagraria.com/articulo.php?id=172&num=14) Acesso em 6 de janeiro de 2018.
- JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*, v. 6, 1994. p. 76-89.
- JUBERTE, V. de O. **O PCB e os livros: a Editorial Calvino no período da legalidade do partido nos anos 1940 (1943-1948)**. São Paulo, 2016 (Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Dissertação de Mestrado em História Econômica). Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-13022017-141006/pt-br.php> Acesso em 03 de janeiro de 2018
- KERBLAY, B. **Du mir aux agrovilles**. Paris, Institut d'Études Slaves, 1985.
- KOPSIDIS, M, BRUISCH, K. and BROMLEY, D. W. (2015) Where is the backward Russian peasant? Evidence against the superiority of private farming, 1883–1913, *The Journal of Peasant Studies*, 42:2, 425-447
- \_\_\_\_\_. **Where is the Backward Peasant? Regional Crop Yields on Common and Private Land in Russia 1883-1913**. Paris, September 2013. (EHES Working Paper No. 46)
- KOTSONIS, Y. **Making Peasants Backward; Agricultural Cooperatives and the Agrarian Question in Russia, 1861-1914**. New York, MacMillan Press, 1999.
- LA VÍA CAMPESINA. **De Maputo a Jacarta: 5 Anos de Agroecologia em La Vía Campesina**. Jakarta, Vía Campesina, 2013. Disponível na internet em [http://www.landaction.org/IMG/pdf/De\\_Maputo\\_a\\_Yakarta\\_PT-web.pdf](http://www.landaction.org/IMG/pdf/De_Maputo_a_Yakarta_PT-web.pdf) Acesso em 31 de agosto de 2017.
- \_\_\_\_\_. **Déclaration de la VII Conférence internationale de la Via Campesina: Nous nourrissons nos peuples et construisons le**

- mouvement pour changer le monde. Disponível na internet em <https://viacampesina.org/fr/declaration-de-euskal-herria/> Acesso em 1 de setembro de 2017
- LAMINE, C. *La fabrique social de l'écologisation de l'agriculture*. Marseille, Les Éditions La Discussion, 2017.
- LAMINE, C., NIEDERLE, P. e OLLIVIER, G. Alliances et controverses dans la mise en politique de l'agroécologie au Brésil et en France. *Natures, Sciences, Sociétés*, 2018. (à paraître)
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. pp. 36-51.
- LEITE, L. C. A. *Contribuições da Agroecologia e da Politecnia para a Educação do Campo*. Niterói, 2016 (Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em Educação na Linha de Pesquisa Trabalho e Educação, Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação)
- LINHART, R. *Lenin, os camponeses*, Taylor. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983,
- LOBATO, M. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1959. 9ª Edição (Obras completas de Monteiro Lobato, Literatura Geral, vol. 4)
- \_\_\_\_\_. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1946. (Obras completas de Monteiro Lobato, Literatura Geral, vol. 8)
- LÓPEZ, D.G. e GUZMÁN G. I. C. Si la Tierra tiene sazón... El conocimiento tradicional campesino como movilizador de procesos de transición agroecológica. *Agroecología*, 7 (2): 7-20, 2012.
- LOURENÇO, F. A. *Agricultura Ilustrada; Liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, EdUnicamp, 2001.
- LUZZI, N. *O Debate agroecológico no Brasil: Uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Rio de Janeiro, 2007. (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Tese de Doutorado)
- MACHADO, L. C. P. As necessidades humanas, os saberes , a utopia: A agroecologia, os Cerrados e a sua proteção. In. SAUER, S. e BALESTRO, M.V. (orgs). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo, Expressão Popular, 2013 (2ª edição) p. 229-260
- MACHADO, L. C. P. e MACHADO FILHO, L. C. P. *A dialética da Agroecologia; Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo, Expressão Popular, 2017 (2ª Edição)
- MALUF, R. S. Prefácio. In. In NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L. de e VEZZANI,

- F. M. (orgs.) **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba : Kairós, 2013. p. 5-9
- MARTINS, J. de S. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo, Hucitec, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MAZALLA NETO, W. **Agroecologia e movimentos sociais: Entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses**. Campinas, 2014. (Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Faculdade de Engenharia Agrícola, Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola, Tese de Doutorado)
- MCKITTRICK M. **Industrial Agriculture**. In McNeill J. R. and Mauldin, E. S. **A Companion to Global Environmental History**. Oxford – West Sussex, Blackwell Publishing, 2012. pp. 411-432
- MEEK, D.D. **Movements in education: the political ecology of education in the brazilian Landless Works' Movement**. Athens (Georgia USA), UGA, 2014. (The University of Georgia, Dissertation for the Degree Doctor of Philosophy)
- MENDONÇA, S. R. de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- MENDRAS, H. **L'invention de la paysannerie; Un moment de l'histoire de la sociologie française d'après-guerre**. *Revue française de sociologie*, 2000, 41-3. p. 539-552. Disponível em [http://www.persee.fr/doc/rfsoc\\_0035-2969\\_2000\\_num\\_41\\_3\\_5293](http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_2000_num_41_3_5293) Acesso em 16/05/2017.
- MIRANDA, E. L. **Intercâmbios e diálogos entre educação do campo e agroecologia**. Viçosa, UFV, 2014. xiv, 68f. (Universidade Federal de Viçosa, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação)
- MOLINA, M. C. **Reflexões sobre o significado do protagonismo dos movimentos sociais na construção de políticas públicas de Educação do Campo**. In. MOLINA, M. C. (org.) **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010. p. 137-149 (Série NEAD Debate; 20)
- MORA, R. F. **Visión integral de la sostenibilidad: una nueva manera de enfocar el desarrollo rural**. *Agroecología y Desarrollo Rural Sostenible*, Nº 8 Nov. 2000. p. 7-21.
- MOREIRA, R. M. **Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP – Brasil**. Campinas, 2003. (Universidade Estaduall de Campinas – Unicamp, Faculdade de Engenharia Agrícola.

- Programa de Pós-graduação em Engenharia Agrícola, Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Dissertação de Mestrado)
- MOREIRA, R. M. e CARMO, M. S. do. Agroecologia na construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. *Agricultura em São Paulo*, v. 51, n. 2, jul./dez. 2004, p. 37-56.
- MORENO, G. de S. Reflexões sobre a organização curricular em Ciências Agrárias e Naturais na Educação do Campo. In SILVA, I. S. da, SOUZA, H. de e RIBEIRO, N. B. (Org.) *Práticas contra-hegemônicas na formação de educadores: reflexões a partir do curso de Licenciatura em Educação do Campo do sul e sudeste do Pará*. Brasília: MDA, 2014. pp.175-208
- MUNARIM, A. *Trajetória Acadêmico-Política de um Educador da UFSC*. Florianópolis, 2017. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Departamento de Educação do campo, Memorial de Atividades Acadêmicas apresentado e aprovado para promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior)
- MUNARIM, A. e SCHMIDT, W. O campo e a escola do campo, usar boas medidas para tomar medidas justas: escolas, infraestrutura e relação com territórios educacionais rurais de entorno no Estado de Santa Catarina. In MUNARIM, A., SCHMIDT, W. e PEIXER, Z. *Educação do campo: políticas e práticas em Santa Catarina*. São Paulo, Outras Expressões, 2016. pp. 17-48
- \_\_\_\_\_. *Educação do campo e as políticas públicas: subsídios aos Dirigentes Municipais de Educação*. Florianópolis, NUP-CED UFSC, 2014.
- NADAI, E. *Ideologia do progresso e ensino superior (São Paulo 1891 - 1934)*. São Paulo, USP, 1981. (Universidade de São Paulo - FFLCH, Tese de Doutorado em História)
- NASCIMENTO, C. G. do. *Educação do Campo e Políticas Públicas para além do Capital: Hegemonias em disputa*. Brasília, 2009. (Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Tese de Doutorado)
- NORDER, L.A.; LAMINE, C.; BELLON, S. E BRANDENBURG, A. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XIX, n. 3, jul.-set. 2016 p. 1-20
- NORGAARD, R. B. A contribuição epistemológica da agroecologia. In ALTIERI, M. *Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável*. Rio de Janeiro, PTA-FASE, 1989. pp.42-48

- NORGAARD, R. B. e SIKOR, T. O. Metodologia e Prática da Agroecologia. In ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba, Editora Agropecuária/AS-PTA, 2002.
- OLIVEIRA, A. A. de. **Formação e Trabalho no Movimento Sem Terra (MST): Processo de resistência do campesinato**. Belho Horizonte, 2014. (Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Dissertação de Mestrado)
- PALLOT, J. Introduction. In PALLOT, J. (Ed.) **Transforming Peasants Society, State and the Peasantry, 1861-1930** (Selected Papers from the Fifth World Congress of Central and East European Studies, Warsaw, 1995). Hampshire/New York, MacMillan Press/St Martin's Press, 1998.
- PARK, M.B. De Jeca Tatú a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 13, outubro 1999: 143-150.
- PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Esfória**. UFSC/PPAGR, Florianópolis, v.1, n.1 jan/jun 2003. pp. 81-106
- PEOPLE'S KNOWLEDGE EDITORIAL COLLECTIVE (Eds). **Everyday Experts: How people's knowledge can transform the food system**. Reclaiming Diversity and Citizenship Series. Coventry, Coventry University, 2017. Disponível em: [www.coventry.ac.uk/everyday-experts](http://www.coventry.ac.uk/everyday-experts). Acesso em 27 de novembro de 2017.
- PEREIRA, K. A. **Educação do Campo e rede de movimentos no sudeste do Pará: agroecologia e cooperativismo na relação entre trabalho e educação**. São Paulo, 2015. (Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Tese de Doutorado)
- PEREZ-CASSARINO, J. Dimensões iniciais necessárias à agroecologia como proposta transformadora para o desenvolvimento rural no Brasil. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói-RJ. **Anais... Niterói, UFF, 2009**. np. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos%20Julian%20Perez%20Cassarino.pdf>. Acesso em 9 de maio de 2018.
- PETERSEN, P. Agroecologia em construção: Terceira edição em um terceiro contexto. In. ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo/Rio de Janeiro, Expressão Popular/AS-PTA, 2012. 3ª edição (a primeira edição brasileira da obra é de 1989)
- \_\_\_\_\_. Introdução. In. **ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Construção do Conhecimento Agroecológico Novos Papéis, Novas Identidades**. Rio de Janeiro, Articulação Nacional de Agroecologia, 2007. (Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia)



- PETERSEN, P. e CAPORAL, F. R. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina e no Brasil. *Agroecología*, 6: 63-74, 2012.
- PETERSEN, P. MUSSOI, E.M. e DAL SOGLIO, F. Institucionalización del enfoque agroecológico em Brasil: avances y desafíos. *Agroecología* 8 (2): 73-79, 2013.
- PINTO, D. de S. **Identidades e trajetórias de educadores na agroecologia**. Seropédica, 2014. (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares Dissertação de Mestrado)
- PIRES, J.H.S. **Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na escola “José Gomes da Silva”, MST - PR**. Marília, UNESP, 2016. 143 f. (Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Dissertação de Mestrado,).
- PISTRAK, M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo, Expressão Popular, 2000. (A primeira edição do livro, na Rússia, é de 1924)
- PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo/Porto Alegre, EdUnesp/EdUFRGS, 2016.
- \_\_\_\_\_. van der. O modo de produção camponês revisitado. IN: SCHNEIDER, Sérgio (org). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- RETISH, A.B. **Russia’s Peasants in Revolution and Civil War : Citizenship Identity and the Creation of the Soviet State) 1914-1922**. Cambridge/ New York, Cambridge University Press, 2008.
- RIBEIRO, D.S. et al. **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. São Paulo, Expressão Popular, 2017.
- RIBEIRO, I. de O. **Agricultura, Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. (Obra póstuma organizada por Carlos Nelson Coutinho e Maria Beatriz de Albuquerque David)
- RODRIGUES, C. M. **Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da Corte portuguesa ao início da República**. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. 4(1):21-38, jan-abr. 1987a.
- \_\_\_\_\_. **A pesquisa agropecuária federal no período compreendido entre a República Velha e o Estado Novo**. *Cadernos de Difusão Tecnologia*. 4(2):129-153, maio/ago. 1987b.
- \_\_\_\_\_. **A pesquisa agropecuária no período pós-Guerra**. *Cadernos de Difusão Tecnologia*. 4(3):205-254, set/dez. 1987c.
- RODRIGUES, M. A. G. **Política da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política**. Rio de Janeiro,



2014. (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Tese de Doutorado)
- ROSSET, P. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos e os desafios para as escolas do campo. In. RIBEIRO, D.S. et al. **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia.** São Paulo, Expressão Popular, 2017. pp. 117-126
- SÁ, L. M. e MOLINA, M. C. Educação Superior do Campo: contribuições para a formação crítica dos profissionais das Ciências Agrárias. In MOLINA, M.C. et al. **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: Reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos Cursos do Pronera.** Brasília, MDA, 2014. pp. 90-116
- \_\_\_\_\_. Políticas de Educação Superior no Campo. In. MOLINA, M. C. (org.) **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão.** Brasília: MDA/MEC, 2010. p. 74-83 (Série NEAD Debate; 20)
- SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In DELGADO, G. C. e BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 263 a 289
- SANTOS, L. W. dos. **Estação Agronômica e Veterinária do Estado (1895-1920): Uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina.** Florianópolis, Editora da UFSC, 1998.
- SCHLACHTA, M. H. **O MST e a Questão Ambiental: Uma cultura política em movimento.** Marechal Cândido Rondon, 2008. (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Educação e Letras, Programa de Pós-graduação em História, Lina Pesquisa, Trabalho e Movimentos Sociais, Dissertação de Mestrado)
- SCHMIDT, W. **La relation entre le système productif et l'organisation de la recherche agricole au Brésil ; une approche historique.** Paris, 1996. (Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, Thèse pour le Doctorat).
- SCHMITT, C. J. As políticas em favor da agroecologia na trajetória do Ministério do Desenvolvimento Agrário: uma mirada retrospectiva. In MALUF, R. S. e FLEXOR, G. (Orgs.) **Questões agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e políticas públicas.** Rio de Janeiro, E-Papers, 2017. p. 287-300
- SCHMITT, C. J. A Transformação das “Ideias Agroecológicas” em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade**, Vol. 15, Edição Especial, 2016. p 16-48

- SCHMITT, C. J. e GRISA, C. Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: Uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L. de e VEZZANI, F. M. (orgs.) *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba : Kairós, 2013. p. 215-266
- SCOONES, I. e THOMPSON, J. *La reconnaissance du savoir rural; savoir des populations, recherche agricole et vulgarisation*. Paris/Wageningen, Karthala/CTA, 1999. (Tradução para o francês de Beyond Farmer First; Rural people's knowledge, agricultural research and extension practice. Londres, Intermediate Technology Publications, 1994)
- SEVILLA GUZMAN, E. *Sobre los Orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário*. La Paz, Plural Editores, 2011.
- \_\_\_\_\_. Las bases sociológicas de la agroecología y el desarrollo rural sustentable. En: J. A. PÉREZ RUBIO (ed). *Sociología y desarrollo: el reto del desarrollo sostenible*. Madrid, MAPA, 2007.
- \_\_\_\_\_. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.) *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- \_\_\_\_\_. Redescubriendo a Chayanov; hacia un neopopulismo ecológico. *Agricultura y Sociedad*. nº. 55, abril-junio 1990. p. 201-237
- SEVILLA GUZMAN, E. e ALONSO MIELGO, A.M. Para una teoría etnoecológica centroperiferia desde la Agroecología. In. I CONGRESO DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE AGRICULTURA ECOLÓGICA. *Prácticas ecológicas para una agricultura de calidad*. Toledo, septiembre de 1994.
- SEVILLA GUZMAN E. & WOODGATE, G. Agroecology: Foundations in Agrarian Social Thought and Sociological Theory. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 37:1, 2013. p. 32-44
- SEVILLA GUZMAN, E. e OTTMANN, G. La agroecología como estratégia de recampanización de la agricultura latino-americana: hacia la “outra modernidad”. *Agroecología y Desarrollo Rural Sostenible*, Nº 8 Nov. 2000. p. 22-51.
- SILVA, C. E. M. Desenvolvimento Sustentável. In In. CALDART, R. S. et al. (org.) *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Expressão Popular, 2012. p. 206-211
- SILVA, E. B. da. *Disputas territoriais camponesas: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO*.

- Goiânia, 2014. (Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dissertação de Mestrado)
- SILVA, L. M. S., SOUSA, R. da P. e ASSIS, W. S. de. A educação superior e a perspectiva agroecológica: avanços e limites dos Núcleos de Agroecologia das IES no Brasil. *Redes*, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017. p. 250-274
- SILVA, L. H. e MIRANDA, E. L. Agroecologia e educação do campo na Zona da Mata mineira. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 337-355, jul./dez. 2015.
- SILVEIRA, C. B. de. *Organizações e a Lei de Ferro das Oligarquias: um estudo sobre assentamentos rurais de reforma agrária*. Porto Alegre, 2003. (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Economia, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Dissertação de Mestrado)
- SIQUEIRA, P. Z. R. de. *A roça do futuro: Agroecologia e campesinato em assentamento de Reforma Agrária no território sul de Sergipe*. Aracaju, 2014. (Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Prodema, Dissertação de Mestrado)
- SOCLA - Sociedad Científica LatinoAmericana de Agroecologia. *Reflexiones sobre la Consulta Multisectorial sobre Agroecología em Asia y el Pacífico, organizada por la FAO*. 2015. Disponível na internet em [https://www.socla.co/wp-content/uploads/2016/01/SOCLA-reflexiones-sobre-la-Consulta-Multisectorial-sobre-Agroecologi\\_a-en-Asia-y-el-Paci\\_fico.pdf?iv=192](https://www.socla.co/wp-content/uploads/2016/01/SOCLA-reflexiones-sobre-la-Consulta-Multisectorial-sobre-Agroecologi_a-en-Asia-y-el-Paci_fico.pdf?iv=192) Acesso em 18 de setembro de 2017.
- SOCLA - Sociedad Científica LatinoAmericana de Agroecologia. *Reflexiones sobre la participación de SOCLA en el Simposio Internacional de Agroecologia para la seguridad Alimentaria y Nutrición en FAO*. Roma, 2014. Disponível na internet em <https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Reflexiones-sobre-la-participación-de-SOCLA-en-el-Simposio-Internacional-de-Agroecologia-FAO-Roma-1.pdf?iv=155> Acesso em 18 de setembro de 2017.
- SOUSA, R. da P. Agroecologia e Educação do Campo: Desafios da institucionalização no Brasil. *Educação & Sociedade*. v. 38, nº.140, jul.-set. 2017. p. 631-648.
- SOUSA, R. da P. *Educación profesional y Sabidurías de los jóvenes campesinos en la Amazonía: Una reflexión desde la Agroecología política*. Sevilla, 2015. (Universidad Pablo de Olavide, Programa de

- Doctorado en Sociedad y Medioambiente, Área de Agroecología y Desarrollo Rural – Tese de Doutorado)
- SOUSA, R. da P. et al. Educação Profissional, Agroecologia e Campesinato: a experiência do Instituto Federal do Pará. In. Mônica Castagna Molina, Clarice Aparecida Santos, Fernando Michelotti, Romier da Paixão Sousa (orgs.) *Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: Reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera*. Brasília: MDA, 2014. (Série NEAD Debate; 22)
- SOUZA, M. A. de. *Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, Vozes, 2006.
- \_\_\_\_\_. *As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST*. Campinas, 1999. (Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Tese de Doutorado em Educação)
- STANZIANI, A. *L'économie en révolution : Le cas russe, 1970 - 1930*. Paris, Albin Michel, 1998.
- STASSART, P. M. et alli. *L'agroécologie : trajectoire et potentiel. Pour une transition vers des systèmes alimentaires durables*. Dijon, Educagri, 2012. Disponível em [http://www.agroecologie.be/wp-content/uploads/2014/06/Agroecologie\\_Stassart\\_Baret\\_et\\_al\\_GIRAF\\_version\\_web2\\_1.pdf](http://www.agroecologie.be/wp-content/uploads/2014/06/Agroecologie_Stassart_Baret_et_al_GIRAF_version_web2_1.pdf) . Acesso em fevereiro de 2017.
- STEDILE, J. P. e FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. (3ª reimpressão, 1ª edição 1999)
- STEINBECK, J. *Um diário russo*. São Paulo, Cosac Naify, 2003. (com fotos de Robert Capa)
- \_\_\_\_\_. *A Russian Journal*. New York-London, Penguin Books, 2000. (Edição original de 1948., com fotos de Robert Capa)
- SUMPF, A. *Bolcheviques en campagne; Paysans et éducation politique dans la Russie des années 1920*. Paris, CNRS Éditions, 2010.
- TERAN, M. M.; GIRALDO, O. F.; ALDASORO, M., MORALES, H.; FERGUSON, B. G.; ROSSET, P.; KHADSE, A. e CAMPOS, C. Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, 2018. Disponível na internet em DOI: 10.1080/21683565.2018.1443313. Acesso em 31 de março de 2018.
- UFSC-CED - Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Educação. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo: Áreas de Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias*. Florianópolis, 2008. 77 p. não publicado.

- UFSC/EDUCAMPO – Universidade Federal de Santa Catarina - Licenciatura em Educação do Campo. Proposta de Alteração Curricular da Licenciatura em Educação do Campo, Ênfase em Ciências da Natureza e Matemática. Florianópolis, 2012. 21 p. não publicado
- VALADÃO, A. da C. *Transição agroecológica nos assentamentos rurais: Estratégias de resistência e produção de novidades*. Curitiba, 2012. (Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, PPG em Sociologia, Tese de Doutorado)
- VALENTE, T. A. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)*, Assis, 2009. (Universidade Estadual Paulista – Unesp; Faculdade de Ciências e Letras de Assis; Tese de Doutorado em Letras na Área de Conhecimento Literatura e vida social)
- VASCONCELLOS, D. V. *O homem pobre do campo no pensamento brasileiro e no imaginário social*. Rio de Janeiro, 2009. (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Dissertação de Mestrado)
- VELHO, L. M. L. S. *Science on the periphery: a study of the agricultural scientific community in brazilian universities*. Sussex, 1985. (University of Sussex, Tese de Doutorado)
- VERAS, M. M. *Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática*. Florianópolis, UFSC, 2005. 114f. Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas).
- WERTH, N. *Histoire de l'Union soviétique de Lénine à Staline (1917-1953)*. Paris, Puf, 1995 (Collection Que Sais-Je? n° 2963)
- WERTH, N. *La vie quotidienne des paysans russes de la Révolution à la Collectivisation (1917-1939)*. Paris, Hachette, 1984.
- WEZEL, A. et al. Challenges and Action Points to Amplify Agroecology in Europe. *Sustainability*, 10(5), 1598, 2018.
- \_\_\_\_\_. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*. December, 2009.



NEA EduCampo UFSC

---

Núcleo de Estudos em Agroecologia  
da Educação do Campo - UFSC

### *Wilson Schmidt*

Engenheiro Agrônomo (Universidade Federal de Santa Catarina, 1982), Mestre em Ciências Sociais - Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1990) e Doutor em Estudos de Sociedade Latino Americanas (Universidade Nova Sorbonne - Paris 3, 1996), é professor-pesquisador do Departamento de Educação do Campo e da Licenciatura em Educação do Campo - EduCampo-UFSC.

Participou do "núcleo duro", composto por três professores, que criou, implantou e operacionalizou a fase inicial da EduCampo-UFSC. Naquele contexto, foi o principal responsável pela inclusão da agroecologia como um dos três eixos do Curso. Em seguida, foi responsável por turmas das disciplinas *Vivência Compartilhada I e II* ("Tempos Comunidade" voltados à leitura da realidade dos municípios onde vivem e trabalham os estudantes), *Campo e processos migratórios*, e *Questões Ambientais e Desenvolvimento Sustentável*. Assim como, por todas as turmas oferecidas da disciplina *História da Produção Científica e Tecnológica voltada à Agricultura*.

É essa experiência que o levou a produzir o presente livro.



"Este trabalho não resume apenas teorias e concepções sobre agroecologia e sua aplicação na área de educação. Traz uma reflexão crítica sobre o papel do educador a partir de quem atua como educador".

**Prof. Dr. Alfio Brandeburg**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná; Centro de Estudos Rurais e Ambientais do Paraná

"Um escrito analítico denso e de alto valor instrumental aos estudiosos da questão da Agroecologia em geral, mas, (...) particularmente aos educadores e estudantes das Licenciaturas em Educação do Campo, eis que se trata de autoria com profundo conhecimento do objeto estudado incluindo a visão da própria experiência".

**Prof. Dr. Antônio Munarim**

Educação do Campo - UFSC



**Nea EduCampo UFSC**

Núcleo de Estudos em Agroecologia  
da Educação do Campo – UFSC

ISBN 978-85-45535-50-8



9 788545 535508